





**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

### **TERMO RESSALVA**

Ressalvamos que o Processo de nº 02001.000508/2008-99, volume XXXIV, contém a(s) seguinte(s) irregularidade(s):


- O volume XVII encerra-se com mais de 200 folhas.
- Há duplicidade de numeração da página 6608.
- Lapso de numeração Faltam as páginas 6460, 6461, 6462, 6463, 6464, 6465, 6466, 6467, 6468 e 6469..
- Ausência de carimbo ou rubrica da unidade de origem.
- Documentos com folhas menores que A4.
- Outro:

Informamos que o referido processo apresentou falha na numeração e foi recebido com a presente irregularidade por esta unidade.

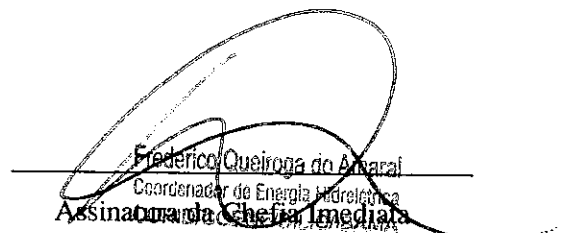
Certificamos que não é possível realizar a renumeração das páginas, pelo (s) seguinte (s) motivo (s):

- o processo foi autuado em anos anteriores à vigência da Portaria nº 26 de 26/12/2014;
- foi objeto de cópias solicitadas por usuários externos;
- a (s) referida (s) página (s) foi/foram mencionadas (s) posteriormente à numeração.
- outros:

Brasília, 22/09/2016

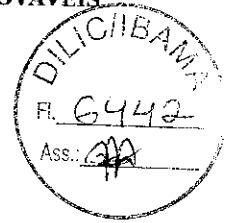


Assinatura do Elaborador

  
Frederico Queiroga do Amaral  
Coordenador de Energia Hidrelétrica  
Assinatura da Chefia Imediata



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



## TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

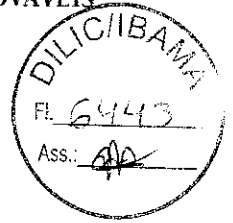
Aos 11 dias do mês de dezembro de 2013, procedemos a abertura deste volume nº XXXIV do processo de nº 02001.000508/2008-99, que se inicia com a página nº 6442. Para constar subscrevo e assino.

*Maycon Roberto da S. Martins*  
**MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS**  
Responsável do(a) /IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESP. ABERT. VOL. 001186/2013 COHID/IBAMA

Brasília, 11 de dezembro de 2013

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos a abertura de volume XXXIV no processo nº 02001.000508/2008-99.  
Após abertura tramite o processo para Coordenação de Hidrelétricas.

**EDUARDO WAGNER DA SILVA**  
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO



**ENCAMINHAMENTOS DO SEMINÁRIO DE  
APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS  
AMBIENTAIS DO MEIO BIÓTICO  
SAE/ESBR/IBAMA**

**Data:**  
20NOV2013  
**Local:**  
Centro de  
Convenções/BSB

NOME	EMPRESA	VISTO	E-mail / Fone
Leonora Milagre de Souza	IBAMA	<i>Bonjour</i>	leonora.souza@ibama.gov.br
David Cho	IBAMA		david.cho@ibama.gov.br
Carolina F Mariani	SAE	<i>Carolina</i>	carolinamariani@santoantonioenergia.com.br
Alexandre Marçal	SAE	<i>AM</i>	alexandremarcal@santoantonioenergia.com.br
Javier Cisneros	SAE	<i>Javier</i>	javiercisneros@santoantonioenergia.com.br
Verissimo Neto	ESBR		Verissimo.Netto@energiasustentaveldobrasil.com.br
Jairo Guerrero	ESBR	<i>Jairo</i>	Jairo.guerrero@energiasustentaveldobrasil.com.br
Sandra Favorito	Arcadis	<i>Sandra</i>	sandra.favorito@arcadislog.com.br
Paulo Sado	ESBR	<i>Paulo</i>	Paulo.Sado@energiasustentaveldobrasil.com.br
Eduardo Sabato	SETE	<i>Eduardo</i>	<i>Eduardo Sabato</i>
Sara Quizia Mota	IBAMA	<i>Sara</i>	sara.mota@ibama.gov.br
Erika	Arcadis		

**ENCAMINHAMENTOS**

A SAE reforçou que o monitoramento de fauna aquática na área conhecida como Caldeirão do Inferno foi interrompida em 2012, em função de uma intervenção da ESBR, por se tratar de área da DUP da UHE Jirau. A SAE foi informada pela ESBR, por meio de correspondência, de que a equipe de quelônios estava atuando dentro da delimitação dessa área, onde há restrição de permanência da, por motivos, dentre outros, de Saúde e Segurança do Trabalho. Não houve continuidade nas tratativas entre as duas empresas.

A SAE sugere que o monitoramento de fauna aquática na área da DUP da UHE Jirau seja realizado pela ESBR, em função da segurança e do próprio fato de ser área dessa empresa.

A ESBR não concorda com a sugestão acima feita pela SAE e propõe que a SAE encaminhe o plano de trabalho, para que o assunto de segurança seja levado para avaliação junto à Marinha, ANA e ANEEL, de forma a viabilizar o trabalho da SAE na área em questão.

O IBAMA entende que deve haver alinhamento entre as empresas o mais rápido possível, de forma a não prejudicar as futuras campanhas de monitoramento e viabilizar o monitoramento de fauna aquática nessa área, a priori, mantendo o plano de trabalho atual. O IBAMA solicita que sejam enviadas cópias das tratativas para acompanhamento do processo.


A SAE se compromete a enviar o Plano de Trabalho para a ESBR até dezembro de 2013, especificando o local de amostragem nessa área, o tamanho da equipe e o cronograma. A ESBR, por sua vez, se compromete imediatamente a verificar junto à Marinha, ANEEL e a ANA as devidas autorizações de acesso da equipe da SAE, sem comprometer a saúde e segurança, já que a área é de restrição (canal de fuga das turbinas e vertedouro de troncos).

O IBAMA solicita que a ESBR e a SAE façam, em 90 (noventa) dias, uma avaliação técnica das informações e parâmetros que devem subsidiar futuras tomadas de decisão sobre a necessidade de

EM BRANCO



6445

 <p>SantoAntônio ENERGIA</p>	<p><b>ENCAMINHAMENTOS DO SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS DO MEIO BIÓTICO SAE/ESBR/IBAMA</b></p>	<p>Data: 20NOV2013 Local: Centro de Convenções/BSB</p>
---	--	--

criação e de emulação de ambientes de praias.

Sobre os experimentos com pedrais, a SAE sugere que estes sejam realizados somente após o término do monitoramento previsto no atual plano de trabalho de morcegos, isto é, ao final de 2 anos de monitoramento pós-enchimento.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures and initials]*

EN BRUNO

SAE / ESBR / IBAMA  
 BRASÍLIA, 18 DE NOVEMBRO DE 2013  
 MANHÃ

Ass: 6446  
 Proc:  
 Rubr:

NOME	EMPRESA	RUBRICA
1. CAROLINA F. MARIANI	SAE	
2. DIEGO CORRÊA FLEUS	UNM/Neotropical	
3. ALOISIO M. L. L. L.	Neotropical	
4. HIRAPINTO CARREIRA	Neotropical	
5. ÉDER ANDRÉ GOSIAMI	Unicoste/Neotropical	
6. RONALDO BARTHEN	Museu Paraense Embr. Biol.	
7. CLAUDIO DE OLIVEIRA	UNESP	
8. DANIEL CARVALHO	PUC Minas	
9. WILLIAM MAGUISSON	INPA	0314
10. JAVIER CISNEROS	SAE	
11. ALEXANDRE SOROKIN MURGAL	SAE	dem
12. SARA ROIZIA C. MOTA	IBAMA	quit
13. TELMA BENTO DE MOURA	IBAMA	fo
14. DAVID FERNANDES CLO	IBAMA	
15. PAULO CÉSAR SAATO	ESBR	
16. VERÍSSIMO A. SANTOS NETO	ESBR	
17. MARCO CAPEDE	ESBR	
18. JAIRO GUERRERO	ESBR	
19. MARCO COSTA	NATURAE	
20. THIAGO RANGEL	UFG	
21. DOMINGOS RICHARDSON DOMINGOS	Equipe Nacional	
22. GILMAR BAUMGARTNER	UNIDESTE	
23. AMÍSIO OTÁVIO FERREIRA	SAE/NEOTROPICAL	

NUMERO	NOME	EMPRESA	RUBRICA
34	GUILHERME ABRAO	SAE	Q&R
5	Fernanda Cassemino	ESBR	Fernanda

SAE / EBR / IBAMA  
 BRASÍLIA, 18 DE NOVEMBRO DO 2013  
 TARDE

Nome: 6667  
 Rubrica: \_\_\_\_\_

NOME	INSTITUIÇÃO	RUBRICA
1. CAROLINA F. MARIANI	SAE	
2. Diego César Alves	UFPA/Neotropical	
3. Alexandre A. Carlos	Neotropical	
4. Luis Fernando Amara	Neotropical	
5. Eder Andre Gusiani	Unidade/Neotropical	
6. William Magnusson	INPA	
7. Dahid Carrillo	Pro Minas	
8. Claudio de Oliveira	UNESP	
9. Ronaldo Barthe	MREX	
10. Auzisio O. FERREIRA	NEOTROPICAL/SAE	
11. Javier Cisneros	SAE	
12. ALEXANDRE SEROKIN MARCAL	SAE	
13. SARA QUIZIA C. MOTA	IBAMA	
14. DAVID FERNANDO CHO	IBAMA	
15. Paulo César Sado	ESBR	
16. Verissimo Alves dos Santos Neto	ESBR	
17. Jairo Guernerero	ESBR	
18. Jose Alexandre F. Duarte Filho	UFG	
19. Fernanda Cassemiro	NATURSE/ESBR	
20. Thiago Rangel	UFG	
21. Manoel S. Costa	NATURSE/ESBR	
22. Noma Cavero	ESBR	
23. Gilmar Baumgartner	UNIOESTE/Neotropical, etc	
24. Guilherme Abbad Silveira	SAE	

EN BIANCO



- 24 - Leonora Milene de Souza
- 25 - Fernanda Casselero
- 26 - João Divaldo Arantes Jr
- 27 - Gina Luiza C. Beemer
- 28 - Anderson da Rocha Giff
- 29 - Frederico Simoni

Ilhéus/Itabuna  
 Natimae / ESBR  
 Ecology  
 Ecology Brazil  
 Ecology Brazil  
 Ilhéus

Souza  
~~João Divaldo Arantes Jr~~  
~~João Divaldo Arantes Jr~~  
~~João Divaldo Arantes Jr~~  
~~João Divaldo Arantes Jr~~  
~~João Divaldo Arantes Jr~~



SAE / ESBR / IBAMA

19 DE NOVEMBRO DE 2013  
BRASILIA  
TARDE

6449  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

NOME	INSTITUICAO	LUBRICA
1. CAROLINA F. MARIANI	SAE	
2. NEIDIANE FARIAS C. REIS	SAE	Neidiane
3. João Durval Orantes Jr	Ecology	
4. Gina Luisa P. Bamer	Ecology Brasil	
5 - William Magnusson	INPA	
6 - Anderson da Rocha Griffo	Ecology Brasil	
7 - Tania Machado da Silva	Venturo	
8 - Millyone Lissa Siqueiredo	Venturo	
9. Dr. Ademir dos Santos	Venturo	
10. Dr. JUCIO C ROCHA	VENTURO	
11 Juliana de Souza Araujo	UFAM	
10. Marco Paulo dos Santos Lourenco	Acadologos	
13 JUIRO GUERREIRO	ESBR	
14 Paulo C. C. Rozman	COPPE/UFRJ	
15 MARCO CAVALDO	ESBR	
16 Juliana M. Couto	LIFE	
17 Frederico O. Amorim	Ibama	
18. Sara Quirica C. Mota	Ibama	
19. DAVID FERREIRA CHU	Ibama	
20. Leonora M de Souza	Ibama	
21 - Paulo César Sano	ESBR	
22. Domingos Rodrigues Ferrazini,	Unipar Bioracional	
23. Rosalva de Carvalho	LIFE	

EN BRANCO

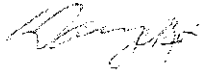


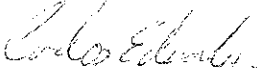









SAE / ESBR / IBAMA

BRASILIA, 20 DE NOVEMBRO DE 2013

MANHÃ

6450  
PROB...

NOME	INSTITUIÇÃO	RUBRICA
1. CAROLINA F. MARIANI	SAE	
2. NEIDIANE FARIAS C. REIS	SAE	NEIDIANE
3. ALEXANDRE SCRÓKIN MARCEL	SAE	AM
4. Javier Cisneros	SAE	
5. ALVISIO FERREIRA	SAE/MUNDI	
6. WILLIAM MAGNUSSON	INPA	W.M.
7. Sandra Hacon	Fiberyg	
8. DARIO PIRES DE CARVALHO	UNIR/EG/EGEY	
9. W. L. M.	UNIR	W. L. M.
10. Juliana Araújo	OPAM	
11. ADEMIA dos SANTOS	UNESP	
12. JULIO C. ROCHA	VENTURO	
13. CLARISSE V. SERRA	VENTURO	
14. CARLOS JOSÉ SOUSA PASSOS	VENTURO/UNB	
15. Luiz Fabricio Lima	VENTURO	
16. VIVIANE BEZERRA	UNB/VENTURO	
17. JAIRO GUERRERO	ESBR	
18. PAULO CESAR SAO	ESBR	
19. Valéria Vasconcelos Serra	Venturo	
20. Vera Lúcia Damásio Simões	Venturo	
21. Verônica A. Santos Neto	ESBR	
22. Willyane dos Anjos	Venturo	
23. DAVID FERNANDO LHO	IBAMA	
24. CARA OLIVEIRA C. MOTA	IBAMA	
25. Leonora M. de Souza	IBAMA	Leonora Souza

NOME	Instituição	Assinatura
26. Domingos Rodrigues Fernandes	Ecologia Evolutiva	
27. Gizele Ferreira da Silva	ESBR	
28. Tania Machado da Silva	Senturo	
29. Carlos Eduardo Brito Alvares	Senturo	
30. Beatriz Luciana S. Rente	Aracidi	
31. Erica Cristina P. Keller	Aracidi (Bogor)	
32. Sandra Faenato	Aracidi (Bogor)	
33. Frederico O. Arnold	Ibermo	
34. Gina Boemer	Ecology Brasil	
35. Joao Juniel	Ecology Brasil	
36. EDUARDO LIMA SABATO	SAE/SETE	
37. <del>Phon. J. Linton</del>	SAE/SETE	
38. DANIELY FENIX-SILVA	SAE/SETE	

NUMERO	NOME	INSTITUICAO	ROBRICA
1.	CAROLINA F. MARIANI	SAE	
2.	ANISIO V. FERREIRA	SAE/MUNIC	
3.	ALEXANDRE SEROKIN MARCAL	SAE	SEM
4.	Javier Cisneros	SAE	
5.	Juliana Araujo	UFAM	
6.	<del>Nome</del>	SETE/SAE	<del>Assinatura</del>
7.	DANIELE FELIX	SETE/SAE	
8.	WILLIAM MAGNUSSON	INPA	
9.	EDUARDO LIMA SABATO	SAE/SETE	
10.	SARA QUIBIA CORRÊA MOTA	IBAMA	
11.	Leonora Milage de Souza	IBAMA	
12.	Federico D. Amoral	IBAMA	
13.	Domingo Rodriguez Hernandez	Itaipu Binacional	
14.	Versissimo A. Santos Nelo	ESBR	
15.	DAVID FERREIRO	IBAMA	
16.	Paulo César Sado	ESBR	
17.	Sandra Froub	ARCADIS	
18.	Beatriz Helena J. Lute	ARCADIS	
19.	Jairo Guerrero	ESBR	
20.	Erica Haller	ARCADIS	
21.	Waleska Gravina	UFAM	
22.	Valineia da Cunha Tavares	INPA/SETE/SAE	Valineia P. Juss
23.	Natalia de Alencar Monteiro	IBAMA	
24.	Martins Toledo Pereira	IBAMA	HP

EM BRANCO

BRASÍLIA, 21 DE NOVEMBRO DE 2013  
MANHÃNo: 6452  
Pág: \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

NOME	INSTITUIÇÃO	RUBRICA
1. CAROLINA F. MARIANI	SAE	
2. Juliana S. Araújo	UFAM	
3. Javier Cisneros	SAE	
4. ALEXANDRE SCROKIN MARGAL	SAE	
5. EDUARDO LINDA SÁBATO	SAE/SETE	
6. WILLIAM MAGNUSSON	IBAMA	
7. Albertina Lima	INPA/SETE	
8. Danielle Lima	Inst. Mamirauá/sete	
9. Veraíma A. Santos Neto	ESBR	
10. Sandra Favorito	ARCADIS	
11. Lícia Cristina Pedroni Valle	Arcadis Logos	
12. Beatriz Helena Santos Lute	Arcadis Logos	
13. JORJO GUERRERO	ESBR	
14. Zilca CUNOS	EMBRAPA/SAE	
15. Yimí Fábio Cheim	MEVSP/SP	
16. DAUD FERNANDO CHO	IBAMA	
17. SARA QUIZIA C. MOTA	IBAMA	
18. Paulo César SAGE	ESBR	
19. Leonora Milagre de Souza	Ibama	
20. ALOÍSIO O. FERREIRA	MUNDI/SAE	
21. Frederico Q. Arnaut	IBAMA	
22. Natalia de Alencar Montuizo	IBAMA	

LIBRARY



CONTINUIDADE DE ACOMPANHAMENTO DO FRAGMENTO BÁSICO  
 AMBIENTAL - MEIO BIÓTICO - UHE SANTO ANTÔNIO

Fl. Nº \_\_\_\_\_  
 Rubric. \_\_\_\_\_


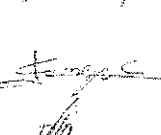
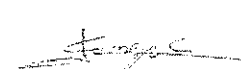

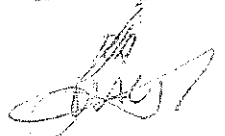
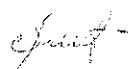
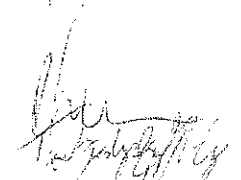
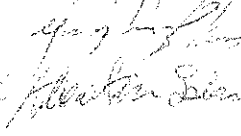
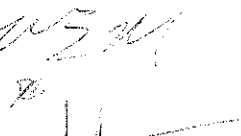




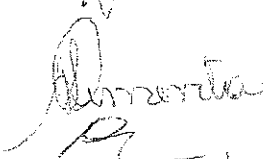
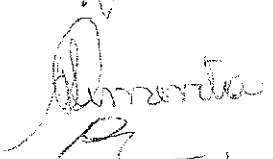
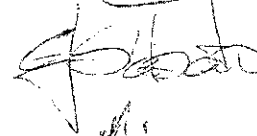
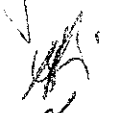
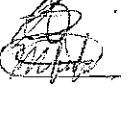

LISTA DE PRESENÇA - 21/11/13 - PERÍODO DA TARDE

NOME	EMPRESA	RUBRICA
1. ALEXANDRE S. MARCAL	SAE	Asm
2. Javier Cisneros	SAE	
3. EDUARDO SABATO	SAE/SETE	<del>Sabato</del>
4. ZILCA CAMPOS	EMBRAPA/	zcp
5. LUIZ GABRIEL MAZZONI	SAE/SETE	
6. Marco Aurélio Lima Sabato	SAE/SETE	
7. Juliana Araujo	UFAM	J. Araujo
8. Adriano Paglio	UFMG	Ad. P.
9. WILLIAM MAGNUSSON	INPA	W. M.
10. Albertina Lima	INPA/SETE	Albertina - Sete
11. Natalia de Alencar	IBAMA	Natalia
12. Frederico Otonari	IBAMA	F. Otonari
13. Leonora M de Souza	IBAMA	Leonora
14. SARA QUIRIN C. MOTA	IBAMA	S. Mota
15. DAVID FERREIRO CHD	IBAMA	David
16. Márcia Toledo Pereira	IBAMA	M. T. P.
17. Carolina F. Mariani	SAE	Carolina
18. Adisio O. Ferreira	MUNDI/SAE	Adisio
19. Jorge Luiz P. de Souza	INPA/Probiota	J. P. de Souza
20. Danielle Lima	Inst. Mamíferos/Sete	Danielle



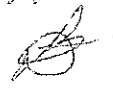
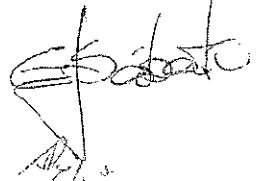

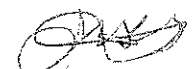




EMERANCO

BRASÍLIA, 22 DE NOVEMBRO DE 2013

MANHÃ

NOME	INSTITUIÇÃO	RUBRICA
1. CAROLINA F. MARIANI	SAE	
2. Juliana S. Azevedo	UFAM	
3. Javier Cisneros	SAE	
4. Renato Almeida de Azevedo	INPA	
5. Marco Aurélio Lima Sabato	SAE/SETE	
6. SARA GARCIA C. MOTTA	IBAMA	
7. Eteonardo Maysis	Probiota	
8. TARIK GODOY DANGL PLAZA	PROBIOTA	
9. Jorge Luiz P. Souza	INPA/Probiota	
10 - Albertina Lima	INPA/SETE	
11 - WILLIAM MAGNLISSON	INPA	
12 - DAVID FERREIRA GOMES	IBAMA	
13 - MARCO GRANZINOLI	PROBIOTA	
14. Mayra Pimenta	Probiota	
15 - Frederico O Amorim	Flama	
16 - EDUARDO LIMA SABATO	SAE/SETE	
17 - Alcides O. FERREIRA	MUNDI/SAE	
18 - LUIZ GABRIEL MAZZONI	SAE/SETE	
19 - MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS	SAE/SETE	

SAE / IBAMA  
BRASÍLIA, 22 DE NOVEMBRO DE 2013

NOME	INSTITUIÇÃO	RUBRICA
1. CAROLINA F. MARIANI	SAE UFAM	
2. Juliana S. Araújo	SAE	<u>Jornais</u>
3. Javier Cisneros	MUNDI/SAE	
4. ADELDO D. FERREIRA	JAR/SETE	
5. LUIZ GABRIEL MAZZONI	SAE/SETE	
6. EDUARDO LIMA SABATO	UFMG	
7. Adriano Puglia	SAE/SETE	Ed. Roberto
8. Elaine Ferreira Barbosa	SAE/SETE	
9. Marco Aurélio L. Sabato	IBAMA	Secret.
10. SARA QUIZIA C. MOTA	Probiota & INPA	
11. Ezequiel Moyse	Probiota	
12. Renato Almeida de Azevedo	INPA/Probiota	Renato Almeida de Azevedo
13. Myra Pimenta	INPA/SETE	Albertina Lima
14. Jorge Luiz P. de Souza	INPA	CEZM
15. ALBERTINA LIMA	IBAMA	
16. WILLIAM MÄNNUSSON	IBAMA	19
17. DAVID FERNANDES GONCALVES	PROBIOTA SETE	
18. Frederico Schmal		
19. MARCO GRANZINOLLI		
20. MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS		

Santo Antônio

02001-021968/2013-18  
21.11.2013

6455

Porto Velho, 20 de novembro de 2013

À Senhora  
Gisela Damm Forattini  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC  
Instituto Brasileiro do M. Ambiente e dos Recursos. Naturais Renováveis - IBAMA  
Brasília - DF

Nº. Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0669/2013

Assunto: S/Ofício 02001.014197.2013-11 DILIC/IBAMA – Informação para autorização de descarga a jusante de material retido na sucção da usina

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia - SAE reporta-se ao ofício supracitado e encaminha, anexas, as informações complementares que sinalizam a interferência na qualidade da água para proceder ao lançamento de descarga de material retido na sucção da usina.

Outrossim, a SAE esclarece não haver medida alternativa à proposta, dadas às necessidades em atender os quesitos de Saúde e Segurança Ocupacional, inclusive pela presença de gases naquele recinto.

A SAE mantém-se à disposição e aguarda a parecer desse Instituto.

Atenciosamente,

  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade

A analista Sara,

Para análise das  
informações adicionais apre-  
sentadas.

22.11.2013

Centro de Apoio  
Operacional de Energia Hidrelétrica  
Substituta  
COHIDIGENE/DILICIBAMA


Ciente em 25/11/13.

Just.

Ao Analista EDUARDO LACINHA,

Para informar que  
documento já foi analisado por meio  
da Nota Técnica nº 6976/2013.

Em 26.11.13

  
Centro de Apoio Operacional de Energia Hidrelétrica  
Substituta  
COHIDIGENE/DILICIBAMA

Para arquivamento. D.F.

02001.014529/2013 - 59 DILICIBAMA

Em 26/11/2013

Just.

## UHE SANTO ANTONIO – RIO MADEIRA

### LIBERAÇÃO DE PEIXES APRISIONADOS NA UG-20 – ANÁLISE DE IMPACTOS A JUSANTE

Devido a um acidente ocorrido na Unidade Geradora 20 (UG-20) em 18 de outubro de 2013, a comporta do tubo de sucção foi fechada em situação de emergência, impedindo o resgate imediato dos peixes aprisionados, que acabaram morrendo e entrando em decomposição. Foi estimada uma massa de aproximadamente 1,0 ton de peixes mortos, cuja decomposição inundou o interior do tubo de sucção da turbina com gases, tornando muito arriscada a operação de retirada do material decomposto. No dia 26 de outubro foi feita a aplicação de 500 kg de cal, para tratamento do resíduo.

A qualidade da água no interior do tubo de sucção foi acompanhada durante o processo, sendo que as duas últimas medições indicaram que o processo de decomposição está aparentemente estacionado, como pode ser visto no Quadro a seguir.

Data	pH	Turbidez (NTU)	Condutividade uS/cm	OD (mg/l)
12-11-2013	-	428	97	7,03
16-11-2013	6,8	420	97	7,00

O volume total de água+resíduos no tubo de sucção foi estimado em 6750 m<sup>3</sup>. Admitindo-se que 100% da massa decomposta se transformou em resíduo, a concentração desse material seria da ordem de  $1000/6750 = 0,15 \text{ kg/m}^3 = 150 \text{ mg/l}$ .

Está sendo estudada uma operação para limpeza do tubo de sucção através da abertura da comporta de jusante e do distribuidor da turbina, expulsando todo o conteúdo do tubo de sucção (água+resíduo) para jusante. Os principais condicionantes dessa operação são descritos a seguir.

O tempo para abertura completa da comporta de jusante é 20 minutos. Essa abertura irá promover uma pequena mistura inicial da água confinada com a água do canal de fuga, mas não haverá fluxo até que o distribuidor seja aberto.

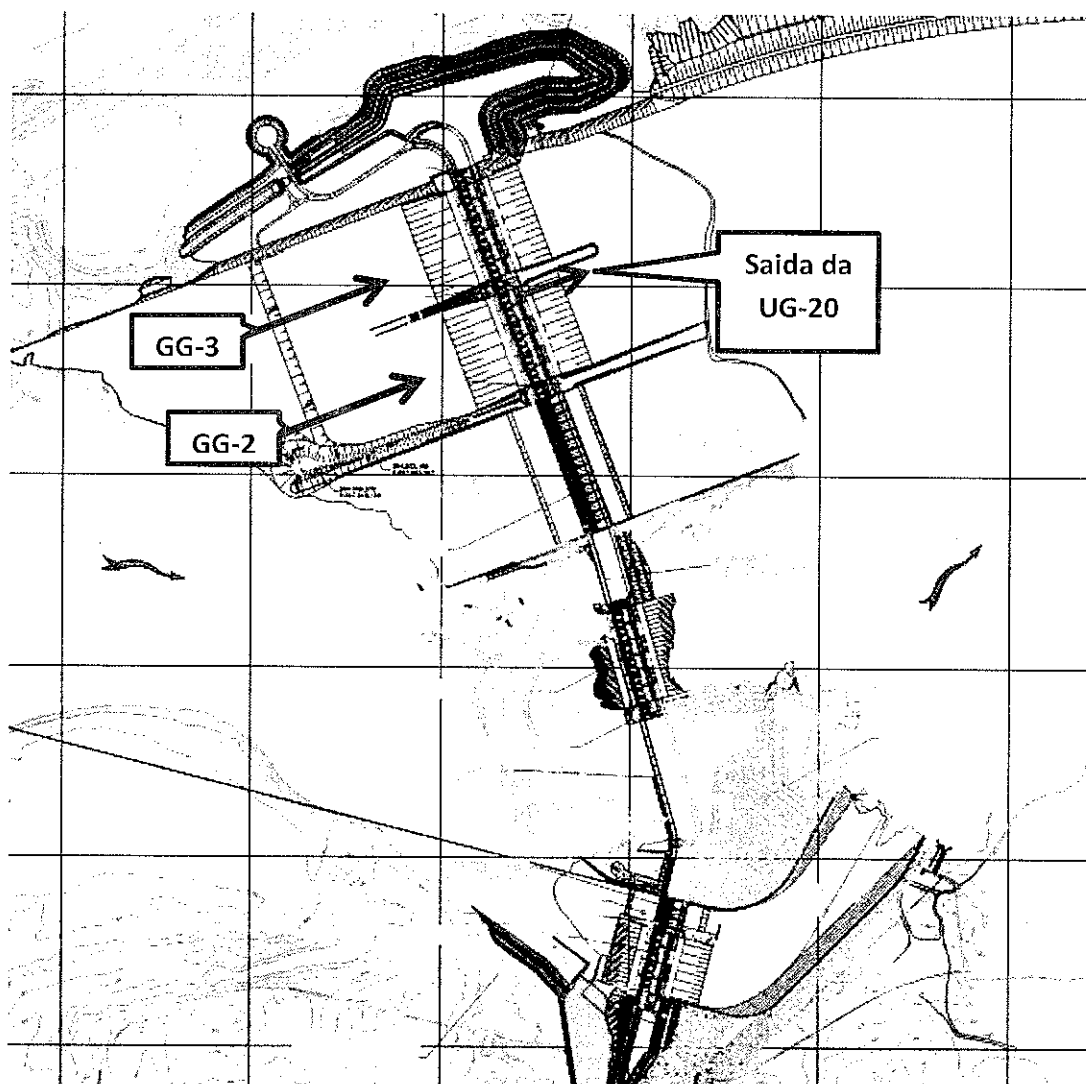
A abertura do distribuidor será lenta e cuidadosa, porque a turbina irá girar em vazio (sem gerar energia) e a rotação não poderá ultrapassar 25 RPM. O tempo necessário para que esta situação limite (giro de 25 RPM) seja alcançada é de 40 minutos, período no qual a vazão liberada para jusante crescerá gradualmente, atingindo um valor máximo entre 150.000 m<sup>3</sup>/h e 200.000 m<sup>3</sup>/h, ou seja, entre 40 m<sup>3</sup>/s e 55 m<sup>3</sup>/s.

Com essa vazão máxima, o tempo necessário para que toda a água do tubo de sucção seja expulsa é de apenas 2 a 3 minutos. Isso significa que, mesmo operando a comporta e o distribuidor de forma bem gradual, o volume confinado no tubo de sucção será liberado no canal de fuga do Grupo Gerador nº 2 (GG-2) de forma quase instantânea.

EM BRANCO



A Figura abaixo mostra um detalhe do arranjo geral da UHE Santo Antonio, onde é destacado o GG-2, composto por 12 unidades geradoras (UG-09 a UG-20), sendo a UG-20 a unidade mais próxima à margem esquerda. O resíduo será, então, lançado no canto do canal de fuga, junto ao muro divisório entre o GG-2 e o GG-3.



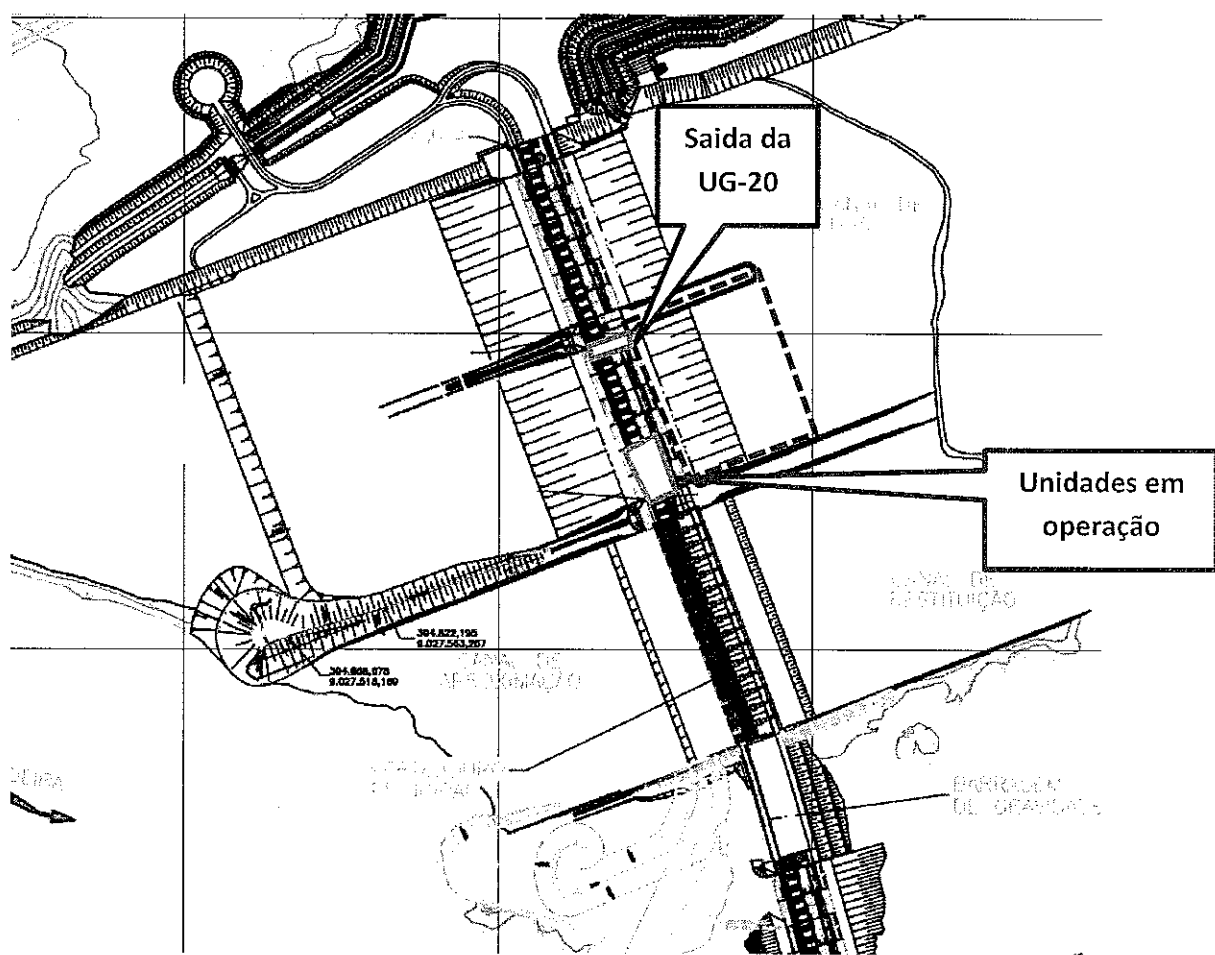
As unidades do GG-03 ainda não estão em operação, de forma que o GG-2 é o grupo gerador mais próximo à margem esquerda do rio Madeira, restituindo as vazões turbinadas ao lado do canal de restituição do vertedouro principal.

No GG-2, encontram-se em operação, nesse mês de novembro de 2013, as unidades geradoras UG-09 a UG-12. Isso significa que as vazões turbinadas do GG-2 são restituídas no primeiro terço junto à margem esquerda do Canal de Fuga, situando-se a UG-20 na extremidade oposta.

A Figura a seguir detalha melhor a região do GG-2, indicando o trecho do canal de fuga que se encontra confinado entre os dois muros laterais (retângulo vermelho tracejado). Mostra também o posicionamento relativo entre as quatro unidades em operação (UG-09 a UG-12) e a unidade UG-20, onde se encontram os resíduos.

EM BRANCO

Proj: 6458  
Tomo:  
Folha:



O tubo de sucção tem a geratriz inferior na El. 25,00 m, onde se inicia o canal de fuga. Numa seção longitudinal, a soleira do canal de fuga segue por 18m na El. 25,00m, sobe em rampa até a El. 42,00m, num percurso de 85 m, e segue por mais 120m com piso horizontal na El. 42,00m, até a extremidade do muro lateral. A largura do canal de fuga do GG-2 é 260 m.

O nível d'água de jusante, nesse mês de novembro, tem oscilado entre as cotas 53,00m e 54,00m. Considerando o menor nível, o volume armazenado no canal de fuga, desde a parede da Casa de Força até o final do muro divisor (área dentro da linha vermelha tracejada), é de aproximadamente 850000 m<sup>3</sup>, cerca de 126 vezes maior que o volume de água+resíduo confinado na UG-20.

Isso significa que, depois de uma mistura completa, dentro do canal de fuga, a concentração de resíduo cairia de 150 mg/l para aproximadamente 1,2 mg/l, uma redução de duas ordens de grandeza.

Naturalmente, não se espera que ocorra uma mistura completa da água liberada pela UG-20 com a água contida no canal de fuga, mas também não se espera que a mistura água+resíduo deixe imediatamente essa região, pois a vazão liberada é muito baixa (apenas 55 m<sup>3</sup>/s, no máximo). É provável que esta mistura fique recirculando no interior do canal de fuga, devido à assimetria do fluxo (1000 m<sup>3</sup>/s no terço direito contra 55 m<sup>3</sup>/s na extremidade esquerda), sendo liberada paulatinamente para jusante, incorporada ao fluxo proveniente das unidades geradoras 09 a 12.

EMERSON

O lançamento do resíduo contido dentro do tubo de sucção da UG-20 deverá provocar uma pequena concentração de matéria orgânica em decomposição nas águas do rio Madeira, muito inferior ao valor de 1,2 mg/l associado à mistura completa dentro do canal de fuga.

Do ponto de vista da qualidade da água, considerando que o resíduo se restringe a matéria orgânica em decomposição, as alterações esperadas a jusante são de pequena magnitude e, portanto, aceitáveis.

Contudo, considerando a presença de gases decorrentes da decomposição, devem ser tomados cuidados durante a operação, para proteger o pessoal envolvido. Se o resíduo se apresentar como partículas aglomeradas ou pedaços de corpos em decomposição, deve-se procurar remover pelo menos a parte flutuante. Nesse caso recomenda-se que esta operação seja feita a uma distância segura da região mais turbulenta do canal de fuga e também da região próxima à UG-20, onde pode ocorrer liberação de gases.

EN BRANCO



02001.021965/2013-84  
21.11.2013

R.: 6470  
PP.: \_\_\_\_\_  
RUBR.: \_\_\_\_\_

Porto Velho, 19 de novembro de 2013

A Senhora,  
Gisela Damm Forattini  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
Brasília - DF

Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0665/2013

Assunto: Informações sobre Reunião Técnica Informativa


Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE encaminha as informações referentes à Reunião Técnica Informativa:

- Local: Ello Eventos  
Av. Guaporé, 2365 – Lagoa
- Data: 18/dezembro/2013
- Horário: 9h

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

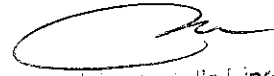
Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade  
*Guilherme Abbad Silveira*  
Gerente de Sustentabilidade  
Santo Antônio Energia

AO ANALISTA EDUARDO WAGNER,

PARA ANQUIVA. INFORME QUE  
JÁ FOI SOLUCIONADA ATERMAIS DO  
RÔTARIO DA REUNÃO.

EM 26.11.13



Rafael Isimote Della Lima  
Coordenador de Lançamento de Hidrelétricas  
COHIDRENE/DICIBAMA





6475  
Assunto:  
Rubrica:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1292  
www.ibama.gov.br

OF 02001.014352/2013-91 CGENE/IBAMA

Brasília, 20 de novembro de 2013.

Ao Senhor  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente da SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A  
Escritório da SAESA Porto Velho Rua Tabajara, 834 - Bairro Olaria  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.801-316

Assunto: **Resposta Ofício SAE: 0571/2013**

Senhor Gerente

1. Em atenção ao Ofício SAE: 0571/2013, no qual são apresentadas as ações de comunicação social à população da AID, incluindo os assentos do PA Joana Darc, relativas aos resultados do Programa de Monitoramento do Lençol Freático e Subprograma de Vigilância epidemiológica e Controle de Vetores, informo que as ações propostas estão adequadas e podem ser executadas.
2. Adicionalmente, solicito que seja encaminhado o cronograma de execução das ações propostas, assim como a incorporação dos resultados destas ações nos relatórios semestrais do Programa de Comunicação Social.

Atenciosamente,

  
**THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO**  
Coordenador-Geral da CGENE/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Divisão Técnico Ambiental-RO  
Núcleo de Licenciamento Ambiental-Ro

MEM. 003189/2013 NLA/RO/IBAMA

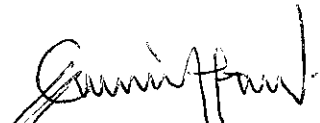
Porto Velho, 21 de novembro de 2013

À Senhora Diretora da DILIC

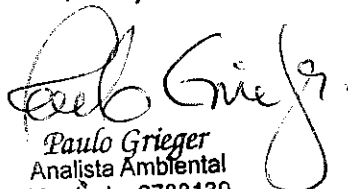
Assunto: **Respostas aos Ofícios Nº 3817/2013 - MPF/PRRO/GABPR1-RLPB/1º OFÍCIO/6ª CCR; Ofício Nº 4365/2013/MPF/PR-RO/SECT - 6º OFÍCIO - 4ª CCR (Procuradoria da República em Rondônia); ofício Nº 2938/2013 - IPL 0381/2013-4 - SR/DPF/RO (Superintendência da Polícia Federal em Rondônia)**

Venho, por meio deste, encaminhar os ofícios supramencionados para que sejam elaboradas as respostas para as instituições solicitantes.

Atenciosamente,

  
**EMERSON LUIZ NUNES AGUIAR**  
Coordenador do NLA/RO/IBAMA

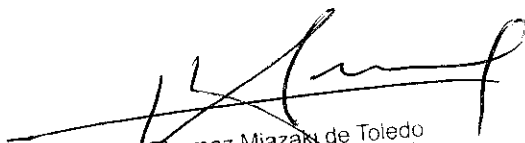
Para a CGENE  
fora as providências  
que o caso requer.  
Atentar ao prazo, especial-  
mente ao OF 02001.014603/  
2013-21 DILIC/IBAMA.  
02/12/2013

  
Paulo Grieger  
Analista Ambiental  
Matrícula: 6788130  
DILIC/IBAMA

A COHD II,


FAVOR AVANÇAR E INFORMAR  
SE NA RESPOSTA ~~ANEXO~~ PENDENTE.

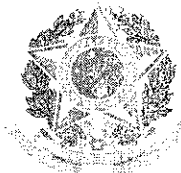
02/12/13

  
Thomaz Mizaki de Toledo  
Coordenador Geral Infraestrutura de  
Energia Elétrica  
CGENE/DILIC/IBAMA

Do analista Bruno Melo,  
para elaboração de relatório  
(Ofício Dilic) ao MPF/RO, enca-  
minhando os maiores solutivos

3112113

  
Frederico Queiroga do Amaral  
Matrícula n.º 15.121-56  
Chefe  
COHD/CGENE/DILIC/IBAMA



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA  
SECRETARIA DE EXECUÇÕES DA TUTELA COLETIVA  
6º OFÍCIO – 3º CCR / 4º CCR

6473

OFÍCIO Nº 4365/2013/MPF/PR-RO/SETC – 6º OFÍCIO – 4º CCR.

Porto Velho/RO, 28 de outubro de 2013.

A Sua Senhoria, o Senhor **PAULO BALTAZAR D'NIZ**.  
Superintendente do IBAMA no Estado de Rondônia.  
Av. Governador Jorge Teixeira, n. 3559 – Costa e Silva.  
Porto Velho — Rondônia.

Referência: Memorando n. 8/2013/PRDC/PR-RO (ÚNICO PR/RO – 20484/2013).  
(Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

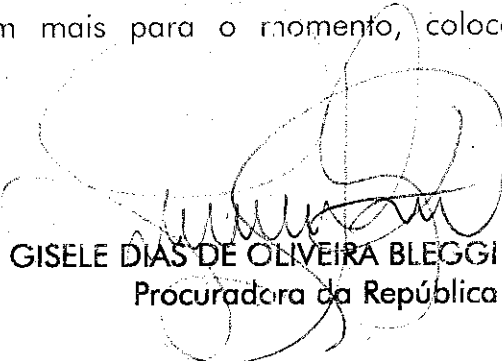
MPF / PR-RO / SUPER-RO
Procuradoria - Super
Nº 0283-003844/2013-92
República em 11/11/13

*Pisala*

Senhor Superintendente,

Cumprimendo-o cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, e no prazo de 10 (dez) dias úteis, esclarecimentos sobre os fatos narrados na Memória de Reunião MPF/MAB/Jacy-Paraná 15-10-2013 (cópia em anexo).

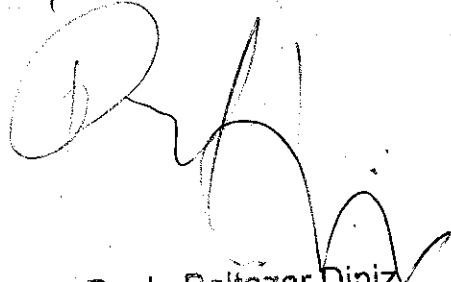
Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para mais informações.

  
GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA  
Procuradora da República

Ào NWA/Ro

Para atendimentos.

PWA, 12/11/2013.



Paulo Baltazar Diniz  
Superintendente Estadual do  
Ibama em Rondônia  
Portaria n° 364/2012



6474

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA  
Ata de Reunião MPF-FUNAI e INDÍGENAS-01-10-2013

ÚNICO:PR-RO \_\_\_\_\_ /2013

**URGENTE**

**Memória de Reunião MPF/MAB/Jacy-Paraná – 15-10-13**

Ao dia 15 dia do mês de outubro de 2013, às 11h50min, nesta Procuradoria da República no Estado de Rondônia, sita à Rua Joaquim Araújo Lima, 1759, São João Bosco, Porto Velho/RO, no gabinete do 1º Ofício desta PR/RO, estiveram presentes o representante do MAB JOÃO MARCOS RODRIGUES DUTRA e os moradores do Distrito Jacy-Paraná ANA FLAVIA DO NASCIMENTO, CLAUDINEIA STRUTZ e JOEL BINAS DE JESUS em reunião com o Procurador da República; Dr. RAPHAEL LUIS PEREIRA BEVILAQUA, com o objetivo de:

Tratar dos desdobramentos da Audiência Popular realizada no distrito de Jacy-Paraná, que contou com a presença do MPF, do MP/RO e de autoridades estaduais/municipais.

O procurador da República esclareceu que recebeu cópia do documento elaborado na Audiência Popular convocando reunião com a Secretaria Geral da Presidência da República e que também encaminhou ofício ao Ministro Gilberto Carvalho questionando sobre a realização da reunião solicitada pelos moradores.

O representante do MAB João esclareceu que o movimento já está se articulando para convocar a reunião e que dentro de duas ou três semanas já terá alguma posição.

EN BLANCO





6475

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA  
Ata de Reunião MPF-FUNAI e INDÍGENAS-01-10-2013

Ana Flavia informou que o promotor Átilla estava acompanhando o projeto para instalação de água encanada no distrito. O encanamento será feito por meio de Convênio entre Prefeitura e UHE Jirau. Gostaria de saber qual o andamento atual.

A comissão (MAB e moradores) fez solicitação ao IBAMA do mapa referente às áreas de APP do reservatório da Usina de Santo Antônio, assim como das áreas de remanso, do alagamento atual, incluindo a elevação dos igarapés e a projeção do alagamento caso seja efetuada a elevação da cota do espelho d'água do reservatório em mais 80 centímetros. A autarquia respondeu afirmando que não tinha os respectivos mapas.

O procurador signatário informou que antes mesmo da resposta do Ministro Gilberto Carvalho já vai tentar cobrar ações do Poder Público que independam da pressão estatal. Informou também que entrará em contato com o promotor Átilla para saber do andamento de algumas reivindicações.

Reunião encerrar às 13h do mesmo dia.

### DESPACHO

Tendo em vista a gravidade do relato e que ainda não houve resposta aos questionamentos feitos pelo MPF às autoridades mencionadas no despacho anterior, determino, com URGÊNCIA, as seguintes providências:

- 1 – encaminhe-se cópia do presente à procuradora da República do ofício ambiental, tendo em vista o questionamento sobre os mapas que deveriam ser fornecidos pelo IBAMA.
- 2 – Consultar, por ofício, o Ministério Público Estadual sobre o andamento das reivindicações que ficariam a cargo daquele órgão (exame das compensações e, especialmente, instalação de água encanada).

EMERANCO



6476  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Rúbrica:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA  
Ata de Reunião MPF-FUNAI e INDÍGENAS-01-10-2013

3 – Não havendo mais diligências, venham os autos conclusos.

**Raphael Luis Pereira Bevilaqua**  
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

EMERGENCY



Ass.: 0177  
Proc.:  
Rubric:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.014683/2013-21 DILIC/IBAMA

Brasília, 29 de novembro de 2013.

À Senhora

GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA

Procuradora da República da Procuradoria da República em Rondônia/RO

Rua Joaquim Araujo Lima nº 1759 - São João Bosco

PORTO VELHO - RONDONIA

CEP.: 76.803-749

Assunto: **OFÍCIO Nº 4365/2013/MPF/PR-RO/SETC - 6º OFÍCIO - 4ª CCR.**

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao OFÍCIO Nº 4365/2013/MPF/PR-RO/SETC - 6º OFÍCIO - 4ª CCR, referência Memorando nº 8/2013/PRDC/PR-RO - 20484/2013 (ÚNICO PR/RO - 20484/2013), de 28 de outubro de 2013, protocolizado na Unidade Avançada - Superintendência do IBAMA no Estado de Rondônia como documento 02024.003844/2013-92 em 11/11/2013, para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria somente no dia 27/11/2013, bem como a exiguidade do prazo para prestarmos as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.
2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, solicito a dilação do prazo fixado, por mais 20 dias.

Atenciosamente,

**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA

BRUNICO



Santo Antônio

02001.021969/2013-62  
21.11.2013

Ns.: 6478  
Proc.:  
Rubr.:

**DIGITALIZADO NO IBAMA**

Porto Velho, 14 de novembro de 2013

A Senhora,  
Gisela Damm Forattini  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
Brasília - DF

Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0662/2013


Assunto: Relatório 4 - Consolidado da Fase de Operação Novembro de 2013 -  
Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas, da UHE Santo  
Antônio no Rio Madeira,

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE encaminha o Relatório 4 - Consolidado da Fase de Operação Novembro de 2013 - Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas, da UHE Santo Antônio no Rio Madeira.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

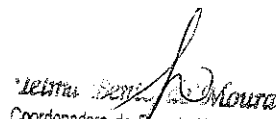
Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade

À analista Luomera,

Para avaliação.

22.11.2013

  
Leina Deyr Moura  
Coordenadora de Energia Hidrelétrica  
Substituto  
COHID/CGENER/DILC/IBAMA

Até em 25/11/13.

Douza.





0479

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*em defesa da sociedade*  
Grupo de Trabalho Operacional das Promotorias Cíveis  
e da Tutela Coletiva

---

**Ofício nº 193/2013/MPE-RO/GT**

**Porto Velho, 21 de novembro de 2013.**

Assunto: solicitação de informações  
Procedimento: 2011001060000061

**Senhora Diretora,**

Pelo presente, encaminho em anexo a Vossa Senhoria cópia de requerimentos dos reassentados da Vila Nova de Teotônio e Parecer Técnico n. 046/CAOP-MA/MP/2013, para conhecimento e providências.

Solicito ainda, notas técnicas, pareceres e/ou análises dos relatórios de monitoramento relativos ao reassentamento Vila Nova de Teotônio, notadamente naquilo que se refere às demandas da população remanejada.

**Prazo: 15 (quinze) dias.**

Atenciosamente,

  
**ÁTILLA AUGUSTO DA SILVA SALES**  
Promotor de Justiça

À Senhora  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis  
ECEN Trecho 2 - Setor de Clubes Esportivos Norte, Edifício Sede  
CEP: 70818-900  
**BRASÍLIA-DF**

Para o CGTMO

Preliminarmente encaminhado  
sem os registros protocolares,  
tendo em vista o recebimen-  
to do presente via  
correio eletrônico (e-mail).  
Recomendo que sejam to-  
madas as providências  
que o caso requer e  
juntado aos documentos  
originais quando da resposta  
à DILIC/IBAMA.

26/11/2013



Paulo Grieger  
Analista Ambiental  
Matrícula: 6788130  
DILIC/IBAMA

Jo TRP,

Para anquivar.

Foi encaminhada  
resposta aos questiona-  
mentos.

03.12.2013



À COHID II,

PARA MINUAR RESPOSTA.

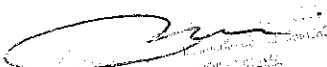
26/11/13

  
Thomaz Miazaki de Toledo  
Coordenador Geral Infraestrutura de  
Energia Elétrica  
CGENE/DILIC/IBAMA

À ANUNIA TELMA MOURA,

PARA ANUNIAS. INFORMO QUE  
NÃO FOI LOCALIZADO O PROCELO TÉCNICO  
Nº 46/COOP-MA/MD/2013 UZIANO NO  
OFÍCIO.

Em 26.11.13

  
CGENE/DILIC/IBAMA

Ilmo (a). Senhor (ª)  
Ao Ministério Público do Estado de Rondônia  
Nesta.

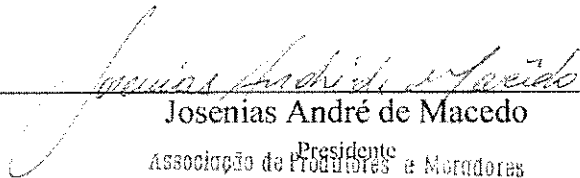
Porto Velho, 02 de agosto de 2013.

Senhor Promotor de Justiça (a),

Ao cumprimentá-lo (a) cordialmente vimos por meio deste, solicitar que a realização de reunião referente aos assuntos protocolados na data de: 30/07/13 ofício nº 258, seja feita no prédio da Associação da Nova Vila de Teotônio, pois nossa comunidade tem dificuldades de locomoção até a cidade de Porto Velho, apesar de haver o transporte diariamente, pois o custo é muito alto aos nossos moradores que se encontram sem fonte de renda e com as preocupações sobre os assuntos referidos no documento protocolado anteriormente.

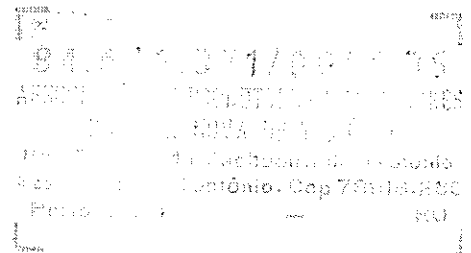
Nossa comunidade solicita encarecidamente que a reunião seja agendada e que estejam presentes também, a convite do MP-RO, os representantes de Santo Antônio Energia e Caerd e Eletrobrás, para que possamos tratar dos assuntos com a maior transparência possível, afim encontrarmos as soluções para os nossos problemas, pois até a presente data estamos completamente sem orientação e estamos sendo prejudicados como consumidor e como cidadão. Solicitamos ainda que nossa comunidade seja comunidade em até 15 dia.

Sem mais para o momento e sabendo do compromisso e seriedade deste órgão em colaborar com a comunidade, desde já agradecemos.



Josenias André de Macedo

Presidente  
Associação de Produtores e Moradores  
da Vila Nova de Teotônio - A.P.M.V.N.T.  
Josenias André de Macedo  
Presidente



MP-RO 212241290713

Contatos:

Josenias Macedo (Presidente) 9911-3448 - Marcelo Mário (Vice-presidente) 9909-2503 -  
Pedro Silva (Secretário) 9952-6172 / 9952-6254

Ministerio Público do Estado  
de Rondônia

Data 02/08/13 Hora 11:35  
  
A. J. Silva

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES DA VILA NOVA DE TEOTÔNIO

AMPVNT

CNPJ: 84.646.371/0001-35



Ofício Nº 258/2013/AMPVNT

Ilmo (a). Senhor (ª)

Ao Ministério Público do Estado de Rondônia

Assunto: Esclarecimento de Convênio CAERD e Santo Antônio Energia S.A

Nesta.

*Agende-se reunião  
com o promotor  
31/7/13*

Porto Velho, 21 de julho de 2013.

Senhor Promotor de Justiça (a),

Ao cumprimentá-lo (a) cordialmente vimos por meio deste, solicitar a vossa presença em uma reunião com a CAERD e a Santo Antônio Energia S.A, para esclarecimentos sobre os serviços que serão prestados na ETANVT (Estação de Tratamento de Água da Nova Vila de Teotônio) que faz parte da nova infraestrutura construída pela Santo Antônio Energia S.A.

Considerando diversas situações como: mudança de cultura, readaptação familiar e principalmente falta de renda, temos a preocupação de que possa acontecer o mesmo que tem acontecido com os serviços de energia elétrica que deveria estar sendo cobrado taxa rural e assim não está sendo feito.

Dessa forma, nossa comunidade necessita de esclarecimentos diversos dos tipos de serviços prestados, taxas de cobrança, subsídios recebidos pela SAE entre outras informações.

Acreditamos que toda a infraestrutura da ETA já está pronta e faz parte de compensações pela SAE, dessa forma não é justo que nossa comunidade custeie o mesmo preço, caso toda a estrutura tivesse sido construída pela CAERD, considerando que nossa comunidade está sem fonte de renda para se responsabilizar por uma ação que é de responsabilidade da SAE. Portanto necessitamos deste órgão para proteger e preservar nossos direitos.

Sem mais para o momento e sabendo do compromisso e seriedade deste órgão em colaborar com a comunidade, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

*Josenias André de Macedo*

Josenias André de Macedo

Presidente

Associação de Produtores e Moradores  
da Vila Nova de Teotônio - A.P.M.V.N.T.

Josenias André de Macedo

Presidente



84.646.371/0001-35

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E MORADORES  
DA VILA NOVA DE TEOTÔNIO

Rua Estrada da Cachoeira do Teotônio  
Assentamento Teotônio, Cep 78918-260  
Porto Velho RO

Contatos:

Josenias Macedo (Presidente) 9911-3448  
Marcelo Mário (Vice-presidente) 9909-2503  
Pedro Silva (Secretário) 9952-6254

Ministerio Público do Estado  
de Rondônia

Data 30/07/13 Hora 14:53

*Paulo Roberto*  
Assinatura

182  
35  
ASSOCIACAO DE MORADORES  
DA VILA NOVA DE TEOTONIO  
Rua Estreita da Nova Vila de Teotônio  
Assentam. do Teotônio - Cep 78018-280  
Porto Velho - RO

Ao  
Ministério Público do Estado de Rondônia  
Assunto: Falta de Aplicação de Royalty na Nova Vila de Teotônio

Porto Velho, 15 de Dezembro de 2012.

### RELATÓRIO

**RECEBIDO**  
10/01/2013  
16:54  
ASSINATURA  
*Almeida*

Vimos por meio deste, relatar a atual situação da comunidade da Nova Vila de Teotônio, nossa comunidade foi removida em virtude da Usina de Santo Antônio, com promessa de melhoria e desenvolvimento na nova localidade, fato que ainda não está ocorrendo, pois nos oferecem um padrão de vida sem qualidade de vida.

São muitos os problemas enfrentados por nossa comunidade e sempre que vamos reclamar nossos direitos junto à Santo Antônio Energia S.A (SAE), o pronunciamento da mesma é de que os pontos reclamados são de responsabilidade da Prefeitura de Porto Velho em função do repasse de Royalties que a Concessionária faz regulamente.

Alguns fatores que estão prejudicando a readaptação cultural familiar e o desenvolvimento de nossa comunidade;

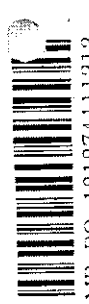
- o Localizada em zona rural, nossa comunidade pagava taxa rural pelo consumo de energia elétrica, hoje existe conta que chega perto dos R\$ 200,00, além das constantes quedas de energia sem a devida assistência técnica deixando nossa comunidade mais de três dias sem energia.

A comunidade tinha uma distância de aproximadamente 32 km, hoje são aproximadamente mais de 42 km, por conta de um desvio mal planejado estreito e sem conservação, colocando a vida de nossos moradores em alto risco de acidente além de contribuir para que os turistas desistam de retornar em nossa vila em função do trajeto e da falta de atrativos. Portanto, acreditamos que a SAE têm condições de elaborar algum tipo de trabalho para retornar o trajeto da estrada antiga trafegável, gerando assim um dos principais atrativos turístico com o lago que se forma à beira da estrada com condições de pesca e banho, fazendo uma barreira de pedra semelhante a que fora feita na beira do rio próximo ao Cai n'água. Considerando ainda que a Concessionária executou o desvio sem a avaliação da comunidade deixando os moradores em situação de desconforto e insegurança além de aumentar a despesa tanto no percurso quanto com a manutenção da própria estrada.

- o A Santo Antônio Energia, construiu uma praia artificial para a geração de renda na comunidade e atrair turistas, entretanto sua localização é em local inapropriado para banho e sem segurança conforme visita técnica do Corpo de Bombeiro do Estado de Rondônia, que liberou um pequeno e limitado espaço para recreação, sendo que na Cachoeira do Teotônio, contávamos com inúmeras

*Josémas André de Macédo*  
Associação de Produtores e Moradores  
da Vila Nova de Teotônio - A.P.M.V.N.T.  
Josenias André de Macédo  
Presidente

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA  
PROTOCOLO GERAL  
DATA  
NOME  
CADASTRO



NIP-RO 181874111212  
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA  
PROTOCOLO GERAL  
DATA 10/01/13  
HORA 16:30  
NOME JOSÉMAS ANDRÉ DE MACÉDO



Ministério Público do Estado de Rondônia - PARQUETWEB  
Porto Velho/RO

Fato Extra Judicial

2013001010000777

Data do cadastro: 11/01/2013



Classe: Notícia de Fato

Assunto: Probidade

Resumo: Relatório da atual situação da comunidade da Nova Via do Teotônio em razão da não aplicação, em tese, dos Royalty da Usina de Santo Antonio Energia S.A....

Interessado - Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ

Interessado - Associação de Moradores e Produtores da Via Nova de

**DIGITALIZADO**  
2013  
Pasta: *Ocorrência / Pedido*  
*de Providência*

- praias onde os turistas se banhavam sem medo de cair em buracos, tal qual é a situação na praia executada pela concessionária. Desta forma nossa comunidade reclama uma praia em condições semelhantes senão melhores.
- O píer, construído de madeira e parafusos não galvanizados, prejudicando a vida útil do próprio, além de colocar a vida da comunidade e de possíveis turistas em risco, caso esse píer vier a sofrer um acidente de desmoronamento.
  - Construção de um local apropriado para armazenamento de lixo doméstico, bem como a demora de coleta pela empresa responsável.

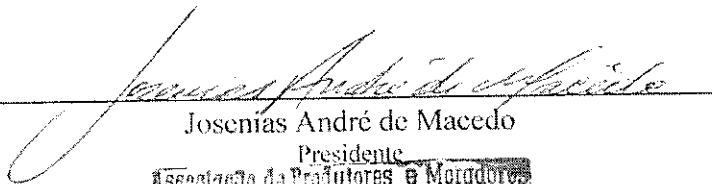
Sendo estes alguns dos pontos que estão prejudicando o desenvolvimento da comunidade e que reclamados à SAE, a resposta é que estas ações são de responsabilidade da Prefeitura de Porto Velho.

Desta forma a comunidade vem questionar porque a Prefeitura de Porto Velho não está aplicando parte dos Royalties que é repassado regularmente pela Concessionária, se esses Royalties não estão sendo aplicado na nossa comunidade com obras, por exemplo: (pavimentação e rede de esgoto) que somo diretamente prejudicados como todo esse desenvolvimento, então onde está esse recurso?

Alguns moradores da nossa comunidade vivem atualmente com uma ajuda de custo que é repassada pela SAE, pela falta de geração de renda com a pesca e o turismo, tal qual era na Cachoeira do Teotônio, não se sabe até quando essa ajuda de custo vai permanecer, mas temos a consciência de que nos restam menos de um ano para reclamarmos todo e qualquer benefício prometido e necessário para que nossa comunidade possa ter condições de resgatar sua dignidade com trabalho e respeito sem a precisão de estar reclamando ajuda de custo ou "esmola".

Sendo o que havia de relatar, nossa comunidade aguarda ansiosa pelo apoio deste órgão competente em nos ajudar a garantir nossos direitos juntos à Prefeitura de Porto Velho e a SAE.

Sem mais para o momento.



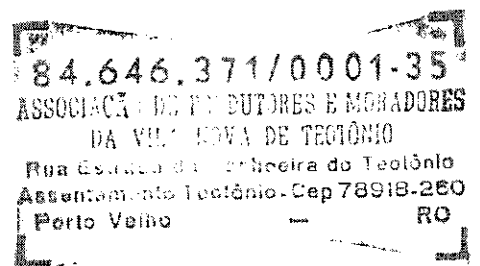
Josenias André de Macedo

Presidente

Associação de Produtores e Moradores  
da Vila Nova de Teotônio - A.P.M.V.N.T.

Josenias André de Macedo

Presidente





184  
113

Assinaturas dos Moradores:

Domício de Freitas Lima RUA 4 CASA 30  
 FERNANDA FERREIRA DA SILVA Rua=16 casa 54  
 Adriana Ferreira da Silva Rua - 16 casa 53  
 MARCELO BRITO SALS Rua - 16 - 53  
 FRANCISCA DE RODRIGUES GONCALVES Rua - 8 - Nº 41  
 Maria RY da Silva  
 FRANCISCA FERREIRA FERREIRA  
 Rosivone Cavalcanti da Silva  
 Sebastião Freixo Oliveira  
 SÍDIO SILVA da CRUZ  
 JORDAN FERREIRA FERREIRA  
 PEDRO SILVA DOMABENO  
 JOSELENE SILVA DOMABENO  
 GILSON LIMA DOMABENO de ANDRADE casa: 44 Rua: 08  
 RINALDO SILVA de ANDRADE DOMABENO  
 Joiceane Lima Domabeno  
 CARLOS ALBERTO das ILHAS DOMABENO  
 - Aldilene Silva de Andrade  
 - Claudete da S. Cruz  
 - Jussara da S. Cruz  
 - Jaldemir de FERREIRA  
 PLAZ FONTES de F.  
 - ALVARO SILVA de Souza  
 - Jilcinia Viana  
 Fabio Silva de Cruz  
 RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA  
 ZOLA O'NEIRO CORRÊA  
 Rosante Pél Câmara  
 André Luiz Silva Almeida  
 Maria Joana Rodrigues da Silva

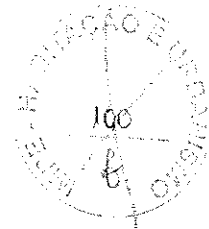
MANOEL FELIX FEITOSA  
 Raimunda Pereira da Silva  
 PLAZ FONTES de F.  
 Rafael de Amaral dos Santos  
 Maria Odete Horta de Souza Rua  
 6 Casa 37  
 Eden Marques de Souza Guimarães  
 Edilson Marques Guimarães  
 Maria dos Anjos Barreto  
 Manoel Macêdo

Associação de Produtores e Moradores  
 da Vila Nova de Teotônio - A.P.M.V.N.T.  
 Josenias André de Macêdo  
 Presidente

84.646.371/0001-35  
 ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E MORADORES  
 DA VILA NOVA DE TEOTÔNIO  
 Rua Estrada do Arco da Cheira do Teotônio  
 Assentamento Teotônio - Cep 78919-260  
 Porto Velho RO



6483  
Piso: \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_



Ao  
Ministério Público Federal do Estado de Rondônia – MPF/RO  
Ministério Público do Estado de Rondônia –MPE/RO  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA  
Assunto: Falta de Compensação/Indenização e Assistência ao Pescador, por parte do Consórcio de Santo Antônio Energias S.A.

Porto Velho, RO, 26 de Setembro de 2011.

879377  
Eu Pedro Silva Damaceno, RG nº 599.929 SSP/RO e CPF sob nº 411.791.452-91, casado, profissão pescador, residente e domiciliado na Cachoeira do Teotônio, atualmente Nova Vila de Teotônio em decorrência da Usina de Santo Antônio, atingido diretamente pelo empreendimento, venho através deste, expor minha situação antes e depois do empreendimento afetar de forma significativa e prejudicial a vida da minha família.

Minha Vida;

Moro na Cachoeira do Teotônio há mais de 15 anos, tendo profissão de pescador eu e minha esposa, morando na barranca do rio e vivendo do que a terra nos oferecia, plantávamos arroz, feijão, mandioca, milho, melancia, amendoim, banana, mamão, e verduras em geral para nossa subsistência e também para comercializar, além disso, quando o turismo estava no seu ponto forte, minha esposa administrava nosso lanche (ponto comercial, bem localizado na principal via de acesso da comunidade) dessa forma tínhamos uma renda familiar favorável a uma qualidade de vida, morávamos em uma casa simples, porém segura e aconchegante, tínhamos energia elétrica compatível com nossa realidade sendo apenas uma taxa mínima, tínhamos água potável da mais pura qualidade, já que a mesma era de uma mina d'água natural. Vivíamos em um vilarejo sem o mínimo de apoio do governo, entretanto conseguíamos sempre viver com dignidade e saúde, tendo a tranquilidade de dormir em paz como nossos filhos.

Chegaram FURNAS S.A

Depois de tantos e tantos anos ouvir falar em construção de Usina Hidrelétrica no rio madeira, finalmente aconteceu, chegou Furnas S.A, fazendo seus estudos e medições, ficamos sabendo que iriam nos tirar da nossa terra, nos tirar nossa vida, o medo foi imediato, pois eu, tenho conhecimento de muitas e muitas pessoas que foram atingidas por barragens e perderam completamente tudo o que construíram durante anos. Entretanto Furnas S.A sempre nas suas reuniões nos falava que não iria ser dessa maneira, pois teria um projeto muito bom para nossa comunidade, com a construção de uma agrovila, ruas pavimentadas, saneamento básico, tudo para que afetasse o mínimo possível em nossas vidas, disseram que não iriam nos deixar desamparados, porém tudo isso falado verbalmente e nada documento, e a cada dia que se passava se aproximava o momento em que de maneira cruel tive que sair da minha casa, deixar a barranca do rio, e estou perdendo a minha profissão de pescador, perdi a alegria de viver.

<b>R E C E B I D O</b>
06/10/2011
HORA: 13h
<i>[Assinatura]</i>
ASSINATURA



MP-RO 117093290711

Ministério Público do Estado  
de Rondônia  
Data: 06/10/11. Hora: 13:45.  
*[Assinatura]*  
Assinatura

**Despacho:**

De ordem, registre-se. Após, à Assessoria Jurídica para análise.

Porto Velho, 10.10.2011.

**Éverson Antônio Pini**  
Promotor de Justiça  
Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça



Ministério Público do Estado de Rondônia - PARQUETWEB

Comarca: Porto Velho/RO

Fato Extra Judicial

2011001010015039

Data do cadastro: 18/10/2011



Classe: Notícia de Fato

Assunto: Consumidor

Resumo: Pedro Silva Damaceno, Solicita Providência quanto a falta de compensação/indenização e assistência aos pescadores, por parte do Consórcio de Santo Antonio Energia S.A. (MP-RO 117093290711)

Interessado - Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ

Requerente - Pedro Silva Damaceno

Requerido - Santo Antonio Energia S/A - SAESA

Assinaturas dos Moradores:

Antonio Cachet Feneira  
Estrela A. Lima

[Lined area for additional signatures]

*José A. Macêdo*  
Associação de Produtores e Moradores  
da Vila Nova de Teotônio - A.P.M.V.N.T.  
Josenias André de Macêdo  
Presidente

84.646.371/0001-35  
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E MORADORES  
DA VILA NOVA DE TEOTÔNIO  
Rua Estrada da Cachoeira do Teotônio  
Assentamento Teotônio - Cep 78918-260  
Porto Velho - RO

EN FRANCO

645  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



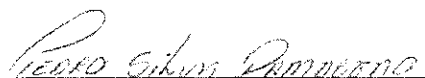
A mudança! Meu desespero;

No decorrer de todas as reuniões agora, com a empresa de denominação Santo Antônio Energia S.A. sempre diziam a mesma coisas que Furnas S.A nos falavam ao início, que teríamos uma indenização, ninguém iria sair sem receber o que é seu de direito, porém ainda assim preferiria ter continuado na minha casa, na minha vida alegre e feliz. Depois de eu pensar que já tinham me tirado tudo o que construí recebi uma proposta indecente onde eu só tive duas opções receber um valor de R\$ 113.000,00 (Cento e treze mil reais) a título de indenização ou receber outra casa na agrovila sendo que me seria descontado o valor da construção dessa casa no valor da suposta indenização de R\$ 113.000,00 (Cento e treze mil reais), dessa forma percebi que eu teria que pagar para construir outra casa para minha família e assim a suposta indenização de R\$ 113.000,00 (Cento e treze mil reais) e ia receber apenas a diferença que sobrasse. Mas a empresa disse que eu poderia recorrer, assim o fiz, mandei minha contraproposta na seguinte maneira: Aceito a indenização de R\$ 113.000,00 (Cento e treze mil reais) mais a casa na agrovila, pois eu já tenho casa, então como que querem que eu pague para ter outra casa? Como pode o empreendimento que se diz responsável e preocupado com o bem estar daqueles que estão atingindo se lhes pagam uma indenização em um valor "X" e para termos nossa casa em outro lugar temos que pagar com o dinheiro de nossa indenização, por que isso? Eu tenho minha casa, sou expulso e para não ficar sem teto a construção de uma nova residência para minha família e descontada na minha suposta indenização, meus Deus, que manobra suja, para dizer que cumpriu com todos os requisitos legais. Resultado, a empresa não aceitou minha contraproposta e só fiquei sabendo disso semanas antes da mudança, dessa forma tive que receber uma casa na agrovila, e cadê a suposta indenização por terem me tirado do meu lar, minha qualidade de vida? Minha renda familiar? Meu lanche?

Hoje vivo com minha família em um chapadão, sem perspectiva de vida, a empresa com "Responsabilidade Social" tirou de mim, minha renda, não tenho mais peixe a pescar, não posso plantar, pois a terra não é boa para plantio (acrescentar terra perto do rio fértil 50.000m<sup>2</sup>), o turismo que fomentava nossa renda familiar não há mais, pois o motivo do turismo era o peixe, as cachoeiras. Viviam com minha família em uma casa simples, hoje estou dentro de uma casa com rachaduras por toda a cada de dentro a fora, há casas que já foram até condenadas e me pergunto será que estão esperando que aconteça uma tragédia para tomarem providências? Estou bebendo uma água de qualidade duvidosa e o racionamento é demais, temos uma energia elétrica que não é compatível com nosso consumo e o valor é extremamente diferente do qual pagávamos antes, tem mês que vem energia no valor de R\$ 180,00 (Cento e oitenta reais) isso é um absurdo eu pagava uma taxa mínima quando tinha renda e agora que estou sem renda, sem atividade alguma, sem perspectiva de vida como vou fazer para pagar esse valor absurdo? Além disso, meu filho está exposto há um índice de poeira que antes não chegava nem perto, como vai ficar a saúde dos meus filhos, da minha família? Se adoecerem não vou ter como comprar os remédios, pois tiraram de mim a minha fonte de renda e até agora a empresa com "Responsabilidade Social" não preparou nada para compensar a minha profissão e assim eu ter minha fonte de renda de volta. Tudo o eu tenho é escutado a empresa me dizer Não! Não! Não! Não sei mais o que fazer, pois eu tirado da minha casa, colocado em uma casada que pode desabar a qualquer instante, estou em um lugar insalubre devido ao alto nível de poeira, não tenho mais minha fonte de renda e tudo o que foi prometido pela empresa nas reuniões antes

de sairmos, não foi cumprido, onde está à pavimentação, o saneamento básico, nossa fonte de renda e a minha indenização? Eu quero saber por que ainda não recebi minha indenização? Pois o que eles fizeram foi uma suposta indenização, me ofereceram um valor e desse valor foi descontado o valor da construção da nova casa, sendo que eu já tinha a minha casa e para efeito de compensação até o momento ainda não aconteceu nada, eu e minha esposa somos filiados à Colônia de Pescadores Tenente Santana Z-1, entretanto a diretoria está formalizando um cadastro para ser pleiteada uma ação contra o Consorcio Santo Antônio Energias S.A para que seja feito o pagamento de indenização a todos os pescadores que se encontram em uma situação tal como a minha, sem fonte de renda e sem apoio do empreendimento para que possamos continuar a exercer nossa profissão com o pescador, entretanto está sendo cobrado de cada pescador um percentual de 34%, onde 30% está destinados aos advogados e 4% para a Colônia de Pescadores Tenente Santana Z-1, consegui derrubar em uma Assembleia geral os 4% que seria para a Colônia de Pescadores Tenente Santana Z-1, pois se pagamos e somos filiados a uma entidade que tem por obrigatoriedade defender nossos direitos então porque devemos repassar 4% de qualquer indenização que venhamos receber, se já pagamos todos para justamente termos esse amparo legal pela entidade representante de classe pesqueira, contudo ainda assim continua o percentual de 30% para os advogados que considero um índice muito elevado e injusto pois estão trabalhando com causas de centenas de pescadores então não haveria necessidade de usar um percentual padrão como se estivesse defendendo a causa de um único indivíduo, dessa forma entendam, caso o resultado desta ação seja favorável e em uma hipótese o Consorcio Santo Antônio Energias S.A seja condenado perante a justiça a pagar a título de indenização um valor por exemplo de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), para cada pescador então eu e minha esposa que somos pescadores regularizados ao final iremos receber um total de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) pois será 30% meu e 30% da minha esposa para os advogados, somados em 60%, então eu e minha esposa receberíamos um percentual de 40%, isso não é justo. Muitas vezes nas reuniões da Colônia de Pescadores Tenente Santana Z-1, tentei fazer com que este percentual fosse reduzido, entretanto nossa classe pesqueira só reclama depois dos fatos ocorridos. Dessa forma vejo que a diretoria da Colônia de Pescadores Tenente Santana Z-1 não está preocupada com os pescadores, pois não há manifestação por parte da mesma em buscar junto ao Consorcio Santo Antônio Energia S.A nossos direitos, explicações sobre compensações e/ou indenização não há atitude, por isso eu e todos da classe de pescadores estamos desamparados sem apoio sem subsídio para continuarmos a pescar e a viver dessa profissão. Por estes motivos venho respeitosamente a esta instituição pedir que seja feito algo em nosso favor, pois estou sem saber o que vai ser da minha família, se não tenho mais minha fonte de renda e não posso mais continuar com minha atividade de pesca, pois nos foi tirado o rio onde pescávamos e até a presente data o Consórcio não apresentou nenhuma proposta que faça com que nós tenhamos nossa fonte de renda de volta trabalhando com o peixe.

Desde já agradeço o apoio e aguardo por uma posição favorável ao meu pedido.



Pedro Silva Damaceno

Fones 069 9952-6254/8416-5642

C. G. G.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Ao Ministério Público do Estado de Rondônia**

Vimos por meio de este relatar alguns pontos que não foram tratados na reunião do dia 27/09/2013 e que merecem atenção.

1. Estrada muito distante, sendo que a parte alagada chega a ser uma distância irrisória em comparação ao desvio feito pela SAE, muitos turistas reclamam da distância.
2. Pavimentação da vila com bloquete;
3. Adequação do Píer para atracamento de barcos;
4. Remoção da praia artificial para um local com água limpa;
5. Aceleração dos projetos (piscicultura, granja e agricultura);
6. Subsídio em todos os projetos até a geração de renda;
7. Reforma na estrutura das poças sépticas (estão desmoronando);
8. Ameaça de a comunidade ficar sem transporte em virtude da falta de turismo e distancia da estrada além das péssimas condições da estrada, deixando inviável para a empresa de ônibus continuar com a linha.
9. Frequente falta de energia elétrica por mais de 24 horas;
10. Subsídio para as conta de água e luz até que a renda da nossa comunidade seja reestabelecida de forma estável;
11. Esclarecimento do empreendimento junto com a comunidade para explicar o porquê que dizem que o subsídio se encerrará no fim deste ano, sendo que o empreendimento ainda não deu condições para que a comunidade tenha sua fonte de renda reestabelecida, com turismo, pesca, agricultura, granja, e outras atividades.
12. Continuação do recebimento do auxílio aos reassentados até que a comunidade tenha sua fonte de renda reestabelecida;
13. Correção do valor do subsídio em virtude de que tudo aumentou comida, vestuário, transporte, educação e saúde, e se estivéssemos nossa fonte de renda nossa renda aumentaria com o aumento do fluxo de turistas.
14. Construção de forro nos beirais da casa, pois quando há fortes ventos grandes partes das casas ficam destelhadas;
15. Obediência á garantia de 5 cinco anos nas casas, pois muitas casas ocupadas estão com rachaduras e várias vezes a empresa passou apenas uma massa por cima, sem resolver o problema;

16. Programa de controle ao carapanã e ao mosquito da dengue, por meio da capacitação e contratação de moradores da comunidade para aplicação de fumaça diária. Doação da bomba de fumaça e materiais necessários para o seu uso.
17. Treinamento de uma equipe de salvamento em afogamento, considerando a distancia que pode prejudicar o trabalho do corpo de bombeiro em uma eventual necessidade, instalação de sirene de emergência.
18. Temos um médico concurso para lotação no Posto de Saúde da Vila, mas que nunca chegou aqui temos uma casa de apoio para ele, dessa forma a comunidade está prejudicada sem médico.
19. Informamos que a CAERD, não cumpriu o acordo de fazer a coleta da água para análise firmado na ultima reunião dia 27/09/13 caracterizando assim uma possível manobra para ajustar qualquer irregularidade da água e apresentar uma análise de boa qualidade, situação que não condiz com o grande número de reclamação dos moradores.
20. Coleta de lixo não é feita com regularidade, já há mais de dois meses que não temos o serviço. Causando mau cheiro e possibilitando a proliferação de ratos, baratos...
21. Disponibilização de internet e mais aparelhos de telefone público, pois na Cachoeira do Teotônio havia apenas um aparelho, mas o tamanho da comunidade era bem menor.
22. Programa de turismo na Nova Vila do Teotônio em parceria com o governo e município com programações para todo o ano, campeonato de futebol, vôlei de praia, corrida de voadeira e Jet-ski, passeio em trilha, comemoração de festas juninas, pesque e pague e outras oportunidades para fomentar a renda e transformar realmente a Nova Vila de Teotônio em um ponto turístico da cidade de Porto Velho e do estado de Rondônia.





6487  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Porto Velho, 24 de abril de 2009.

A  
Associação de Moradores e Produtores Rurais  
Vila Teotônio  
CGC/MF 84646371/0001-35  
Porto Velho - RO

Nº. Ref.: Santo Antônio Energia / PVH – 0118/2009

Assunto: UHE Santo Antônio Energia/Vila Teotônio  
Ofício registrado e autenticado em Cartório, em 04/03/2009  
Reivindicações Apresentadas pela Associação de Moradores e  
Produtores Rurais

Ilustríssimos (as) Senhores (as)

Cumprimentando-os, cordialmente e, em resposta ao ofício referenciado, que apresenta reivindicações da Comunidade de Vila Teotônio para o reassentamento das famílias afetadas pelo empreendimento e, conforme compromisso de apresentar a resposta nesta data e entregar cópia a todas as famílias, a Santo Antônio Energia pessoa jurídica de direito privado, com escritório situado na Av. Lauro Sodré, nº 2.800, Bairro Costa e Silva, Porto Velho, Rondônia, CEP 76.802-449, sucessora da Madeira Energia S.A. (MESA) autorizada pelo Decreto da Presidência da República de Outorga e Concessão para Construção da UHE Santo Antonio, em 13/06/2008; e através do contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2008 pela ANEEL; empenhada em minimizar as interferências advindas da implantação do empreendimento, estabeleceu e efetivou em relação ao remanejamento da população da área necessária à formação do futuro reservatório, uma série de procedimentos para a indenização das benfeitorias e a compensação relativa à reorganização das atividades produtivas identificadas

PORTO VELHO, RO  
Av. Lauro Sodré, 2800 – Nacional  
CEP 76.802 449  
Tel 55 69 3218 1400 - Fax 55 69 3218 1420  
www.santoantonioenergia.com.br



**Santo Antônio**  
ENERGIA

junto às famílias afetadas, conforme recomendações previstas no Projeto Básico Ambiental – PBA de Remanejamento da População Atingida.

Desta forma, reiteramos a seguir informações sobre o processo em curso, seus interlocutores, critérios e parâmetros que foram formalizados em compromissos do empreendedor no Programa de Remanejamento da População integrante do Licenciamento Ambiental autorizado pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, na Licença Prévia Nº 251/2007 e Licença de Instalação Nº 540/2008, concedidas pelo IBAMA e que regem as ações da Santo Antônio Energia junto as populações afetadas e apresentadas nas reuniões realizadas na comunidade de Vila Teotônio, nos plantões de atendimento realizados pela equipe de Comunicação Social e especificamente, sobre as reivindicações apresentadas no ofício referenciado, assunto de pauta de reunião realizada no ultimo dia 17.04.09 nas dependências da escola de Vila Teotônio.

## **REIVINDICAÇÕES**

### **Compensação Social**

#### ***a) Início imediato dos esclarecimentos sobre a indenização das famílias afetadas e das negociações para o reassentamento e compensação***

A Santo Antônio Energia tem realizado, por intermédio da sua área de Comunicação Social, reuniões e oficinas participativas com as famílias afetadas no sentido de levar informações e prestar esclarecimentos sobre o empreendimento, seu cronograma e principalmente sobre os critérios e as opções que a empresa oferecerá a cada família para a justa indenização das terras, culturas, construções e instalações afetadas pela área necessária à formação do futuro reservatório. Simultaneamente, as entidades representativas destas famílias também participaram



de diversas instâncias de discussão sobre estas condições, incluindo-se, dentre elas, a Associação de Moradores e Produtores Rurais.

Além do processo de diálogo social estabelecido nestas reuniões, a área de Comunicação Social da Santo Antônio Energia produz, mensalmente, informativo impresso com as principais questões relacionadas ao empreendimento e aos afetados, dele constando item específico que reproduz as perguntas apresentadas pelas famílias, para as quais são apresentadas as respostas cabíveis. Adicionalmente, a empresa mantém núcleos de atendimento, prestado por agentes de comunicação, e que estabelecem a ligação direta com as famílias residentes na área a ser ocupada pelo futuro reservatório, incluindo Vila de Teotônio, no sentido de responder as questões ou esclarecer as dúvidas sobre o empreendimento.

Especificamente, em 09 de Janeiro, 03 e 17 de Abril de 2009 foram realizadas reuniões de apresentação do Programa de Remanejamento da População Afetada, em que foram repassadas informações sobre as etapas do programa, categorias consideradas, alternativas de negociação e cronograma previsto. Em Teotônio, nesses encontros houve a participação de cerca de 145 pessoas, envolvendo, também, as comunidades de Betel e Padre Eterno, tendo como pauta: a divulgação do início da etapa de pesquisa socioeconômica e o detalhamento das etapas e prazos para as indenizações dos imóveis, os critérios para elaboração dos laudos de avaliação patrimonial, as opções de tratamento que serão apresentadas às famílias, a alternativa de reassentamento coletivo ou em vilas (núcleo urbano) e a resposta da Santo Antônio Energia sobre as reivindicações apresentadas



pela Associação. Ainda nesta reunião, foi apresentada a equipe de entrevistadores para a realização do cadastro socioeconômico já realizado na Vila Teotônio.

Cabe esclarecer que logo após as análises dos cadastros socioeconômicos e respectivos laudos de avaliação patrimonial, a Santo Antônio Energia apresentará proposta de negociação, a cada família, de acordo com seu perfil e vínculo com o imóvel, objetivando a indenização ou o remanejamento das famílias, conforme a manifestação de aceite, que será individual.

Por ocasião das reuniões foram apresentadas as alternativas ou opções que a Santo Antonio Energia apresentará a cada família.

- b) A transferência da Vila Teotônio não poderá ser feita de local, apenas remanejada respeitando APP para o lugar mais próximo do Rio Madeira;***

Importante reiterar as condições e critérios informados nas reuniões realizadas na comunidade sobre a questão do remanejamento. A escolha das opções de remanejamento que serão oferecidas pelo empreendimento será de cada família, ou seja, poderá receber a indenização das construções e culturas, ou a auto realocação através da Declaração de Crédito para realizar a compra de novo imóvel, ou o reassentamento em vila. Estas alternativas consideram se a família é proprietária, residente ou não na área afetada e o número de familiares residentes. Portanto  para se definir sobre o reassentamento e o local onde será realizado é necessário um número mínimo de famílias para que isto aconteça. O local onde poderá ser construído o reassentamento deve seguir a lei sobre as restrições de uso e

X ocupação sobre a Área de Preservação Permanente que para área rural deve ser no mínimo 100 metros acima da linha d'água e para área urbana 30 metros, portanto por lei estes limites deverão ser respeitados. Se observarmos a situação de hoje na Vila Teotônio, todas as casas estão dentro da Área de Preservação Permanente do Rio Madeira.

- c) ***Esta Agrovila deverá conter casas padronizadas, com 80 m<sup>2</sup> no mínimo, respeitando a vontade do morador na questão da divisão dos cômodos de sua casa;***

A área mínima para construções das casas seguirá o padrão implantado no Reassentamento Engenho Velho, ou seja, a partir X de 45 m<sup>2</sup>. Será considerado o número de familiares residentes na moradia de origem para determinar a área da casa a ser construída. Segundo o cadastro socioeconômico a área média do X corpo principal das casas existentes na Vila Teotônio é de 45 m<sup>2</sup>, portanto na condição para se dimensionar a casa conforme o X tamanho da família, as casas poderão ter no mínimo 45 m<sup>2</sup> podendo chegar até 100 m<sup>2</sup>. O padrão construtivo seguirá projeto padrão consagrado para moradias populares, atendendo as exigências das normas de engenharia e da ABNT.

- d) ***A Vila deverá ter estrada de acesso asfaltada, infraestrutura básica como ruas asfaltadas, água tratada, energia elétrica 24 horas, rede de esgoto tratado e um cemitério local;***

Conforme informado nas reuniões realizadas na Vila Teotônio, as condições para a implantação do empreendimento obriga a Santo Antônio Energia a proporcionar no remanejamento das famílias, condições iguais ou melhores as existentes na área de origem. Se



considerarmos a ausência dos serviços públicos para o abastecimento de água e esgotamento sanitário existentes hoje no local a infraestrutura a ser implantada no reassentamento, caso seja esta a opção escolhida pelas famílias, serão bem melhores que a existente. As moradias contarão com fonte de água através de poço artesiano, fossa séptica, energia elétrica, acessos e estradas. As estradas serão melhoradas, e não serão asfaltadas como todas as estradas de acesso existentes na área rural. A  implantação de cemitério também não poderá ser atendida, pois é atribuição do poder público municipal e não do empreendimento.

No caso de existir sepulturas na localidade, serão tratadas conforme dispõe a Lei.

e) ***Construção de Escola Padrão, para o ensino fundamental e médio. Esta deverá ter boa infraestrutura para a atividades educativas, esporte e lazer. Deve contar no projeto da escola – Ginásio Esportivo, Campo de Futebol para a comunidade, quadra de vôlei de areia;***

A definição sobre o padrão construtivo da Escola, instalações, equipamentos entre outros, deverá seguir as normas da Secretaria Municipal de Educação. As reivindicações poderão ser atendidas ou não considerando o padrão da escola existente na comunidade e que deverá ser reconstruída em novo local, atendendo o número de alunos existentes, a capacidade de manutenção do município e as normas legais. Evidente que a comunidade poderá opinar sobre a questão, mas será mérito de convênio a ser estabelecido com a Prefeitura Municipal de Porto Velho.

649c  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**SantoAntônio**  
ENERGIA

- f) **Construção de um posto de saúde, com todos os equipamentos necessários para atendimentos de rotina e de emergência, com médicos, enfermeiras e ambulância, um poço artesiano, um consultório odontológico. Deve ter: Sala de nebulização; Sala de enfermeira; Sala do médico; Enfermaria; Farmácia; Laboratório; Sala de vídeos e palestra; Sala de sutura e curativos; Sala de triagem e recepção; Banheiros para funcionários; Copa; Expurgo; Sala de repouso feminino e masculino; Banheiros públicos; Depósito; Sala Diretor.**

Cabe destacar que o Posto de Saúde hoje existente na Vila Teotônio seguem os requisitos das normas de atendimento, estrutura construtiva, preconizadas pelo Ministério da Saúde, as reivindicações apresentadas são louváveis e vão no sentido de melhorar o atendimento e as instalações hoje existentes e que deveriam estar sendo tratadas pela Prefeitura Municipal, entretanto considerando as obrigações do empreendedor face a construção da UHE Santo Antonio que direcionou recursos para compensação social para Prefeitura Municipal de Porto Velho e ao governo do Estado de Rondonia, para melhorias dos serviços públicos. A recomposição do Posto de Saúde da Vila Teotônio X deverá, como na área de Educação seguir as normas legais estabelecidas para o padrão de atendimento a esta localidade. A Santo Antonio Energia cumprirá sua obrigação em repor as instalações e equipamentos do Posto de Saúde de acordo com os requisitos legais e a definição também será mérito de convênio a ser estabelecido com a Prefeitura Municipal de Porto Velho.

- g) **Construir uma sede administrativa para Associação Comunitária com: Auditório para 200 pessoas; Salão de festa;**



**SantoAntônio**  
ENERGIA

**Garagem fechada com capacidade para um caminhão e trator;  
Três salas; Cozinha industrial; Um trator agrícola com todos  
os acessórios; Um caminhão ¾; Uma camara fria com  
capacidade de 20 toneladas; Fábrica de gelo com capacidade  
de 500 kg/dia;**

- h) Estacionamento para turistas com administração da  
associação;**
- i) Construção de calçadão com escadarias para embarque e  
desembarque com área especial para os bandeirinhas com  
cobertura e banheiros;**
- j) Banheiros públicos na Vila de moradores com administração  
da Associação;**

De acordo com o PBA de Remanejamento da População a construção de equipamentos comunitários está vinculado a implantação de Reassentamento em Vila, conforme já realizado no reassentamento Novo Engenho Velho a definição do que se **X** construir, em qual local e quando construir, será parte de processo de diálogo social com as famílias que optarem por Reassentamento.

Entretanto, cabe destacar que a reivindicação apresentada está muito além do que a própria condição hoje existente em Vila Teotônio, é evidente que o empreendimento proporcionará condições iguais ou melhores das atuais, mas há limite, que está inclusive vinculado a capacidade financeira de manutenção da **X** própria comunidade. Normalmente os reassentamentos aprovados pelo IBAMA e INCRA atendem a área comunitária com Centro Comunitário, quadra de areia para vôlei e futebol, parquinho e





igreja e este é o padrão que foi implantado em Engenho Velho e será a proposta de projeto que a empresa apresentará as famílias  optantes de Reassentamento em Vila Teotonio.

Sobre o atendimento aos itens vinculados as atividades de produção e pesca, não está vinculado ao programa de  Remanejamento da População, será objeto de análise e monitoramento futuro. A empresa implementará atividades específicas de capacitação e formação às famílias objetivando novas oportunidades de produção e melhorar a eficácia dos sistemas de produção existentes. A aquisição de equipamentos,  caminhões, câmara fria não será atendida, podendo ser analisada futuramente quando as atividades de monitoramento sobre a produção e pesca se mostrarem mais consolidadas.

**k) Construção de vários poços artesianos (de acordo com a necessidade dos moradores) com encanamento da água incluindo a escola, posto de saúde e associação;**

Da mesma forma como respondido no item "g" a implantação do sistema de abastecimento de água será parte do projeto de Reassentamento. A área comunitária será atendida com poço artesiano servindo as unidades que serão construídas como a escola e o posto de saúde;

**l) Na vila deverá ter linha fixa de telefone e orelhão na escola e no posto de saúde;**

Os serviços de telefonia seja fixa ou móvel não é de atribuição do empreendimento, cabe as concessionárias destes serviços atenderem os requisitos da Lei e da ANATEL – Agência Nacional



**SantoAntônio**  
ENERGIA

de Telefonia e Telecomunicações para o atendimento nas áreas rurais e comunitárias, conforme demanda apresentada diretamente pelas comunidades ou pela Prefeitura Municipal de Porto Velho;

- m) **Compensar todos os moradores desta comunidade com 3 salários mínimos mensal por família, durante 20 anos. Conforme o período de concessão do consórcio, estes salários para os moradores será a compensação de produção para que estes possam se manter;**
- n) **Oferecer para a comunidade cursos profissionalizantes em áreas demandadas pela comunidade inclusive a formação de um laboratório de informática com 20 computadores. A empresa deverá fazer um levantamento participativo das demandas e potencialidades a serem desenvolvidos nesta comunidade e indicações de como fomentar outras atividades econômicas. E por fim planejar de forma participativa o desenvolvimento destas atividades com os comunitários. Oferecendo recursos financeiros e técnicos para que estas sejam desenvolvidas.**
- o) **Implantar piscicultura comunitária nas áreas da Vila e oferecer recursos físicos humanos e financeiros para seu funcionamento: Tanque escavado de 100 x 100 para cada família no seu lote; Assistência Técnica plena durante cinco anos; Fornecimento de alevinos para estes criadores durante cinco anos; Uma fábrica de ração para peixe e frangos com cursos de capacitação de pessoal;**
- p) **Construir uma farinheira comunitária totalmente equipada com uma empacotadeira industrial para a produção de farinha**

6492  
Cidade: \_\_\_\_\_  
Rua: \_\_\_\_\_



**SantoAntônio**  
ENERGIA

***e seus derivados, agregando valores e melhorando a renda das famílias;***

A Santo Antônio Energia está realizando, em convênio com a UNIR e sob a coordenação técnica desta Universidade, o Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, (vinculado ao Programa de Conservação de Ictiofauna). Conforme previsto em seu escopo, estão em andamento medições da quantidade pescada, tipos de pescado, material utilizado, identificação dos pontos de pesca ao longo do Rio Madeira, com a participação dos pescadores, visando obter dados objetivos sobre a situação de hoje e a futura, após o enchimento do reservatório.

Simultaneamente, a Santo Antônio Energia está levantando informações declaratórias junto às famílias para o cadastro socioeconômico, buscando obter dados sobre a composição da renda e a principal atividade econômica da família, como a pesca. Estes dados também serão considerados na análise e comparados com os indicadores já consagrados pelas entidades do setor; somente após esta etapa é que a empresa poderá responder se haverá e como será a compensação econômica sobre estas atividades. Cabe observar que, a discussão e posterior definição deste assunto se darão, necessariamente, com a participação direta desta categoria econômico / social.

Quanto à participação em cursos profissionalizantes, as comunidades ribeirinhas serão atendidas de acordo com as atividades, aptidões e habilidades pelo Programa Ambiental de Reorganização das Atividades Produtivas e pelos serviços de Assistência Técnica Social e Ambiental que deverá ser



implementado durante a fase de remanejamento das famílias. A empresa tem antecipado alguns cursos, como o de pilotos de embarcações, realizado em outubro de 2008.

Finalizando os esclarecimentos, destaca-se que a Santo Antônio Energia tem mantido diálogo permanente com as famílias com a Associação e com a Colônia de Pescadores Z-1 Tenente Santana, as quais têm participado das reuniões realizadas em Vila Teotônio, incluindo as ocorridas no início deste mês.

Sobre a construção de tanques de piscicultura, neste momento a empresa não pode manifestar o atendimento, pois dependerá das potencialidades e recursos hídricos do local onde será implantado, das aptidões das famílias. Sabe-se que a atividade pesqueira tem uma forma um sistema próprio e um tempo definido para ser realizada, entretanto a CRIAÇÃO de peixes em cativeiro tem outra dinâmica, requer dedicação diária, condições de clima, água, alimentação etc.

Sobre a Farinheira considera-se como uma atividade muito diferente da pesca, a qual a maioria das famílias se dedica, portanto há necessidade de melhor avaliação e será discutida futuramente quando os trabalhos de monitoramento das atividades de produção estiverem mais adiantados como explicado anteriormente;

- q) Os lotes por família deverão ter no mínimo 10 hectares. Para que os comunitários possam desenvolver outras atividades agrícolas, melhorando a renda das famílias;**



**Santo Antônio**  
ENERGIA

Sobre os itens que envolvem a formação de uma vila (núcleo urbano) ou reassentamento coletivo, há que se esclarecer inicialmente que a situação das famílias em sua área de origem, constitui a base para a formulação das medidas mitigadoras a serem apresentadas.

X Na Vila Teotônio existe residências que têm área de comércio conjugada - bares, mercearias e outros. A maior parte das famílias tem sua principal atividade econômica relacionada à pesca seja artesanal, seja profissional, segundo levantamentos que subsidiaram o Programa de Remanejamento; a atividade de produção agrícola é mínima, abrangendo cultivos em quintais;

X Sobre os critérios para escolha de áreas para implantação de lotes - seja em reassentamento coletivo, seja em vila - a Santo Antonio Energia terá como base aqueles estabelecidos no Programa de Remanejamento da População, ou seja, conforme perfil, vínculo com a propriedade, atividade econômica, tamanho da família, residência no local, entre outros.

Como relatado, o processo de escolha das alternativas que a empresa apresentará será de livre e individual manifestação da família.

X A dimensão dos lotes ao perfil das famílias, em Teotônio, a característica principal é de moradia tipo núcleo urbano ou periurbano, ou seja, os lotes no reassentamento para estas famílias deverão se manter basicamente com as mesmas características.

6/93  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**SantoAntônio**  
ENERGIA

**r) Construção de posto policial, linha de ônibus coletivo e isenção de impostos e taxas municipais e cobrança de taxa mínima de energia para os moradores;**

A infraestrutura prevista para o reassentamento individual ou vila (núcleo urbano) consta de sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário com fossa séptica, arruamentos com cascalho e área comunitária. Quanto aos equipamentos comunitários como posto policial, atendimento a linha de ônibus coletivo, informamos que não depende apenas da reivindicação da comunidade e da empresa; o poder público municipal e o estadual é que decide sobre a segurança pública e o transporte público e como a Vila Teotônio é localidade pública reconhecida o atendimento deve ser efetivado pelo poder público municipal, ressalvando porém que o atendimento está vinculado à quantidade de usuários para cada serviço, ao território de cobertura etc.

Sobre a isenção de impostos e taxas não é de atribuição do empreendedor responder, trata-se de Lei de Tributos sendo de responsabilidade do Estado responder da mesma forma a redução no preço da energia que é matéria e atribuição da companhia de distribuição local ou seja a CERON.

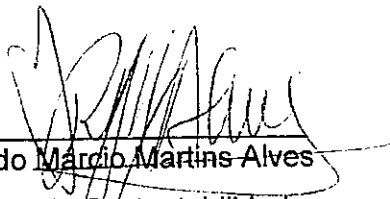
Por último, destacamos que todas as questões estão em discussão com a comunidade e a Associação conforme as reuniões realizadas e destacadas neste documento. Reiteramos que, o empreendimento está LICENCIADO PELO IBAMA, para a construção da Usina bem como para a implantação dos Programas Ambientais, inclusive o de Remanejamento da População, desta forma há obrigações e direitos estabelecidos de parte a parte e que a Santo Antonio Energia cumprirá suas obrigações previstas no Licenciamento Ambiental de forma transparente e com o diálogo com as famílias e entidades.



**Santo Antônio**  
ENERGIA

Assim sendo, a Santo Antônio Energia coloca-se à disposição para prestar quaisquer outras informações e esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



---

Ricardo Márcio Martins Alves  
Gerente de Sustentabilidade

Ricardo Márcio Martins Alves  
Gerente de Sustentabilidade  
Santo Antônio Energia

EM BRANCO





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003  
www.ibama.gov.br

OF 02001.014451/2013-72 GABIN/PRESI/IBAMA

Brasília, 22 de novembro de 2013.

Ao Senhor  
Carlos Hugo Annes de Araújo  
Diretor da SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A  
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS  
SAO PAULO - SAO PAULO  
CEP.: 05.477-000

Assunto: **Licenciamento Ambiental da UHE Santo Antônio.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção às solicitações apresentadas pela Santo Antônio Energia, por meio dos Ofícios SAE nº 4.376/13 e 4.383/13, apresentamos, para os devidos fins, informações atualizadas sobre a tramitação do licenciamento ambiental do Projeto Básico Complementar (PBC) da UHE Santo Antônio.

#### **I - Projeto Básico Complementar Alternativo - Ofício SAE nº 4383/2013**

2. Conforme oportunamente esclarecido por este Instituto à Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Ofício nº 480/2012/GP/IBAMA (cópia em anexo), a análise técnica dos aspectos ambientais do Projeto resultou na elaboração dos Pareceres Técnicos nº 40/2012 e nº 68/2012.

3. O Parecer Técnico nº 40/2012 avalia que a proposta de motorização adicional e alteamento do reservatório da UHE Santo Antônio se mostra positiva, considerando que o empreendimento já se encontra instalado na região. Por meio da otimização da UHE Santo Antônio deixam de ser gerados significativos impactos ambientais, associados à implantação de uma nova usina. O parecer também registra que a maioria dos impactos associados ao projeto encontram-se internalizados pelo processo de licenciamento da usina, e são objetos dos programas de mitigação e compensação já

EM BRANCO



0496  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

executados pela UHE Santo Antônio. O parecer ainda apresentou uma relação de informações complementares, necessárias para o posicionamento conclusivo sobre a viabilidade ambiental da proposta.

4. Ainda em 2012, a Santo Antônio Energia apresentou parte das informações solicitadas, as quais foram analisadas pelo Parecer Técnico nº 68/2012. Deste modo, o referido parecer consignou a necessidade de apresentação de dados complementares, relacionados aos seguintes impactos: (i) relocação de população em função dos ajustes na Área de Preservação Permanente; (ii) relocação de população em função de elevação do lençol freático; (iii) perda de áreas aptas à agricultura; (iv) adensamento, aprisionamento ou afugentamento de fauna por inundação de áreas; e (v) compensação de atividades minerárias. Conforme registrado no Ofício nº 480/2012/GP/IBAMA, tais dados são imprescindíveis para a nova calibração dos programas ambientais, de modo a absorver os impactos decorrentes das alterações do projeto.

5. O Parecer Técnico nº 68/2012 também avalia que, além das medidas ambientais recomendadas na documentação da Santo Antônio Energia, eventual implementação do projeto de ampliação deverá ser acompanhada de programas complementares de mitigação e compensação, nas seguintes áreas: (a) comunicação social; (b) vigilância epidemiológica e controle de vetores; (c) remanejamento da população; (d) recuperação da infraestrutura afetada; (e) conservação de fauna; (f) conservação de flora; (g) monitoramento hidrobiogeoquímico. Adicionalmente, o parecer informa que a avaliação da documentação apresentada pela Santo Antônio Energia não identificou nenhum impacto não mitigável ou não compensável.

6. Cabe esclarecer que o rito definido para o licenciamento ambiental do Projeto Básico Complementar Alternativo prevê, além da elaboração de estudos ambientais e pareceres técnicos específicos, dedicados às análises dos impactos ambientais associados ao projeto: (i) a realização de procedimento de consulta pública, com o objetivo de promover a informação, esclarecimento e a participação pública; além de (ii) consulta aos órgãos envolvidos, especialmente no que se refere à autorização dos órgãos gestores de unidades de conservação exigida pelo art. 36, da Lei nº 9985/2000.

7. Quanto à consulta pública, os procedimentos prevêem a realização de reunião pública em Porto Velho, agendada para o dia 18/12/2013, além da distribuição de cartilhas e plantão de atendimento na localidade de Jaci Paraná, conforme registrado no Ofício DILIC/Ibama nº 02001.014091/2013.

8. No que tange à consulta aos órgãos envolvidos, o Ibama não obteve resposta aos Ofícios emitidos ao IPHAN, ICMBio e Secretaria de Estado de

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003  
www.ibama.gov.br

Desenvolvimento Ambiental (SEDAM/RO) - Ofícios nº 02001.006831/2013;  
02001.007170/2013 e 02001.7171/2013 - cópias em anexo.

9. Por fim, informamos que a Santo Antônio Energia, após receber as demandas dos pareceres técnicos nº 40 e 68/2012, apresentou estudos complementares no sentido de fornecer os subsídios necessários para a análise de viabilidade ambiental do PBCA, cuja análise conclusiva será registrada em novo parecer técnico, a ser finalizado após a realização da reunião pública.

## **II - Motorização adicional (implantação de 02 máquinas novas) - Ofício SAE nº 4376/2013**

10. Em atenção ao pedido de autorização para implantação de 02 máquinas adicionais às 04 unidades autorizadas por meio do Ofício nº 317/2011 - CGENE/DILIC/IBAMA, com base na Nota Técnica nº 31/201, informo que o Despacho nº 027421/2013, no mesmo sentido da Nota Informativa nº 22/2013 e da própria Nota Técnica nº 31/2013, informa não haver óbices técnicos para a instalação das máquinas no leito principal do rio Madeira, totalizando 50 máquinas, feito o registro de que tal avaliação, de forma isolada, não implica na antecipação da viabilidade ambiental do alteamento de cota, cujo rito de análise encontra-se descrito ao longo do primeiro tópico deste documento.

Atenciosamente,

**VOLNEY ZANARDI JÚNIOR**  
Presidente do IBAMA

EMERSON



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.014529/2013-59 DILIC/IBAMA

Brasília, 26 de novembro de 2013.


Ao Senhor  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente da SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A  
Rua Tabajara, nº 834, Bairro Olaria  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.801-316

Assunto: **Resposta ao documento PVH:0669/2013**

Senhor Gerente

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio, informo que os dados adicionais para descarga do material retido na sucção da UG 20 foram avaliados por meio da Nota Técnica nº 6976/2013 - cópia em anexo.
2. Informo ainda que durante e após a atividade de descarga, deverão ser adotados todos os procedimentos de controle e remediação disponíveis, de modo a evitar impactos adicionais aos já observados. Ressalto que, caso sejam verificados prejuízos ambientais em virtude do procedimento realizado, a SAE estará sujeita à aplicação de sanção administrativa.

Atenciosamente,

  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA

EM BRANCO





6499  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.014528/2013-12 DILIC/IBAMA

Brasília, 26 de novembro de 2013.

Ao Senhor  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente da SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A  
Rua Tabajara, 834 - Olaria  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.801-316

Assunto: **Reunião Pública PBCA**

Senhor Gerente

1. Em atenção ao documento Santo Antônio Energia/PVH: 0665/2013, solicito que o horário de início proposto para a realização da reunião pública de discussão do Projeto Básico Complementar da UHE Santo Antônio seja alterado para às 17:00hs, de modo a facilitar o deslocamento e a participação da população no referido evento.

Atenciosamente,

  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA

EN BANC



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

6500  
6170  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

OF 02001.014775/2013-19 DILIC/IBAMA

Brasilia, 02 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente da SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A  
Rua Tabajara, 834 - Olaria  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.801-316

Assunto: **Procedimentos para a Reunião Pública**

Senhor Gerente

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio, solicito que os procedimentos para a realização de reunião pública de discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) atenda ao disposto no documento "Regulamento para realização de reunião pública", cuja cópia segue em anexo.

Atenciosamente,

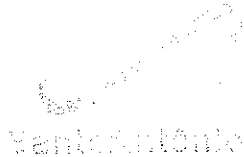
  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA

EN DRANCO

02001.023004/2013-71

04.12.13

6501  
677  
Proc.:  
Rubr.:



Porto Velho, 03 de dezembro de 2013

À Senhora  
Gisela Damm Forattini  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC  
Instituto Brasileiro do M. Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -  
IBAMA  
Brasília - DF

Nº. Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0695/2013

Assunto: S/Ofício OF 02001.014091/2013-17 DILIC/IBAMA – Reunião Pública

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia - SAE reporta-se ao ofício supracitado e informa que acatou as diretrizes contidas no referido documento e, que realizou as alterações nos materiais de divulgação descritos abaixo visando atender à solicitação de substituição do texto matriz de divulgação de "Reunião Informativa" por "Reunião Pública":

- Convite às famílias atingidas;
- Convite aos órgãos públicos, instituições e demais *stakeholders*;
- Banners de divulgação da reunião no local do evento;
- Cartazes destinados aos estabelecimentos comerciais das áreas atingidas;
- Faixas de divulgação da reunião em ruas da cidade de Porto Velho e distrito de Jacy-Paraná;
- Faixas de divulgação da reunião no local do evento.

No que se refere à disponibilização do relatório relativo ao Plano Básico Complementar Ambiental – PBCA para a cota 71,0m, estes foram entregues para as instituições demandadas pelo IBAMA e seus protocolos de recebimento encontram-se anexos a esta.

clb

50661  
Ao TRP Eduardo, para  
conhecimento e anotação ao P.A.

6/12/13



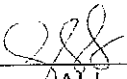
Frederico Queiroga de Almeida  
Matrícula nº: 1.512.156  
Chefe  
COHID/GENE/DIL/DIRAM

Santa Amélia

6562  
In: 6172  
no.:  
Rubr: \_\_\_\_\_

Outrossim, a SAE comunica , que conforme deliberação do IBAMA, tomou as providências comunicar a mudança no horário da Reunião Pública de 9h para as 17h, em 18/12/2013.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

ESTADO DE LA UNIÓN

EN GRANO





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

6503  
6473  
P. 1  
P. 2  
P. 3

OF 02001.014887/2013-61 DILIC/IBAMA

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
Átilla Augusto da Silva Sale  
Promotor do Ministério Público do Estado de Rondônia  
Rua Jamily, nº 1555 Bairro da Olaria  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.801-917

Assunto: **Solicitação de informações - Procedimento 2011001060000061 - UHE Santo Antônio (Processo nº 02001.000508/2008-99).**

Senhor Promotor

1. Em atenção ao ofício nº 193/2013/MPE-RO/GT, informo que o Parecer citado no documento, Parecer Técnico n. 046/CAOP-MA/MP/2013, não foi localizado. Desta forma não foi possível dar qualquer encaminhamento sobre o assunto.
2. A respeito das demais solicitações, informo que o Ibama realiza o acompanhamento do processo de remanejamento da população atingida pela formação do reservatório da UHE Santo Antônio, por meio de vistorias técnicas, reuniões e avaliação dos documentos encaminhados pela concessionária - Santo Antônio Energia/SAE. Encaminho, em anexo, Relatório de Vistoria realizada em agosto de 2013 ao reassentamento Vila Nova de Teotônio, assim como o PT 06103/2013, no qual foi avaliado o 3º Relatório Semestral de Acompanhamento dos Programas Ambientais.
3. Adicionalmente, informo que os demais relatórios de vistorias realizadas na região e documentos técnicos de acompanhamento da implantação das medidas mitigadoras previstas pelo licenciamento encontram-se disponíveis na página do Ibama na internet, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>.

Atenciosamente,

  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA

EMBRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental

6504  
1474

MEM. 021424/2013 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013

Ao Senhor Diretor da DIPRO

Assunto: **Solicitação de autuação em desfavor da Santo Antonio Energia-SAE, pela morte de 2.000kg(dois mil quilos)de peixes - Processo 02001.000508/2008-99.**

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 69766/2013/COHID/IBAMA, que analisa a mortandade de peixes ocorrida no dia 19 de outubro de 2013, bem como o relatório enviado pela SAE comunicado o ocorrido. Desta forma, solicito que seja emitida sanção administrativa em desfavor da Santo Antônio Energia SA considerando a mortandade de 2 toneladas de peixes de diversas espécies, na Unidade Geradora nº 20 da UHE Santo Antônio, diretamente relacionada a atividade executada pelo empreendedor. Para tanto, encaminho dados do empreendedor:

Nome da Empresa: Santo Antonio Energia

CNPJ: 09.391.823/0001-60

CTF: 3.987.180

Representante Legal: GUILHERME ABBAD SILVEIRA

CTF:605.950.941-04

Telefone: (0xx69) 3216-1679 - FAX: (0xx11) 3702-2804

Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental nº 02001.000508/2008-88

Atenciosamente,

  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA

EN BLANCO



6505  
~~6745~~

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.015095/2013-12 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
Isac Teixeira  
Diretor da ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.  
RUA JOAQUIM NABUCO Nº 3200 SALA 02  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.807-066

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

Senhor Diretor,


1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido a Energia Sustentável do Brasil para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná,



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e [www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

300  
676

OF 02001.015086/2013-13 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
José Neumar Silveira  
Gerente do Sipam Rondonia  
Av. Lauro Sodré, 6500, Aeroporto  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.803-260

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira**

Senhor Gerente

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido a Energia Sustentável do Brasil para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'G. Forattini', written over a faint circular stamp.

**GISELA DAMM FORATTINI**

Diretora da DILIC/IBAMA





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

6507

OF 02001.015087/2013-68 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

À Senhora  
Nanci Maria Rodrigues da Silva  
Secretária da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental/RO  
Estrada do Santo Antônio nº. 5323 - Bairro: Triângulo  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.805-810

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira**

Senhora Secretária,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido essa Secretaria para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e [www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

4. O Ibama reitera a solicitação de autorização dessa Secretaria para o licenciamento ambiental do Projeto Básico Complementar Alternativo, conforme exposto OF 02001.007170/2013-63 DILIC/IBAMA.

Atenciosamente,

**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental

MEM. 021425/2013 DILIC/IBAMA


Brasília, 10 de dezembro de 2013

Ao Senhor Chefe do NLA/RO

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido esse Núcleo para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e [www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.015081/2013-91 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
Edjales Benício de Brito  
Secretário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente-Sema Ro  
Rua Duque de Caxias, 1960 - São Cristóvão.  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.800-800

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

Senhor Secretário,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido essa Secretaria para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristóvão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

**GISELA DAMM FORATTINI**

Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.015080/2013-46 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor  
Mauro Nazif Rasul  
Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Porto Velho - Ro  
R. Getúlio Vargas, 1693 - KM-1  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 78.916-700

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

Senhor Prefeito Municipal,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido essa Prefeitura para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e [www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'G. Forattini', written over a thin vertical line that extends downwards.

**GISELA DAMM FORATTINI**

Diretora da DILIC/IBAMA





6511

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.015082/2013-35 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

A Sua Magnificência a Senhora  
Maria Berenice Alho da Costa Tourinho  
Reitora da Universidade Federal de Rondônia Unir  
Campus - BR 364, Km 9,5  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.801-059

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

Magnífica Reitora,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido essa Universidade para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'G. Forattini', written over a horizontal line.

**GISELA DAMM FORATTINI**

Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama, CX. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

6512

OF 02001.015085/2013-79 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
Vicente Andreu Guillo  
Diretor da Agência Nacional de Águas  
Setor Policial, área 5, Quadra 3, Blocos  
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL  
CEP.: 70.610-200

Assunto: **Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira**

Senhor Diretor,

Protocolo-Geral  
Agência Nacional de Águas

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido essa Agência para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'G. Forattini', written over a printed name and title.  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

6513

OF 02001.014884/2013-28 DILIC/IBAMA

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

À Senhora


Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha  
Procuradora da República da Procuradoria da República em Rondônia/Ro  
Rua Joaquim Araújo Lima nº1759 - São João Bosco  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.803-749

Assunto: **Resposta Ofício nº 4365/2013/MPF/PR-RO/SETC - 6º OFÍCIO - 4ª CCR - UHE Santo Antônio (Processo nº 02001.000508/2008-99).**

Senhora Procuradora da República,

1. Encaminho mapa digital em CD anexado, contendo as informações solicitadas no Ofício Nº 4365/2013/MPF/PR-RO/SETC - 6º OFÍCIO - 4ª CCR, que faz referência ao Memorando n. 8/2013/PRDC/PR-RO (ÚNICO PR/RO - 20484/2013).

Atenciosamente,

  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.015092/2013-71 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
Carlos Mário Guedes de Guedes  
Presidente da Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Mda  
SBN Qd. 01 Bloco D - Edifício Palácio do Desenvolvimento  
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL  
CEP.: 70.057-900

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira**

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido esse Instituto para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'G. Forattini', written over a faint circular stamp or watermark.

**GISELA DAMM FORATTINI**

Diretora da DILIC/IBAMA





6515

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.015088/2013-11 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
Roger da Silva Pêgas  
Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
SAN Q.03 Bl. A - Ed. Núcleo dos Transportes  
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL  
CEP.: 70.040-902

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

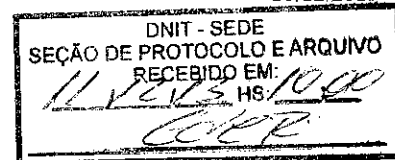
Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.

2. Convido esse Departamento para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.

3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e [www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

4. O Ibama reitera a solicitação de manifestação quanto ao Projeto Básico Complementar Alternativo, no que diz respeito a este Departamento, de forma a subsidiar





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

a análise conclusiva deste Instituto quanto a viabilidade ambiental do projeto, conforme exposto no OF 02001.006809/2013-93 DILIC/IBAMA.

Atenciosamente,

  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

Recebi em: 10/12/13  
Horário: 10:36  
Nome: *[Assinatura]*  
Protocolo - FUIA

OF 02001.015094/2013-60 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

À Senhora  
Maria Augusta Boulitreau Assirati  
Presidenta da Fundação Nacional do Índio/Ministério da Justiça  
SBS Quadra 02 Lote 14 Ed. Cleto Meireles. Telefone: (61) 3247-6005  
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL  
CEP.: 70.070-120

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

Senhora Presidenta,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido essa Fundação para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'G. Forattini', written in a cursive style.

**GISELA DAMM FORATTINI**

Diretora da DILIC/IBAMA



6517

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.015090/2013-81 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
Jarbas Barbosa  
Secretário do Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância Sanitária  
Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, 1º andar, sala 105  
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL  
CEP.: 70.058-900

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

Senhor Secretário,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido essa Secretaria para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e

Ministério do Meio Ambiente  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
11 12 2013  
Robinson 10:50



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

**GISELA DAMM FORATTINI**

Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.015091/2013-26 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

À Senhora

Rosana Pinhel Mendes Najjar

Diretora da Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Depam

SEPS Quadra 713/913 Sul , Bloco D , Edifício IPHAN, 5º andar, Asa Sul

BRASILIA - DISTRITO FEDERAL

CEP.: 70.390-135

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

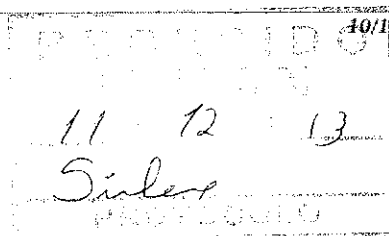
Senhora Diretora,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.

2. Convido esse Instituto para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.

3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e [www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

4. O Ibama reitera a solicitação de manifestação quanto ao Projeto Básico Complementar Alternativo, no que diz respeito ao IPHAN, de forma a subsidiar a análise





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

conclusiva do Ibama quanto a viabilidade ambiental do projeto, conforme exposto no OF 02001.006831/2013-33 DILIC/IBAMA.

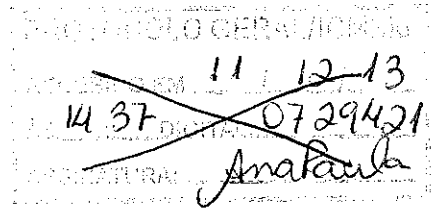
Atenciosamente,

**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA





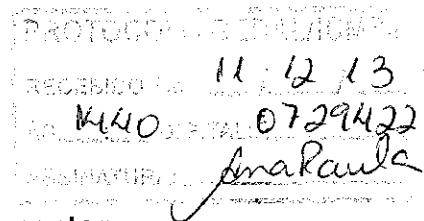
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br



OF 02001.015093/2013-15 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
Marcelo Marcelino  
Diretor da Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo, Setor Sudoeste  
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL  
CEP.: 70.670-350



Assunto: **Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

Senhor Diretor,


1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido esse Instituto para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e [www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).
4. O O Ibama reitera a solicitação de autorização desse Instituto para o licenciamento ambiental do Projeto Básico Complementar Alternativo, conforme exposto



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

nº OF 02001.007171/2013-16 DILIC/IBAMA.

Atenciosamente,

  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA

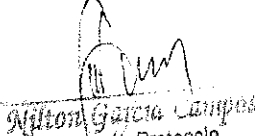


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

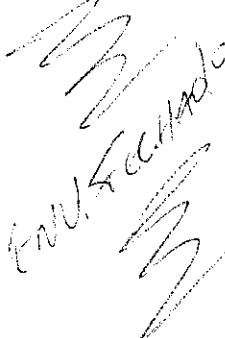
OF 02001.015083/2013-80 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Ao Senhor  
Sérgio Augusto Dámaso de Sousa  
Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral  
S.A.N. Quadra 01 Bloco B  
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL  
CEP.: 70.041-903

  
Nilton Garcia Campos  
Setor de Protocolo  
Matr. SIAPE nº 0453033

11/12/13

  
FNU. Facchinato

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido esse Departamento para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristóvão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'G. Forattini', written over a faint circular stamp.

**GISELA DAMM FORATTINI**

Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

OF 02001.015079/2013-11 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

À Senhora  
Aidee Maria Moser T. Luiz  
Promotora do Ministério Público do Estado de Rondônia  
Rua Jarmy nº 1555, 2º andar - Bairro Olaria  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.801-917

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira**

Senhora Promotora

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido essa Promotoria para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br)

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'G. Forattini', written over a faint circular stamp.

**GISELA DAMM FORATTINI**

Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br

Q522

OF 02001.015084/2013-24 DILIC/IBAMA

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

À Senhora

Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha

Procuradora da República do Ministério Público Federal em Rondônia/RO

Av. Abunã, 1759, Bairro São João Bosco, Porto Velho (RO)

PORTO VELHO - RONDONIA

CEP.: 76.803-749

**Assunto: Convite para Reunião Pública do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio, no rio Madeira.**

Senhora Procuradora da República,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental, informo que será realizada Reunião Pública para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, instalada no rio Madeira. O Edital de convocação foi publicado no Diário Oficial da União de 03/12/13, seção 3, página 148.
2. Convido essa Procuradoria para participar da Reunião Pública, que ocorrerá no dia 18/12/2013, a partir das 17 horas, no Ello Eventos, Av. Guaporé, 2365, Lagoa, Porto Velho.
3. Encontram-se à disposição para consulta pública, cópias dos estudos ambientais do PBCA, nos seguintes locais: Superintendência do Ibama em Porto Velho, Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, Costa e Silva, Porto Velho, RO; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO, Estrada do Santo Antônio nº. 5323, Triângulo, Porto Velho, RO; Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho - SEMA, Rua Duque de Caxias, 1960, São Cristovão, Porto Velho, RO; Universidade Federal de Rondônia, Campus - BR 364, Km 9,5, Porto Velho, RO; e Administração de Jacy Paraná, Rua José Salé, 2000 - Nova Jacy, Porto Velho, RO. Os referidos estudos encontram-se



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

disponíveis ao público, em meio digital, nos sítios [www.ibama.gov.br/licenciamento](http://www.ibama.gov.br/licenciamento) e [www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br).

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'G. Forattini', written over a faint circular stamp.

**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Coordenação de Energia Hidrelétrica

DESPACHO 030062/2013 COHID/IBAMA

Brasília, 11 de dezembro de 2013

À Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

**Assunto: Solicitação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) de vistoria conjunta à UHE Santo Antônio e de criação de GT Interministerial - Gestão Compartilhada da Pesca para a área de abrangência das UHEs Santo Antônio e Jirau.**

1. Trata-se de demanda encaminhada pelo MPA ao Presidente do Ibama, por meio do Ofício nº 1031/2013 - SE/MPA, solicitando a realização de uma reunião e vistoria técnica conjunta entre pescadores, SFPA-RO, MPA, MMA e Ibama, para discutir ações previstas e implementadas do PBA da UHE Santo Antônio, no que se refere ao apoio à atividade pesqueira.
2. Conforme se verifica no processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio, ações referentes ao apoio à atividade pesqueira fazem parte de subprograma específico, o qual foi objeto de análise do Parecer 6103/2013 - COHID/IBAMA.
3. Em resposta aos questionamentos decorrentes da análise supracitada, a empresa responsável pelo empreendimento (Santo Antônio Energia) se comprometeu a apresentar relatório descrevendo as ações executadas em benefício da comunidade pesqueira ainda em dezembro/2013.
4. Sendo assim, uma vistoria conjunta, conforme solicitado pelo MPA, será melhor instruída após a apresentação do referido relatório e apreciação deste pela DILIC.
5. Ainda em referência ao Ofício nº 1031/2013 - SE/MPA, verifica-se a preocupação daquele Ministério na publicação de Portaria Interministerial que instituirá o Grupo de Trabalho de Gestão Compartilhada da Pesca para a área de abrangência das UHEs Santo Antônio e Jirau, mecanismo considerado de suma importância para a discussão e

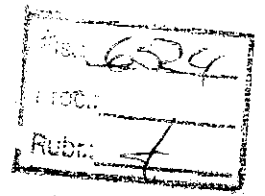


**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Energia Hidrelétrica**

tratamento de questões relativas ao ordenamento pesqueiro da região. Segundo o MPA, a minuta de criação do GT encontra-se em análise pelo MMA, desde 18 de junho de 2013.

6. Por se tratar de tema relevante relacionado, em parte, aos impactos gerados pelos empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Madeira, mas que pela natureza da atividade extrapola a competência do Ibama, sugiro que a demanda de criação do GT Interministerial seja encaminhada ao MMA, por meio do envio do Ofício nº 1031/2013 - SE/MPA e seus anexos.

  
**FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL**  
Chefe da COHID/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Divisão Técnico Ambiental-RO  
Núcleo de Licenciamento Ambiental-Ro

MEM. 002299/2013 NLA/RO/IBAMA

Porto Velho, 19 de agosto de 2013

À Senhora Diretora da DILIC

**Assunto: Atendimento à solicitação de informações a respeito de supressão de vegetação da Santo Antônio Energia, na Ilha de São Patrício, localizada no rio Madeira, conforme o disposto nos Ofícios Nº 2005 e 2006/2013 - IPL 0322/2013-4 - SR/DPF/RO, de 30/07/2013**

Venho, através deste, encaminhar os Ofícios Nº 2005 e 2006/2013 - IPL 0322/2013-4 - SR/DPF/RO, de 30/07/2013 que solicitam informações a respeito de supressão de vegetação da Santo Antônio Energia, na Ilha de São Patrício, localizada no rio Madeira.

Atenciosamente,

**EMERSON LUIZ NUNES AGUIAR**  
Coordenador do NLA/RO/IBAMA

Ao AMÉRICA BRUNO MERO,  
PAPA EMBORGAS DA RESPOSTA.

em 28.08.13



BRUNO MERO  
RESPOSTA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
Av. Lauro Sodré, 2905, Costa e Silva, Porto Velho/RO - 76.802-449 - Fone: 69 3216-6200

Processo - nº:	00247-2013-97
Protocolo - nº:	31.107.13
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>
Em:	
Documento:	19

Ofício nº 2005/2013 - IPL 0322/2013-4 - SR/DPF/RO

Porto Velho/RO, 30 de julho de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor  
SUPERITENDENTE REGIONAL DO IBAMA EM PORTO VELHO  
Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, B. Costa e Silva  
Porto Velho/RO - CEP 78.904-320

Fis.:	6835
Proc.:	
Reb.:	7

Assunto: solicitação.

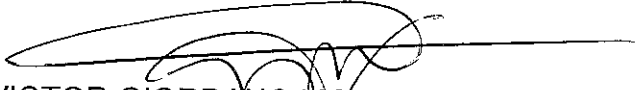
Senhor Superintendente,

De ordem do DPF Casarin, objetivando instruir os autos do Inquérito Policial nº 0322/2013-4 - SR/DPF/RO, solicito a Vossa Senhoria que seja informado, **no prazo de 20 dias**, se foi autorizada a empresa Santo Antônio Energia S.A. a efetuar o desmatamento (supressão de vegetação) da Ilha de São Patrício, localizada no Rio Madeira, Zona Rural do Município de Porto Velho/RO.

Em caso positivo, solicito ainda que seja encaminhado o documento que autorizou o desmatamento, bem como devem ser esclarecidas as condicionantes para a realização da atividade, em especial, como e em que condições a supressão de vegetação deveria ocorrer (esclarecendo se foi permitido o uso de queimada) e quais os cuidados para a captura, remoção e destinação da fauna do local.

Por fim, informe-se qual o procedimento que a empresa deveria adotar junto aos proprietários das terras localizadas na Ilha de São Patrício, além de outros dados julgados úteis.

Atenciosamente,

  
VICTOR GIORDANO MOURA DA COSTA  
Escrivão de Polícia Federal  
3ª Classe - Matrícula nº 18.178

Cio MLA,

para fornecer a  
informação solicitada.



Bvh, 061081-13

Ghislene da Silva Assunção

Analista Ambiental - IBAMA

Matricula 1513244



Documento - 020:  
Nº 0004/02916/2013 - 42  
Recebido em: 30/07/13  
Reitor

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA  
Av. Lauro Sodré, 2905, Costa e Silva, Porto Velho/RO - 76.802-449 - Fone: 69 3216-6200

IBAMA - 10000  
31/07/13  
18

Ofício nº 2006/2013 - IPL 0322/2013-4 - SR/DPF/RO

Porto Velho/RO, 30 de julho de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor  
SUPERITENDENTE REGIONAL DO IBAMA EM PORTO VELHO  
Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, B. Costa e Silva  
Porto Velho/RO - CEP 78.904-320

6026  
f

Assunto: solicitação.

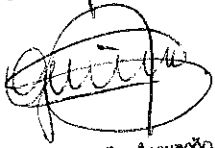
Senhor Superintendente,

De ordem do DPF Casarin, objetivando instruir os autos do Inquérito Policial nº 0322/2013-4 - SR/DPF/RO, solicito a Vossa Senhoria que seja informado, **no prazo de 20 dias**, se o órgão tomou conhecimento de possível irregularidade na supressão de vegetação da Ilha de São Patrício, localizada no Rio Madeira, Zona Rural do Município de Porto Velho/RO. Em caso positivo, solicita-se que seja informado se a empresa Santo Antônio Energia S.A. sofreu algum tipo sanção e se foi instaurado algum tipo de procedimento contra a mesma.

Atenciosamente,

VICTOR GIORDANO MOURA DA COSTA  
Escrivão de Polícia Federal  
3ª Classe - Matrícula nº 18.178

ao núcleo,  
para atendimento da  
informação solicitada.



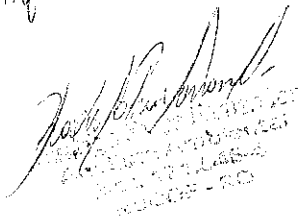
Pvh, 06/08/13

Ghislene da Silva Assunção  
Analista Ambiental - IBAMA  
Matrícula 1513244

AO MLF

Informar se este núcleo tem  
conhecimento de possível ilícito de  
autuação da empresa Sento  
Antônio Energia referente a suposto  
irregularidade informada no Ofício  
anexo.

6m19/08/13







MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Divisão Técnico Ambiental-RO  
Núcleo de Licenciamento Ambiental-Ro

MEM. 002543/2013 NLA/RO/IBAMA

Porto Velho, 13 de setembro de 2013


Ao Senhor Coordenador da COHID

Assunto: **Encaminhamento da documentação dos moradores do Reassentamento Santa Rita e dos Ofícios Nº 03/2013 e 34/13, do Movimento dos Atingidos por Barragens, referentes ao empreendimento UHE Santo Antônio.**

Venho, por meio deste, encaminhar a seguinte documentação:

- a) Documentos dos moradores do Reassentamento Santa Rita, conforme o encaminhamento da reunião realizada no mencionado reassentamento, em 28.08.2013;
- b) Ofício Nº 03/2013, do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, datado de 27.08.2013, que apresenta fotografias de alagamento no distrito de Jaci Paraná e laudo de análise de água dos poços contaminados;
- c) Ofício Nº 34/13, datado de 13.08.2013, também do MAB, que solicita mapas referentes à APP e efeito remanso, bem como, da elevação da cota do reservatório da UHE Santo Antônio.

Atenciosamente,

  
**EMERSON LUIZ NUNES AGUIAR**  
Coordenador do NLA/RO/IBAMA

AO ANUNCIADO QUANDO CHEREA,

PRIMA QUANTUM HEREDITARIA

A ME E HERANDEIRO DA VIDE SIMAO APRETO.

SOLICITO QUE SEJA PAGA AQUELA ME.

REQUISITOS APRETOES DE ESTADO L, COM

NUMEROS QUANTO A NUNCIACAO DE CANTONAMENTOS

LOS POTOS E HERANDEIRO DE RESPONSAVELIDADE

LA CPE.

EM 25.09.13



Herdeiro f



## MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB

SECRETARIA ESTADUAL – RONDÔNIA  
Rua Abóbora, 5661 – COHAB Floresta – Porto Velho/RO .  
Fone: (69) 3213-4982 – Email: mabrondonia@yahoo.com.br  
www.mabnacional.org.br

Nº:	6528
Proc.:	
Flub.:	7

Ofício N° 34/13

Porto Velho, 13 de agosto de 2013.

Ao: Sr. Paulo Baltazar Diniz  
Superintendente do IBAMA/RO

Prezado Senhor,

Ao cumprimentarmos cordialmente Vossa Senhoria, e nos apoiando na Lei de acesso a informação, solicitamos que sejam disponibilizados os mapas referentes às áreas de APP do reservatório da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, assim como das áreas de remanso, do alagamento atual, incluindo a elevação dos igarapés e a projeção do alagamento caso seja efetuada a elevação da cota do espelho d'água do reservatório em mais 80 centímetros.

Atenciosamente,

IBAMA/RONDÔNIA	
Documento - tipo:	
Nº de processo:	002605/2013 - 15
Protocolo em:	13/08/2013

*Ana Flávia do Nascimento*  
\_\_\_\_\_  
Ana Flávia do Nascimento  
Comissão de Moradores de Jacy Paraná

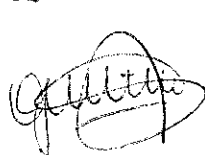
*Baltazar*

*Océlio Muniz*  
\_\_\_\_\_  
Océlio Muniz

Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens

Co N/A,

para ciência e  
atendimento.

 20/08/13

Ghislene da Silva Assunção  
Analista Ambiental - IBAMA  
Matricula 1513242



## MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB

SECRETARIA ESTADUAL – RONDÔNIA  
Rua Abóbora, 5661 – Bairro COHAB Floresta – Porto Velho/RO  
Fone: (69) 3213-4982 ou Flavia 96008784 Comissão – Email:  
mabrondonia@yahoo.com.br  
www.mabnacional.org.br

Fis: 6529  
Proc:  
Data:

Ofício nº 03/2013

Porto Velho, 27 de agosto de 2013.

Ao: Paulo Baltazar Diniz

Superintendente do IBAMA-RO

Documentos - 02792 - 13 - 37  
28 08 13  
Kuma

Senhor

Estamos enviando fotografias tiradas em 03/04/2013 onde a água se aproximava do centro do Distrito de Jaci Paraná, a área da APP ficou totalmente coberta de água. Estamos enviando também cópias do resultado da análise dos poços contaminados devidos o alagamento e infiltração do lençol freático, por este motivo a preocupação da comunidade viver em uma região onde o solo é arenoso.

Pedimos atenção prioritizada para esta comunidade.

Atenciosamente.

*Ana Flavia Do Nascimento*  
Comissão de Moradores de Jaci  
Ana Flavia Do Nascimento

*Ocelio Muniz*  
Movimento dos Atingidos Por Barragens  
Ocelio Muniz

Cto NCA,  
para ciência e  
acompanhamento.



RUh, 28/08/13

Ghislene da Silva Assunção  
Analista Ambiental - IBAMA  
Matrícula 1513244

6530

f



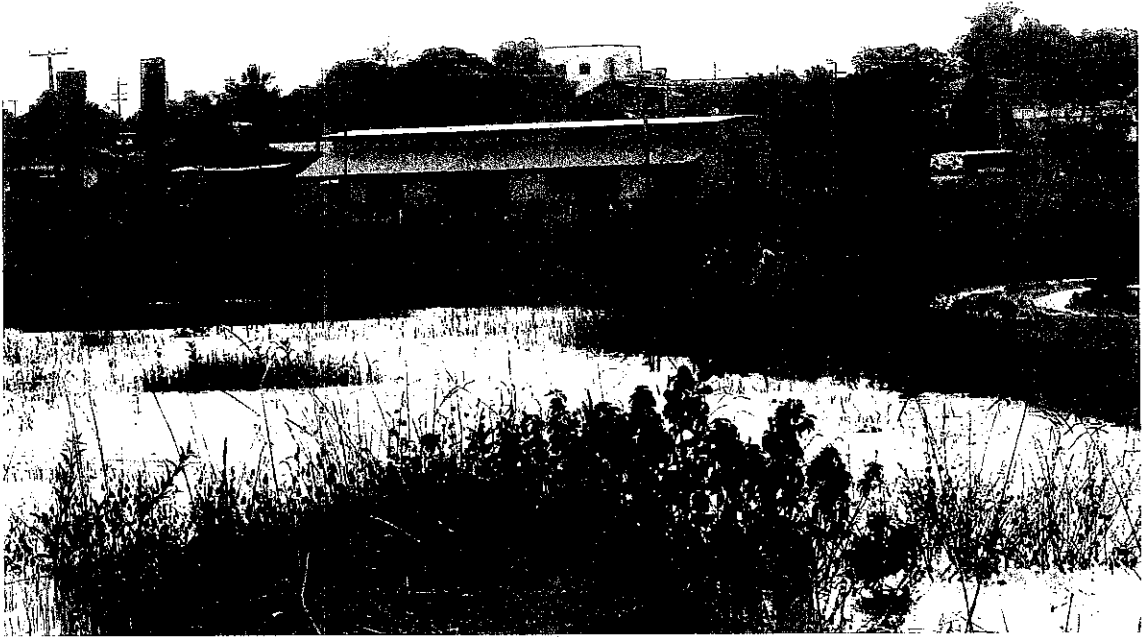
PRAÇA DA ADMINISTRAÇÃO

**EM BRANCO**



6534

t.



PRAIA

EMERSON

RUA PROXIMO A PRAÇA

632
100:
Rubr: #



PARQUE MUNICIPAL

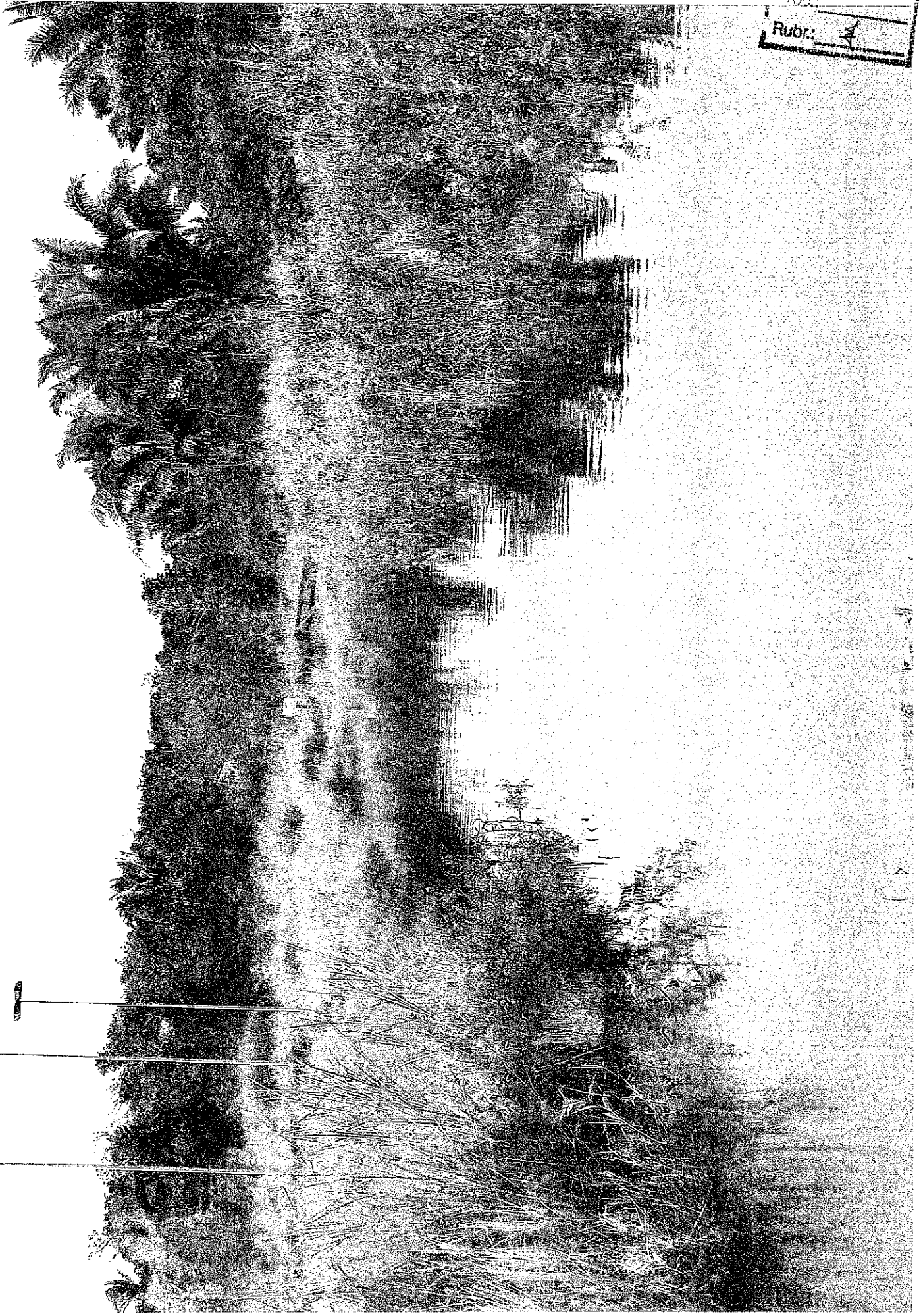
EMBRANCO

ÁREA próxima PMAE da f. de introdução - UFR

0533

00:

Rubr: 4



EM BRANCO

Almeida da UFA

Fis.: 60584  
Proc:



EM BRANCO



File: 6535  
Proc:  
Data: #

**LAUDO DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA**

Bióloga Taise Ferreira Vargas CRBio: 52227/6-D

**T. F. VARGAS E  
SERVIÇOS**

Av. Jatuarana, nº 5035, sala 50, Nova Floresta.  
Telefones (69) 8434-3739 / 8424-1514 / 3213-1975

Cliente: Lucilene Garcias Dias

Endereço: Rua José Salé nº 40 - Distrito de Jaci Paraná – Porto Velho – RO.

Data da coleta: 23/04/2013

Local da coleta – POÇO

Padrão microbiológico da água

Padrão bacteriológico	Referência*	Resultado
Coliformes fecais	Ausência em 100 ml	Presente
Coliformes totais	Ausência em 100 ml	Presente

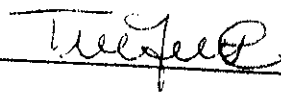
Metodologia: substrato cromogênico e fluorogênico para detecção simultânea de coliformes totais e fecais.  
Certificado pelo Inmetro - Lote: 642012

\*Legislação: PORTARIA Nº 2.914 – M.S.

**Conclusão:** A água analisada apresenta contaminação de bactérias do grupo de coliformes totais e fecais que são prejudiciais à saúde, sendo considerada imprópria para consumo humano, conforme as exigências microbiológicas da Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde.

Porto Velho, 29 de Abril de 2013

Taise Ferreira Vargas  
Bióloga  
CRBio 52227/6-D



Taise Ferreira Vargas – Bióloga  
CRBio: 52227/6-D

EM BRANCO



# Laboratório de Microbiologia de Alimentos e Água

Tomazelli Comércio & Serviços Ltda - CNPJ N.º 02.989.079/0001-50  
Av, Almirante Barrroso, 2493 - Bairro N. S. das Graças - Porto Velho - Rondônia  
www.labol.com.br - Email: contato@labol.com.br - Fone: 69 3026.4886

6736  
Fluor: 4

## BOLETIM DE ANÁLISE Nº RO.1316.03.2013

razão Social: ARIA DAS DORES DE SOUZA	CNPJ: 10.840.672/0001-69	Insc. estadual		
Endereço: Rua: Jose Sale, nº 100A - Distrito de Jacu Parana	CIDADE: Porto Velho	UF: RO	Data da Coleta 03/03/2013	Hora da Coleta 15:45

Classificação do Produto: **ÁGUA DE POÇO**

<b>Informações:</b>			
Local de coleta da amostra no interessado:	Casa Verde lado do Restaurante 01	Marca/Fornecedor.:	N.I.
Quando a amostra foi recebida no Laboratório em:	04/03/2013	Data Fab./Produto.:	N.I.
Como a amostra apresentava-se com Temperatura:	15 °C	Temp na Coleta:	N.I.
Quando os ensaios foram realizados no período de:	04/03/2013 a 07/03/2013	Nº Lote/Lacre:	N.I.
Como a amostra foi coletada e/ou embalada por:	Interessado	Observação:	N.I.
Responsável pela Coleta e/ou embalagem:	Maria das Dores	Nº RG / C.P.F	N.I.

Nota: Caso Coletor for o Interessado, os resultados deste boletim referem-se à amostra conforme recebida, não implicando responsabilidade, em nenhuma garantia quanto à coleta e procedência do produto que são de total responsabilidade do Cliente.

Característica (*) Microbiológica	Unidade	Resultado	Especificação (*)	Método (*)
NMP COLIFORMES TOTAIS	NMP	1,2	< 1,1	FDA / NMP
ESCHERICHIA COLI	UFC/ml	Ausente	Ausencia 100ml	FDA / Placas

Característica (*) Físico Químico	Unidade	Resultado	Especificação (*)	Método (*)
COR	Pt (2)	10	≤ 15	-
PH	-	6,5	6,0 a 9,5	-
TURBIDEZ	UT (4)	3,7	≤ 5,0	-
COLORO RESIDUAL LIVRE	mg/L	Ausente	> 0,2 a < 2,0	-

A amostra analisada encontra-se fora das especificações da Port. 2.914/11 MS em alguns parâmetros analisados.

Porto Velho(RO) 07 de Março de 2013

**Janeiza Pereira dos Santos**  
Técnico em Alimentos  
Responsável pela análise

**Dra Valéria B. Silva Guimarães**  
Responsável Técnico  
CRP 00093

**Os resultados apresentados neste documento têm significação restrita e se aplicam somente à presente amostra analisada. Este documento e seus resultados não podem ser usados para fins promocionais**

EN LUNCO

Fls.: 637  
Proc.:  
Rubr.: 1

**LAUDO DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA**

Bióloga Taise Ferreira Vargas CRBio: 52227/6-D

**T. F. VARGAS E  
SERVIÇOS**

Av. Jatuarana, nº 5035, sala 50, Nova Floresta.

Telefones (69) 8434-3739/ 8424-1514 / 3213-1975

Cliente: Janete Souza da Costa

Endereço: Rua José Salé nº 20 - Distrito de Jaci Paraná – Porto Velho – RO.

Data da coleta: 23/04/2013

Local da coleta – POÇO

Padrão microbiológico da água

Padrão bacteriológico	Referência*	Resultado
Coliformes fecais	Ausência em 100 ml	Presente
Coliformes totais	Ausência em 100 ml	Presente

Metodologia: substrato cromogênico e fluorogênico para detecção simultânea de coliformes totais e fecais.

Certificado pelo Inmetro - Lote: 642012

\*Legislação: PORTARIA Nº 2.914 – M.S.

**Conclusão:** A água analisada apresenta contaminação de bactérias do grupo de coliformes totais e fecais que são prejudiciais à saúde, sendo considerada imprópria para consumo humano, conforme as exigências microbiológicas da Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde.

Porto Velho, 29 de Abril de 2013

Taise Ferreira Vargas  
Bióloga  
CRBio 52227/6-D

Taise Ferreira Vargas – Bióloga  
CRBio: 52227/6-D

EM BRANCO

**LAUDO DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA**

Bióloga Taise Ferreira Vargas CRBio: 52227/6-D

Av. Jatuarana, nº 5035, sala 50, Nova Floresta.  
Telefones (69) 8434-3739 / 8424-1514 / 3213-1975

Cliente: Aline Rosa Cardoso de Lima  
Endereço: Rua 06 s/nº - Distrito de Jacy Paraná – Porto Velho – RO.  
Data da coleta: 18/03/2013  
Local da coleta – POÇO

Padrão microbiológico da água

Padrão bacteriológico	Referência*	Resultado
Coliformes fecais	Ausência em 100 ml	Presente
Coliformes totais	Ausência em 100 ml	Presente

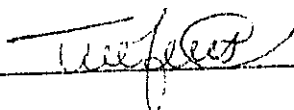
Metodologia: substrato cromogênico e fluorogênico para detecção simultânea de coliformes totais e fecais.

Certificado pelo Inmetro - Lote: 642012

\*Legislação: PORTARIA Nº 2.914 – M.S.

**Conclusão:** A água analisada apresenta contaminação de bactérias do grupo de coliformes totais e fecais que são prejudiciais à saúde, sendo considerada imprópria para consumo humano, conforme as exigências microbiológicas da Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde.

Porto Velho, 22 de Março de 2013



Taise Ferreira Vargas – Bióloga  
CRBio: 52227/6-D

**Taise Ferreira Vargas**  
Bióloga  
CRBio 52227/6-D

EM BRANCO





IBAMA/IBAMA/SUPES - RO
Documento - tipo:
Nº 02024/0322/2013 - 424
Recebido em: 06/11/13

*Buzelo*

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Av. Lauro Sodré, 2905, Costa e Silva, Porto Velho/RO - 76.802-449 - Fone: 69 3216-6200

Fis.: 659
Proc.:
Rubric.: <i>K</i>

Ofício nº 2935/2013 - IPL 0322/2013-4 - SR/DPF/RO

Porto Velho/RO, 05 de novembro de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor  
SUPERITENDENTE REGIONAL DO IBAMA EM PORTO VELHO  
Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, B. Costa e Silva  
Porto Velho/RO - CEP 78.904-320

Assunto: Of. 2006/2013

Senhor Superintendente,

De ordem do DPF Casarin, objetivando instruir os autos do Inquérito Policial nº 0322/2013-4 - SR/DPF/RO, reitero a solicitação feita a Vossa Senhoria através do Of. 2006/2013 - SR/DPF/RO datado de 30 de julho de 2013.

Outrossim, informo que segue em anexo a cópia do referido Ofício.

Atenciosamente,

  
VICTOR GIORDANO MOURA DA COSTA  
Escrivão de Polícia Federal  
2ª Classe - Matrícula nº 18.178

Co nucos IRO,  
para atendimento.

 Pvh, 07/11/13

Ghislene da Silva Assunção  
Analista Ambiental - IBAMA  
Matrícula 1513244

À COHID 2,  
De ordem, para providências,  
conforme despacho anterior.

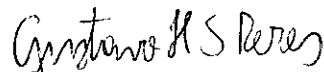
27/12/13

Ao VLA

Informar se a empresa Serto Antônios  
Energia sofreu alguma sanção a que  
se refere o ofício anexo, caso tenha  
conhecimentos.

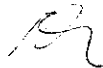
PVH, 06/12/2013



  
Gustavo H. S. Peres  
Analista Ambiental  
Mat. nº 2448661

Ao analista Eduardo Weyner,  
por anexo ao P.A. Informe que  
o pleito foi respondido por meio do  
Ofício 07001.015442/2013-07 DILIC/MA.

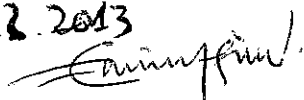
14.11



Frederico Queiroga do Amaral  
Matrícula nº 1.512.156  
Chefe  
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

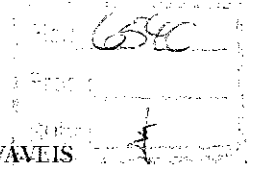
Ao ANALISTA Luiz ALBERTO,  
ENVIAR resposta solicitadas  
a dilatação de prazo, por Zodion,  
ao Delegado em epígrafe e encor  
minhar cópia dos ofícios à  
COHID 2, nos unidades do AA Bru-  
no Cavalho Melo, que já está  
elaborando a resposta.

em 09.12.2013





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Divisão Técnico Ambiental-RO  
Núcleo de Licenciamento Ambiental-Ro



MEM. 003342/2013 NLA/RO/IBAMA

Porto Velho, 16 de dezembro de 2013

À Senhora Diretora da DILIC

Assunto: **Encaminha Ofício nº 2935/2013-IPL 0322/2013-4- SR/DPF/RO (Polícia Federal)**

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria o Ofício acima mencionado para providencias, tendo em vista que a solicitação contida nesse expediente diz respeito a assunto tratado exclusivamente na Diretoria.

Atenciosamente,

**LUIZ ALBERTO LIMA CANTANHEDE**  
Coordenador Substituto do NLA/RO/IBAMA

EM BRANCO



Serviço Público Federal  
MJ - Departamento de Polícia Federal  
Superintendência Regional em Rondônia  
Av. Lauro Sodré, 2905, Costa e Silva, Porto Velho/RO - 76.802-449 - Fone: 69 3216-6200

Ofício nº 2006/2013 - IPL 0322/2013-4 - SR/DPF/RO

Porto Velho/RO, 30 de julho de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor  
SUPERINTENDENTE REGIONAL DO IBAMA EM PORTO VELHO  
Avenida Jorge Teixeira, nº 3.559, B. Costa e Silva  
Porto Velho/RO - CEP 78.904-320

Assunto: solicitação.

Senhor Superintendente,

De ordem do DPF Casarin, objetivando instruir os autos do Inquérito Policial nº 0322/2013-4 - SR/DPF/RO, solicito a Vossa Senhoria que seja informado, **no prazo de 20 dias**, se o órgão tomou conhecimento de possível irregularidade na supressão de vegetação da Ilha de São Patrício, localizada no Rio Madeira, Zona Rural do Município de Porto Velho/RO. Em caso positivo, solicita-se que seja informado se a empresa Santo Antônio Energia S.A. sofreu algum tipo sanção e se foi instaurado algum tipo de procedimento contra a mesma.

Atenciosamente,

  
VICTOR GIORDANO MOURA DA COSTA  
Escrivão de Polícia Federal  
3ª Classe - Matrícula nº 18.178

EMBRANCO

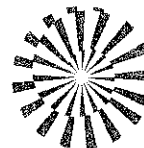


Fig.:	6542
Proc.:	
Rubric.:	f

São Paulo, 06 de novembro 2012.

Ao

**Exmo. Sr. Volney Zanardi Júnior**

Presidente do IBAMA

**Ministério Do Meio Ambiente**

SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco "A", 1º andar  
Brasília, DF CEP 70.818-900

Carta SAE nº 3278/2012

Assunto: Licenciamento Ambiental do PBCA da UHE Santo Antônio  
Ref.: Processo de licenciamento IBAMA nº 02001.000508/2008-99

Senhor Presidente,

Em atenção ao contido no Ofício nº 907/2012/GP/IBAMA, instruído com cópia do Despacho nº 19/2012/CGENE/DILIC/IBAMA, cumpre à Santo Antônio Energia S/A fazer breves considerações sobre o requerimento protocolizado neste Instituto, na data de hoje, com o pedido de prosseguimento do licenciamento ambiental relativo à ampliação da UHE Santo Antonio.

É fato que o procedimento para licenciamento da ampliação da UHE Santo Antônio encontra-se previsto na condicionante geral nº 1.2 da Licença de Operação nº 1.044/2011, a saber: **1.2 Quaisquer alterações no empreendimento deverão ser precedidas de anuência do Ibama.**

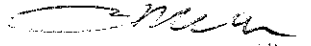


Ao COORDENADOR GERAL,

PRIMA CIÊNCIA E POSSESSÃO

RETORNO A ESTA COMIS.


Em 13-11-12

  
Rafael Istinio Della Nina  
Coordenador de Licenciamento de Hidroelétricas  
COHID/CGENE/DILIC/BAMA  
Substituto

Cunto,

Retorno ao Sr. Rafael Istinio  
para manifestação sobre  
o atendimento de despacho  
no Parecer Técnico ~~COHID~~ COHID  
relativo ao tema

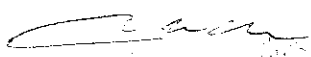
em 28/11/2012

  
Adriano R. Arregia de Queiroz  
Coordenador Geral de Infraestrutura de  
Energia Elétrica  
Substituto  
CGENE/DILIC/BAMA

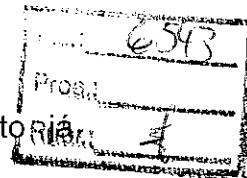
Ao PRIMEIRO ENFERMEIRO CHEFE,

RETORNO A COMISSÃO DE LICENCIAMENTO  
DE OBRAS E EQUIPAMENTOS DE POTÊNCIA  
AUMENTANDO DAS INFRAESTRUTURAS (CONCESSÃO DE  
AT. PROPOSTA N.º 07/12).

Em 30.11.12

  
Coordenador  
Substituto





É igualmente inequívoco que como o empreendimento já superou todas as etapas de licenciamento relacionadas à concepção original do projeto, foi **iniciada a análise preliminar da viabilidade ambiental da ampliação**, tendo essa Autarquia se manifestado favoravelmente, mediante expedição de **Anuência Preliminar** que demonstrou a **viabilidade ambiental do PBCA** (Ofício nº480/2012/GP/IBAMA), uma vez que: **(i)** que o empreendimento já se encontra inserido na região; **(ii)** que os impactos ambientais associados estão internalizados pelo processo de licenciamento já realizado; **(iii)** a otimização da UHE Santo Antônio evitaria significativos impactos ambientais associados à implantação de uma nova usina; e **(iv)** que não foi identificado nenhum impacto ambiental não mitigável ou não compensável.

Pois bem. Em 26/10/12, V.Sa enviou o Ofício em referência em resposta ao questionamento da SAE sobre o conteúdo do Despacho ANEEL nº 3216/12 subsidiado pela Nota Técnica ANEEL nº 474/12.

Em síntese, a SAE pretendia obter do IBAMA esclarecimentos adicionais para confirmar o entendimento, já discutido com este IBAMA em reuniões, sobre a necessidade de aprovação do PBCA da UHE Santo Antônio, com cota de operação do reservatório em 71,3 metros e 50 unidades geradoras, para que, em seguida, fosse solicitada junto ao IBAMA a continuidade do licenciamento correspondente à implantação do projeto que viabilizará a obtenção do potencial adicional.

Isto porque a SAE entendia não ser possível concluir o processo de licenciamento ambiental de empreendimento ainda não aprovado



EM BRANCO

definitivamente pela ANEEL, haja vista a necessidade de obtenção de documentos a ele vinculados (obtenção da DUP de áreas com a finalidade de supressão vegetal, por exemplo).

Ocorre que Vossa Excelência indicou que *“a sequencia do licenciamento da proposta requer apenas a solicitação da Santo Antônio Energia, acompanhada dos documentos e procedimentos exigidos pelos Pareceres Técnicos emitidos”*.

Ou seja, restou claro que o requerimento para prosseguimento do rito de licenciamento ambiental deveria ser iniciado mesmo sem a autorização do órgão regulador e os atos a ela correlatos, indicando, por conseguinte, não haver condicionantes regulatórias, ou necessidade de qualquer manifestação adicional pela ANEEL, que impeçam a conclusão do licenciamento pela SAE.

Assim, atenta à circunstância de que as etapas subsequentes a serem cumpridas para a **conclusão** do rito de licenciamento estão devidamente estabelecidas nos Pareceres Técnicos nº 40/2012 e nº 68/2012 – e a urgência do tema que afeta diretamente o interesse nacional (aproveitamento ótimo) – a Santo Antônio Energia S.A. informa que já requereu formalmente o **prosseguimento do rito de licenciamento e a consequente alteração da LO nº 1.044/2011 para a implantação do PBCA (motorização adicional de 06 unidades geradoras e alteração da cota de operação do reservatório para 71,3m).**



EMBRANCO

Fis.: 6545
Proc.:
Por.:

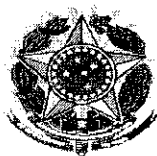
Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima  
elevada consideração, colocando-nos à disposição para esclarecimentos  
adicionais.

Atenciosamente,

*Eduardo de Melo Pinto*  
**Eduardo de Melo Pinto**  
Diretor Presidente



EMBRANCO



Fis.: 656  
Proc.:  
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
SCEN Trecho 02 - Ed. Sede do IBAMA CEP 70818900 - Brasília/DF - [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

**DESPACHO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

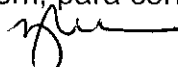
Nº do documento: 02001.063910/2012-61

Destinatário: DILIC

Data:

07/11/12

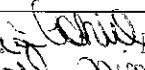
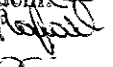
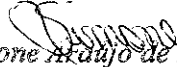
1º Despacho: De ordem, para conhecimento e demais encaminhamentos.

  
Nedir Camilo C. Ferreira  
Chefe de Gabinete  
IBAMA

Destinatário:

Data:

2º Despacho:

De ordem:  Din: 09/11/12  
Para:  Nona  
  
Simone Araújo de Souza  
Secretária CGENE/DILIC

Destinatário:

Data:

3º Despacho:

Destinatário:

Data:

4º Despacho:

Destinatário:

Data:

5º Despacho:

Destinatário:

Data:

6º Despacho:

<b>Destinatário:</b>	<b>Data:</b>	
<u>7º Despacho:</u>		
<b>Destinatário:</b>	<b>Data:</b>	
<u>8º Despacho:</u>		
<b>Destinatário:</b>	<b>Data:</b>	
<u>9º Despacho:</u>		
<b>Destinatário:</b>	<b>Data:</b>	
<u>10º Despacho.</u>		
<b>Destinatário:</b>	<b>Data:</b>	
<u>11º Despacho:</u>		
<b>Destinatário:</b>	<b>Data:</b>	
<u>12º Despacho:</u>		
<b>Destinatário:</b>	<b>Data:</b>	
<u>13º Despacho:</u>		





Fis.:	0747
Proc.:	
Rubr.:	8

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
Coordenação de Energia Hidrelétrica  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1595 - 1596  
www.ibama.gov.br

OF 02001.014050/2013-12 COHID/IBAMA

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Ao Senhor  
Guilherme Abbad  
Gerente do Santo Antônio Energia  
Rua Tabajara, 834  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.801-316

Assunto: **Solicita Informações acerca relacionadas a avaliação da elevação da cota de operação do UHE Santo Antônio nas estruturas e áreas pertencentes a UHE Jirau.**

Senhor Gerente

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio, reitero a solicitação exarada por meio do Ofício 02001.011783/2013-03 COHID/IBAMA no que se refere à necessidade de envio de avaliação da interferência da elevação de cota de operação do UHE Santo Antônio às áreas e estruturas do UHE Jirau.
2. Informo ainda que foi encaminhado ao Ibama uma cópia do documento IT/AO 1545-2013, no qual a ESBR informa a SAE sobre interferências da elevação do reservatório da UHE Santo Antônio em estruturas associadas à UHE Jirau.

Atenciosamente,


**RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA**  
Coordenador do COHID/IBAMA

LIBRERIA

  
Santo Antônio

02001.0.21807/2013 - 71

14.11.13

6548
Assinatura: 

Porto Velho, 07 de novembro de 2013

À Senhora  
Gisela Damm Forattini  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC  
Instituto Brasileiro do M. Ambiente e dos Rec. Naturais Renováveis - IBAMA  
Brasília - DF

Nº. Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0647/2013

Assunto: S/Ofício 02001.011359.2013-14 DILIC/IBAMA – Parecer Técnico  
6103/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

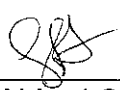
Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia - SAE encaminha o documento “Respostas ao Parecer Técnico nº 6103/2013 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA”, em via digital e impressa.

Segue ainda mídia DVD, com os anexos do TOMO II do 4º Relatório de Acompanhamento Socioambiental Pós LO 1044/2012 – IBAMA.

A SAE mantém-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade

*Guilherme Abbad Silveira*  
Gerente de Sustentabilidade  
Santo Antônio Energia

At TRP Eduardo Wagner.

Para instruir avaliações  
da equipe.

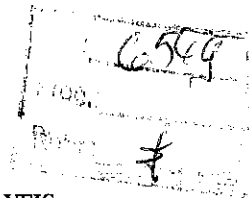
Sejam disponibilizados os  
documentos digitais na  
rede.

20.11.2013

*Telma Bento de Azevedo*  
Coordenadora de Energia Hidrelétrica  
Substituta  
COHID/GENE/DILICAPAS



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
www.ibama.gov.br



OF 02001.014091/2013-17 DILIC/IBAMA

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Ao Senhor  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente da Santo Antonio Energia S/A  
Escritório da SAESA Porto Velho Rua Tabajara, 834 - Bairro Olaria  
PORTO VELHO - RONDONIA  
CEP.: 76.801-316

Assunto: **Ações de Comunicação - PBCA**

Senhor Gerente

1. Em atenção ao documento SAE/PVH: 0614/2013, no qual foram encaminhadas as solicitações da NT 06673/2013, informo que:
  - a) a metodologia proposta de comunicação para atendimento da população diretamente afetada está adequada e pode ser executada;
  - b) o conteúdo e a linguagem das cartilhas foram avaliados e considerados apropriados para atender os objetivos que se propõem;
  - c) a proposta de entrega das cartilhas atende ao solicitado na Nota Técnica 06673/2013;
  - d) sobre a divulgação das reuniões públicas, a SAE deverá substituir no texto matriz de divulgação "Reunião Informativa" por "Reunião Pública"; e
  - e) sobre o atendimento à comunidade de Jacy-Paraná, a SAE deverá realizar apresentação específica sobre a situação da comunidade na reunião pública, conforme entendimento da reunião do dia 11/10/2013.
2. Adicionalmente, solicito que os documentos completos do PBCA sejam disponibilizados para consulta da população nos seguintes espaços: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho, Administração de Jacy-Paraná, Superintendência do Ibama/RO, Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de Rondônia, UNIR, e no site da Santo Antônio Energia. Recomendamos também que sejam encaminhadas cópias para



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF  
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670  
[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

conhecimento do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, órgãos de controle que solicitaram receber informações atualizadas sobre o licenciamento ambiental do PBCA.

3. Reforço que a Santo Antônio Energia deverá adotar os procedimentos recomendados pela NT 006673/2013, incluindo a divulgação e ampla publicidade da reunião pública.

4. Por fim, solicito que o Ibama seja informado sobre a data, local e horário previstos para realização da reunião pública, com antecedência de 30 dias, de modo a permitir a programação da autarquia e a publicação do evento no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

  
**GISELA DAMM FORATTINI**  
Diretora da DILIC/IBAMA

Porto Velho, 07 de novembro de 2013

6550

À Senhora  
Gisela Damm Forattini  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC  
Instituto Brasileiro do M. Ambiente e dos Rec. Naturais Renováveis - IBAMA  
Brasília - DF

Nº. Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0647/2013

Assunto: S/Ofício 02001.011359.2013-14 DILIC/IBAMA – Parecer Técnico  
6103/2013 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

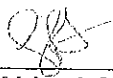
Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia - SAE encaminha o documento "Respostas ao Parecer Técnico nº 6103/2013 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA", em via digital e impressa.

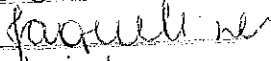
Segue ainda mídia DVD, com os anexos do TOMO II do 4º Relatório de Acompanhamento Socioambiental Pós LO 1044/2012 – IBAMA.

A SAE mantém-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,


  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade

Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade  
Santo Antônio Energia

02001.021607/2013 - 71  
DILIC/COAPS/CGEAD  
Em 14/11/13  
As 08:57 horas  
  
Assinatura

EM BRANCO





Santo Antônio

Fls.: 6506  
Proj.:  
Ass.: f.

---

**UHE SANTO ANTÔNIO**

---

---

**Atendimento ao Parecer Técnico nº 6103/2013-  
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA – Análise do 3º Relatório Semestral de  
Acompanhamento dos Programas Ambientais da UHE Santo Antônio  
após a emissão da Licença de Operação nº 1044/2011**

---

Porto Velho, RO  
Novembro/2013



Santo Antônio

## SUMÁRIO

1	PROGRAMAS AMBIENTAIS .....	2
	PROGRAMA AMBIENTAL PARA A CONSTRUÇÃO – PAC E SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL – SGA .....	2
	PROGRAMA DE MONITORAMENTO HIDROSEDIMENTOLÓGICO .....	2
	PROGRAMA DE MONITORAMENTO HIDROBIOGEOQUÍMICO .....	2
	PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DOS DIREITOS MINERÁRIOS E DA ATIVIDADE GARIMPEIRA.....	7
	PROGRAMA DE MONITORAMENTO LIMNOLÓGICO E DE MACRÓFITAS AQUÁTICAS.....	7
	• <i>EXIGÊNCIA 1.7 E 1.8 - Análise de atendimento às exigências do Ofício nº825/2011 referente ao monitoramento limnológico e de macrófitas aquáticas:</i> .....	14
	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FLORA.....	15
	PROGRAMA DE DESMATAMENTO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DIRETA .....	16
	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA.....	16
	• <b>QUESTIONAMENTOS GERAIS DO PROGRAMA</b> .....	24
	PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE DESMATAMENTO E RESGATE DA FAUNA NA ÁREA DE INTERFERÊNCIA DIRETA.....	30
	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA.....	30
	PROGRAMA DE REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO ATINGIDA .....	35
	PROGRAMA DE APOIO A ATIVIDADE PESQUEIRA.....	36
	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	37
	PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO SOCIAL.....	37
	PROGRAMA DE GESTÃO SOCIOPATRIMONIAL .....	37
	GERAIS.....	38

Os **ANEXOS** desse relatório, bem como os **ANEXOS** do TOMO II do 4º Relatório de Acompanhamento Socioambiental pós emissão da LO 1044/IBAMA, encontram-se em mídia de DVD encaminhadas junto a esse.

## 1 PROGRAMAS AMBIENTAIS

### PROGRAMA AMBIENTAL PARA A CONSTRUÇÃO – PAC E SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL – SGA

- *O relatório do Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico não aborda a construção de célula impermeabilizada, nem tão pouco a existência de solo contaminado com Hg que foi retirado do local. A SAE deve esclarecer melhor essas ações no âmbito do Programa Hidrobiogeoquímico.*

Conforme resposta do “item d” do Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico.

### PROGRAMA DE MONITORAMENTO HIDROSEDIMENTOLÓGICO

- *Realização de Seminário Técnico que abordasse os efeitos cumulativos e sinérgicos entre as UHEs Santo Antônio e Jirau, no âmbito do Programa;*
- *Discussão do eventual emprego de modelos físicos reduzidos para a elaboração de prognóstico, definição das intervenções apropriadas e mitigação dos impactos das intervenções de segurança.*

O Seminário de Hidrossedimentologia foi realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 2013, na sede do IBAMA-RO. Todos os assuntos solicitados, por esse Instituto, por meio da Nota Técnica nº 5798/2013 de 07 de julho de 2013, foram abordados no seminário.

Ao final do seminário acordou-se que o IBAMA enviará, aos dois empreendedores (ESBR e SAE), uma Nota Técnica com as propostas de aprimoramento do monitoramento a jusante da barragem da UHE Santo Antonio, principalmente com o objetivo de caracterizar geograficamente a área de influência da vazão e velocidade do rio.

### PROGRAMA DE MONITORAMENTO HIDROBIOGEOQUÍMICO

- *Disponibilizar, em planilha eletrônica editável, os dados brutos de Sedimentos de Fundo;*
  - a) *Retome o monitoramento na matriz “plâncton”, por pelo menos mais 1 ciclo hidrológico;*

O atendimento a este item está apresentado no **ANEXO 1**.

- b) *Aumente os esforços para amostragem de crocodilianos peixes e quelônios, com maior interface com o Programa de Conservação da Fauna;*

O atendimento a este item está apresentado no **ANEXO 1**.

- c) *Realize monitoramento de HgT e MeHg em avifauna aquática, conforme recomendado no relatório do Programa de monitoramento de Avifauna.*

O atendimento a este item está apresentado no **ANEXO 1**.

- d) *encaminhe, em 45 (quarenta e cinco) dias, esclarecimentos quanto às ações descritas no PAC: construção de célula impermeabilizada para armazenar solo contaminado com Hg retirado do igapó;*

No "3º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação", referente ao período de setembro de 2012 a fevereiro de 2013, a SAE informou que "em outubro de 2012, foi aberta uma célula, impermeabilizada com manta PEAD, com dreno de fundo para disposição de solo com concentração alterado de mercúrio – Hg. A seção de solo que foi removida está localizada numa parcela mapeada no igapó, identificada pela equipe responsável pelo Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico. O material foi depositado na célula, que foi selada com uma camada de solo e cobertura vegetal, onde foram feitos o plantio de mudas e o lançamento de sementes". O trecho foi grifado para destacar que se trata do igapó Engenho Velho.

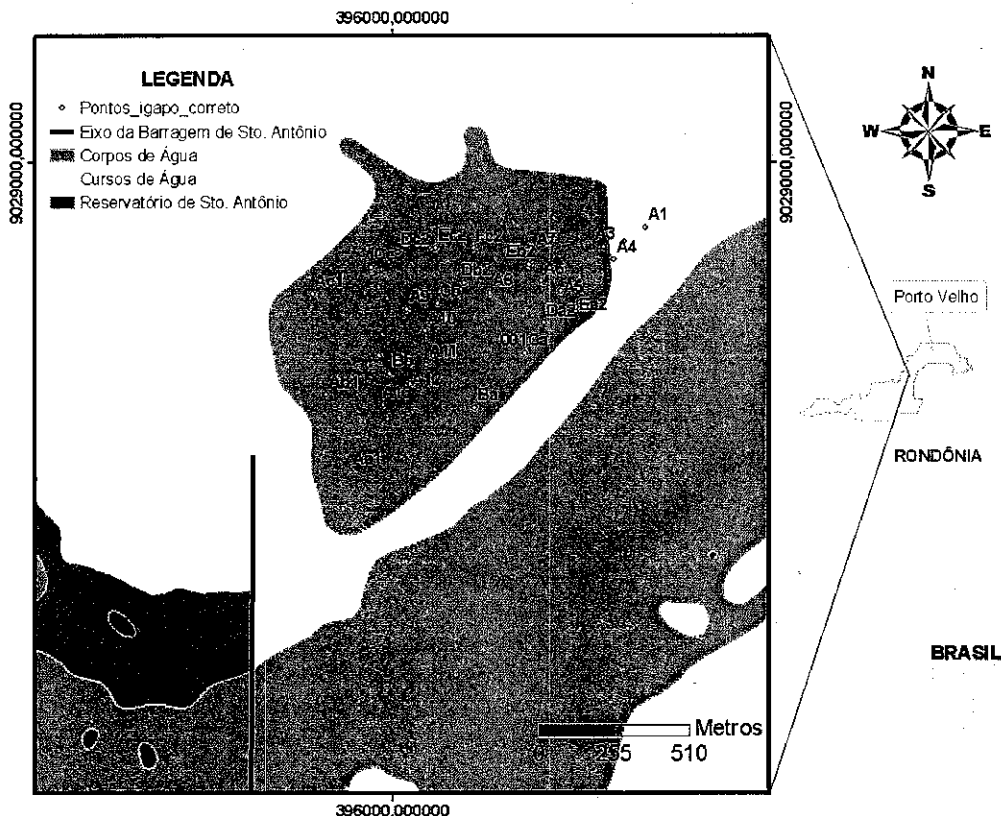
A seção de solo em questão foi identificada e apresentada no documento "Estudo de Alternativas para Disposição do Material Sedimentar a ser Removido do Igapó e Avaliação de Impactos", de outubro de 2010, elaborado pela Ecology Brasil e protocolado junto ao IBAMA em 22 de outubro de 2010, por meio da correspondência SAE/PVH 1181/2010.

Esse estudo foi realizado para analisar as alternativas e avaliar os impactos para a disposição de aproximadamente 10 milhões de m<sup>3</sup> de material a ser removido da área conhecida como igapó Engenho Velho, localizado no canteiro de obras da UHE Santo Antônio, no rio Madeira. A remoção do material era necessária para a construção do canal de fuga do Grupo Gerador 3 (GG3). Os resultados obtidos pelo estudo de alternativas e pela avaliação de impactos possibilitaram a tomada de decisão quanto à disposição do material decorrente da remoção, considerando aspectos logísticos e ambientais.

A alternativa de dragagem e lançamento do material no rio Madeira foi avaliada como mais viável e foi autorizada pelo IBAMA, por do Ofício nº 340/2010 – CGENE/DILIC/IBAMA, de 17 de dezembro de 2010.

Considerando a hipótese de lançamento, o ANEXO 6.2 do referido documento apresenta, na íntegra, a "Avaliação Qualitativa e Quantitativa dos Principais Metais Pesados presentes nos Sedimentos de Fundo do Igapó Engenho Velho", assinado pelo Prof. Wanderley Bastos, coordenador da equipe que executa o Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico da UHE Santo Antonio. O objetivo dessa análise foi avaliar qualitativa e quantitativamente os principais metais pesados presentes no material sedimentar do Igapó Engenho Velho a ser removido.

A malha amostral desse estudo está apresentada na **FIGURA 1** abaixo.



FONTE: Figura 1, ANEXO 6.2 do documento "Estudo de Alternativas para Disposição do Material Sedimentar a ser Removido do Igapó e Avaliação de Impactos".

**FIGURA 1:** Mapa da área do Igapó Engenho Velho, evidenciando os pontos em que foi amostrado o material sedimentar.

Parte da conclusão do "Estudo de Alternativas para Disposição do Material Sedimentar a ser Removido do Igapó e Avaliação de Impactos" está transcrita abaixo:

*"O ponto A1, situado próximo à foz do rio Madeira, localiza-se no leito seco (durante o período da amostragem) do Igarapé Engenho Velho. Este ponto apresentou as maiores concentrações de Hg justificando um tratamento diferente dos demais pontos amostrados. A concentração média elevada de Hg na profundidade de 300cm no Ponto A1 é uma contaminação pontual. Os dados analisados não estão dentro do intervalo de dados encontrados para o sedimento de fundo e solos de margem do rio Madeira nas áreas estudadas no entorno da área de influencia da UHE Santo Antônio.*

*Considerando que os demais pontos da área do Igarapé Engenho Velho e demais elementos químicos analisados, conforme preconiza a legislação vigente, inclusive o semi-metal arsênio, somos de acordo que poderá o material sedimentar ser removido do Igarapé Engenho Velho e ser lançado no rio Madeira conforme proposto pelo empreendedor.*

*Quanto ao material a ser removido do Ponto A1, a sua disposição em terra constitui na medida mais eficiente na prevenção de um eventual dano que este material sedimentar possa vir causar a biota no que diz respeito a contaminação por mercúrio. Os valores encontrados estão na ordem de 6,7 vezes mais elevados do que o maior valor encontrado no sedimento de fundo do rio Madeira e de seus tributários entre 2008 a 2010. Ainda assim, este material poderá ser disposto em terra e sua remoção e transporte ser realizado da mesma forma como ocorre com os demais solos/sedimentos/rochas do rio Madeira nas áreas de escavação do canteiro de obras para os "bota fora". Entretanto, este sedimento deverá ter destino específico.*

*O destino final do material sedimentar do Igarapé a ser removido deverá ser distante de corpos d'água; contido da lixiviação pelas chuvas; de forma a não causar danos ao meio ambiente ou à saúde humana. A localização e o tamanho da área para a disposição do material sedimentar será baseada no volume da remoção que seguramente será inferior a 900 m<sup>3</sup>. As células de confinamento de sedimentos previstas no Projeto Básico para confinamento de sedimentos, com eventuais traços de mercúrio superiores a legislação, provenientes dos processos de escavação dentro do canteiro de obras da UHE Santo Antonio poderá ser utilizada para tal fim, caso os ensaios ecotoxicológicos confirmem toxicidade no material sedimentar a ser removido do Igarapé Engenho Velho."*

A SAE adotou medida mais conservadora possível e decidiu confinar de forma direta o material removido dessa porção do igarapé em células construídas especialmente para tal, como indicado no parecer do Prof. Wanderley Bastos e as especificações do memorial descritivo.

Desta forma, essa ação já estava prevista e foi tão somente relatada "3º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação", referente ao período de setembro de 2012 a fevereiro de 2013.

Além disso, como informado no "4º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação", referente ao período de março a agosto de 2013, a SAE participou da 11ª Conferência Internacional sobre Mercúrio como Poluente Global (11th International Conference on Mercury as Global Pollutant – [www.mercury2013.com](http://www.mercury2013.com)), realizado de 28 de junho a 02 de agosto, em Edimburgo, na Escócia. Foram apresentados 04 trabalhos, referentes ao monitoramento hidrobiogeoquímico, dentre eles a experiência na tomada de decisão e remoção do material de hotspots de mercúrio identificados. Uma dessas experiências é relacionada ao igapó, da forma como relatada acima. O trabalho em questão apresentado na forma de painel e o certificado de participação estão no **ANEXO 2**.

- e) *encaminhe, em 45 (quarenta e cinco) dias, os dados brutos do monitoramento ambiental em planilha eletrônica editável;*

O banco de dados encontra-se no **ANEXO 3**.

- f) *atenda aos seguintes requisitos não contemplados nos relatórios. Recomenda-se que a SAE encaminhe, em 45 (quarenta e cinco) dias, as avaliações solicitadas nos itens i, ii, iv, vi, vii, ix e xii:*
- i) avaliação da interface com os resultados limnológicos e de qualidade da água na tentativa de explicar os resultados obtidos no monitoramento;*
  - ii) avaliação de possíveis causas das variações das concentrações de HgT, MeHg e elementos traço no monitoramento pós enchimento;*
  - iii) amostragem em todas as estações pré definidas como JAC.02;*
  - iv) apresentação dos resultados anuais (outubro/novembro de 2012) de amostragem em solo de terra firme, solos de áreas alagadas e áreas de supressão, no âmbito da matriz "canteiro de obras", e as interfaces com os resultados obtidos nas demais matrizes;*
  - v) amostragem na superfície e no fundo de cada estação no âmbito da matriz "água";*
  - vi) apresentação dos resultados de HgT e MeHg nos espécimes coletados de macrófitas (folhas, talos e raízes, separadamente);*
  - vii) avaliação de quais tributários foram responsáveis pelos maiores valores de HgT e MeHg nas matrizes "MPS" e "SD", bem como as possíveis causas desse aumento;*
  - viii) monitoramento da matriz "água" e matriz "MPS" nas estações JAT I 02 e CEA.01;*
  - ix) apresentação dos resultados do monitoramento de MeHg no "sedimento de fundo" em setembro e dezembro/2012;*
  - x) amostragem nas estações JAT I 02, CEA, MD 04 e MD 05 na matriz "sedimento de fundo";*
  - xi) monitoramento de MeHg em peixes e no canteiro de obras;*
  - xii) avaliação da taxa de metilação nas matrizes amostradas.*

O atendimento a este item encontra-se no **ANEXO 1**.

#### **PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DOS DIREITOS MINERÁRIOS E DA ATIVIDADE GARIMPEIRA**

- *No âmbito do programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e da Atividade Garimpeira, a SAE deverá apresentar, em 45 dias, os resultados da "Avaliação do impacto da subida da lâmina d'água na produtividade de lavra por dragagem no Rio Madeira, na barragem de Santo Antônio", assim como proposta de mitigação aos garimpeiros cadastrados.*

O resultado do estudo realizado por equipe técnica especializada nas áreas de engenharia de minas e naval da FUNDESPA - Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (instituição ligada a Universidade de São Paulo – USP) foi encaminhado a esse Instituto por meio da carta SAE/PCH 0409/2013 de 18/06/2013, protocolada em 23 de julho de 2013. Esse projeto intitulado "Produtividade de Lavra no Rio Madeira" é um anexo do documento "Parecer Técnico Final - Avaliação das Condições Operacionais das Atividades Garimpeiras dentro do Reservatório da UHE Santo Antônio".

Os estudos técnicos apresentados pela USP não apontaram incompatibilidades técnicas de operação, como já era previsto nos estudos de viabilidade do Plano de Mitigação. Este cenário aponta para a plena compatibilidade da atividade garimpeira, através de dragagem no reservatório da UHE Santo Antônio, não sendo identificada necessidade de mitigação para este público.

Quanto aos garimpeiros manuais, a SAE informa que ainda estão em curso os estudos que pretendem demonstrar medidas adotadas pela empresa no sentido de requalificar as pessoas envolvidas, em outras atividades produtivas, que possam garantir sua subsistência com as mesmas condições de vida que tinham antes da instalação do empreendimento, e que a previsão de apresentação da proposta para esse público (garimpeiros manuais) está prevista para novembro/2013.

#### **PROGRAMA DE MONITORAMENTO LIMNOLÓGICO E DE MACRÓFITAS AQUÁTICAS**

- a) *Utilize a resolução CONAMA nº 274/2000 na comparação dos estudos obtidos de balneabilidade das praias;*

O atendimento a esta exigência está apresentado no **ANEXO 4**.



- b) *Apresente, em 45 dias, melhor comparação dos resultados obtidos do monitoramento no sedimento e macrófitas com as campanhas anteriores ao enchimento;*

O atendimento a esta exigência está apresentado no **ANEXO 4**. O relatório consolidado, referente à campanha de junho de 2013, será protocolado em correspondência específica na segunda semana de novembro de 2013.

- c) *Identifique, o mais breve possível, os exemplares de molusco Planorbidae registrados até o nível de espécie, e dê continuidade a campanha educativa sobre Esquistossomose, em especial aos moradores da região;*

Quanto à identificação do molusco *Planorbidae* registrados até o nível de espécie, o atendimento está apresentado no **ANEXO 4**.

Quanto à continuidade da campanha educativa sobre esquistossomose, a SAE informa que as campanhas são realizadas em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho – SEMUSA. A SEMUSA utiliza critérios como ocorrência do agravo para elencar e priorizar as ações a serem executadas. No caso da esquistossomose, como informado no documento “Atendimento às Solicitações do Parecer Técnico N° 19/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e Parecer N° 282/2013 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA”, protocolado em 18/08/2013, por meio da correspondência SAE/PVH 0315/2013, não há registro de ocorrência do agravo.

Sendo assim, como ação complementar, a SAE irá incluir a questão da esquistossomose no jornal “SAE Informa”, distribuído nas comunidades ribeirinhas no âmbito do Programa de Comunicação Social.

- d) *Monitore a qualidade da água nos pontos de captação de água superficial para abastecimento dos reassentamentos, por pelo menos 01 ciclo hidrológico; - Condicionante 2.13 c da LO nº1044/2011.*

A SAE contratou a Ecology Brasil, responsável pela execução do Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas, para realizar monitoramento específico da qualidade da água superficial bruta e tratada do Riacho Azul, proveniente da estação de tratamento de água (ETA) que abastece Riacho Azul e Novo Engenho Velho. No Riacho Azul, a água bruta foi amostrada na estação no ponto de captação da água (RAZ.01) e tratada após passagem pelo tratamento na ETA (RAZ.02). Foram realizadas 07 (sete) campanhas mensais nos dias 16/12/2011; 02/01, 07/02, 19/03, 18/04, 15/05 e 19/06 de 2012, na estação do ponto de captação da água – RAZ.01 (água bruta) e após passagem pelo tratamento na ETA – RAZ.02 (água tratada). No reassentamento Novo Engenho Velho foi avaliada a água bruta superficial em 03 (três) campanhas mensais nos dias 10/04, 17/05 e 19/06 de 2012, para

avaliação da qualidade da água superficial dos igarapés Grande e São Sebastião.

A água bruta superficial foi submetida à análise de variáveis indicadas pela Resolução CONAMA nº 357/05. A água tratada foi submetida à análise das variáveis indicadas pela Portaria M.S. nº 518/04 e nº 2914/11 no Ministério da Saúde. As variáveis limnológicas temperatura da água, potencial hidrogênico (pH), condutividade elétrica, turbidez e concentração de oxigênio dissolvido foram determinadas em todas as estações, por meio de sonda multiparâmetro, odelo YSI6920 v2-2. Nas estações localizadas nos igarapés, foi realizado o perfil vertical dessas variáveis.

Além disso, na primeira campanha, foi avaliada a qualidade do sedimento de fundo do igarapé Riacho Azul, o qual foi comparado com os valores estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 344/2004 para sedimentos nível 02.

Os resultados desse monitoramento encontram-se no **ANEXO 5**.

A partir de julho de 2012, a empresa Neomax Soluções Ambientais assumiu os serviços de operação e manutenção do sistema de tratamento de água dos reassentamentos Riacho Azul e São Domingos realizados.

Foi elaborado o “Plano de Controle Ambiental das Estações de Tratamento de Água dos reassentamentos Riacho Azul e São Domingos”, apresentado no **ANEXO 6**, o qual foi submetido ao Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde para aprovação. Em 28 de junho de 2013, a Secretaria de Saúde emitiu o “Certificado Vigiaqua”, atestando o funcionamento da ETA de Riacho Azul e São Domingos de acordo com o preconizado pela Portaria 2914/2011 (**ANEXO 1**).

Dentre as atividades que contemplam os serviços realizados pela Neomax estão análises físico-químicas e bacteriológicas da água distribuída pela ETA, avaliações físicas e estruturais do sistema de tratamento de água, além da descrição das atividades de manutenções corretivas e preventivas do sistema.

O **QUADRO 1** abaixo lista os relatórios de monitoramento da ETA Riacho Azul, os quais estão apresentados na íntegra no **ANEXO 7**.

#### QUADRO 1

Relatórios mensais de monitoramento da ETA Riacho Azul de setembro de 2012 a setembro de 2013.

MÊS	TIPO DE ÁGUA ANALISADA	MÊS	TIPO DE ÁGUA ANALISADA
Setembro 2012	Água tratada	Abril 2013	Água tratada Água Bruta
Outubro 2012	Água tratada	Mai 2013	Água tratada Água Bruta
Novembro 2012	Água tratada	Junho 2013	Água tratada

			Água Bruta
<b>Dezembro 2012</b>	Água tratada	<b>Julho 2013</b>	Água tratada Água Bruta
<b>Janeiro 2013</b>	Água tratada	<b>Agosto 2013</b>	Água tratada Água Bruta
<b>Fevereiro 2013</b>	Água tratada	<b>Setembro 2013</b>	Água tratada Água Bruta
<b>Março 2013</b>	Água tratada Água Bruta		

A partir do mês de abril de 2013, o parâmetro densidade de cianobactérias foi analisado mensalmente na água bruta. Os laudos destas análises seguem também no **ANEXO 7**.

Como já informado pela SAE, por meio do documento "Atendimento às Solicitações do Parecer Técnico N° 19/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e Parecer N° 282/2013 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA", protocolado em 18/08/2013, por meio da correspondência SAE/PVH 0315/2013, desde 15 de maio de 2013, a operação e manutenção de cinco sistemas de abastecimento de água e esgotos que atendem os reassentamentos urbanos e rurais, construídos pela Santo Antônio Energia em Porto Velho, passam a integrar a rede de tratamento da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia (CAERD). Sendo assim, a SAE transferiu definitivamente a administração destes sistemas para a CAERD e a gestão destes serviços para o Governo de Rondônia.

A exigência do IBAMA para que a SAE realizasse o monitoramento da qualidade da água nos pontos de captação foi baseada na inexistência de monitoramento prévio à assinatura do convênio junto à CAERD para transferência da administração.

A SAE, por meio do presente documento, está trazendo ao conhecimento deste órgão que de fato realizou o monitoramento da qualidade da água bruta no ponto de captação de água da ETA Riacho Azul no período antes da assinatura do convênio com a CAERD. Sendo assim, a SAE entende que tomou todas as ações necessárias e previstas em lei para garantir a qualidade da água tratada e distribuída nos reassentamento Riacho Azul e São Domingos, durante o período em que administrou esse sistema. Ressalta-se que a ETA Riacho Azul é a única estação em reassentamento construída pela SAE que utiliza captação superficial no momento.

Isto posto, a SAE solicita que o IBAMA reconsidere a necessidade de realização de monitoramento da qualidade da água nos pontos de captação superficial para abastecimento dos reassentamentos, por pelo menos 01 ciclo hidrológico, e considere este item de exigência como atendido.

- e) *Encaminhe, em 45 dias, no que se refere aos poços subterrâneos de captação de água existentes nos reassentamentos: i) avaliação da qualidade da água nos poços utilizados para abastecimento, bem como*

*a periodicidade de análise; ii) avaliação da necessidade de perfuração de novos poços tendo em vista a qualidade da água inadequada para consumo, caso ocorra; iii) periodicidade de manutenção dos equipamentos (filtros, cloradores) instalados nos poços dos reassentamentos, dentre outras ações previstas para a garantia da qualidade da água para consumo humano; Exigência 1.7 do Ofício 825/2011.*

A implantação dos reassentamentos rurais, pela Santo Antonio Energia, seguiu padrão técnico construtivo para residências urbanas e rurais, com estruturas de alvenaria, cobertura de telha de barro, rede elétrica, estradas, equipamentos comunitários, além do sistema de abastecimento de água.

Para os reassentamentos rurais, a Santo Antonio Energia, implantou poços tubulares, com sistema de bombeamento elétrico e reservatório com 5.000 litros de água, destinados ao abastecimento familiar e para criações.

Nos reassentamentos rurais de Morrinhos e Santa Rita, em 2011, foram perfurados poços tubulares com a profundidade média de 30 metros e vazão mínima de 700 litros/hora.

Na época da entrega das casas e das mudanças das famílias, a Santo Antonio Energia realizou ampla campanha de esclarecimento sobre a nova moradia, sobre as instalações elétricas e hidráulicas, os cuidados e higiene no lar e principalmente os cuidados com a água e a respectiva manutenção dos poços e caixa d'água. Cada morador recebeu um manual sobre a nova moradia, com muitas ilustrações e recomendações práticas para uma vida melhor. O manual encontra-se no **ANEXO 8**.

Além do manual, agentes sociais realizaram visitas individuais de orientação e palestras, sobre saúde, educação, cuidados pessoais.

Há de se ressaltar que a modalidade de abastecimento em questão se enquadra no Art. 5º marcador VIII da Portaria n 2914/2011 do Ministério da Saúde, a saber "solução alternativa individual de abastecimento de água para consumo humano: modalidade de abastecimento de água para consumo humano que atenda a domicílios residenciais com uma única família, incluindo seus agregados familiares". Para essa modalidade, a Portaria não estabelece exigências aplicáveis, apenas indica em seu Art. 4º "Toda água destinada ao consumo humano proveniente de solução alternativa individual de abastecimento de água, independentemente da forma de acesso da população, está sujeita à vigilância da qualidade da água", e em seguida, no Art. 9º, atribui à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) a competência de "apoiar as ações de controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água para consumo humano, em seu âmbito de atuação, conforme os critérios e parâmetros estabelecidos nesta Portaria."

Ao final de 2011 início de 2012, nas visitas de monitoramento da qualidade de vida e reinserção social, foram registradas demandas sobre o abastecimento de água, quanto à capacidade de recarga dos poços tubulares e os equipamentos do poço.

A Santo Antonio Energia, diante do aumento da demanda, contratou empresa Hidro Campos (especializada em perfuração de poços profundos, com equipamentos para perfuração a percussão e rotativa), para substituir os poços tubulares com reduzida vazão, bem como aqueles que apresentaram problemas quanto à qualidade da água devido à fonte de origem.

Os novos poços tubulares semi-artesianos foram perfurados com uma profundidade mínima de 60 metros, chegando até 120 m e uma vazão mínima de 1500 litros/hora chegando até 30.000 litros/hora (capacidade do poço), e para o recebimento de cada poço, foram realizados testes de vazão, seguindo os padrões técnicos com teste de vazão e a análise físico-química da água de cada poço perfurado.

Os poços tubulares semi-artesianos foram executados com abertura de 14" e revestimento final em 6" , revestido com tubo especial reforçado, com filtros e pré-filtro de 2 a 4 mm, dotado de eletrobomba tubular submersa, tubo edutor especial em PVC rígido de 1 1/2", quadro de comando boia automática, selo sanitário anelar em concreto e tubo alimentador de pré-filtro.

No reassentamento Santa Rita foram perfurados 55 novos poços e no reassentamento de Morrinhos 21 poços.

Quanto aos reassentamentos Riacho Azul, São Domingos, Vila Teotônio, Parque dos Buritis e Engenho Velho, a água para abastecimento das famílias passa por tratamento em Estações de Tratamento de Água, sendo realizado o monitoramento contínuo quanto os aspectos físicos e químicos, além de possuírem poço tubular em cada lote.

Nos reassentamentos Santa Rita e Morrinhos a SAE continua acompanhando a situação dos poços tubulares quanto à capacidade de recarga e qualidade, caso ocorra algum caso de esgotamento na recarga, continuará a substituição por novo poço tubular.

- f) Planeje e execute ações, quando necessárias, para o restabelecimento imediato dos níveis aceitáveis de cianobactérias e cianotoxinas nos pontos de captação de água para consumo humano, conforme já recomendado em pareceres anteriores; - Condicionante 2.14 a da LO nº1044/2011.*

No documento "4º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação", TOMO II – Acompanhamento das

Condicionantes LO 1044/2011 e Ofício 825/2011/DILIC/IBAMA, período de março a agosto de 2013, protocolado junto ao IBAMA em 07 de outubro de 2013, por meio da correspondência SAE/PVH 0564/2013, está prevista a elaboração do Plano de Controle de Cianobactérias e Cianotoxinas para cumprimento deste item da exigência no primeiro semestre de 2014.

A SAE esclarece que, na realidade, será feita uma revisão do Plano de Controle de Cianobactérias e Cianotoxinas já existente, de forma a consolidar o trabalho sobre este tema realizado até o momento e atender as solicitações do IBAMA.

- g) Atenda o Plano de Controle de Macrófitas quanto a remoção dos bancos de macrófitas superiores a 100 m<sup>2</sup>, e em caso oportuno encaminhe proposta de alteração, devidamente justificada com base nos resultados do monitoramento e na avaliação de impactos sobre os ressentimentos e comunidade aquática; - Condicionante 2.16 da LO nº1044/2011.*

Da forma como informado no "4º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação", TOMO II – Acompanhamento das Condicionantes LO 1044/2011 e Ofício 825/2011/DILIC/IBAMA, período de março a agosto de 2013, protocolado junto ao IBAMA em 07 de outubro de 2013, por meio da correspondência SAE/PVH 0564/2013, o Plano de Controle de Macrófitas encontra-se em revisão, e a apresentação a este Instituto está prevista para o mês de novembro de 2013.

- h) Encaminhe em 45 dias: i) os resultados semestrais do monitoramento no ponto de captação da cidade de Porto Velho (variáveis indicadas pela Resolução CONAMA 357/2005); ii) os relatórios técnicos das campanhas de janeiro e abril/2013; iii) o detalhamento das comunidades EPT até nível de gênero; iv) evidências do monitoramento de macrófitas nos pontos de captação de água para abastecimento público (incluindo os reassentamentos).*

O atendimento a esta exigência está apresentado no **ANEXO 4**.

- ii) Encaminhado no documento "4º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação", TOMO II – Acompanhamento das Condicionantes LO 1044/2011 e Ofício 825/2011/DILIC/IBAMA, período de março a agosto de 2013, protocolado junto ao IBAMA em 07 de outubro de 2013, por meio da correspondência SAE/PVH 0564/2013.

- iii) A resposta quanto ao detalhamento da identificação de EPT foi encaminhada ao IBAMA por meio do documento "4º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação", TOMO II – Acompanhamento das Condicionantes LO 1044/2011 e Ofício 825/2011/DILIC/IBAMA, período de março a agosto de

2013, protocolado junto ao IBAMA em 07 de outubro de 2013, por meio da correspondência SAE/PVH 0564/2013, em atendimento à exigência 1.8 do Ofício 825/2011.

iv) As evidências relativas ao monitoramento de macrófitas nos pontos de captação de água para abastecimento público foram encaminhadas ao IBAMA por meio do documento "4º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação", TOMO II – Acompanhamento das Condicionantes LO 1044/2011 e Ofício 825/2011/DILIC/IBAMA, protocolado junto ao IBAMA em 07 de outubro de 2013, por meio da correspondência SAE/PVH 0564/2013, em atendimento à exigência 1.9 do Ofício 825/2011. Em complementação às informações já encaminhadas, segue no **ANEXO 9** o Relatório de Acompanhamento de Macrófitas no Reservatório da UHE Santo Antônio, realizado no período de junho a outubro/2013 pela equipe da SAE.

- **EXIGÊNCIA 1.7 E 1.8** - *Análise de atendimento às exigências do Ofício nº825/2011 referente ao monitoramento limnológico e de macrófitas aquáticas:*

**EXIGÊNCIA 1.7** – *No âmbito do Programa de Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas:*

**f)** *Prever e realizar ações para minimizar os impactos ambientais, caso sejam identificados impactos negativos da carga de esgoto de Jaci-Paraná no reservatório da UHE Santo Antônio;*

O atendimento a esta exigência foi apresentado no documento "4º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação", TOMO II – Acompanhamento das Condicionantes LO 1044/2011 e Ofício 825/2011/DILIC/IBAMA, período de março a agosto de 2013, protocolado junto ao IBAMA em 07 de outubro de 2013, por meio da correspondência SAE/PVH 0564/2013.

**j)** *Apresentar mensalmente relatórios técnicos de acompanhamento do enchimento do reservatório. Após essa fase, a frequência deverá ser trimestral. Apresentar, em até 30 (trinta) dias ao final do enchimento, relatório conclusivo da fase de enchimento, e em até 30 (trinta) dias ao final da estabilização do reservatório, relatório conclusivo da fase de estabilização. O documento deverá conter interpretação e análise estatística dos dados apresentados, conclusões e recomendações aplicáveis;*

*Para a fase de operação, segundo a SAE, já foram realizadas as campanhas de novembro/12, janeiro, abril e julho/2013. Somente os resultados de novembro foram encaminhados ao Ibama. Conforme consta no processo de licenciamento os relatórios técnicos devem ser entregues 03 meses após a*

*campanha de campo, isto é, a entrega dos relatórios de janeiro e abril/2013 está atrasada.*

O atendimento a esta exigência foi apresentado no documento "4º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação", TOMO II – Acompanhamento das Condicionantes LO 1044/2011 e Ofício 825/2011/DILIC/IBAMA, protocolado junto ao IBAMA em 07 de outubro de 2013, por meio da correspondência SAE/PVH 0564/2013.

O relatório consolidado referente à campanha de julho de 2013 será protocolado em correspondência específica até a segunda semana de novembro de 2013.

**EXIGÊNCIA 1.8** – *Em relação ao Subprograma de Monitoramento das Comunidades Bentônicas: c) Detalhar, durante o monitoramento, a identificação das comunidades Ephemeroptera, Plecoptera, Trichoptera (EPT) e Odonata a nível de gênero, visando a unificação da análise de bioindicadores no rio Madeira.*

*O relatório técnico não apresenta o detalhamento recomendado neste item. As comunidades EPT estão identificadas até nível de família, em alguns casos. A SAE deve atender à recomendação deste item.*

Conforme resposta do marcador (iii) do item "h" acima descrito.

## **PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FLORA**

- *No âmbito do Subprograma de Monitoramento da Sucessão Vegetacional das Margens do Reservatório, recomenda-se que os próximos relatórios contendam de forma sucinta os resultados dos levantamentos realizados, com o quantitativo de espécies de plantas juvenis e arbustivas encontrado em cada campanha e o total; bem como os demais dados obtidos.*

A SAE protocolou no IBAMA Brasília (DILIC), dia 04 de outubro de 2013 o 4º Relatório de Acompanhamento pós LO, por meio da correspondência 0564/2013. Na sessão 12 – Programa de Conservação da Flora, o ANEXO 11.8 apresenta o relatório da "3ª campanha do Monitoramento da Sucessão Vegetacional", que apresenta de forma sucinta as informações solicitadas (observar Quadro 11 e Quadro 14 do citado relatório) também apresentado no ANEXO 10.

- *No âmbito do Subprograma de Revegetação das Áreas de Preservação Permanente do Reservatório, recomenda-se que o empreendedor apresente as informações de forma sucinta, com comparação dos resultados anteriores em relação aos últimos dados obtidos.*



A SAE protocolou no IBAMA Brasília (DILIC), dia 04 de outubro de 2013 o 4º Relatório de Acompanhamento pós LO, através da correspondência 0564/2013. Na sessão 12 – Programa de Conservação da Flora, o ANEXO 11.4 apresenta o relatório do plantio 2012/2013, que apresenta as informações solicitadas.

#### **PROGRAMA DE DESMATAMENTO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DIRETA**

- *No âmbito do Subprograma de Desmatamento das Áreas de Influência Direta recomenda-se atenção especial em virtude do grande volume de madeira a ser destinada e que a SAE entre em contato com instituições da região como polícia militar, prefeituras e associações de moradores e oferte para doação parte dessa madeira a fim de cumprir com a condicionante de aproveitamento econômico da madeira suprimida.*

A partir da data deste parecer, a SAE disponibilizou parte da madeira estocada nos pátios para doação via órgão ambiental estadual, Secretaria do Estado de Desenvolvimento Ambiental – RO (SEDAM), por meio do ofício nº 0623/2013, de 29 de outubro de 2013, e já tem processos de doação em curso junto à Polícia Militar, Secretaria de Justiça Estadual, Corpo de Bombeiros e Associações.

#### **PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA**

- *No âmbito do Programa de Conservação da Fauna e às condicionantes referentes a este Programa, recomenda-se que:*
  - a) *corrija, atualize e encaminhe, os dados brutos em ambos os formatos, de planilha editável e formato “.csv”, conforme estabelecido em reuniões anteriores;*

As planilhas de dados brutos foram corrigidas e atualizadas. As mesmas serão encaminhadas até o próximo relatório semestral. Pretende-se discutir o encaminhamento das planilhas no formato “.csv” no próximo Seminário do Meio Biótico a ser realizado entre os dias 18 e 22 de novembro de 2013.

- b) *acrescente em cada arquivo, uma tabela de metadados para esclarecimento de eventuais dúvidas;*

Esta solicitação será discutida durante o Seminário do Meio Biótico, previsto para 18 a 22 de novembro de 2013.

- c) *apresente, nos próximos relatórios semestrais, consolidação de todas as campanhas realizadas até o momento, considerando as informações e variações observadas no cenário pré-enchimento e suas possíveis*

*explicações, nos cenários de enchimento e pós-enchimento, com base em avaliações estatísticas oriundas dos dados coletados durante as atividades de monitoramento de todos os grupos, de forma a avaliar as condições do rio antes da instalação do empreendimento, objetivando a avaliação de impacto e propostas de mitigação de impacto;*

A SAE informa que a consolidação dos dados de todas as campanhas realizadas será encaminhada no próximo Relatório Semestral.

- d) avalie efeito sazonal na ausência do registro de espécies, como uma resposta biológica das espécies, ou uma consequência devida a alteração nos arredores do reservatório da UHE Santo Antônio;*

Será apresentado no próximo relatório semestral.

- e) realize avaliação temporal, de modo a subsidiar a probabilidade de substituição das espécies;*

Será apresentado no próximo relatório semestral.

- f) realize avaliação em conjunto dos módulos a ponto de avaliar as particularidades observadas em Morrinhos, assim como avaliar semelhanças da fauna com o módulo "Novo";*

Será apresentado no próximo relatório semestral.

- g) apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecimento quanto às divergências elencadas ao longo deste parecer;*

A SAE entende que todas as divergências foram esclarecidas ao longo desse relatório de resposta ao PT 6103/2013, conforme os prazos estabelecidos e solicitações de dilação de prazos encaminhadas a este Instituto por meio de cartas e no presente relatório.

- h) apresente o relatório consolidado de Quiropteroфаuna;*

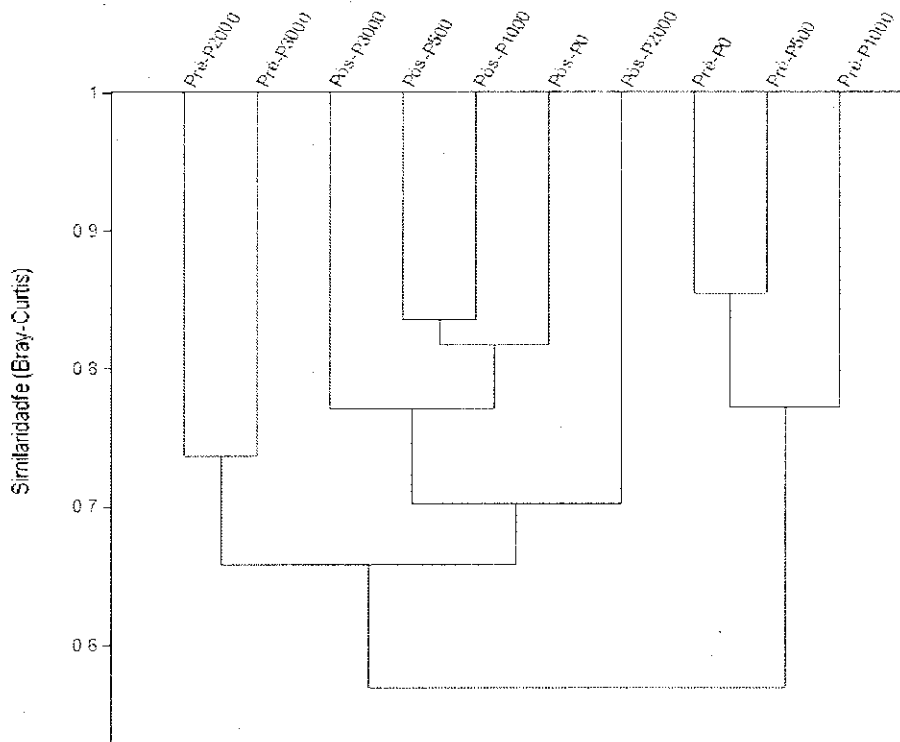
Está apresentado no **ANEXO 13**.

- i) apresente o relatório consolidado de Quelônios;*

Será apresentado no próximo relatório semestral.

- j) analise e encaminhe, em 45 (quarenta e cinco) dias, a similaridade observada no Monitoramento de Pequenos Mamíferos não-voadores, considerando o efeito da curva de nível;*

Entende-se que cada parcela amostrada nos módulos de monitoramento está disposta em curvas de nível diferentes, assim sendo é apresentada análise de similaridade de pequenos mamíferos não-voadores nas faixas 0, 500, 1000, 2000 e 3000m (**FIGURA 2**). Cada faixa compreende as duas parcelas dos transectos 1 e 2 de cada módulo. Esta análise engloba o monitoramento nas fases de Pré e Pós-enchimento, para esta última considerando os dados das quatro primeiras campanhas realizadas.



**FIGURA 2:** Análise de similaridade da composição da comunidade de pequenos mamíferos não voadores, em parcelas de amostragem, nas fases de pré e pós-enchimento.

Como pode ser observado, parcelas de distâncias equivalentes ao rio apresentam maior similaridade em relação à comunidade de pequenos mamíferos não voadores. As parcelas da Fase Pré-enchimento formam dois grupos, sendo P0 mais similar a P500 e P1000, e P2000 mais similar a P3000, indicando que existiam comunidades associadas a porções mais próximas do rio Madeira. Após o enchimento, a similaridade observada entre as parcelas não sustentam que existe uma comunidade intrinsecamente associada a porções mais próximas do rio Madeira, o que pode evidenciar, até o momento, eventuais alterações na comunidade de pequenos mamíferos não voadores. É importante ressaltar que o esforço amostral do Pós-enchimento é ainda pequeno quando comparado ao esforço efetuado no Pré-enchimento.

k) *apresente, em 45 (quarenta e cinco) dias, esclarecimento referente à ausência dos Gêneros 12 e 13, nos dados brutos do Monitoramento de Pequenos Mamíferos não-voadores;*

A razão dos dois Gêneros não constarem da planilha final de dados brutos foi devido à revisão taxonômica realizada concomitantemente à finalização do relatório. Assim, na época, apesar do relatório da Fase de Pré-enchimento já ter sido finalizado, optou-se por efetuar a correção no Banco de Dados. Sendo assim, os Gêneros 12 e 13 citados no relatório tratam-se, na verdade, de um único gênero (*Oecomys*) e de uma única espécie ainda não identificada (*Oecomys* sp.).

Salienta-se que, de maneira semelhante, na atual fase de Pós-enchimento, os taxa não identificados no Pré-enchimento passaram por nova revisão taxonômica, a qual foi considerada para elaboração do Relatório Pós-enchimento - 1º Ano. O quadro a seguir apresenta as revisões feitas e constantes neste relatório; ele apresenta as espécies conforme identificadas na Fase de Pré-enchimento e após a revisão taxonômica efetuada no Pós-enchimento (**QUADRO 2**).

#### QUADRO 2

Espécies de pequenos mamíferos registradas nos módulos de monitoramento de fauna da UHE Santo Antônio na fase pré-enchimento e na fase de pós-enchimento, após revisão taxonômica.

FASE PRÉ-ENCHIMENTO	FASE PÓS-ENCHIMENTO	
	REVISÃO TAXONÔMICA	NOME COMUM
<b>DIDELPHIMORPHIA</b>		
<b>Didelphidae</b>		
<i>Caluromys lanatus</i>	<i>Caluromys lanatus</i>	cuíca-lanosa
<i>Caluromys philander</i>	<i>Caluromys philander</i>	cuíca-lanosa
<i>Didelphis marsupialis</i>	<i>Didelphis marsupialis</i>	mucura
<i>Didelphis</i> sp.3	<i>Didelphis marsupialis</i>	mucura
<i>Didelphis</i> sp.4	<i>Didelphis imperfecta</i>	mucura
<i>Marmosa murina</i>	<i>Marmosa murina</i>	cuíca
<i>Marmosa</i> sp.2	<i>Marmosa murina</i>	cuíca
<i>Marmosops</i> sp.2	<i>Marmosops cf. parvidens</i>	cuíca
<i>Marmosops</i> sp.3	<i>Marmosops cf. parvidens</i>	cuíca
<i>Marmosops cf. parvidens</i>	<i>Marmosops cf. parvidens</i>	cuíca

6561  
1

FASE PRÉ-ENCHIMENTO	FASE PÓS-ENCHIMENTO	
	REVISÃO TAXONÔMICA	NOME COMUM
<i>Metachirus nudicaudatus</i>	<i>Metachirus nudicaudatus</i>	cuíca-quatro-olhos
<i>Micoureus demerarae</i>	<i>Micoureus demerarae</i>	cuíca
<i>Micoureus sp.3</i>	<i>Micoureus demerarae</i>	cuíca
<i>Monodelphis emiliae</i>	<i>Monodelphis emiliae</i>	cuíca, catita
<i>Monodelphis sp.1</i>	<i>Monodelphis sp.1</i>	cuíca, catita
<i>Philander mcilhennyi</i>	<i>Philander mcilhennyi</i>	mucura-de-quatro-olhos
<b>RODENTIA</b>		
<i>Cricetidae</i>		
<i>Euryoryzomys sp.</i>	<i>Oecomys sp.</i>	rato-de-chão
<i>Euryoryzomys sp.2.</i>	<i>Oecomys sp.</i>	rato-do-mato
Gênero 1	<i>Oecomys sp.</i>	rato-do-mato
Gênero 2	<i>Oecomys sp.</i>	rato-do-mato
Gênero 3	<i>Nectomys cf. rattus</i>	rato-do-mato
Gênero 5	<i>Hylaeamys cf. yunganus</i>	rato-do-mato
Gênero 8	<i>Cerradomys cf. maracajuensis</i>	rato-do-mato
Gênero 9	<i>Rhipidomys sp.2</i>	rato-do-mato
Gênero 10	<i>Rhipidomys sp.2</i>	rato-do-mato
Gênero 11	<i>Nectomys cf. rattus</i>	rato-do-mato
Gênero 12	<i>Oecomys sp</i>	rato-do-mato
Gênero 13	<i>Oecomys sp.</i>	rato-do-mato
Gênero 14	<i>Oligoryzomys sp.</i>	rato-do-mato
<i>Holochilus sp.</i>	<i>Holochilus cf. sciureus</i>	rato-d'água
<i>Hylaeamys sp.1</i>	<i>Euryoryzomys cf. macconelli</i>	rato-do-mato
<i>Hylaeamys sp.2</i>	<i>Hylaeamys sp.</i>	rato-do-mato
<i>Rhipidomys cf. mastacalis</i>	<i>Rhipidomys cf. leucodactylus</i>	rato-de-árvore

FASE PRÉ-ENCHIMENTO	FASE PÓS-ENCHIMENTO	
	REVISÃO TAXONÔMICA	NOME COMUM
<i>Rhipidomys sp.2</i>	<i>Rhipidomys sp.2</i>	rato-de-árvore
<i>Rhipidomys sp.4</i>	<i>Rhipidomys sp.2</i>	rato-de-árvore
<i>Neacomys cf. spinosus</i>	<i>Neacomys cf. spinosus</i>	rato-espinhoso
<i>Nectomys sp.</i>	<i>Nectomys cf. rattus</i>	rato-d'água
<i>Oecomys sp.1</i>	<i>Oecomys cf. bicolor</i>	rato-do-mato
<i>Oecomys sp.3</i>	<i>Oecomys cf. bicolor</i>	rato-do-mato
<i>Oecomys sp.4</i>	<i>Oecomys sp.4</i>	rato-do-mato
<i>Echimyidae</i>		
<i>Proechimys cf. gardineri</i>	<i>Proechimys cf. gardineri</i>	rato-de-espinho
<i>Proechimys sp.2</i>	<i>Proechimys sp.2</i>	rato-de-espinho
<i>Proechimys sp.3</i>	<i>Proechimys sp.2</i>	rato-de-espinho
<i>Mesomys cf. hispidus</i>	<i>Mesomys cf. hispidus</i>	rato-de-espinho
<i>Sciuridae</i>		
<i>Urosciurus cf. spadiceus</i>	<i>Urosciurus cf. spadiceus</i>	quatipuru-vermelho

- l) *apresente, em 45 (quarenta e cinco) dias, avaliação da taxa de migração e natalidade/mortalidade e variação na taxa de recaptura do Monitoramento de Pequenos Mamíferos não-voadores,*

Considerando os dados de quatro campanhas da Fase de Pós-enchimento, apresenta-se a seguir números atuais referentes à taxa de recaptura de pequenos mamíferos não voadores. Ressalta-se que nas análises atuais (conforme será apresentado no Relatório Pós-enchimento - 1º Ano), a campanha de Enchimento do reservatório foi considerada como campanha relacionada à Fase Pré-enchimento, devido ao fato dos módulos de amostragem não estarem afetados na época de sua realização.

Assim, durante a Fase Pré-enchimento (oito campanhas), a taxa de recaptura média nos módulos foi de 22%, enquanto na Fase Pós-enchimento (quatro campanhas até o momento), a taxa de recaptura foi de 15,5%. Juntamente com a análise de taxas de recaptura é importante verificar a taxa de novas capturas, ou seja, de novos indivíduos registrados, que, no Pré-enchimento e Pós-enchimento representam, respectivamente, 78 e 84,5%. Fazendo uma correlação, a taxa de novas capturas é maior para a Fase Pós-enchimento

Fis.:	6562
Proc.:	
Rubr.:	

Santo Antônio

enquanto que a taxa de indivíduos recapturados é menor para a mesma Fase, ou seja, entende-se que a taxa de recaptura foi menor no Pós-enchimento devido a um número maior de novos indivíduos que foram capturados. Inicialmente pode-se supor que a comunidade de pequenos mamíferos não voadores esteja adaptando-se à nova conformação do ambiente, ocorrendo processos de competição que levam ao aparecimento de um maior número de novos indivíduos na comunidade. No entanto, como já salientado, o número de campanhas no Pós-enchimento é metade do realizado no Pré-enchimento, e conclusões apenas poderão ser inferidas após o 2º ano de trabalho.

É importante já enfatizar que, com relação a taxa de migração, o desenho amostral utilizado não foi elaborado para este fim, não sendo possível qualquer análise com relação a esta questão. Taxas de natalidade/mortalidade, se necessário, poderão ser realizadas ao final dos dois anos iniciais de monitoramento da fase de Pós-enchimento, desde que exista número suficiente de recapturas por espécie, o que não é o caso do presente estudo até o momento.

*m) presente, em 45 (quarenta e cinco) dias, relatório de acompanhamento da implementação das atividades de fomento à saúde, referente ao Monitoramento de Morcegos Hematófagos;*

Segue o relatório de Atividades de fomento à saúde com foco na ação preventiva contra raiva, **ANEXO 11**.

*n) presente, em 45 (quarenta e cinco) dias, avaliação quanto aos impactos associados do isolamento da população contida no reservatório, no âmbito do monitoramento de mamíferos aquáticos;*

A avaliação deste impacto faz parte do Relatório do 1º Ano Pós-enchimento que será entregue junto com os relatórios consolidados dos outros grupos, com previsão de entrega em novembro/2013.

*o) presente, em 45 (quarenta e cinco) dias, esclarecimento sobre a variação nos valores apresentados para os dados do Dia 1 para avifauna terrestre;*

As Figuras 24 e 25 do "Relatório final da Fase Pré-enchimento" foram elaboradas com base nas estimativas e não contagens da riqueza. Os intervalos de confiança mostram uma variação de 95% de probabilidade ao redor da estimativa. Como as comparações feitas entre dois dias (1-2 e 1-3) foram feitas a partir de estimativas geradas durante o teste de comparação, seria natural ter variações para cada estimativa entre rodadas dos modelos. O programa usado, Comdym, trabalha com permutação e re-amostragem.

De acordo com os outputs do programa Comdym, o gráfico da Figura 24 foi gerado a partir de um conjunto menor de espécies registradas que o gráfico da

Figura 25. Entretanto, como as comparações são realizadas entre dois dias (27/28 e 27/29 de junho de 2011) com os mesmos conjuntos de dados para cada par de dias, as conclusões advindas dessas análises permanecem válidas, ou seja, não há diferença de riqueza entre o primeiro e segundo dia de amostragem, assim como entre o primeiro e o terceiro dia de amostragem, para essa expedição. Dessa forma as diferenças entre os eixos Y entre as Figuras 24 e 25 são apenas de ordem de magnitude.

*p) aprofunde as análises quanto à avaliação de impacto sobre barreiros, pedrais e praias e variação da utilização deste recurso;*

A avaliação deste impacto faz parte dos relatórios consolidados do 1º Ano Pós-enchimento dos grupos de avifauna, quirópteros e quelônios, com previsão de entrega em novembro/2013, junto com os relatórios consolidados dos outros grupos.

Cabe ressaltar que este Instituto já solicitou estas informações por meio do Ofício 02001.008871/2013-10 DILIC/IBAMA, recebido em 03/07/13 e que encaminhou a Nota Técnica nº 5875/2013, no âmbito do PBCA da UHE Santo Antônio. A resposta a este Ofício foi protocolada em 22/07/13 por meio da Carta SAE/PVH 0413/2013. De qualquer forma as informações contidas nos relatórios consolidados são as mais recentes sobre esta questão.

*q) apresente, em 45 (quarenta e cinco) dias, proposta de complementação de monitoramento de avifauna aquática;*

A amostragem de avifauna aquática na Fase de Pós-enchimento já teve algumas modificações para melhorar os resultados obtidos. Ressalta-se que essas modificações não deixam de atender a Informação Técnica Nº 76/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. As informações se encontram no Relatório do 1º Ano Pós-enchimento que será entregue junto com os relatórios consolidados dos outros grupos, com previsão de entrega em novembro/2013.

*r) apresente, em 45 (quarenta e cinco) dias, esclarecimento referente à análise "Leap-and-Bound", no Monitoramento de Cupins.*

Essa análise foi feita apenas para selecionar as variáveis para o modelo. O algoritmo em si pode ser encontrado no artigo original de Furnival & Wilson, 1974, **ANEXO 12**.

Após as variáveis terem sido selecionadas, foram realizadas uma regressão simples (função lm no R) e uma robusta (função ltsReg no R). A primeira sugerindo que as variáveis explicam 13% enquanto a segunda sugerindo 16%.

- **CONDICIONANTE 1.7** - Análise de atendimento às Condicionantes da LO nº1044/2011 e Ofício nº825/2011 referentes ao programa de conservação da fauna:



CONDICIONANTE 1.7 – Todos os dados brutos das coletas da biota deverão ser entregues a esse Instituto sob forma de planilha eletrônica. O Parecer nº 282/2013 já havia solicitado o encaminhamento de planilhas eletrônicas, assim como o empreendedor foi notificado em outros momentos sobre a entrega dos dados brutos, reapresentada no OF 02001.006660/2013-42 CGENE/IBAMA, datado de 24/04/2013 e OF 02001.008231/2013-18 CGENE/IBAMA, datado de 05/06/2013. O Empreendedor deve acrescentar em cada arquivo, uma tabela de metadados para esclarecimento de eventuais dúvidas.

- Solicita-se, em cinco dias, apresentação de esclarecimento referente à possível descontinuidade das atividades de resgate no dia 04/03/2012, informação esta solicitada no Parecer nº 282/2013.

Encaminhada resposta ao item acima, em 23 de setembro de 2013, por meio da correspondência SAE/PVH 0522/2013.

#### • QUESTIONAMENTOS GERAIS DO PROGRAMA

*Página 35 – “O relatório referente às campanhas de monitoramento pré-enchimento, apresentaram divergências contidas no corpo do texto que dificultam a análise da equipe técnica deste Instituto. No corpo do texto do relatório, observaram-se divergências nas informações apresentadas pelo empreendedor. A diferença de espécies registradas na Figura 2, em relação aos valores contidos na Tabela 3, não correspondem aos valores da “riqueza de espécie rarefeita”, apresentada na Tabela 3 do Anexo 13.7. Da mesma forma, as informações apresentadas no corpo do relatório divergem das informações nos dados brutos encaminhados. Assim como se observou erro na grafia de algumas espécies e algumas informações que são conflitantes. Solicita-se que as planilhas de dados sejam corrigida, atualizada, em ambos os formatos, de planilha editável e formato “.csv”, conforme estabelecido em reuniões anteriores.”*

O banco de dados foi cuidadosamente revisto e atualizado quanto à taxonomia; as tabelas foram refeitas e novas curvas de rarefação foram produzidas com base no banco de dados revisado. O banco de dados corrigido e o relatório com as mudanças já incorporadas encontram-se no **ANEXO 13**.

A Tabela 2 do “3º Relatório de Acompanhamento dos Programas Socioambientais Pós Emissão de LO – Anexo 13.7” apresentava dados coligidos até, possivelmente, a quinta campanha Pré-enchimento e antes de estudos sistemáticos realizados em laboratório e, por falha, de fato, não foi atualizada e por isto estava discrepante. A Tabela 2 corrigida encontra-se no relatório revisado **ANEXO 13**.

*Página 36 – “No relatório apresentado, as amostragens sistemáticas registraram 2500 espécimes de pelo menos 51 espécies, 36 gêneros e seis*

*famílias. O empreendedor informa que os módulos Búfalos, Ilhas das Pedras e Jaci apresentaram maior riqueza. Entretanto, a Tabela 3 do mesmo relatório aponta que o módulo de Morrinhos apresentou 39 espécies. De acordo com os dados brutos encaminhados, foram registrados 41 espécies e 417 espécimes."*

O balanço final das amostragens Pré-enchimento nos módulos foi de 2.531 indivíduos pertencentes a pelo menos 61 espécies, 35 gêneros e seis famílias. De fato, o número de indivíduos registrados por módulos estava defasado em relação à amostragem total do Pré-enchimento (vide banco de dados) e isto foi corrigido. Contudo, os valores de riqueza por módulo na tabela original estavam corretos. A defasagem pode ser explicada por uma opção de se retirar desta tabela aqueles indivíduos que não contribuíram para o incremento da riqueza, por não estarem ainda identificados (ver abaixo). De todo modo, a nova tabela contém o número bruto de indivíduos capturados, quaisquer que sejam seus status taxonômicos.

Sobre as riquezas por módulo, segue a explicação, tomando como exemplo a Ilha das Pedras:

A riqueza da Ilha das Pedras não inclui *Artibeus (Dermanura) sp.* (n=1), nem *Micronycteris sp.* (n=2), nem *Myotis sp.* (n=4) porque esses indivíduos não foram identificados em nível de espécie no campo e nem tinham sido estudados em laboratório. Eles não podem ser parte da lista de riqueza porque tanto podem pertencer a espécies já registradas quanto a espécies ainda não registradas, sendo mais provável que não representem registros novos. Esses indivíduos simplesmente ainda não foram identificados. Existem outros casos nos quais, diferentemente, o sp. é colocado porque ainda não se pode determinar precisamente a espécie, mas sabemos que é um registro de espécie que não constava antes de nossa lista. Este é o caso de *Eptesicus sp.*, que portanto, conta na lista de riqueza do módulo de Búfalos e na amostragem total.

Essas diferenças entre os registros ainda não identificados até espécie são explicitadas na Tabela 2 do relatório revisado (**ANEXO 13**), sendo os registros marcados com asteriscos (\*) e explicados pelo rodapé:

\*Espécie indeterminada, possivelmente a ser alocada em uma das espécies já amostradas após estudos em laboratório, não conta como riqueza.

\*\*Espécie não determinada, mas táxon é diferente dos demais já amostrados; conta como riqueza.

Segue a tabela de diferenças enviada pelo IBAMA e, a seguir, a Tabela 3 do relatório Pré-enchimento, para conferência e comparação:

Tabela 1. Diferença observada nos dados apresentados pela SAE, durante a amostragem padronizada, pelo Monitoramento de Quiropteros.

Módulo	Dados Brutos		Dados do Relatório		Diferença observada	
	N Indivíduos	Riqueza	N Indivíduos	Riqueza	N Indivíduos	Riqueza
Teotônio	364	32	363	31	1	1
Búfalos	614	40	610	38	4	2
Ilha da Pedra	294	41	287	38	7	3
Jirau ME	173	30	170	29	3	1
Jaci MD	321	37	316	36	5	1
Morrinhos	417	41	413	39	4	2
Jirau MD	348	31	342	29	6	2

Tabela 3: Riqueza, número de indivíduos, índice de Shannon, estimativa de riqueza do estimador Jackknife 1 e percentagem da riqueza esperada registrados nos módulos nas áreas de influência da UHE Santo Antônio, Rio Madeira, RO.

	Total	Búfalos	Ilha das Pedras	Jaci MD	Jirau MD	Jirau ME	Morrinhos	Teotônio
Riqueza	61	38	38	36	29	29	39	31
N Indivíduos	2531	614	294	321	348	173	417	364
Shannon	2,69	2,63	2,96	2,64	2,38	2,52	2,23	2,17
Jackknife 1	70	40	39	41	31	38	40	43
% do esperado	87	95	97	88	93	76	97	72

**Página 60** – “O cálculo de densidade apresenta dúvidas, aparentemente o empreendedor realizou a densidade de registros, em cada período com base na extensão do rio, e não com o esforço amostral despendido. Solicita-se esclarecimento do empreendedor sobre esta avaliação.”

A densidade relativa é calculada dividindo o número de animais avistados/contados pela distância percorrida durante o levantamento.

Por exemplo:

Distância percorrida: 100 km

Número de jacarés avistados: 143 indivíduos

Resultado:  $143/100 = 1,43$  ind/km percorrido

Contudo, no relatório final da Fase de Pré-enchimento observou-se um erro no cálculo da abundância relativa dos crocodilianos no rio Jaci na época da cheia. Onde se lê “0,48 jacarés/km na cheia” leia-se “0,8 jacarés/km na cheia”.

Segue o parágrafo com a correção:

As duas margens do rio Madeira foram percorridas de barco, aproximadamente 100 km, desde o trecho acima da cachoeira de Santo Antônio até abaixo da UHE Jirau, No rio Madeira, foram registrados 143 jacarés no período de seca e 88 jacarés na cheia. A abundância relativa dos crocodilianos foi de 1,43 jacarés/km na seca e de 0,88 jacarés/km na cheia. No rio Jaci, foram percorridos 60 km, de montante do Módulo Jaci-Paraná MD até a foz do rio Jaci, e avistados 161 jacarés no período de seca e 48 indivíduos na cheia. A

abundância relativa dos crocodilianos foi de 2,68 jacarés/km na seca e **0,8 jacarés/km na cheia.**

**Página 69** – *“Solicita-se ao empreendedor justificativa do uso desta metodologia para avaliação da composição de espécies em áreas alagadas e áreas não alagadas.”*

Apesar do emprego da segmentação do gradiente para remoção do efeito de aglomeração nas extremidades no DCA, o arranjo obtido permite a avaliação da estrutura da comunidade em duas dimensões bastante explicativas, ou seja, um gradiente principal que contém a maior parte da informação e um gradiente ortogonal com uma proporção complementar. Para análise de matrizes de dados nas quais se presume a necessidade de mais do que uma dimensão para descrever a estrutura espaço-temporal com maior resolução, o DCA pode ser o instrumento mais adequado. O processo de destendenciamento é apenas um procedimento para correção do efeito produzido pelo algoritmo de cálculo da análise de correspondência por ponderação recíproca. O número de segmentos empregado permite corrigir o gradiente obtido adequadamente, considerando o número de elementos na ordenação. Maiores detalhes podem ser vistos na literatura, como, por exemplo no livro: Data Analysis in Community and Landscape Ecology – R.H. G. Jongman et al., (1995). Cambridge University Press.

Adicionalmente, conforme solicitado e apresentado para os demais grupos de entomofauna, o próximo relatório irá utilizar o NMDS (Non-metric Multidimensional Scaling), contemplando inclusive os dados desde a primeira amostragem. De fato, parte da comunidade científica considera o NMDS como um dos melhores métodos para descrever gradientes ecológicos, sendo mais vantajoso em relação a outros métodos de ordenação por não pressupor relações lineares entre atributos e objetos e, geralmente, resumir mais informações em menos dimensões (eixos) (Minchin, 1987; Faith et al., 2004).

Referências bibliográficas:

- Minchin, PR. 1987. An evaluation of the relative robustness of techniques for ecological ordination. *Vegetatio* 69: 89-107.
- Faith, DP, Reid CAM & Hunter J. 2004. Integrating Phylogenetic Diversity, Complementarity, and Endemism. *Conservation Biology* 18: 255-261.

**Página 71** – *“O empreendedor ressalta que o módulo de Teotônio apresentou o maior número de espécies com base na média entre os estimadores de riqueza. Entretanto, cada estimador de riqueza possui diferentes premissas e aplica diferentes valores ao estimar a riqueza, gerando valores distintos para cada teste. Desta forma, solicita-se ao empreendedor esclarecimento da premissa ecológica ao se realizar este tipo de avaliação, da mesma forma que esclareça qual estimador Chao foi utilizado.”*

A ressalta é que o Módulo de Teotônio apresentou apenas duas espécies a menos que o módulo com o maior número de espécies reais (69 em Jaci-Paraná ante 67 em Teotônio), enquanto o esforço amostral em Jaci-Paraná foi de 96 subparcelas e apenas de 76 em Teotônio. Pelo fato dessa pequena diferença no número real de espécies, em contraposição com a substancial diferença no esforço amostral, todos os estimadores, exceto Bootstrap, estimaram uma maior riqueza para Teotônio do que para Jaci-Paraná. Isso ocorre, pois os estimadores utilizam sempre espécies por esforço para calcular as estimativas.

Não existe uma premissa ecológica em si para utilizar uma média dos estimadores, mas sim o fato de que não existe um consenso sobre qual o melhor estimador e, desta forma, a média deles, conforme defendido por vários bioestatísticos, talvez, seja a forma menos tendenciosa de olhar para o todo. Adicionalmente, a apresentação dos diferentes estimadores (análise) foi uma solicitação do IBAMA, para que fosse possível a comparação com outros estudos na região que utilizaram apenas um dos estimadores.

Independente disso, apenas olhando as curvas de acumulação de espécies, dá para notar que a curva do módulo de Teotônio está mais distante de atingir a estabilização do que a de Jaci-Paraná.

A SAE esclarece que o Chao utilizado foi o Chao I.

**Página 72** – *“Tendo em vista que as avaliações apresentadas sobre a avaliação de similaridade com base na distância de Jaccard, que independe da abundância dos registros considerando a presença/ausência das espécies. Não ficou claro a avaliação de padrão por meio do ordenamento com a distância de Bray-Curtis, que considera a abundância dos registros das espécies, sendo que as avaliações em série não consideravam a abundância dos registros. Solicita-se esclarecimento ao empreendedor referente a esta análise.”*

Foram feitas as análises com Jaccard e com a Bray-Curtis e ambas dão o mesmo valor de stress (0.246), isto é, um alto valor e que não explica as distâncias encontradas. De qualquer forma, no próximo relatório a análise de similaridade será feita com o índice de Jaccard.

**Página 75-** *“De acordo com o empreendedor foram registrados 3025 indivíduos, representando 87 espécies, em todas as oito campanhas de monitoramento pré-enchimento. Entretanto, esta informação aparenta ser divergente da planilha de dados apresentada pelo empreendedor, no que diz ao total de espécies.”*

A SAE esclarece que a aparente divergência no que diz ao total de espécies é por causa dos erros de digitação apontados no Parecer N°6103/2013 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. As planilhas foram corrigidas e atualizadas e serão

entregues junto com os relatórios consolidados dos outros grupos, com previsão de entrega em novembro/2013. No entanto, a SAE ratifica que os valores de 3.025 indivíduos e 87 espécies mencionados no relatório de gafanhotos das campanhas 1 a 8 estão corretos.

**Página 76** – *“Os módulos que apresentaram maior riqueza de espécies foram: Ilha do Búfalo (52 espécies), seguido de Teotônio (51 espécies) e Morrinhos (46 espécies). Ilha da Pedra e Jirau-ME apresentaram as menores riquezas com 35 e 26 espécies, respectivamente. O empreendedor associa que a maior riqueza registrada em Teotônio e Ilha do Búfalo, por apresentarem ambientes de áreas ensolaradas. Deve-se realizar avaliação quanto ao esforço despendido, uma vez que houve variação na metodologia, dependendo do ambiente.”*

Independente do esforço despendido pode-se constatar que a riqueza foi maior nos módulos de Teotônio e Ilha do Búfalo por apresentarem áreas mais propícias, como vegetação de campo mais aberta e ensolarada, facilitando a captura de mais espécies predominantes nestas áreas. Ou seja, o ambiente era mais favorável e conseqüentemente encontra-se maior riqueza em relação aos demais módulos. A SAE se dispõe a discutir o esforço utilizado no próximo seminário do meio biótico a ser realizado entre os dias 18 e 22 de novembro de 2013.

**Página 76** – *“A rede de varredura não era aplicada em locais com vegetação fechada, conforme mencionado: “Foi possível utilizar este método (rede de varredura) apenas em algumas parcelas de alguns dos módulos do monitoramento. Onde a vegetação se apresenta bastante fechada adotou-se a busca visual sob a mesma.” O emprego de diferentes metodologias poderia ser responsável pela redução no registro de espécies em áreas fechadas, seja pela dificuldade em capturar o animal, assim como avisar, de modo que há uma maior tendência na captura de animais mais conspícuos.”*

Em ambientes de matas mais fechadas, pela dificuldade de passar a rede de varredura, o método é por busca visual, mas como existem espécies de ambientes abertos, existem também aquelas espécies de baixa valência ecológica que são encontradas facilmente em ambientes fechados mais sombrios e sendo possível o coletor capturá-la. O emprego de duas metodologias diferentes foi satisfatório nestes ambientes com áreas de vegetação distintas. Os coletores foram treinados para uma boa captura através de busca visual. A SAE ratifica que ambas metodologias foram utilizadas desde a primeira campanha e são complementares, não sendo recomendável utilizar apenas uma delas.

**Página 77** – *“O banco de dados apresentado pelo empreendedor apresenta divergência nas informações prestadas: a espécie *Psiloscirtus flavipes*, que foi evidenciada como vulnerável e no corpo do texto ser considerada como uma espécie que apresentou um único registro, na planilha de dados encaminhada, a mesma espécie foi registrada nos módulos de Morrinhos,*

*Teotônio, Jaci Paraná, Ilha do Búfalo e Ilha da Pedra, totalizando 11 registros. Outra divergência das informações é que a espécie *Amblytropodia minor* que foi registrada exclusivamente no módulo de Morrinhos, com uma parcela que não consta na lista de espécies elencadas como vulneráveis. Solicita-se explicação da divergência informada pelo empreendedor."*

Quanto a *Psiloscirtus flavipes*, houve um engano de digitação na planilha e no corpo do texto apenas na Seção 4.9. Ao invés de *P. flavipes* a espécie potencialmente vulnerável aos efeitos do empreendimento é *Amblytropodia minor*. Portanto na Seção 4.9 do relatório consolidado das campanhas 1 a 8, onde diz "*Psiloscirtus flavipes*" deve dizer "*Amblytropodia minor*". Este erro de digitação e a troca no nome da espécie causaram as divergências que foram apontadas. As retificações foram realizadas na planilha de dados brutos que será anexada ao relatório consolidado das 10 primeiras campanhas, que será entregue junto com os relatórios consolidados dos outros grupos, com previsão de entrega em novembro/2013.

#### **PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE DESMATAMENTO E RESGATE DA FAUNA NA ÁREA DE INTERFERÊNCIA DIRETA**

- *No âmbito do Programa de Acompanhamento das Atividades de Desmatamento e Resgate de Fauna na Área de Interferência Direta e às condicionantes referentes a este Programa, recomenda-se que a SAE:*
  - a) *Avalie a capacidade das equipes de resgate do canteiro de obra em atender a demanda no resgate de fauna em pátios de estocagem, sem comprometer as atividades que realiza no canteiro de obra, de forma simultânea.*

A SAE informa que, as equipes que realizam atividades de remoção dos pátios de estocagem de madeira estão orientadas para notificar à equipe de resgate de fauna da presença de animais que não sejam afugentados pela presença das máquinas, ou que estejam sob risco de morte por efeito destas atividades. Até o momento não houve registro de animais que precisaram ser resgatados. Caso seja identificada a necessidade de resgatar algum animal, a SAE disponibilizará a equipe de resgate de fauna atuante no canteiro de obras. Cabe ressaltar que as atividades de resgate de fauna do canteiro de obras encontram-se reduzidas, sendo possível que esta equipe atue nos pátios de estocagem, se necessário.

#### **PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA**

- a) *apresentar, em 45 (quarenta e cinco) dias, as análises conclusivas e recomendações no relatório "análise integrada dos dados de pré enchimento, enchimento e pós enchimento com uma clara avaliação dos*

*impactos causados na ictiofauna, em decorrência da implantação do empreendimento, baseada nos dados levantados nos subprogramas de ecologia e biologia e inventário taxonômico”;*

A SAE informa que a equipe de consultoria especializada responsável pelos Subprogramas citados está em processo de substituição. A nova equipe será a responsável pela elaboração das análises que comporão o relatório solicitado. Por este motivo, a SAE solicitou dilação de prazo em 45 dias para atendimento a este item, conforme correspondência SAE-PVH 603/2013 protocolada em 23 de outubro de 2013.

*b) apresentar, em 45 (quarenta e cinco) dias, o projeto de instalação dos didsons e/ou justificar quais os motivos de não ter sido cumprido o planejado no plano de trabalho do sistema de transposição;*

A SAE informa que os sonares formadores de imagem de que dispõe, modelos DIDSON e ARES, não foram instalados nos nichos fixos, conforme proposição original, primeiramente porque a movimentação de material e maquinário no entorno do STP da ilha do Presídio oferece risco de danificá-los, de modo que estes não podem ser deixados no local. Trata-se de aparelhos eletrônicos sensíveis a choques mecânicos, de custo elevado e dificuldade de aquisição, por serem importados. Para utilização destes no STP durante as campanhas mensais de monitoramento, a área é temporariamente isolada e os biólogos conduzem a captação de imagens. Uma vez encerrada a atividade, a área é liberada e material e máquinas voltam a ser movimentados no entorno. A movimentação de máquinas no local já danificou uma base telemétrica de monitoramento de peixes, que teve de ser substituída. O mesmo não poderá ser feito tão facilmente com os sonares.

Além disso, os aparelhos são empregados no monitoramento de canal de fuga e na sucção das Unidades Geradoras em comissionamento, para avaliação da quantidade de peixes durante os testes eletromecânicos. Instalar os aparelhos em local fixo impediria este uso, frequente e útil no dimensionamento de riscos e prevenção de acidentes ambientais.

Pelo exposto, a SAE informa que só será possível instalação fixa dos sonares quando as obras do STP e entorno estiverem concluídas. Até lá, os aparelhos serão usados somente em amostragens quando se puder isolar o entorno, evitando riscos ao equipamento e ao seu operador.

*c) encaminhar 45 (quarenta e cinco) dias, um Plano de monitoramento das taxas de sobrevivência de ovos, larvas e juvenis na passagem pelas turbinas e vertedouros;*

A SAE informa que a equipe de consultoria especializada responsável pelo Subprograma de Ictioplâncton está em processo de substituição. A nova equipe será a responsável pela elaboração das propostas que comporão o Plano



solicitado. Por este motivo, a SAE solicitou dilação de prazo em 45 dias para atendimento a este item, conforme correspondência SAE-PVH 603/2013 protocolada em 23 de outubro de 2013.

- d) a medição de velocidade, profundidade e qualidade da água deverão ser monitoradas, bem como coletas de peixes nas áreas das turbinas em diferentes épocas do ano e com diferentes métodos de captura, bem como avaliação do estado biológico e fisiológico das espécies, para que se possa avaliar os efeitos cumulativos e qual a relação com as condições operacionais da usina e as condições ambientais;*

A SAE informa que a atividade de coleta de peixes na área dos canais de fuga e de restituição durante operação de unidades geradora e/ou vertedouros oferece risco de vida aos colaboradores, de forma que sua execução não é factível.

Além disso, a seletividade inerente aos métodos de captura, principalmente em ambientes amplos e abertos como o canal do rio Madeira, faz com que o valor da informação obtido nas coletas periódicas nos canais de fuga e restituição da UHE seja questionável.

Sendo assim, a posição da SAE é de não realizar a coleta de peixes nessas áreas.

Por outro lado, os sintomas de injúrias causadas por operação regular de usinas hidrelétricas são conhecidos e facilmente reconhecíveis, de modo que não é necessária amostragem específica para identificá-los, caso ocorram.

Dessa forma, a proximidade da barragem com o centro urbano de Porto Velho e com o porto pesqueiro do Cai N'Água - onde maioria dos pescadores que atuam no trecho imediatamente a jusante da UHE desembarcam o pescado - favorece a obtenção de informações sobre danos à ictiofauna, seja através de relatos de observações de pescadores profissionais e de subsistência atuantes no rio Madeira, seja pelo exame do pescado desembarcado. A SAE ressalta ainda que mantém coletor do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira postado na localidade para anotação diária de informações, e seus técnicos (biólogos/engenheiros de pesca) fazem visitas frequentes à localidade.

Além da informação obtida com auxílio dos pescadores e população ribeirinha, a rede de amostragem do Programa de Conservação da Ictiofauna, que foi delimitada com objetivo de avaliar os efeitos da implantação e operação da UHE, permitirá obtenção de informações sobre estado biológico e fisiológico da ictiofauna. Essa informação é complementada pelas observações dos biólogos da UHE Santo Antônio atuantes no resgate de peixes nas Unidades Geradoras, no monitoramento e coletas no STP, e pelas observações em campo das equipes de monitoramento do Programa de Gestão Socio-patrimonial.

Havendo necessidade, as informações biológicas obtidas podem ser prontamente relacionadas às informações de qualidade de água, obtidas em tempo real pelas sondas telemétricas instaladas a montante e jusante, ao

Santo Antônio

passo que registros diários de informações sobre condições hidráulicas são mantidos pela equipe de Operação e Manutenção da UHE Santo Antônio.

Sendo assim, a SAE propõe o uso desse conjunto de informações supracitadas em substituição da atividade de coleta ativa nos locais de risco.

- e) *apresentar, quando o empreendimento estiver com todas as casas de força em funcionamento, proposta de regra operativa das UG's e vertedouro para minimizar os efeitos de mortalidade nos peixes. Esta proposta deve se basear nos dados de monitoramento assim como nos resultados da modelagem eco hidráulica;*

Conforme elucidado no 4º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais da UHE Santo Antônio Pós L.O., a UHE Santo Antônio é classificada como pertencente ao TIPO I, conforme SUBMÓDULO 26.2 – Rev. 2 do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, onde se lê em:

*O despacho da Usina é centralizado pelo Centro Nacional Operação do Sistema (CNOS) do ONS*

Em seu item 6:

**CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS USINAS NA MODALIDADE.**

No subitem 6.1.2., nas alíneas:

*(b) Programação centralizada: A usina tem o programa de geração estabelecido de forma coordenada e centralizada pelo ONS, em bases mensais, semanais e diárias.*

*(c) Despacho centralizado: A usina tem o despacho de geração no tempo real coordenado, estabelecido, supervisionado e controlado pelo ONS.*

Resta claro, pois, que a SAE não dispõe de autonomia sobre as regras operativas da UHE Santo Antônio.

f) *testar o comportamento de peixes, que passam pelos vertedouros e turbinas comparando-os com os dados coletados durante o programa de monitoramento ambiental por telemetria e suplementados com medições e monitoramento do medidor acústico de velocidade da água (Acoustic Doppler Current Profiler - ADCP) para caracterizar o ambiente hidráulico, conforme sugestão da NHC;*

g) *observar a resposta comportamental das douradas marcadas que sobem no sistema de transposição para subsidiar informações ao modelo eco-hidráulico conforme sugestão da NHC;*

Em resposta aos itens f e g acima a SAE esclarece que, conforme informado nos Relatórios de Acompanhamento dos Programas Ambientais pós emissão da L.O., a rede radiotelemétrica para monitoramento de peixes está montada

em todas as estruturas em comissionamento e operação na UHE Santo Antônio, incluindo STP, Casas de Força e Vertedouros. Isso permite monitorar deslocamento dos peixes entre e pelas estruturas. A rede opera desde o desvio do rio, ao final de julho de 2011, com a instalação das bases telemétricas (conjunto de antenas e *data logger*) no vertedouro principal. Conforme novas estruturas passaram a operar, novas bases foram instaladas nestas estruturas, permitindo monitorar deslocamentos de peixes nas imediações da barragem, tanto a montante quanto a jusante. O estudo é complementado com campanhas mensais de monitoramento móvel embarcado, executado até 10 km de distância do eixo da barragem.

Dados hidráulicos são anotados diariamente pela equipe de Operação e Manutenção da UHE. O uso do ADCP será empregado periodicamente no STP e proximidades dos canais de fuga e restituição – desde que condições hidráulicas não ofereçam risco à saúde e integridade física dos colaboradores, mediante aprovação da área de SST. Essas medidas são relacionadas aos deslocamentos dos peixes registrados através da radiotelemetria.

Uma vez consolidada a análise de dados e identificadas as relações, caso existam, entre movimentação dos peixes marcados e condições hidráulicas determinadas pela UHE, o modelo poderá ser realimentado, ou um novo e melhor modelo construído.

Pelo exposto, a SAE entende que vem atendendo a recomendação dos consultores e exigência do IBAMA.

*h) realizar modelagem eco-hidráulica para verificar o desempenho do sistema de transposição adicional e sistemas de atração com vistas a maximizar o sucesso da migração a montante da Dourada e outros bagres de grande porte, conforme sugestão da NHC.*

A SAE informa que o modelo Ecohidráulico elaborado pela NHC levou em consideração a operação do Sistema de Água Adicional para Atração de Peixes do STP da ilha do Presídio estabelecida no projeto deste.

A SAE entende como pertinente a sugestão/exigência do IBAMA sobre realizar modelagem ecohidráulica prévia à instalação do segundo STP. Cabe ressaltar, no entanto, que para a modelagem são necessárias definições sobre o projeto do STP que, conforme recomendação dos consultores da SAE encaminhada ao IBAMA na correspondência SAE/PVH 1159/2011 (resposta condicionantes 45 dias LO, protocolada em 01/11/2011), serão alcançadas somente após avaliação sobre desempenho do STP da ilha do Presídio e do comportamento dos peixes neste. Essa avaliação está em andamento nos moldes do que o IBAMA exige nos itens **f** e **g**, acima.

## PROGRAMA DE REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO ATINGIDA

*Referente ao Subprograma de Remanejamento da População Atingida, recomenda-se:*

- a) que os próximos relatórios apresentem informações dos fatos novos, caso eles ocorram, não sendo necessário o relato das ações já finalizadas e apresentadas em relatórios posteriores.*

O formato e conteúdo do relatório estão em conformidade com a solicitação, entretanto constam ações que necessitam de sequenciamento para melhor entendimento e abrangência.

- b) Santa Rita, a SAE deverá: i) apresentar, em 45 (quarenta e cinco) dias, avaliação sobre os obstáculos enfrentados pelo reassentados para o restabelecimento das condições de produção e renda com indicativo de proposições para a resolução da situação; ii) dar atenção especial àquelas famílias que apresentam renda mensal inferior a um salário mínimo de forma a garantir que não haja comprometimento na segurança alimentar e; iii) encaminhar ao Ibama, mensalmente, as fichas de monitoramento das famílias.*

- i) A Santo Antonio Energia tem informado nos relatórios a situação dos lotes, a área de produção, que está em plena evolução, a situação de renda, os investimentos que a SAE realiza diretamente na produção, com fornecimento de insumos, máquinas e subsídios para hora máquina nas operações agrícolas. No último relatório apresentamos um relatório fotográfico de lote a lote, com fotografias em sobrevoo, para mostrar o grau de aproveitamento dos lotes, a diversidade das culturas e o trabalho de cada família no preparo de solo para plantio das safras. Quanto as informações complementares solicitadas a SAE propõe o prazo de 60 dias a contar da data de resposta da SAE, com as informações das famílias e todo o montante de indenizações e investimentos já realizados nos lotes, bem como a relação dos lotes em que as famílias que residem na cidade e passam o final de semana no reassentamento, lotes que foram arrendados ou vendidos, a relação dos lotes em que o titular vendeu o adubo destinado para produção entre outras situações
- ii) O relatório de monitoramento, realizado mensalmente não constam indicações de que ocorram comprometimento de segurança alimentar.
- iii) A SAE apresentará em 45 dias o conjunto de informações para avaliação do IBAMA e proposição para avaliação deste item.

- c) Riacho Azul a SAE deverá: i) orientar os reassentados sobre os procedimentos corretos para instalação, regularização e manuseio dos tanques de piscicultura; ii) promover a realização da regularização da*

*atividade já existente junto a Secretaria de Meio Ambiente Estadual; iii) prestar esclarecimentos específicos aos reassentados sobre a irregularidade da captura dos alevinos da natureza e fornecer informações sobre os procedimentos corretos para obtenção dos espécimes.*

i) As orientações constam da Assessoria Técnica Social e Ambiental, realizada pela Emater. Entretanto cabe destacar que no reassentamento Riacho constam apenas 03 lotes com pequenos tanques, não comerciais, apenas para consumo familiar. Neste reassentamento predomina a produção de Mandioca e Farinha de Mandioca, destacando-se pelo nível de produção e produtividade, conforme informado nos relatório semestral.

ii) A abertura dos tanques, apesar da orientação da EMATER, foi realizada diretamente pela família titular do lote, por iniciativa própria. Entendemos que a regularização não é de atribuição da SAE e sim do proprietário do imóvel, que deverá ser orientado para tal finalidade.

iii) A SAE entende que a orientação deva ser realizada pelo órgão ambiental do estado.

*d) Vila Nova de Teotônio: sejam iniciadas imediatamente ações no âmbito do Subprograma de Apoio a Atividade Pesqueira de forma a beneficiar o grupo de pescadores do reassentamento.*

Conforme informado no relatório, o projeto de Piscicultura em conjunto com a Associação de Vila Teotônio está em andamento, foram realizadas ações preparatórias, o projeto técnico e levantamentos de campo. A implantação em campo terá início após o período de inverno amazônico, por esta razão a SAE continua repassando o auxílio para a reorganização da atividade produtiva, para as famílias e para os comerciantes, conforme consta no relatório semestral.

*e) encaminhar relatórios trimestrais de acompanhamento dos reassentamentos, nos quais deverão constar, de forma resumida, informações sobre as ações desenvolvidas no período, produção por lote e informações sobre a renda familiar.*

O compromisso da SAE junto ao IBAMA é fornecer as informações no relatório semestral.

#### **PROGRAMA DE APOIO A ATIVIDADE PESQUEIRA**

- *O Ibama aguarda informações solicitadas no Parecer Técnico 282/2013: "a SAE deverá apresentar no 3º Relatório Semestral, propostas de medidas compensatória e ou mitigatórias para a atividade pesqueira".*

Conforme informado do último Relatório Semestral a SAE apresentará relatório que sumariza as ações executadas em benefício da comunidade pesqueira, dentro do âmbito do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira e demais Programas da SAE, seguindo as orientações do IBAMA. Esse relatório tem previsão de entrega para dezembro de 2013.

#### **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

- *Encaminhar, mensalmente, ao NLA/RO o cronograma com o detalhamento das atividades a serem realizadas no âmbito do Programa de Educação Ambiental, de forma a viabilizar o acompanhamento e a participação da equipe do NLA nas atividades;*

A SAE informa que atendendo ao solicitado no Parecer em questão, encaminhará, mensalmente, ao NLA/RO, cronograma com as atividades a serem realizadas no âmbito do Programa de Educação Ambiental.


#### **PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO SOCIAL**

- *Informar, em 45 (quarenta e cinco) dias, o status de negociação da área e implantação do aterro sanitário;*

A área de implantação do aterro sanitário é formada por duas propriedades contíguas. A aquisição de uma delas foi efetivada pela SAE em 2012. O processo de compra da segunda área esta em fase final de concretização com a realização do depósito judicial no dia 14 de outubro de 2013, conforme comprovante de depósito anexo, assim, a Prefeitura Municipal de Porto Velho finalizará a desapropriação judicial do atual proprietário. Em tempo, os trabalhos de prospecção arqueológica das áreas para a implantação do aterro sanitário tiveram início em 15 de outubro de 2013, sem evidências arqueológicas até o momento e com previsão de término em 31 de outubro de 2013, e não havendo sítios arqueológicos a ordem de serviço para implantação do aterro poderá ser expedida pela municipalidade.

#### **PROGRAMA DE GESTÃO SOCIOPATRIMONIAL**

- *Instalar, em 45 (quarenta e cinco) dias, placas de sinalização nas margens esquerda e direita do rio Madeira alertando sobre o perigo de navegação próximo ao barramento, seus canais de fuga e restituição. Instalar bóias de sinalização transversalmente ao rio Madeira de forma a delimitar a área que ofereça risco à navegação. As bóias deverão obedecer ao padrão da Marinha brasileira para demarcação fluvial;*

  
Santo Antônio

Esta estrutura foi instalada em 2011/12 durante a vigência do Programa de Ações Emergenciais de Jusante e, em função dos eventos de cheias, estas estruturas não resistiram aos períodos de maiores vazões.

Anualmente a SAE reinstala as boias de sinalização com a indicação de águas perigosas, conforme NORMAN, e já protocolizou junto à Delegacia Fluvial o projeto de sinalização, por meio de correspondência SAE/PVH 1101/2011 de 11 de outubro de 2011.

A instalação das placas aguarda o estabelecimento do limite definitivo da UHE, pois enquanto obra, está a cerca de dois mil metros do barramento.

A SAE está providenciando a instalação das placas indicativas na localização definida pela Condicionante 2.37 da Licença de Instalação e fará, futuramente, a relocação destas para o posicionamento de perímetro de Usina.

As boias encontram-se instaladas no rio e as placas que indicavam a restrição de navegação estão em processo de reinstalação, pois as existentes sofreram danos e foram retiradas.

#### GERAIS

- *Encaminhar, em 15 (quinze) dias, informações sobre o número de propriedades afetadas pelo remanso do reservatório no assentamento Joana D'Arc, o número de famílias envolvidas neste processo e o status de negociação. Recomenda-se ainda que sejam seguidos todos os procedimentos e premissas previstas no PBA para atendimento dessas famílias;*

Em 06 de setembro de 2013, através da correspondência SAE/PVH 0488 em resposta ao Ofício 02001.010846/2013-04 DILIC/IBAMA, foram encaminhadas as informações sobre atingidos do PA Joana D'arc solicitadas no item acima do Parecer Técnico 6103/2013.

EL BRANCO



02001.021966/2013-29  
01.11.2013

6521

Santo Antônio

Porto Velho, 14 de novembro de 2013

A Senhora,  
Gisela Damm Forattini  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA  
Diretoria de Licenciamento Ambiental  
Brasília - DF

Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0661/2013

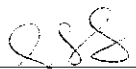
Assunto: Medidas de controle de Macrófitas Aquáticas revisado

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE encaminha a revisão das Medidas de controle de Macrófitas Aquáticas, parte componente do Plano de Trabalho do Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas. O documento em questão oferece como opção de destinação das macrófitas retiradas do reservatório as áreas do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD que serão revegetadas pelo Subprograma de Revegetação das Áreas de Preservação Permanente. Sendo assim, em complemento, a SAE encaminha também dois mapas anexos com as áreas sugeridas para destinação do material vegetal.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


  
\_\_\_\_\_  
Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade

À ANUNCIADA LEONORA MILAGRE

PARA AQUISIÇÃO CONJUNTA COM

A ANUNCIADA VERA MOURA.

em 26.11.13

  
Rafael Isidoro Della Jatta  
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas  
COMISSÃO DE LICENCIAMENTO

Quit em 27/11/13

*Souza*  
Leonora Milagré de Souza  
Analista Ambiental  
Matr 1771.366  
COMISSÃO DE LICENCIAMENTO

Porto Velho, 06 de dezembro de 2013

À Senhora  
Gisela Damm Forattini  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
Diretoria de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
Renováveis - IBAMA  
Brasília - DF

Nº. Ref. Santo Antônio Energia/PVH: 0707/2013

Assunto: Envio do relatório final de monitoramento de quelônios da Fase Pré-enchimento e  
avaliação das recomendações da Dra. Claudia Keller

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE, encaminha o relatório final do monitoramento de quelônios da Fase de Pré-enchimento, elaborado pela Dra. Claudia Keller do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA.

Este relatório apresenta na parte final uma lista de recomendações da Dra. Keller. Ressalta-se que estas recomendações representam, exclusivamente, a opinião da consultora e não representam, na sua totalidade, a opinião da SAE ou da SETE Soluções e Tecnologia Ambiental - SETE, empresa responsável pelos trabalhos na Fase de Pós-enchimento.


É importante ressaltar, inicialmente, que a Instrução Técnica Nº 76/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, a qual orientou o delineamento amostral da Fase de Pós-enchimento, baseou-se em recomendações da própria consultora, que apenas posteriormente à emissão da referida IT, encaminhou a versão final de seu relatório à Santo Antônio Energia - SAE.

*[Faint stamp and signature area]*

*[Handwritten signature]*

Do analista David Cas,  
para elaboração de parecer.

1613243

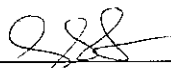
  
Frederico Queiroga do Amaral  
Matricula nº: 1.512.156  
Chefe  
COHID/CGEN/DE/DILIC/IBAMA

Algumas das recomendações são pertinentes e já fazem parte do monitoramento de quelônios realizado na atual Fase de Pós-enchimento do reservatório. Para outras recomendações, também consideradas pertinentes, a SAE/SETE entendem que extrapolam o objetivo de um monitoramento, se aproximando de interesses acadêmicos, ou ainda necessitam refinamento de dados para serem aplicadas em um momento futuro.

É por estes motivos que a SAE encaminha o documento "*Avaliação das recomendações do relatório final do monitoramento de quelônios da fase de Pré-enchimento da UHE Santo Antônio*", pois entende que o delineamento amostral previsto para os dois primeiros anos de monitoramento pós-enchimento de quelônios é adequado.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de estima e consideração e, mantém-se à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,



---

Guilherme Ábbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade

Guilherme Ábbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade  
Santo Antônio Energia

EMBRANCO

Santo Antônio

6579  
#



**SETE**

SOLUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL

UHE SANTO ANTÔNIO

**Avaliação das recomendações do relatório final  
do monitoramento de quelônios da Fase de Pré-  
enchimento da UHE Santo Antônio**

**Belo Horizonte**

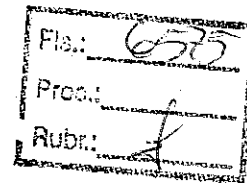
Dezembro de 2013

EM BRANCO





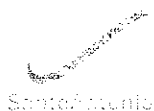
Avaliação das recomendações do relatório final do monitoramento de quelônios da Fase de Pré-enchimento da UHE Santo Antônio



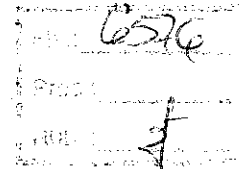
<i>EMPRESA RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO</i>	
Nome do Empreendedor	<i>Santo Antônio Energia S.A.</i>
CNPJ	<i>09.391.823/0002-40</i>
Endereço	<i>Rua Tabajara, 834 – Bairro Olaria</i>
CEP – Município – U.F.	<i>76801-316 – Porto Velho – Rondônia</i>
Telefone	<i>(69) 3216 1600</i>
E-mail	<i>guilhermeabbad@santantonioenergia.com.br</i>
Gerente de Sustentabilidade	<i>Guilherme Abbad Silveira</i>

<i>EMPRESA RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO PÓS-ENCHIMENTO DE QUELÔNIOS</i>	
Nome da Empresa	<i>Sete Soluções e Tecnologia Ambiental Ltda.</i>
CNPJ	<i>02.052.511/0001-82</i>
Endereço	<i>Rua Pernambuco, nº 1000 - 5º andar - Funcionários</i>
CEP – Município – U.F.	<i>30.130-151 - Belo Horizonte - Minas Gerais</i>
Telefone	<i>(31) 3287-5177</i>
E-mail	<i>sete@sete-sta.com.br</i>
Gerente do Projeto	<i>Eduardo Lima Sábatto</i>

EMBRALCO

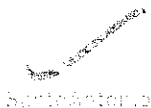


Avaliação das recomendações do relatório final do monitoramento de quelônios da Fase de Pré-enchimento da UHE Santo Antônio



EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL POR ESTE DOCUMENTO		
PROFISSIONAL	FORMAÇÃO/CARGO	EMPRESA
Eduardo Lima Sábatto	Biólogo, Coordenador geral.	SETE Soluções e Tecnologia Ambiental
Daniely Félix da Silva	Bióloga, Coordenadora temática geral do monitoramento de Quelônios e coordenadora de campo.	SETE Soluções e Tecnologia Ambiental
Javier Cornejo Cisneros	Biólogo, Analista Sócio Ambiental.	Santo Antônio Energia

TELETYPE  
UNIT  
3333333333



## AVALIAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO FINAL DO MONITORAMENTO DE QUELÔNIOS DA FASE DE PRÉ-ENCHIMENTO DA UHE SANTO ANTÔNIO

O relatório final do monitoramento de quelônios da Fase de Pré-enchimento, elaborado pela Dra. Claudia Keller do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA apresenta, na parte final, as recomendações a serem realizadas durante a Fase de Pós-enchimento do reservatório da UHE Santo Antônio.

É importante ressaltar, inicialmente, que a Instrução Técnica Nº 76/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, a qual orientou o delineamento amostral da Fase de Pós-enchimento, baseou-se em recomendações da própria consultora, que apenas posteriormente à emissão da referida IT, encaminhou a versão final de seu relatório à Santo Antônio Energia - SAE.

Ressalta-se também que essas recomendações representam, exclusivamente, a opinião da consultora e não representam, na sua totalidade, a opinião da SAE ou da SETE Soluções e Tecnologia Ambiental - SETE, empresa responsável pelos trabalhos na Fase de Pós-enchimento.

Algumas das recomendações são pertinentes e já fazem parte do monitoramento de quelônios realizado na atual Fase de Pós-enchimento do reservatório. Para outras recomendações, também consideradas pertinentes, a SAE/SETE entendem que extrapolam o objetivo de um monitoramento, se aproximando de interesses acadêmicos, ou ainda necessitam refinamento de dados para serem aplicadas em um momento futuro.

A seguir são avaliadas, uma a uma, as recomendações da consultora:

**Uso do Sistema de Transposição de Peixes por quelônios** – Se recomenda fortemente que a equipe de monitoramento de quelônios no pós-enchimento se coordene com as equipes de implementação, teste e monitoramento do sistema de transposição de peixes (STP) da UHE Santo Antônio, para detecção de eventual aproximação e tentativas de uso do sistema por parte de quelônios. A confirmação de que *Podocnemis expansa* e *Podocnemis unifilis* (eventualmente também outras espécies) são ou não capazes de usar o STP para transpor a barragem da UHE Santo Antônio é a questão mais importante a responder no pós-enchimento. Evidências de que os quelônios não usam o sistema de transposição implicariam, necessariamente, o desenho de outras medidas mitigatórias que possibilitem a transposição do barramento por indivíduos de *Podocnemis*, especialmente *Podocnemis expansa*.

BRANCO



678  
f

Inicialmente, tanto a SAE como a SETE não concordam com a afirmação de que “A confirmação de que *Podocnemis expansa* e *Podocnemis unifilis* (eventualmente também outras espécies) são ou não capazes de usar o STP para transpor a barragem da UHE Santo Antônio é a questão mais importante a responder no pós-enchimento”. Conforme apresentado no EIA, o impacto mais importante prognosticado para esse grupo seria a eventual perda de áreas de desova e a SAE entende que é a este que se deve dar mais atenção.

Embora a Dra. Keller esteja convencida de que os quelônios conseguiram transpor as cachoeiras, os dados obtidos na Fase Pré-enchimento não são suficientes para realizar tal afirmação. Como informado no item “Transposição de cachoeiras” na página 34 do relatório final da Fase de Pré-enchimento, dos únicos sete casos confirmados de transposição de podocnemídeos nas cachoeiras da AID da UHE Santo Antônio, apenas dois foram rio acima (de jusante para montante), um deles na corredeira Morrinhos e o outro na corredeira Caldeirão. Não há registros confirmados de podocnemídeos transpondo a cachoeira Teotônio, nem a corredeira Santo Antônio. Reuniões recentes, realizadas pela equipe responsável pelos estudos na fase de Pós-enchimento com antigos moradores da região, indicaram que estes animais não conseguiram transpor as grandes cachoeiras e que seu eventual deslocamento, quando ocorria, era por sobre as pedras, durante as águas baixas, época, inclusive, em que eram intensivamente capturados. Portanto, a questão da capacidade dos podocnemídeos de transpor todas as corredeiras da AID da UHE Santo Antônio é questionável, sendo apenas uma possibilidade.

Independente da questão, a equipe atual de monitoramento da fase de Pós-enchimento realizou uma avaliação do Sistema de Transposição de Peixes (STP) e considerou improvável que uma tartaruga consiga utilizá-lo como rota de subida. Esta conclusão foi corroborada pelos técnicos que atualmente monitoram o STP, assim como por moradores antigos da região (que inclusive trabalham no STP), quando afirmaram que nunca viram uma tartaruga dentro do sistema implantado para permitir a subida de peixes migradores.

Apesar destas considerações e das observações sobre o STP, a equipe atual de estudos de quelônios fez contato com a equipe de monitoramento do STP para discutir a possibilidade de utilizar com este grupo a mesma técnica de radiotelemetria utilizada com os peixes. Foi verificado que, operacionalmente, seria muito complicado se uma tartaruga permanecesse por muito tempo na frente de uma base fixa, já que a memória do receptor seria comprometida com o elevado número de registros deste animal. Isto poderia colocar em risco o objetivo principal do monitoramento dos peixes migradores.

Considera-se que, independente da capacidade em transpor ou não grandes cachoeiras, as áreas reprodutivas utilizadas pelos quelônios antes do enchimento do reservatório da UHE Santo Antônio não estão disponíveis em sua grande totalidade, o que pode levar ao questionamento da efetividade em proporcionar acesso às

EMERANCO





tartarugas que estão a jusante, uma vez que a razão pela qual elas acessariam esta região (praias para reprodução) não está mais disponível.

Assim, entende-se que o foco do monitoramento Pós-enchimento, em seu primeiro momento, deve ser o de se avaliar a utilização do reservatório e dos novos ambientes por indivíduos de podocnemídeos (captura-marcação e transectos de contagem) e a disponibilidade de sítios reprodutivos (monitoramento reprodutivo), atividades estas atualmente em desenvolvimento pela SAE.

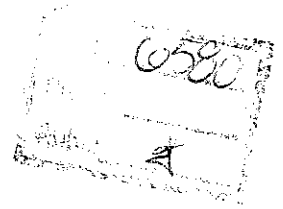
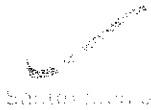
***Determinação da estrutura metapopulacional de Podocnemis expansa no alto Rio Madeira*** – Recomendamos a análise molecular de Podocnemis expansa para determinar os haplótipos de microsátélites que ocorrem no alto Rio Madeira (sensu Pearse et al. 2006) e sua relação com os haplótipos existentes no Rio Guaporé. Esta análise permitirá avaliar o grau de conectividade das tartarugas do alto Rio Madeira com a metapopulação do Rio Guaporé.

Entende-se que esta recomendação possa ser interessante de um ponto de vista de pesquisa científica, visando maior conhecimento da espécie, das populações e de sua história evolutiva e biogeográfica. Esse estudo pressupõe um esforço de amostragem intensivo, cobrindo vários quilômetros de rio no alto Madeira, acima da UHE Jirau. A metodologia genética para tal estudo não é trivial e pode exigir o desenvolvimento de marcadores genéticos, o que demanda tempo considerável (muitas vezes anos).

Essa abordagem extrapola os objetivos de um programa de monitoramento de impactos, cujo principal objetivo deve ser averiguar a ocorrência e qualificações do impacto e de subsidiar medidas de gestão. Como já dito anteriormente, o foco do monitoramento pós-enchimento, em seu primeiro momento, deve ser o de se avaliar a utilização do reservatório e dos novos ambientes formados por indivíduos de podocnemídeos (captura-marcação e transectos de contagem) e a disponibilidade de sítios reprodutivos (monitoramento reprodutivo), atividades estas atualmente em desenvolvimento pela SAE.

***Efeito do enchimento do reservatório sobre a distribuição de Podocnemis unifilis*** – Recomendamos a continuação dos censos de avistamento mensais de tracajás entre agosto e novembro, cobrindo todas as margens entre Santo Antônio e o Caldeirão, e o Rio Jaci até 10 km acima do acampamento de Três Praias. Esta atividade permitirá avaliar as mudanças na distribuição e abundância relativa de Podocnemis unifilis após a formação do reservatório. Devido ao aumento do perímetro a amostrar em função da maior extensão do lago do reservatório, uma rodada de censo deve demorar 1-2 dias a mais em relação aos censos do pré-enchimento.

EN BRANCO



O delineamento amostral da Fase de Pós-enchimento já contempla cinco contagens de avistamento por ano, realizados ao longo de todo o perímetro do reservatório, conforme orientado pela IT nº 76/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. No entanto, considerando que as campanhas de captura foram direcionadas para serem realizadas em apenas uma fase do ciclo hidrológico (seca), este método (campanhas mensais de agosto a novembro) não contemplaria as mudanças de uso nos ambientes disponíveis por estes animais. Por esta razão, as contagens visuais foram distribuídas ao longo do ano, de modo a amostrar todas as fases do ciclo hidrológico (cheia, vazante, seca e enchente) e, conseqüentemente, avaliar o uso de ambientes por estes animais, sobretudo considerando que ambientes disponíveis antes do enchimento do reservatório foram perdidos, assim como novos ambientes, após o enchimento da área, foram criados.

**Seguimento de estrutura populacional e padrão de deslocamentos de Podocnemis expansa e P. unifilis na área de estudo** – Recomendamos a *continuação da amostragem por captura-recaptura de Podocnemis expansa e Podocnemis unifilis, que foi concebida para execução de forma sistemática durante pelo menos quatro anos (dois anos no pré-enchimento e dois anos no pós-enchimento). Quatro anos representa o número mínimo de ocasiões de recaptura requerido por modelos de análise de dinâmica populacional por captura-recaptura. Para que se cumpram as premissas dos modelos, seria necessário manter a distribuição e intensidade mínima do esforço de amostragem, para maximizar a homogeneidade da probabilidade de captura e recaptura de indivíduos. Como pontos de referência para metas de captura anual sugerimos 100 indivíduos de Podocnemis expansa e 350 de Podocnemis unifilis. Se recomenda a continuação de amostragens anuais para captura de Podocnemis expansa com rede de cerco no Rio Madeira a jusante da barragem de Santo Antônio e no Caldeirão, a jusante da obra do Jirau, onde se detectaram as maiores agregações de Podocnemis expansa. Recomenda-se que se siga usando uma rede de cerco com 100 m de extensão, 10 m de altura e malha de 10-15 cm. Se recomenda a continuação de uma amostragem anual de Podocnemis unifilis (na qual têm sido capturados também indivíduos juvenis de Podocnemis expansa), na época de seca. No Rio Jaci a amostragem se realiza mais eficientemente com malhadeiras tipo trammel net e pequenas redes de arrasto, a partir da zona de meandros aproximadamente 3 km acima da confluência com o Rio Branco até o final da zona de praias acima do acampamento de Três Praias. Os pontos de amostragem por trammel net no Rio Madeira e na parte baixa do Rio Jaci-paraná vão depender da redistribuição de tracajás no lago do reservatório. Se pode prever uma tendência de maior dispersão de tracajás no maior volume de água e novos habitats criados com o enchimento. Os censos de avistamento iniciais deverão indicar pontos de maior concentração de animais que sejam propícios para amostragem. A amostragem também servirá como um esforço de confirmação de ocorrência de Phrynops geoffroanus e Podocnemis sextuberculata acima de Santo Antônio.*

EMBRANCO



058A

f

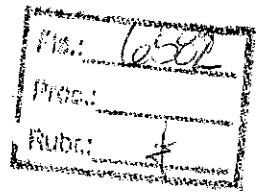
A continuidade da amostragem por captura e recaptura de *Podocnemis expansa* e *Podocnemis unifilis* faz parte do delineamento amostral da Fase de Pós-enchimento, conforme orientado pela IT nº 76/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Foram previstos, inicialmente, dois anos de monitoramento pós-enchimento para avaliar os impactos do Empreendimento nestas duas espécies. Pelos trabalhos desenvolvidos na Fase de Pós-enchimento, já se sabe que o número de indivíduos sugerido pela Dra. Keller, para ambas as espécies, não será atingido, por várias razões: (i) quantidade de indivíduos presentes no reservatório; (ii) o maior volume de água na região torna a densidade dos animais menor do que a encontrada antes do enchimento e, por conseguinte, diminui a efetividade do método; (iii) A experiência durante as duas capturas realizadas durante a Fase de Pós-enchimento tem mostrado que os métodos propostos não se mostraram eficazes frente ao novo ambiente e já se sabe que para aumentar a eficiência de captura seriam necessárias adaptações dos mesmos.

Acrescenta-se a isto o fato de que, conforme já informado ao IBAMA, a amostragem com redes de cerco para *P. expansa* foi comprometida na região a jusante da UHE Jirau, local onde foi visto maior agregação de indivíduos de podocnemídeos, especialmente *P. expansa*. No caso, por se tratar de área contida na DUP da UHE Jirau, o acesso das equipes de monitoramento da SAE nesta região não foi permitido pela empresa Energia Sustentável do Brasil – ESBR.

**Monitoramento de praias de desova ainda existentes no Rio Jaci –** *Recomenda-se o monitoramento semanal, de meados de julho ao final de setembro, das praias que eventualmente persistam no alto Rio Jaci-paraná (acima da confluência com o Rio Branco). O objetivo é avaliar a continuidade e eventual aumento da atividade de desova de tracajás, bem como da atividade de saqueio de desovas. Se recomenda frequência mínima semanal de revisão das praias, para maximizar a probabilidade de detecção de sinais de desova (rastros da fêmea subindo a praia).*

Esta recomendação está sendo atendida pela SAE: está sendo realizado desde o final do mês de julho/2013 o monitoramento reprodutivo das espécies que desovam nas regiões de Três Praias (rio Jaci-Paraná) e Búfalos (rio Madeira). Estas regiões foram identificadas como as mais importantes nos estudos da Fase de Pós-enchimento e durante a avaliação realizada para a elaboração do Laudo Técnico de sítios reprodutivos na Área de Influência do reservatório da UHE Santo Antônio (encaminhado anteriormente a este Instituto). Ressalta-se, inclusive, que em função de alterações observadas na dinâmica de desova dos podocnemídeos na região do reservatório, a SAE optou por tornar o monitoramento diário e por um maior período de tempo (ainda encontra-se em andamento), incluindo-se não somente o período de desova, mas também o de eclosão, concluindo-se assim o monitoramento reprodutivo contabilizando sucesso reprodutivo e as principais causas de perda de ninhos. As

OPERA  
LIBRERIA  
FRANCESCO



sugestões acima nos forneceriam meramente um diagnóstico espaço-temporal da distribuição dos ninhos. Portanto, o monitoramento que está sendo concluído neste ano vai bem além do mero cumprimento das recomendações propostas para esta fase. Em cada uma das áreas citadas há uma equipe monitorando diariamente desovas/eclosões e coletando informações que possibilitem um melhor entendimento da situação atual e uma melhor avaliação dos impactos provocados pela implantação do Empreendimento sobre os principais parâmetros reprodutivos das espécies de podocnemídeos que desovam na região.

**Monitoramento de praias de desova a jusante de Santo Antônio** – *Recomenda-se a avaliação de um eventual aumento da atividade de nidificação de Podocnemis expansa e Podocnemis unifilis nas praias a jusante de Porto Velho, como compensação da eventual impossibilidade de migrar rio acima para desovar. O monitoramento deveria ser regular (uma vez por semana em agosto e setembro) no trecho de 50 km a jusante de Porto Velho monitorado em 2011. Este trecho corresponde à distância que se pode cobrir em um dia a partir de Porto Velho (ida e volta).*

O delineamento amostral da Fase de Pós-enchimento, conforme orientado pela IT nº 76/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, contemplou, inicialmente, estudos na área do reservatório da UHE Santo Antônio. Porém, entende-se que o monitoramento reprodutivo realizado atualmente deva ser complementado com um monitoramento na área imediatamente a jusante da UHE Santo Antônio. Já foram realizadas entrevistas e reuniões com moradores locais para verificar quais praias imediatamente a jusante da UHE Santo Antônio são utilizadas para desova. Já se sabe também que a jusante do eixo é intensa a captura de fêmeas na época da desova. A SAE entende que o relatório final da fase atual de estudos, a ser entregue em meados de 2014, deverá propor novas estratégias de estudo.

EMERANCO



**Praias artificiais de desova** – Recomendamos a avaliação de viabilidade e planejamento de instalação de pelo menos uma praia artificial para desova de Podocnemis na área do reservatório no Rio Madeira, de preferência na área original de maior atividade de desova de Podocnemis expansa antes do enchimento (entre Ilhas do Jaci e Caldeirão). Uma primeira avaliação não deveria ser realizada antes do final dos dois anos de monitoramento inicial de pós-enchimento, quando já se terá observações sobre a dinâmica hídrica anual do reservatório e as características de margens expostas ao longo do ano. Esses dados são necessários para orientar o planejamento de um piloto de praia de desova.

Com base na análise de características de praias de desova de tartarugas na AID, a praia artificial deveria ter pelo menos 2 ha de área, pelo menos 3-4 m de altura máxima e uma área alta plana, substrato com proporção de areia fina acima de 75%, menos que 10% de areia grossa, menos que 10% de silte e menos que 6% de argila. É desejável que seja incluído no planejamento a possibilidade de um programa de proteção de praias artificiais, para evitar o saqueio de desovas. Alternativamente, se pode trabalhar com a idéia de um programa de headstarting, i.e. coleta dos ovos de ninhos naturais de *P. expansa* e incubação e manutenção dos filhotes por algumas semanas até liberação no ambiente natural.

Entende-se que os dois primeiros anos de monitoramento pós-enchimento permitirão avaliar o real impacto do Empreendimento nas espécies de *Podocnemis*. As informações obtidas no monitoramento serão fundamentais também para se avaliar a necessidade ou não de implantação de praia artificial ou se esta será a melhor medida a ser implantada para minimizar os impactos sobre estas espécies. Caso seja verificada a necessidade de implantar uma praia artificial serão consideradas as sugestões da Dra. Keller no relatório da Fase de Pré-enchimento, no que se refere aos locais de implantação e características físicas da praia, assim como outras informações obtidas na fase atual de estudos. Os resultados obtidos, até o momento, são preliminares e não permitem realizar tal avaliação.

**Mapeamento de praias de desova no médio e baixo Rio Madeira** – Para avaliar a importância da zona de desova de Podocnemis perdida na AID, se propõe realizar um levantamento de praias potenciais de desova no Rio Madeira de Porto Velho até a foz. O mapeamento pode ser feito por meio de imagens de satélite da época de pico de vazante. Recomendamos percorrer, pelo menos uma vez, o trecho até um grande tabuleiro aproximadamente 120 km a jusante de Humaitá (distância total desde Porto Velho de aproximadamente 400 km) para levantamento de sinais de desova. O levantamento deveria ser feito no final de agosto (pico de desova de *P. expansa* e *P. unifilis*), idealmente após um dos grandes temporais que costumam ocorrer nesta época, e que servem de estímulo para desova de Podocnemis. Entrevistas com pescadores antigos da área também podem render informações confiáveis sobre o histórico de desovas de tartarugas e tracajás na região.

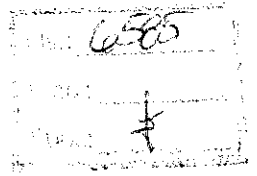
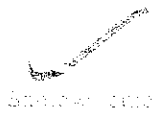
EMERSON

Entende-se que esta é uma medida compensatória de impactos causados, impactos estes que serão verificados na fase atual de estudos. Ou seja, apenas após a confirmação dos impactos será possível avaliar a pertinência desta proposta como medida de compensação. Até o momento, os resultados do monitoramento ainda são preliminares e a SAE entende que o relatório final da fase atual de estudos, a ser entregue em meados de 2014, deverá propor novas estratégias de estudo. No entanto já se ressalta que o estudo não poderá ter como objetivo "... avaliar a importância da zona de desova de *Podocnemis* perdida na AID." conforme proposto pela Dra. Keller, uma vez que estudos reprodutivos (sucesso reprodutivo) não foram realizados na fase de Pré-enchimento, não havendo, portanto, dados que permitam análises comparativas.

**Subsídios para a resolução taxonômica de *Mesoclemmys* sp na AID –** Recomendamos a coleta adicional de espécimes e amostras de tecido de indivíduos vivos de *Mesoclemmys* na AID da UHE Santo Antônio. Temos um espécimen e quatro amostras de tecido desta espécie do período de monitoramento de pré-enchimento. Mais material é necessário para viabilizar a análise morfológica e molecular para resolução taxonômica de ocorrência de espécies de *Mesoclemmys* na AID e correta definição da diversidade de quelônios na área. Recomendamos integração com as equipes de monitoramento dos módulos terrestres e a equipe de monitoramento de crocodilianos, que tem maior probabilidade de encontrar indivíduos de *Mesoclemmys* durante suas amostragens. Os indivíduos e amostras podem ser encaminhados à Coleção Zoológica do INPA ou do MPEG, ambas idôneas para receber este tipo de material.

Entende-se que a resolução taxonômica de *Mesoclemmys* sp. não é uma prioridade do monitoramento na fase atual. Como a Dra. Keller expõe no relatório da Fase de Pré-enchimento "As espécies mais sensíveis ao efeito do barramento do Rio Madeira são as de *Podocnemis*". A resolução taxonômica neste caso serviria para complementar a informação de registros da espécie de *Mesoclemmys* em questão, mas pouco servirá para avaliar os impactos do Empreendimento, que é o foco dos estudos da fase de Pós-enchimento. Considera-se, portanto, que nesta fase não é pertinente esta recomendação. Contudo, a SAE se compromete a repassar eventuais indivíduos e /ou materiais capturados e/ou coletados a especialistas no assunto.

MEMPHIS



**Confirmação da ocorrência de *Peltocephalus dumerilianus* na AID – Seria desejável realizar amostragens específicas para confirmação de ocorrência de *Peltocephalus dumerilianus* na AID e correta definição da diversidade de quelônios na área. Recomendamos a contratação de um ou dois pescadores experientes na pesca em lagos e igarapés que conheçam bem a região de Teotônio e descrevam a espécie com familiaridade. É mais provável que a espécie ocorra em igarapés e pequenos rios afluentes do Rio Madeira na área do Teotônio.**

Durante os estudos da Fase de Pós-enchimento não foram capturados, até o momento, indivíduos da espécie *Peltocephalus dumerilianus*, a despeito do intenso esforço de captura com emprego de técnicas apropriadas para a captura desta espécie e nos ambientes onde ela poderia ocorrer. Pelas informações de distribuição informadas no relatório de Pré-enchimento, a espécie é mais característica e abundante em sistemas de água preta, mas ocorre também em rios de menor porte e lagos de água branca. Segundo a Dra. Keller, não se espera encontrá-la no rio Madeira, mas em pequenos rios, igarapés de maior porte e lagos de afluentes, sendo a sua ocorrência provável em igarapés e lagos abaixo de Teotônio. A região de Teotônio é atualmente um dos Sítios amostrados na Fase de Pós-enchimento. A SAE/SETE entendem que a confirmação da ocorrência desta espécie não é uma prioridade no monitoramento da fase atual, pois não vai servir para avaliar os impactos do Empreendimento, que é o foco dos estudos da fase de Pós-enchimento. Considera-se, portanto, que nesta fase não é pertinente esta recomendação. Contudo, logicamente, a SAE se compromete a divulgar em relatórios eventuais registros que possam ocorrer desta espécie na região estudada.

EMERSON



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Coordenação de Energia Hidrelétrica

0586  
\*

NOT. TEC. 007056/2013 COHID/IBAMA

Brasilia, 06 de dezembro de 2013

**Assunto:** Nota técnica que analise os documentos encaminhados pelo Ofício SAE/PVH 0545/2013 - Assentamento Joana D'Arc.

**Origem:** Coordenação de Energia Hidrelétrica

**Ementa:** Encaminha nota técnica anexa.

1. A Nota Técnica em anexo tem o objetivo de analisar os documentos encaminhados pelo ofício Santo Antônio Energia/PVH: 0545/2013, referentes ao Programa de Monitoramento do Lençol Freático e do Subprograma de Vigilância Epidemiológica e Controle de Vetores do Assentamento Joana D'Arc.

**Eduardo Wagner da Silva**  
Analista Ambiental da COHID

**David Fernando Cho**  
Analista Ambiental da COHID

**De acordo.** Encaminhe-se para as providências necessárias. *Solicito a elaboração de minuta de Ofício-Delib para encaminhamento das exigências constantes no NT.*

**FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL**  
Coordenador da COHID/IBAMA

*Frederico Queiroga do Amaral*  
Matricula nº: 1.512.156  
Chefe  
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

**Assunto:** Atestar o status do Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico do UHE Santo Antônio no rio Madeira em Rondônia e do Subprograma de Vigilância Epidemiológica e Controle de Vetores.

**Origem:** COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

**NOT. TEC. 007056/2013 COHID/IBAMA**

Brasília, 06 de dezembro de 2013.

**Ref:** UHE Santo Antônio no rio Madeira, sob o processo administrativo 02001.000508/2008-99.

## **1- INTRODUÇÃO**

A presente Nota Técnica tem o objetivo de analisar os documentos encaminhados pelo ofício Santo Antônio Energia/PVH: 0545/2013 referentes ao Programa de Monitoramento do Lençol Freático e do Subprograma de Vigilância Epidemiológica e Controle de Vetores do Assentamento Joana D'Arc.

## **2- ANÁLISE**

O Relatório apresentado pela Tetra Tech Sustentabilidade apresentam os dados coletados das campanhas de monitoramento do lençol freático iniciadas em outubro de 2010, para a região dos assentamentos Joana D'Arc I, II e III, em forma de tabela e curva da variação da cota média do nível d'água para cada campanha.

As campanhas de monitoramento, 21 no total, se dividiram sendo 04 pré enchimento, 03 durante o enchimento e 14 campanhas pós enchimento.

A análise destes dados demonstram uma elevação média das cotas do lençol freático para região logo após o enchimento, que coincide com o início do período de chuvas para região, ficando claro no gráfico a redução da profundidade da cota em relação ao período pré enchimento. Durante o período de janeiro de 2012 a agosto de 2012 o nível do lençol freático permaneceu de 1,5 a 2,0 metros acima da cota normal pré enchimento, evidenciando a ação do barramento do rio Madeira nas cotas de profundidade do lençol freático. Após este período, coincidindo com o início do período de seca, as cotas do lençol freático aumentaram para níveis um pouco abaixo dos níveis registrados pré enchimento do reservatório.

Há de se considerar que o número de postos de monitoramentos são adequados quando analisamos a escala do reservatório, considerado como um todo. Para a avaliação em questão, numa escala local, o número de poços é pequeno para se conseguir uma avaliação com um grau maior de certeza e confiabilidade nas extrapolações e modelagens digitais, devendo haver assim um aumento da rede de monitoramento no entorno do assentamento Joana D'arc.

O relatório conclui a respeito da elevação das cotas, que pela análise dos dados, estas apontam para uma estabilização do processo de enchimento do reservatório. Afirmar ainda a conclusão que o regime pluviométrico, quando comparado o perfil das curvas pluviométricas com a elevação do lençol freático, demonstra que este teve pouca ou nenhuma influencia nesta elevação, sendo esta “essencialmente reflexo da elevação induzida do lençol freático, promovida pelo enchimento do reservatório.”

Posteriormente é apresentado os resultados de monitoramento analítico, que demonstra diversos parâmetros físicos e químicos de amostras coletadas para os poços em questão. A conclusão do relatório é de que os resultados das campanhas realizadas antes do enchimento quando comparadas com os resultados das campanhas pós enchimento, não demonstraram alterações significativas nos padrões de qualidade da água subterrânea. O que fica realmente constado nas planilhas apresentadas. Cabe destacar que parâmetros como turbidez, sólidos dissolvidos totais aparecem foram dos padrões tanto nas amostras coletadas antes e depois do enchimento, características estas similares as condições apresentadas pelas águas do rio Madeira.

Há de se ressaltar que estes dados perfazem apenas dois ciclos hidrológicos, em uma fase em que o rio Madeira e seu lençol freático, estão se adaptando a uma nova condição de contorno, que levará um certo tempo até adquirir estabilidade nesta nova situação. Portanto, consideramos que há necessidade de se aumentar o horizonte temporal de dados coletados para se ter uma base que possa dar respostas mais acuradas que demonstrem se há efeitos negativos ou não nesta alteração das cotas do lençol freático para a região.

Referente ao monitoramento de vetores anofelíneos, observou-se que a malha amostral apresentada foi similar entre as campanhas, embora tenha sido observado divergência em alguns pontos de amostragem, que variaram de 1,5 a 27km, aproximadamente. O Assentamento Joana D'Arc, Ponto 5, apresentou uma diferença de 1,8km de distância da campanha passada.

De modo geral, as armadilhas de *Shannon* apresentaram um súbito aumento no registro de adultos do gênero *Anopheles* na 7ª campanha de monitoramento em relação as anteriores,

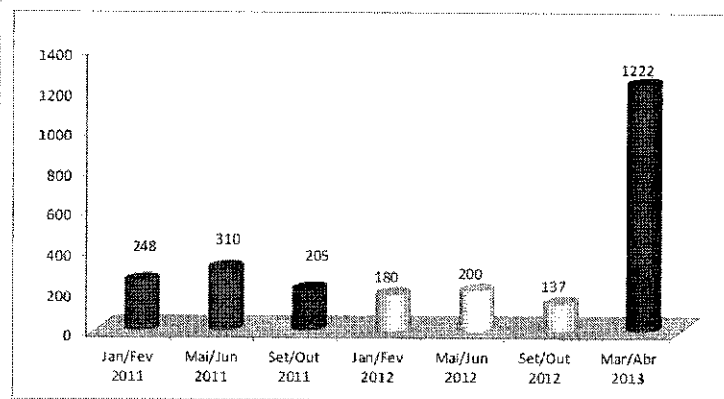


Figura 53. Número de espécimes do gênero *Anopheles* capturados em armadilhas *Shannon* em coletas de 4 h em dois dias consecutivos nas sete campanhas de campo, nas áreas de influência da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

conforme figura abaixo:

Fonte: 7º Relatório de Anofelinos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

O Assentamento Joana D'Arc, Ponto 5, foi o 3º ponto mais abundante no registro de anofelinos durante a 7ª campanha de monitoramento, maioria dos registros de *Anopheles nuneztovari*:

6588  
 PROJ  
 PROJ

Tabela 7. Número de espécimes do gênero *Anopheles* capturados em armadilhas Shannon durante a sétima campanha de monitoramento (março e abril de 2013) em coletas de 4 horas em dois dias consecutivos, nas áreas de influência da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

Espécie	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8	P 9	P 10	P 11	P 12	P 13	P 14	Total
<i>An. albitarsis</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
<i>An. braziliensis</i>	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>An. darlingi</i>	0	0	0	0	6	0	0	0	0	6	0	0	3	0	15
<i>An. intermedius</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	5	7
<i>An. matogrossensis</i>	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
<i>An. nuneztovari</i>	1	274	8	0	198	0	0	0	0	542	0	24	28	1	1076
<i>An. oswaldoi</i>	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63
<i>An. evansai</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6
<i>An. triannulatus</i>	0	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	9	0	48
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>311</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>267</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>549</b>	<b>2</b>	<b>30</b>	<b>48</b>	<b>6</b>	<b>1222</b>

Fonte: Modificado da 7º Relatório de Anofelinos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

No Assentamento Joana D'Arc, as amostragens nos domicílios apontou um constante crescimento anual de espécimes do gênero *Anopheles* apresentou conforme figura abaixo:

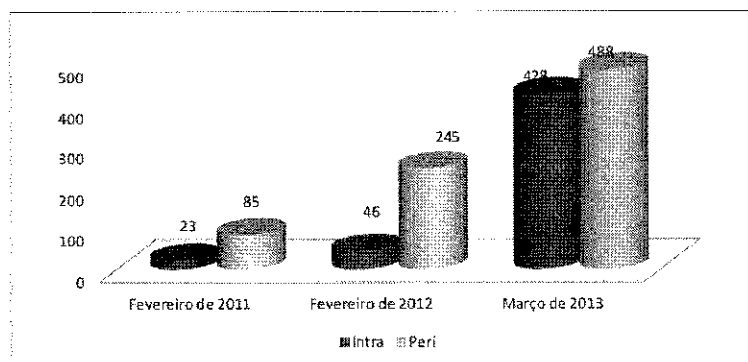


Figura 25. Número de espécimes do gênero *Anopheles* capturados no intra e peridomicílio no assentamento Joana D'Arc, antes (fevereiro de 2011) e após o enchimento do reservatório (fevereiro de 2012 e março de 2013), nas áreas de influência da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

Fonte: 7º Relatório de Anofelinos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

Na última campanha de monitoramento, observou-se um aumento na proporção de registros de *An. darlingi* no intradomicílio no Assentamento Joana D'Arc, indo de 16,7% na fase pré enchimento para 29,2%. O padrão de atividade noturno registrado na 7º campanha de monitoramento é semelhante ao observado na fase pré enchimento, conforme figura abaixo:

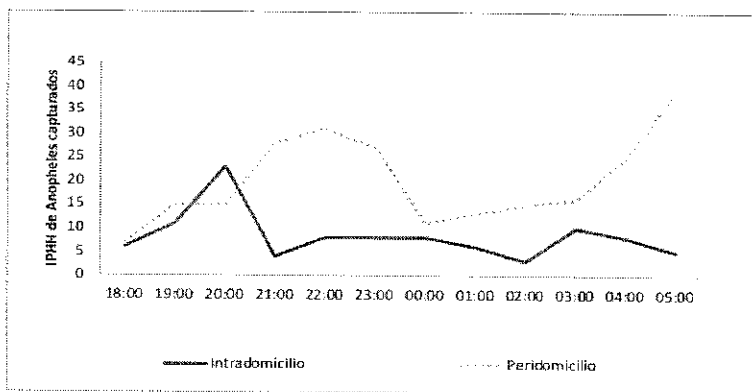


Figura 24. IPHH (índice de picada homem/hora) de *Anopheles darlingi* capturados no intra e peridomicílio em capturas de 12 horas no assentamento Joana D'arc, nas áreas de influência da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

Fonte: 7º Relatório de Anofelinos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

O padrão observado na 7ª campanha de monitoramento no intradomicílio é similar ao descrito na fase pré-enchimento. Ressalta-se que embora o padrão seja similar, a

• Ponto 5 – Assentamento Joana D'arc (Linha 15)

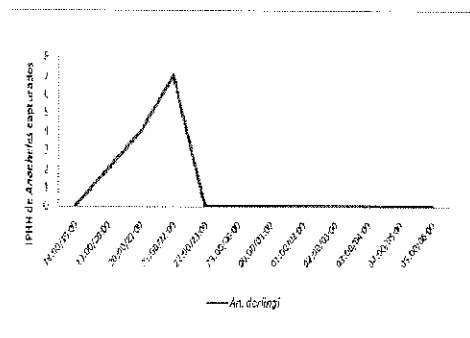


Figura 43. *Anopheles* coletados no intradomicílio em capturas de 12 horas

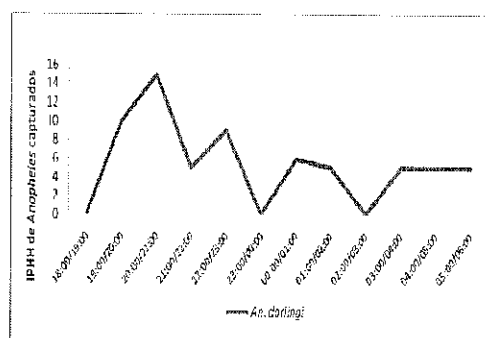


Figura 44. *Anopheles* coletados no peridomicílio em capturas de 12 horas

quantidade de registros aumentou em relação à fase pré-enchimento.

Fonte: Anexo 2.18.2, Relatório Final de Implantação dos Programas Ambientais. SAE 2011.

Os registros de larvas e pupas foram semelhantes aos registros de adultos na região amostrada. O Assentamento de Joana D'Arc foi o que apresentou maior registro de larvas ao longo das campanhas de monitoramento, conforme figura abaixo

**Tabela 8.** Número de larvas/pupas do gênero *Anopheles* coletados em pesquisas larvárias em seis campanhas de campo realizadas nos anos de 2011 e 2012 nas áreas de influências da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

Espécie	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	P13	P14	Total
<i>An. albitarsis</i>	2	0	0	0	0	0	10	20	0	0	0	0	0	10	42
<i>An. braziliensis</i>	0	0	0	0	99	0	363	27	16	17	0	115	0	0	637
<i>An. darlingi</i>	10	78	14	9	27	3	9	8	59	73	20	11	51	27	399
<i>An. evansae</i>	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
<i>An. intermedius</i>	0	0	0	0	0	0	23	3	0	0	0	0	0	0	26
<i>An. mediopunctatus</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	15
<i>An. nuneztovari</i>	155	153	36	110	174	17	34	63	96	122	81	75	36	77	1229
<i>An. oswaldoi</i>	2	2	3	8	10	0	3	2	3	3	0	0	0	2	38
<i>An. perassui</i>	0	0	0	0	8	0	11	0	13	12	0	1	11	1	57
<i>An. triannulatus</i>	30	108	27	55	129	3	0	33	35	50	39	13	51	104	677
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>342</b>	<b>80</b>	<b>182</b>	<b>449</b>	<b>23</b>	<b>453</b>	<b>156</b>	<b>222</b>	<b>277</b>	<b>140</b>	<b>215</b>	<b>164</b>	<b>221</b>	<b>3123</b>

Fonte: Modificado da 7º Relatório de Anofelinos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

Na sétima campanha de monitoramento, o Assentamento Joana D'Arc, não apresentou a maior abundância no registro de larvas.

**Tabela 9.** Número de imaturos coletados em 105 criadouros pesquisados nas áreas de influência da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

Localidades	<i>Anopheles</i> sp.	<i>An. darlingi</i>
Sítio Samaúma I / Jaci Paraná	54	0
Alto Rio Jaci Paraná	4	0
Bairro Velha Jaci / Jaci Paraná	18	1
Jaci Paraná/distrito	11	0
<b>Assentamento Joana D'Arc</b>	<b>14</b>	<b>2</b>
Reassentamento Morrinhos	0	0
Reassentamento Santa Rita	67	0
Reassentamento Vila do Teotônio	14	0
Vila Franciscana	4	0
Ramal Jatuarana	11	0
Vila Santo Antônio	9	6
Entorno do Canteiro - ME	40	3
Reassentamento Novo Engenho Velho	5	0
Cujubim Grande	1	0
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>12</b>

Fonte: Modificado da 7º Relatório de Anofelinos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

Embora o registro de formas adultas seja crescente, o registro de larvas da 7º campanha não apresentou um aumento. O risco na transmissão de doenças é devido a presença do vetor, mesmo em baixa densidade. O empreendedor destaca que o Assentamento Joana D'Arc seja alvo para a implementação de todas as medidas de controle de vetores contra anofelinos, conforme figura abaixo:

Tabela 13. Sugestões para controle da malária nos 14 pontos de monitoramento de *Anopheles* no âmbito do empreendimento da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO, após a realização da sexta campanha (março e abril de 2013).

Atividade de Controle	Ponto 1	Ponto 2	Ponto 3	Ponto 4	Ponto 5	Ponto 6	Ponto 7	Ponto 8	Ponto 9	Ponto 10	Ponto 11	Ponto 12	Ponto 13	Ponto 14
Acompanhamento Entomológico	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Borrifação residual	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Controle Biológico			x		x		x					x		
Educação em Saúde	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Instalação de PN de malária			x		x		x							
Manejo Ambiental					x									
Tela em portas e janelas					x								x	
Termonebulização			x		x		x							

Fonte: Modificado da 7º Relatório de Anofelinos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

Embora na 7º campanha de monitoramento não tenha sido observado um aumento no registro de larvas de anofelinos, o Assentamento Joana D'Arc, foi o 2º maior em abundância de larvas e 3º maior em registro de adultos. Não foi possível realizar uma avaliação temporal mais específica, a fim de avaliar a flutuação populacional. De acordo com o relatório há um crescente registro de *Anopheles* ao longo dos anos.

Embora sejam registrados uma redução nas ocorrências de malária na região, as novas condições do reservatório podem possibilitar a disseminação da doença, com a proliferação de vetores. Desta forma, entende-se que o efeito de formação do reservatório da UHE Santo Antônio, está influenciando a abundância no registro de vetores de *Anopheles* na região.

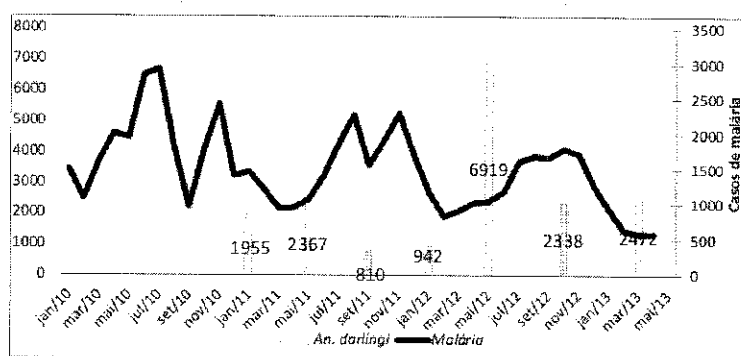


Figura 54. Número de casos de malária no município de Porto Velho - RO e abundância de *Anopheles darlingi* na primeira campanha (janeiro – fevereiro de 2011), segunda (maio – junho de 2011), terceira (setembro – outubro de 2011), quarta (janeiro – fevereiro de 2012), quinta campanha (maio – junho de 2012), sexta (setembro – outubro de 2012) e sétima (março – abril de 2013) nas áreas de influência da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

Fonte: 7º Relatório de Anofelinos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

Assim como os anofelinos, os fletobomíneos tiveram um comportamento similar com o aumento na abundância de espécimes. O relatório aponta um aumento considerável na abundância de espécimes no ano de 2013, conforme figuras abaixo:

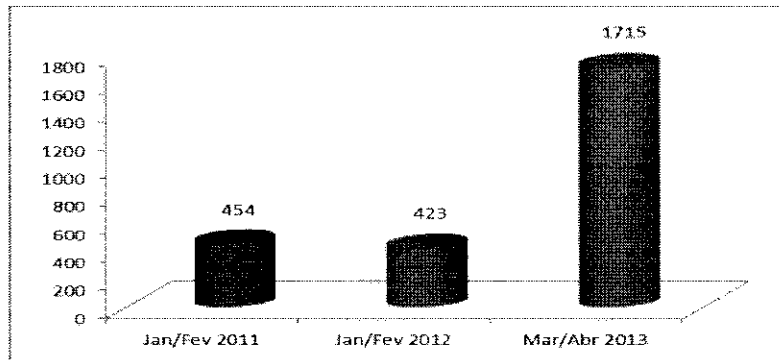


Figura 3. Flebotomíneos capturados em armadilha luminosa CDC *miniature light trap* durante a primeira campanha (janeiro e fevereiro de 2011), quarta campanha (janeiro e fevereiro de 2012) sétima e atual campanha (março e abril de 2013) nas áreas de influência da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

Fonte: 7º Relatório de Flebotomíneos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

Ressalta-se a conclusão do enchimento do reservatório da UHE Santo Antônio se deu em janeiro de 2012. Observou-se pico de flebotomíneo em abril/junho de 2012, e na campanha de 2013 realizada, conforme figura abaixo:

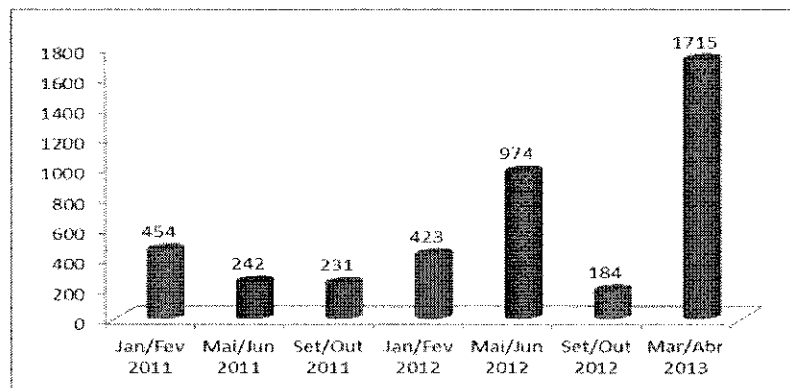


Figura 4. Número de indivíduos capturados em cada uma das sete campanhas de campo. Dados obtidos nas áreas de influência da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

Fonte: 7º Relatório de Flebotomíneos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

O relatório relata alguns dados sobre o registro de leishmaniose no município de Porto Velho, com dados desde 2001. O ano de 2011 apresentou o menor número de casos, com 58 registros da doença. No ano seguinte, até o mês de outubro, foram registrados pelo menos 102 casos reportados pela Secretaria Estadual de Saúde de Rondônia.

Foi recomendado pelo relatório "*apenas o monitoramento entomológico*" em virtude do aumento na densidade de flebotomíneos, com implementação de ações de controle, caso seja observado um aumento significativo. Entende-se que as medidas complementares de mitigação devem ser realizadas, como ações preventivas a evitar eventuais surtos de casos de leishmaniose, uma vez que já foi observada um aumento no registro de flebotomíneos, que a princípio se destoa dos demais anos amostrados.

O monitoramento de simuliídeos não apresentou subsídio para análise. A empresa Probiota foi responsável pelo monitoramento de simuliídeos, a partir da 7ª campanha de monitoramento a empresa responsável pela execução é a empresa SAPO.

Observou-se alteração na malha amostral, assim como nas definições das áreas no 7º Relatório. As nomenclaturas adotadas no 7º relatório não correspondem as utilizadas anteriormente, assim como as coordenadas geográficas e a nomenclatura dos pontos e sua referida área.

Uma vez que o relatório se baseia na avaliação comparativa entre áreas ao longo do tempo, e observou-se divergência entre as áreas e nomenclaturas adotadas em cada

relatório, a análise em questão torna-se inviável. Desta forma, este grupo não será avaliado neste Parecer. De forma complementar, ressalta-se que as análises apresentadas não subsidiam avaliação quanto ao acompanhamento dos vetores ao longo das campanhas, principalmente com análises quanto a variação na abundância dos vetores, ao longo das campanhas de monitoramento.

Solicita-se esclarecimento sobre a divergência observada no item 4.1.2 do 7º Relatório, assim como reapresentação das informações de modo a possibilitar comparação entre os relatórios.

Referente ao monitoramento de triatomíneos, a única metodologia eficaz na amostragem de triatomíneos foi a "amostragem em ambientes naturais com retirada de palmeiras". As demais metodologias empregadas nas campanhas anteriores não foram eficazes na amostragem de triatomíneos na área de influência da UHE Santo Antônio.

O empreendedor informa que "Com a autorização especial autorização especial nº 053/2013, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) seis palmeiras todas da espécie *Orrbignya speciosa* (Babaçu), retiradas de cinco localidades, sendo: Reassentamento Morrinhos, Reassentamento Santa Rita, Joana D'Arc, Vila Franciscana e Vila do Teotônio.". Recomenda-se apresentação do referido documento que autoriza a supressão do babaçu, *Orrbignya speciosa*.

Os resultados obtidos pela Amostragem em ambientes naturais com retirada de palmeiras, conforme figura abaixo:

Tabela 3. Número de palmeiras derrubadas e inspecionadas durante o levantamento de triatomíneos nas áreas de influência da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO, durante a primeira campanha de campo. 2º ano pós enchimento – março/abril 2013.

Localidade	Coordenadas	Palmeiras inspecionadas	Espécies Encontrada	N	Esforço Amostral	Resultado do exame
Reassentamento Morrinhos	(S) 09°00'24.0" (W) 064°09'30.8"	<i>Orrbignya speciosa</i> (Babaçu)	<i>Rhodnius robustus</i>	07	240 min.	Negativo
Reassentamento Santa Rita	(S) 09°03'18.4" (W) 064°11'52.8"	<i>Orrbignya speciosa</i> (Babaçu)	<i>Rhodnius robustus</i>	18	180 min.	Negativo
Reassentamento Santa Rita	(S) 09°03'42.1" (W) 064°12'23.3"	<i>Orrbignya speciosa</i> (Babaçu)	<i>Rhodnius robustus</i>	06	240 min.	Negativo
Joana D'Arc	(S) 09°05'23.4" (W) 064°23'25.6"	<i>Orrbignya speciosa</i> (Babaçu)	Negativo	0	240 min.	Negativo
Vila Franciscana	(S) 08°48'56.5" (W) 064°03'49.4"	<i>Orrbignya speciosa</i> (Babaçu)	<i>Rhodnius robustus</i>	03	200 min.	Negativo
Reassentamento Vila Nova de Teotônio	(S) 08°52'25.2" (W) 064°03'04.8"	<i>Orrbignya speciosa</i> (Babaçu)	<i>Rhodnius robustus</i>	07	240 min.	Negativo
<b>5 Áreas</b>		<b>1 Espécie</b>	<b>1 Espécie</b>	<b>41</b>	<b>1.340 min.</b>	<b>Negativo</b>

Fonte: 7º Relatório de Triatomíneos, do Programa de Saúde Pública – SAE, 2013.

Tendo em vista a carência de informação nas campanhas anteriores, devido a dificuldade em se amostrar o grupo de triatomíneos, não foi possível realizar uma avaliação sobre o caso específico do Assentamento Joana D'Arc. A princípio não foi observado a ocorrência de triatomíneos no assentamento em questão.

### 3- CONCLUSÕES

Sugerimos que empreendedor aumente o esforço de amostragem para a região em questão na forma de instalação de novos poços de monitoramento com amostragens automáticas, aumentando também a frequência da coleta de amostras para realização ensaios analíticos de qualidade da água. Além de buscar na literatura a existência de um histórico anterior referentes a este itens aqui discutidos, que possam ampliar este horizonte a datas mais antigas.



Fis.:	0591
Proc.:	
Rubr.:	A

Referente as atividades de monitoramento no âmbito do Subprograma Monitoramento De Vetores, observou-se um aumento na abundância de anofelinos e flebotomíneos, vetores de malária e leishmaniose, respectivamente. A análise de simuliidae e treptomíneos não pode ser realizada, devido a carência de dados.

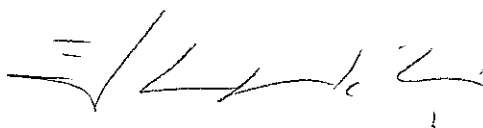
Em virtude do aumento observado ser possivelmente decorrente à formação do reservatório da UHE Santo Antônio, sugere-se que sejam implementado as ações complementares para controle de ambos os vetores, malária e leishmaniose. Assim como a manutenção das atividades de monitoramento para avaliação quanto a estabilização das populações, tendo em vista a flutuação populacional dos vetores entre as estações.

Recomenda-se que seja realizada avaliação específica quanto a possível origem do aumento populacional de vetores, com indicação de medidas mitigatórias complementares àquelas já implementadas.

Solicita-se esclarecimento sobre a divergência observada no item 4.1.2 do 7º Relatório de Simuliidae, assim como reapresentação das informações de modo a possibilitar comparação entre os relatórios.

Solicita-se apresentação da Autorização especial autorização especial nº 053/2013.

Cabe lembrar que o empreendedor almeja um aumento de cota operacional do UHE Santo Antônio, e que um maior esforço amostral dos dados de cotas do lençol freático e qualidade dá água, dará maior segurança á população assentada nesta região, assim como ao próprio empreendedor na condução do processo de licenciamento ambiental.



**Eduardo Wagner da Silva**

Analista Ambiental

Matr. 1359859



**David Fernando Cho**

Analista Ambiental

Matr. 1867319

FRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Coordenação de Energia Hidrelétrica

6592  
f

PAR. 007647/2013 COHID/IBAMA

**Assunto:** Análise do Protocolo Ambiental para Descarte do Material Sedimentar do Igapó Engenho Velho na UHE Santo Antônio.

**Origem:** Coordenação de Energia Hidrelétrica

**Ementa:** Análise do Protocolo Ambiental para Descarte do Material Sedimentar do Igapó Engenho Velho na UHE Santo Antônio - Processo nº 02001.000508/2008-99.

1. Este documento tem como objetivo analisar o documento "Protocolo Ambiental para Descarte do Material Sedimentar do Igapó Engenho Velho" encaminhado pela Santo Antônio Energia (SAE nº 326/2013 e nº 412/2013) o qual considera acompanhamento e avaliação ambiental do descarte do material sedimentar dragado do Igapó Engenho Velho no rio Madeira, imediatamente à jusante do barramento de Santo Antônio em sua margem esquerda, procedimento este constante em análise no Parecer Técnico Nº 112/2010 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Este parecer analisa também os resultados apresentados no Relatório Limnológico para Avaliação do Descarte do Material Sedimentar a ser Removido do Igapó Engenho Velho - relatório 7 (SAE nº 641/2013).

2. A análise completa encontra-se em anexo.

Brasília, 12 de dezembro de 2013

**Eduardo Wagner da Silva**  
Analista Ambiental do COHID

**Leonora Milagre de Souza**  
Analista Ambiental da COHID

**Sara Quizia Correa Mota**  
Analista Ambiental da COHID

EMBRACO



Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
Diretoria de Licenciamento Ambiental

Parecer Técnico nº 7647/2013 COHID/IBAMA

Análise Protocolo Ambiental para Descarte do Material Sedimentar do Igapó Engenho Velho. Processo nº 02001.000508/2008-99.

## 1- INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo analisar o documento “Protocolo Ambiental para Descarte do Material Sedimentar do Igapó Engenho Velho” encaminhado pela Santo Antônio Energia (SAE nº 326/2013 e nº 412/2013) o qual considera acompanhamento e avaliação ambiental do descarte do material sedimentar dragado do Igapó Engenho Velho no rio Madeira, imediatamente à jusante do barramento de Santo Antônio em sua margem esquerda, procedimento este constante em análise no Parecer Técnico Nº 112/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Esse parecer analisa também os resultados apresentados no Relatório Limnológico para Avaliação do Descarte do Material Sedimentar a ser Removido do Igapó Engenho Velho – relatório 7 (SAE nº 641/2013).

## 2- ANÁLISE

O empreendedor informa que entre janeiro de 2011 e maio de 2013 foram lançados 4.026.875m<sup>3</sup> de material sedimentar no rio Madeira, cuja massa corresponde a 9.181.932 toneladas de peso úmido, o que equivale ao que o rio Madeira carrega em aproximadamente nove dias considerando o transporte médio de sedimento de 1.346.750 toneladas por dia, segundo dados da ANEEL.

No início de atividade lançamento de material sedimentar foi esperada a formação de plumas de material em suspensão com extensão variável ao longo do ano. Com os subsídios dos resultados do monitoramento diário, mensal e observações de campo, não foi confirmada a formação de pluma no rio Madeira, cuja possibilidade foi prevista pela modelagem matemática realizada como parte do estudo. Foi constatado ainda que mesmo no período de águas baixas a vazão do rio Madeira foi suficiente para diluir a carga de sólidos oriunda da dragagem. Informa a SAE que os potenciais impactos das atividades de dragagem no rio Madeira não foram observados até o momento.

A primeira revisão no “Protocolo Ambiental para Descarte do Material Sedimentar do Igapó Engenho Velho” de agosto de 2012 propôs estender o descarte do material sedimentar durante os meses de setembro e outubro, sendo estipulado o limite máximo de turbidez 200 NTU para o Sistema de Monitoramento em Tempo Real da estação de jusante, desde que não ultrapassassem valores 10% superiores aos de montante. Estes valores controle estabelecidos objetivaram garantir a variação de turbidez próxima à natural do rio Madeira.

O monitoramento do empreendedor informa que nesses dois últimos anos o rio Madeira carrou de forma natural Igapó cerca de 2.000.000 m<sup>3</sup> deste material, totalizando assim, até maio de 2013, 6.026.875 m<sup>3</sup> de sedimentos do Igapó Engenho Velho. A estimativa futura de dragagem no período de junho de 2013 a agosto de 2014 prevê uma retirada de 2.029.125 m<sup>3</sup> de material.

Informa ainda que restará uma região de retirada não obrigatória, cujo volume é estimado em 2.450.000 m<sup>3</sup>, os quais estão incluídos no total de 10.506.000 m<sup>3</sup> de todo material sedimentar inicialmente previsto para ser retirado do igapó. O empreendedor alega que essa região não obrigatória, localizada na porção mais a jusante do Igapó, não será dragada integralmente apesar de ter sido

computada nos cálculos dos volumes totais e que mesmo antes do funcionamento dos Grupos Geradores da margem esquerda, a própria ação erosiva do rio Madeira tornará desnecessária a remoção desse material.

O que não fica claro neste ponto é se não ocorrer essa ação erosiva do rio Madeira, esta área necessitará de remoção mecânica para sua retirada ou não será necessário sua extração.

No quadro e tabela abaixo é possível ver o cronograma de retirada do material do igapó e suas áreas.

Área	Início	Fim	VOLUME
1ª Etapa	01/06/2012	14/07/2013	249125
2ª Etapa	01/08/2013	11/11/2014	630 000
3ª Etapa	18/11/2013	16/08/2014	1 150 000
4ª Etapa - Região não obrigatória	01/09/2014	16/04/2015	2 450 000
Total			4 479 125

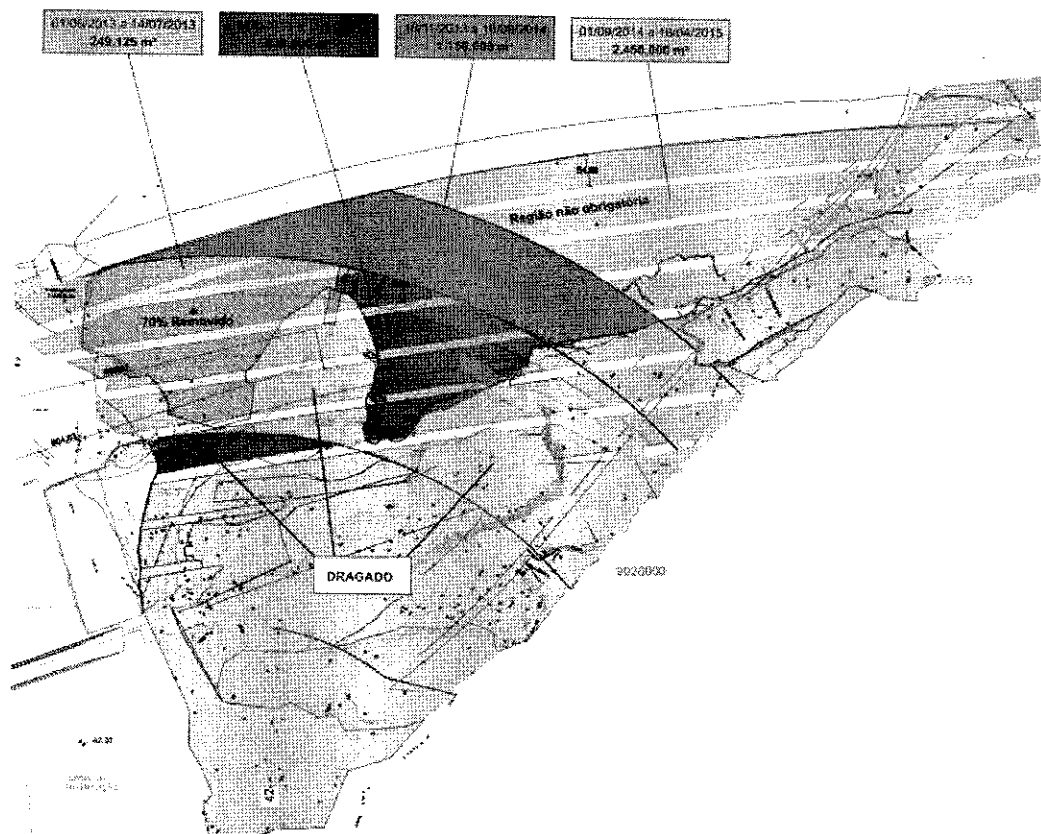


Figura 2-3 - Etapas e programa volumétrico para execução do Serviço de Remoção

### Monitoramento Limnológico

A Santo Antônio Energia informou que com o enchimento e a formação do reservatório, as comparações entre as estações de montante e jusante tornaram-se menos eficazes, uma vez que o barramento do rio impôs diferentes condições, como fluxo de água mais lento a montante, favorecendo a sedimentação, e maior turbulência a jusante, com potencial de ressuspensão de sólidos devido à abertura dos vertedouros. Assim, alterações nas características da água, do sedimento e das comunidades biológicas podem ocorrer em função da formação do reservatório em si, e não da dragagem em particular.

*Handwritten signature: Souza*

Fls:	574
Proc:	
Rubric:	

Para efetuar o monitoramento foram coletados dados das estações de montante (MON.01 e MON.02) e a jusante do ponto de lançamento (JUS.01, JUS.02 e JUS.03) comparados com os períodos da formação do reservatório.

Foram consideradas as seis campanhas trimestrais do Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas, realizadas antes do início da dragagem (junho/2009 a setembro/2010), somadas às 25 campanhas de monitoramento mensal do descarte do material sedimentar para a coluna d'água (janeiro/2011 a janeiro/2013). O Relatório 7 de acompanhamento considerou as campanhas mensais de janeiro/2013 a julho/2013.

Para a caracterização da composição do material dragado, a SAE realizou análise da série de sólidos do efluente da dragagem em coleta realizada em janeiro de 2011. A concentração de sólidos totais foi de 1.846 mg/L, sólidos suspensos de 1.307 mg/L e sólidos dissolvidos de 440 mg/L, estando este abaixo do limite estabelecido pela Resolução CONAMA 357/05 para corpos d'água de Classe 2 (500 mg/L).

Observando os resultados do monitoramento em tempo real de janeiro/2010 a janeiro/2013, verifica-se que, em alguns períodos como abril/2011, a turbidez de jusante foi consistentemente mais elevada que a montante, coincidindo com o período de início da dragagem. Entretanto, de acordo com os gráficos encaminhados no Relatório Protocolo Ambiental, em períodos de paralisação da atividade de dragagem foram registrados maiores valores de turbidez a jusante. Segundo a SAE, pode-se dizer que não houve alterações na turbidez em função do descarte do material dragado.

Tendo como base os resultados de janeiro/2013 a julho/2013, o relatório 7 apresenta os seguintes resultados, dentre outros:

- não houve diferença significativas para os parâmetros cor, sólidos totais, fixos e voláteis entre as diferentes estações amostradas;
- não houve diferenças significativas para turbidez entre as estações amostradas. Espacialmente, houve pouca variação nos valores de turbidez, indicando que o rio Madeira não sofreu influência na dispersão dos sólidos lançados no ponto de descarte da dragagem do igapó;
- foi detectada diferença significativa para o oxigênio dissolvido entre as estações amostradas quando comparadas as estações de montante e jusante, provavelmente devida a mistura da água a jusante da barragem, pela passagem da água pelos vertedouros;
- no monitoramento em tempo real, as variáveis temperatura, condutividade, sólidos totais dissolvidos e pH não apresentaram diferenças significativas entre montante e jusante. Ao comparar a diferença de turbidez entre jusante e montante com o volume dragado, observou-se que valores maiores de turbidez a jusante não foram acompanhados por maiores volumes dragados;
- a distinção das estações de coleta, analisada pela ACP, foi determinada pela sazonalidade.

### **Monitoramento sedimentos e invertebrados bentônicos**

O monitoramento de sedimentos demonstrou que foi observada uma tendência de diferenciação na granulometria do sedimento entre as estações de jusante e montante a partir do represamento do rio em setembro de 2011. Adicionalmente, com a formação do reservatório observou-se uma maior proporção de silte nas estações de montante quando comparada com as de jusante, ao passo que em relação à areia observou-se o inverso. Isso aconteceu porque a diminuição da correnteza a montante favoreceu a sedimentação de partículas finas, antes facilmente carregadas pelo rio Madeira em função de sua elevada turbulência.

*fls*

*574*

*2*

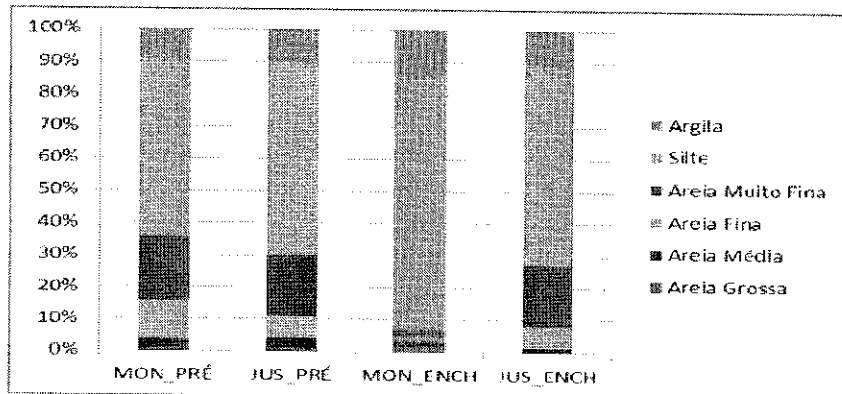


Figura 2-17 -Concentração de matéria orgânica medida nas estações a montante e a jusante da barragem da UHE Santo Antônio no rio Madeira, no período janeiro de 2011 a janeiro de 2013.

A análise do gráfico acima demonstra que devido ao barramento, na seção de montante, cujas velocidades de escoamento foram reduzidas, diminuindo assim o turbilhamento da água, ocasionou um ambiente propício para o acúmulo das porções mais finas dos sedimentos carreados pelo rio Madeira, mais notadamente os siltes. Já jusante não ocorreu mudanças significativas nas porções destes sedimentos, não podendo ser identificado qualquer influência do descarte do material dragado do Igapó.

Os resultados do monitoramento granulométrico se mantiveram ao longo de janeiro/13 a julho/2013. Com base nesses resultados, verifica-se que as concentrações dos elementos traços avaliados estão abaixo do valores estabelecidos na Resolução CONAMA 454/12 para sedimentos nível 2 (limiar acima do qual há maior probabilidade de efeitos adversos a biota). As concentrações de arsênio, cromo, níquel e zinco ficaram acima do valores para nível 1 (limiar abaixo do qual há menor probabilidade de efeitos adversos a biota). Para a maioria dos elementos, como chumbo e níquel não houve diferença significativa entre montante e jusante.

Convém relembrar, conforme apresentado em Pareceres anteriores, que foi encontrado, nos limites do igapó, sedimento contaminado por mercúrio na análise das amostras das sondagens. É importante que as informações e resultados do Projeto Básico para Confinamento de Sedimentos com Eventuais Traços de Mercúrio indicado no estudo da Avaliação do Descarte do Material Sedimentar a ser Removido do Igapó Engenho Velho sejam apresentados no âmbito do Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico. É conveniente que a SAE realize novas amostragens na área de dragagem do Igapó para verificar se há ocorrência de novas regiões com concentração de mercúrio alterada, como indicado no estudo primário “*Estudo de Alternativas para Disposição do Material Sedimentar a ser Removido do Igapó e Avaliação de Impactos*”.

No que se refere aos invertebrados bentônicos, verifica-se com base nos resultados de janeiro/13 a julho/2013, que entre os pontos a jusante do empreendimento a estação JUS.03 registrou a maior densidade, e o JUS.01 a menor, provavelmente pelo regime turbulento existente na região de JUS.01. Segundo a SAE, não é possível atribuir qualquer alteração na dinâmica observada para a comunidade às atividades de dragagem. Há que ressaltar, que o monitoramento mensal continua durante a operação de dragagem.

O documento conclui de maneira geral que:

*“Muitos dos impactos previstos nos estudos iniciais não se confirmaram em virtude de uma série de fatores, dentre os quais se destacam: i) os estudos foram feitos sobre premissas conservadoras com estimativas de vazões minimizadas e cargas adicionais de sólidos superdimensionadas; ii) a grande quantidade de energia potencial a montante e conseqüente dissipação imediatamente a jusante do eixo da barragem; iii) o manejo da massa d’água pelos vertedouros e tomadas d’água aumentaram a turbulência direcionando o fluxo para o Igapó, o qual foi removido em parte pelo rio Madeira; iv) a capacidade máxima da draga em condições ideais (pequenas distancias de*

*Handwritten signature and initials.*



bombeamento e material fluido) é de 1,66 m<sup>3</sup>/s, gerando uma contribuição insignificante em relação à carga naturalmente transportada pelo rio Madeira. Desse modo, não foram observadas a formação de plumas e de pelotas previstas inicialmente. “

Diante das conclusões do monitoramento, até o momento, a Santo Antônio Energia sugere:

- i) a redução do esforço amostral através da desativação da estação de monitoramento de jusante JUS.03 situada a cerca de 50 km do barramento, alegando que seus dados são estatisticamente semelhantes ao da estação de monitoramento JUS.01 situada a 1 km do barramento;
- ii) a retirada das variáveis sólidos fixos, sólidos voláteis e potencial redox do monitoramento em tempo real, alegando que pouco agregam ao monitoramento na fase atual de operação do empreendimento;
- iii) que a redução ou paralisação imediata da dragagem não seja vinculada à comparação dos valores de turbidez de jusante com os dados da estação de montante ou valores de referência. Caso sejam detectados valores de turbidez acima dos limites pré-estabelecidos, a SAE sugere investigação das possíveis causas (precipitação, desbarrancamento, repiquetes), com análise conjunta com os resultados do monitoramento limnológico. Caso detectada influência da dragagem sobre os valores mensurados, são propostas as ações de redução ou paralisação das atividades da draga.

Mês	Turbidez (NTU)
Novembro	600
Dezembro a fevereiro	1000
Março	700
Abril	600
Mai a agosto	400
Setembro e outubro	200

Figura – Valores de Referência para a turbidez na ETA, Porto Velho.

Fonte: SAE 412/2013

Convém perceber que o valor de referência para os meses de dezembro a fevereiro, indicado na figura acima, difere do valor inicialmente proposto (800 UNT). Conforme indicado no estudo “Estudo de Alternativas para Disposição do Material Sedimentar a ser Removido do Igapó e Avaliação de Impactos”, “Caso os níveis naturais médios de turbidez ultrapassem o limite dado como seguro (1.000 NTU) em certas épocas do ano, o empreendimento pode, sem risco à ictiofauna, usar estes níveis como limite máximo para as respectivas épocas.”. O monitoramento limnológico já indicou valores próximos e até superiores a 1.000 UNT, no período de águas altas. O monitoramento para operação da draga é realizado por meio das estações de monitoramento em tempo real.

Baseando-se nos resultados do monitoramento limnológico para avaliação do descarte do material sedimentar a ser removido do Igapó Engenho Velho, nos resultados do monitoramento limnológico e de macrófitas aquáticas e no cronograma de retirada do material sedimentar do Igapó, entende-se que:

- i) a exclusão da estação JUS.03 não é pertinente, pois o local dessa estação apresenta condições de velocidade e turbilhonamento da água diversos daqueles medidos mais próximos ao barramento (JUS.01), perfazendo assim fonte de dados importantes para efeitos de comparação entre as estações. A manutenção da coleta de dados na estação JUS.03 proporciona uma maior segurança de que a atividade em questão não se configura como fonte de piora da qualidade da água e ou assoreamento do rio Madeira além da dinâmica natural do rio;
- ii) é pertinente a exclusão das variáveis sólidos fixos, sólidos voláteis e potencial redox do monitoramento, uma vez que outras variáveis analisadas podem subsidiar a análise de possível interferência da dragagem;

iii) a proposta de desvincular a redução ou paralisação imediata da dragagem à comparação dos valores de turbidez de jusante com os dados da estação de montante ou valores de referência é pertinente, desde que a investigação das possíveis causas de valores elevados de turbidez a jusante seja imediata, com o objetivo de evitar quaisquer danos ao meio ambiente. Caso seja identificada influência da dragagem, a redução ou paralisação da dragagem deve ocorrer imediatamente. As demais premissas para operação da dragagem permanecem inalteradas.

### Monitoramento da Ictiofauna

O monitoramento tem como objetivo observar a interferência do material sedimentar, na deriva de ovos e larvas a jusante do empreendimento bem como na reprodução dos peixes.

Sabe-se que na bacia amazônica há um fenômeno natural de terras caídas, que naturalmente, já aporta grande volume de sedimentos aos rios, durante o período de subida e descida das águas.

Os resultados do monitoramento, segundo os relatórios apresentados, demonstram que houve uma modificação na densidade ovos e larvas durante a fase de reservatório (2012). Ficou evidente também, que o rio Machado é um importante tributário contribuindo bastante para o aporte de larvas para o rio Madeira.

Nas informações repassadas nos relatórios, não há evidências de que a operação de dragagem venha influenciar a reprodução das espécies ou a deriva de ovos e larvas. É necessário o fechamento das análises referente ao período de enchimento do reservatório para se ter dados mais robustos, e verificar quais os impactos negativos sobre essa parcela da ictiofauna.

---

### CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

---

Tendo como base a análise da documentação apresentada pela SAE, entende-se que:

- i) há restrições às alterações propostas no Protocolo Ambiental para Descarte do Material Sedimentar do Igapó Engenho Velho, no que se refere a exclusão da estação JUS.03. O monitoramento nesta estação deve ser mantido;
- ii) a proposta de desvincular a redução ou paralisação imediata da dragagem à comparação dos valores de turbidez de jusante com os dados da estação de montante ou valores de referência é pertinente, desde que a investigação das possíveis causas de valores elevados de turbidez a jusante seja imediata, com o objetivo de evitar quaisquer danos ao meio ambiente. Caso seja identificada influência da dragagem, a redução ou paralisação da dragagem deve ocorrer imediatamente. As demais premissas para operação da dragagem permanecem inalteradas;
- iii) a exclusão das variáveis sólidos fixos, sólidos voláteis e potencial redox do monitoramento é pertinente.

*Fouza  
Furt*

*De acordo. Peço que informe a COHID a empresa informando o decurso quanto as alterações metodológicas propostas.*

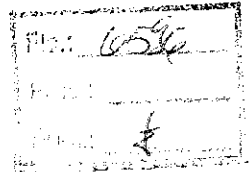
15.114

Frederico Queiroga do Amaral  
Matrícula nº 1.512.156  
Chefe  
COHID/COHENE/DILIC/IBAMA



02001023677/2013 - 17 -

12.12.13



Porto Velho, 10 de dezembro de 2013

À Senhora  
Gisela Damm Forattini  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
Diretoria de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
Renováveis - IBAMA  
Brasília - DF

Nº. Ref. Santo Antônio Energia/PVH: 0713/2013

Assunto: Relatórios consolidados de monitoramento de entomofauna

Senhora Diretora,

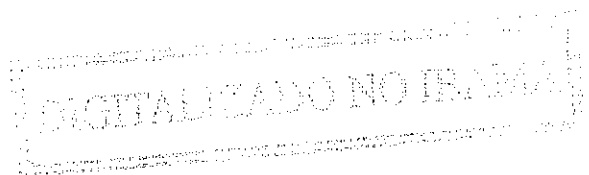
Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE, encaminha os relatórios consolidados de monitoramento da entomofauna na Área de Influência Direta da UHE Santo Antônio. São sete (07) relatórios impressos dos seguintes grupos de estudo: abelhas, cupins, formigas, gafanhotos, besouros, borboletas e insetos aquáticos. Junto com as vias impressas está anexado um CD contendo as cópias digitalizadas e os respectivos bancos de dados. Os relatórios consolidam as 6 campanhas realizadas na Fase de Pré-enchimento do reservatório e as 4 primeiras campanhas da fase de Pós-enchimento.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de estima e consideração e, mantém-se à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,


Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade

*Guilherme Abbad Silveira*  
Gerente de Sustentabilidade  
Santo Antônio Energia



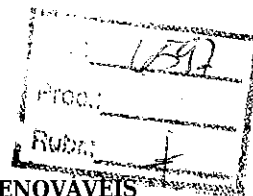
Do analista Denival Azevedo,  
Para elaboração do Projeto.

16/11/13

  
**Frederico Queiroga do Amaral**  
Matricula nº: 1.512.156  
Chefe  
CGHID/CGENE/DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESPACHO 030062/2013 COHID/IBAMA

Brasilia, 11 de dezembro de 2013

À Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

**Assunto: Solicitação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) de vistoria conjunta à UHE Santo Antônio e de criação de GT Interministerial - Gestão Compartilhada da Pesca para a área de abrangência das UHEs Santo Antônio e Jirau.**

1. Trata-se de demanda encaminhada pelo MPA ao Presidente do Ibama, por meio do Ofício nº 1031/2013 - SE/MPA, solicitando a realização de uma reunião e vistoria técnica conjunta entre pescadores, SFPA-RO, MPA, MMA e Ibama, para discutir ações previstas e implementadas do PBA da UHE Santo Antônio, no que se refere ao apoio à atividade pesqueira.
2. Conforme se verifica no processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio, ações referentes ao apoio à atividade pesqueira fazem parte de subprograma específico, o qual foi objeto de análise do Parecer 6103/2013 - COHID/IBAMA.
3. Em resposta aos questionamentos decorrentes da análise supracitada, a empresa responsável pelo empreendimento (Santo Antônio Energia) se comprometeu a apresentar relatório descrevendo as ações executadas em benefício da comunidade pesqueira ainda em dezembro/2013.
4. Sendo assim, uma vistoria conjunta, conforme solicitado pelo MPA, será melhor instruída após a apresentação do referido relatório e apreciação deste pela DILIC.
5. Ainda em referência ao Ofício nº 1031/2013 - SE/MPA, verifica-se a preocupação daquele Ministério na publicação de Portaria Interministerial que instituirá o Grupo de Trabalho de Gestão Compartilhada da Pesca para a área de abrangência das UHEs Santo Antônio e Jirau, mecanismo considerado de suma importância para a discussão e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Coordenação de Energia Hidrelétrica

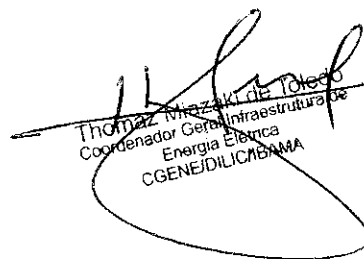
tratamento de questões relativas ao ordenamento pesqueiro da região. Segundo o MPA, a minuta de criação do GT encontra-se em análise pelo MMA, desde 18 de junho de 2013.

6. Por se tratar de tema relevante relacionado, em parte, aos impactos gerados pelos empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Madeira, mas que pela natureza da atividade extrapola a competência do Ibama, sugiro que a demanda de criação do GT Interministerial seja encaminhada ao MMA, por meio do envio do Ofício nº 1031/2013 - SE/MPA e seus anexos.

  
**FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL**  
Chefe da COHID/IBAMA

DE ACORDO. FAÇA MINUAR OFÍCIO DA  
PRESIDÊNCIA DO IBAMA - A SBF/MMA, PARA DOCUMENTAR A  
DEMANDA APRESENTADA PEO MPA, COMPLEMENTADA COM AS INFORMAÇÕES  
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

11/12/13


  
Thomaz Luiz de Toledo  
Coordenador Geral Infraestrutura de  
Energia Elétrica  
CGENE/DILIC/IBAMA





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
SCEN Trecho 02 - Ed. Sede do IBAMA CEP 70818900 - Brasília/DF - www.ibama.gov.br

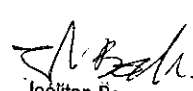
DESPACHO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

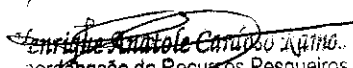
Nº do documento: 00350.910446/2013-05 – Ofício nº 1031/2013-SE/MPA  
Origem: Ministério da Pesca e Aquicultura  
Assunto: Providências emergenciais para solucionar problemas causados pelo Grupo Santo Antônio.

Destinatário: DBFLO	Data:	08/10/13
1º Despacho: Para manifestação com urgência.		
		 <b>Hélio Sydol</b> Chefe de Gabinete Presidência do IBAMA

Destinatário: COREP	Data:	09/10/201
2º Despacho: Para análise e manifestações.		
 <b>Maria do Socorro Rocha da Costa</b> Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas Assessora Técnica		

Destinatário: Francisco Joeliton	Data:	21/10/13.
3º Despacho: Para conhecimento e manifestação.		
 <b>Henrique Anatole Carvão Aquino</b> Coordenação de Recursos Pesqueiros Coordenador Portaria nº 480/2013		

Destinatário: SR. COORDENADOR HENRIQUE ANATOLE	Data:	14/11/13.
4º Despacho: INFORMO QUE ESTE OFÍCIO TRATA DE ASSUNTO AFETO AO LICENCIAMENTO, PORTANTO SUGIRO EXAMINÁ-LO À DILIC-COHPD.		
		 <b>Joeliton Bezerra</b> Analista Ambiental COREP/CGFAP/DBFLO/IBAMA Mat. nº 1574833

Destinatário: DBFLO	Data:	11/11/13
5º Despacho: Estou de acordo c/ o despacho acima, e recomendo encaminhá-lo presente documento à DILIC.		
 <b>Henrique Anatole Carvão Aquino</b> Coordenação de Recursos Pesqueiros Coordenador Portaria nº 480/2013		

Destinatário:	Data:	
---------------	-------	--

6º Despacho:

Destinatário: A Dilic,

Data:

18/11/13

7º Despacho:

por pertinência.

Handwritten signature  
Henry Alves Coelho  
Diretoria de Uso Sustentável de  
Biodiversidade e Florestas

Destinatário: CGENE

Data:

20.11.13

8º Despacho: Para avaliar a pertinência de  
envio ao MMA. favor

Destinatário: C/HQ 2.

Data:

29/11/13

9º Despacho: FAVOR AVALIAR A QUESTÃO, DELO ENCAMINHAMENTO PROPOSTO  
NO DESPACHO DA ASSESSORIA, TAMBÉM EM VISÃO O ACOMPANHAMENTO  
MONITOR DO LICENCIAMENTO.

Handwritten signature  
Thomas Miazaki de Toledo  
Coordenador Geral Infraestrutura de  
Energia Elétrica  
CGENE/DILICIBAMA

Destinatário: Sara Mata

Data:

9/12/13

10º Despacho. Minutos, por gentileza, 2 documentos abaixo descritos.  
-> Ofício Dilic à SAE, reiterando em nome do Ofício 1700/2013 DILICIBAMA  
do processo 28212013 COHID;  
-> Ofício-Pror, ao MMA, encaminhando o pleito aqui anexo e informando  
da tratativa DILIC-SAE, incluindo a reiteração reprovada.

Frederico Queiroga de Amaral  
Matricula nº. 1512.156  
Chefe  
COHID/CGENE/DILICIBAMA

Destinatário: FREDERICO R. AMARAL

Data:

4/12/13

11º Despacho: Minutado documento p/ser enviado ao MMA.

NÃO FOI NECESSÁRIO REITERAR PEDIDO A SAE POIS ENCA MINUTOS  
DOCUMENTO INFORMANDO PRAZO DE ENTREGA. PARA 04/12/2013.

Sara Quizaq C. Mata  
Analista Ambiental  
Matr. 3308718

Destinatário: CGENE

Data:

5/12/13

12º Despacho: Encaminho minuta de Ofício-Pror ao MMA, informando  
ação correlata ao tema no âmbito do processo do Ofício Santo  
Antônio, bem como enviando a demanda de MPA gerada no GT.

Frederico Queiroga de Amaral  
Matricula nº. 1.512.156  
Chefe  
COHID/CGENE/DILICIBAMA

A secretaria Maria

FAVOR ARCHIVAR. 20/12/13

Handwritten signature  
Thomas Miazaki de Toledo  
Coordenador Geral Infraestrutura de  
Energia Elétrica  
CGENE/DILICIBAMA



00350.910446/2013-05

04.10.13

699



**MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Setor Bancário Sul – Quadra 02 – Lote 10 – Bloco J  
Edifício Carlton Tower – 13º Andar  
70070-120 Brasília - DF  
Telefone (61) 2023-3111 – Fax (61) 2023-3915

IBAMA DBFLO Nº	PROTOCOLO DOCUMENTOS DATA
1541	09/10/13

Ofício nº 1.031 /2013 – SE/MPA

Brasília, 1º de outubro de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor  
**VOLNEY ZANARDI JÚNIOR**  
Presidente do IBAMA  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do IBAMA  
Brasília – DF  
CEP 70818-900

**Assunto: Providências emergenciais para solucionar problemas causados pelo Grupo Santo Antônio.**

Senhor Presidente,

1. Reporto-me ao documento (anexo), de 19/6/2013, da Comissão de Moradores do Assentamento Porto Seguro, Estado de Rondônia, referente ao NUP: 00350.004084/2013-11, solicitando providências emergenciais para solucionar problemas causados pelo Grupo Santo Antônio.

2. Transcrevo, abaixo, trechos do referido documento:

a) *“... formada por pescadores e ribeirinhos, que sempre e perenemente exerciam atividades pesqueira como fonte de sobrevivência à margem esquerda do Rio Madeira, e que desde o ano de 2010 vem atravessando grandes dificuldades em obter renda, pois o empreendimento tirou da comunidade sua principal fonte de custeio, a pesca... (sic)”*.

b) *“... No projeto básico ambiental da empresa energética não se viu a garantia da qualidade de vida, pelo contrário desde o mês de novembro de 2010, os pescadores não realizam atividade pesqueira, os peixes de grande portes desapareceram, os pequenos peixes que habitam agora o lago formado pela usina não possuem o valor comercial necessário para garantir renda à comunidade... (sic)”*.

c) *“... alertamos para a necessidade de uma vistoria, por parte desse ministério para a constatação da denúncia... (sic)”*.

3. Conforme os relatos acima, são evidentes as dificuldades enfrentadas pelos pescadores que utilizavam determinados trechos do Rio Madeira para suas pescarias, e hoje, em

A12  
dbp

decorrência do empreendimento hidrelétrico Santo Antônio, encontram-se com seus ambientes de pesca reduzidos.

4. Informo a Vossa Senhoria que o Processo nº 00350.004052/2011-46, referente à minuta de Portaria Interministerial que institui o Grupo de Trabalho - GT de Gestão Compartilhada da Pesca para a área de abrangência das Usinas Hidrelétricas - UHEs de Santo Antônio e Jirau está no Ministério do Meio Ambiente desde 18 de junho de 2013, para análise.

5. Considero que a instituição do referido Grupo de Trabalho será de suma importância para que sejam discutidas e tratadas questões acerca do ordenamento pesqueiro na área de abrangência das UHEs de Santo Antônio e Jirau.

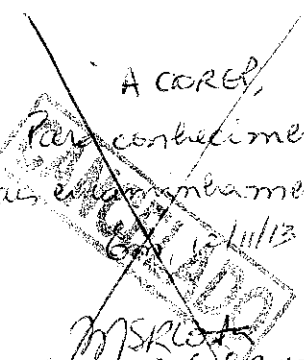
6. Ressalto que até o presente momento não foi publicada a Portaria Interministerial que instituirá o Grupo de Trabalho e, com isso, os pescadores/pescadoras continuam enfrentando dificuldades devido à redução de seus ambientes de pesca.

7. Solicito-lhe providências no sentido de realizar uma reunião e vistoria, conjuntamente entre os pescadores, SFPA-RO, MPA, MMA e Ibama, para discutir ações previstas e implementadas conforme o PBA da UHE de Santo Antônio.

8. Coloco à sua disposição o Servidor José Vieira Leal Filho, Coordenador-Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca Artesanal Continental, no telefone (61) 2023-3348, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

  
**ÁTILA MAIA DA ROCHA**  
Secretário-Executivo

*A COREP,  
Para conhecimento e  
demais encaminhamento.*  
*EX. 18/11/13*  
  
*MSR/CA*  
**Maria do Socorro Rocha da Costa**  
Diretora de Uso Sustentável da Biodiversidade  
e Florestas  
Assessora Técnica

6600  
f

**P/COMISSÃO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO PORTO SEGURO  
DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Porto Velho 19 de junho de 2013

Ao Excelentíssimo Senhor Marcelo Crivela

Ministro da Pesca

MINISTÉRIO DA PESCA E  
AQUICULTURA

MPA

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

**00350.004084/2013-11**

Ao tempo em que o cumprimentamos, nós pescadores artesanais e tradicionais, moradores da área do Assentamento Porto Seguro, localizado às margens do lago formado pela Usina Santo Antônio, à margem esquerda do Rio Madeira, outrora antiga cachoeira Teotônio, vimos por meio deste apresentar denúncia e relatos que expomos a seguir:

Sendo nossa comunidade parte dos povos tradicionais, morando na área acima descrita há mais de 50 anos, tendo antepassados que trabalharam no primeiro e segundo Ciclos da Borracha, formada por pescadores e ribeirinhos, que sempre e perenemente exerciam atividades pesqueira como fonte de sobrevivência à margem esquerda do Rio Madeira, e que desde o ano de 2010 vem atravessando grandes dificuldades em obter renda, pois o empreendimento tirou da comunidade sua principal fonte de custeio, a pesca. afetando a atividade pesqueira das quatorze famílias que sofreram o impacto, a construção das barragens destruiu várias minas d'águas existentes dentro das propriedades ribeirinhas.

Para compensar os impactos ambientais sofridos dentro comunidade, o grupo Santo Antônio construiu alguns poços semi-artesianos para as famílias que se abasteciam das minas d'água que sumiram com o alagamento da região pelo represamento da água; a própria usina diminuiu o tamanho das propriedades dos ribeirinhos que possuem carta de ocupação, e transformou as partes desincorporadas em área de preservação permanente (APP). As ínfimas e parcas "indenizações" não atenderam nem de longe as necessidades reais e os efeitos sofridos pela construção dos empreendimentos. No projeto básico ambiental da empresa energética não se viu a garantia da qualidade de vida, pelo contrário desde o mês de novembro de 2010, os pescadores não realizam atividade pesqueira, os peixes de grande portes desapareceram, os pequenos peixes que habitam agora o lago formado pela usina não possuem o valor comercial necessário para garantir renda à comunidade.

Todos os que reclamam a falta de atenção e os danos sofridos estão com os nomes comprometidos nos bancos, pois sem renda não tiveram como honrar o pagamento dos financiamentos realizados pelo PRONAF. Hoje as famílias

EM BRANCO

6601  
4

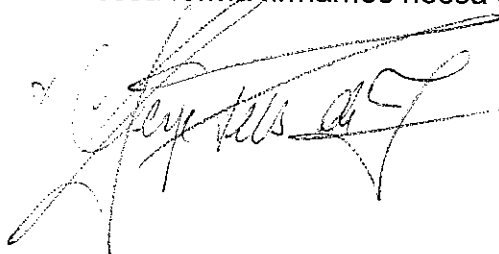
prejudicadas pelo mega obra, estão endividadas, sem renda e muito menos perspectivas de futuro.

Dessa forma solicitamos a esse ministério providências emergenciais para solucionar os problemas causados pelo grupo Santo Antônio. **Ver anexo documentos dos pescadores, imagens das localidades e financiamentos feitos pelo PRONAF.**

Neste sentido alertamos para a necessidade de uma vistoria, por parte desse ministério para a constatação da denúncia.

Sem mais para o momento, desde já agradecemos.

Dessa forma firmamos nossa denúncia e abaixo assinamos:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ely Reis de F.', is written over the text 'firmamos' in the previous block.

LIBRERIA

Nome:	dele
Proced:	
Assin:	

Dessa forma firmamos nossa denúncia e abaixo assinamos:

\*Sergio Santos Barbosa  
Sérgio Santos Barbosa

CPF: 107.287.242-00

Jose Claudio Coelho Lima  
José Cláudio C. Lima

CPF: 359442.18215

\*Pedro Serrão dos Santos

Pedro Serrão dos Santos

C: 126.721151.65.4

\*Evaldo Gama da Silva  
Evaldo Gama da Silva

CPF: 616817172-04

Cristiano Alves da Silva  
Cristiano Alves da Silva

CPF: 805.213.122-72

Marinete Gama da Silva  
Marinete Gama da Silva

CPF: 149.471.452-34

Valéria Bastos da Silva

CPF: 020.433.342-39

\*Lucinéia Bastos Alves  
Lucinéia Bastos Alves

CPF: 814.850.342-72

\*Onildo Gama da Silva  
Onildo Gama da Silva

CPF: 626.751.412-91

Esterlito Guivara Nogueira  
Esterlito Guivara Nogueira

CPF: 199.891.562-04

Tereza Pantoja Prestes

CPF: 479.331.272-15

\*Manoel Leonardo de Paulo Araújo  
Manoel Leonardo de P. Araújo

CPF: 409594222-34

Francisco Aristeu Fonseca  
Francisco Aristeu Fonseca

CPF: 477.800.612.72

CELULAR CONTATO

DARIO=(069) 9220 9669

EVALDO=(11) 9969 3961

TANPCHA=(11) 9957 3233

EMBRACO



**NOTA DE CRÉDITO RURAL**

Nº FR-M-430526440

Valor: R\$ 14.676,00

Aos 10 dias de DEZEMBRO de 2015 pagarei(emos) por esta NOTÁ DE CRÉDITO RURAL ao BANCO DA AMAZONIA S.A, ou a sua ordem, a quantia de quatorze mil, seiscentos e setenta e seis reais, em moeda corrente nacional, conforme FORMA DE PAGAMENTO abaixo, valor deferido para aplicação na forma do ORÇAMENTO anexo a esta CÉDULA.

**FORMA DE UTILIZAÇÃO DO INVESTIMENTO:**

Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$
28/12/2005	14.676,00										

**FORMA DE UTILIZAÇÃO DO CUSTEIO:**

**FORMA DE PAGAMENTO DO INVESTIMENTO:**

Data	%S.Dev.	Data	%S.Dev.	Data	%S.Dev.	Data	%S.Dev.	Data	%S.Dev.	Data	%S.Dev.
28/12/2005	14,00%	10/12/2013	14,00%	10/12/2013	25,00%	10/12/2013	33,00%	10/12/2014	50,00%		

**FORMA DE PAGAMENTO DO CUSTEIO:**

**LOCAL DE PAGAMENTO** - O pagamento será efetuado na praça de PORTO VELHO - RO.

**ENCARGOS FINANCEIROS:** Sobre os valores lançados na conta vinculada a este financiamento e sobre o saldo devedor daí decorrente, incidirão encargos financeiros iguais à taxa efetiva de juros de 1,15%a.a.(um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano), com base na taxa proporcional diária (ano de 360 dias). Os Encargos Financeiros serão calculados e incorporados mensalmente ao saldo devedor, no vencimento e na liquidação da dívida, exigíveis juntamente com as parcelas do principal, proporcionalmente aos valores nominais de cada uma delas, no vencimento e na liquidação da dívida.

**REVISÃO NOS ENCARGOS FINANCEIROS** - Os encargos financeiros ora previstos estão sujeitos a alterações periódicas, segundo decisões do Conselho Monetário Nacional. Ocorrendo redução dos Encargos Financeiros, o(a) Emitente será comunicado por escrito, dispensando-se a lavratura de ato.

**BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA** - Sobre o valor do principal (somente para os créditos de investimento) será concedido Bônus de Adimplência de 40% (quarenta por cento), o qual será elevado para 45% (quarenta e cinco por cento), quando o projeto contemplar remuneração de Assistência Técnica, no ato da liquidação, se por ela a data do respectivo vencimento, ou na liquidação da dívida.

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA** - Para remuneração da Assistência Técnica, incluída como item financiável, o(a) Emitente se obriga a pagar: a) elaboração do projeto técnico de crédito rural e remuneração do 1º semestre de assistência técnica (RA) de 2,09%(dois inteiros e nove centésimos por cento) do Valor do Projeto Técnico, pago de uma só vez, na mesma data da 1ª parcela de liberação do crédito; b) o restante da assistência técnica de 7%(sete por cento) do valor do projeto técnico, será pago em parcelas de igual valor, pelo período de 7(sete) semestres, calculados e capitalizados em 30 de junho, 31 de dezembro, na liquidação antecipada da dívida ou, se for o caso, no final do tempo previsto para a prestação dos serviços técnicos. - A remuneração se efetuará somente mediante a apresentação de relatórios técnicos ao BANCO DA AMAZONIA e à Unidade de Articulação Estadual do Programa.

**INADIMPLEMENTO:** Na falta de pagamento, nos períodos acordados, quer do principal, quer dos acessórios, sobre o valor vencido, além da perda dos benefícios previstos na cláusula "BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA", incidirão: a) juros compensatórios (remuneratórios) estabelecidos nesta cédula; b) juros moratórios à taxa efetiva de 1% a.a. (um por cento ao ano). Caracteriza-se também a inadimplência o desvio na aplicação dos recursos, o abandono de área, cessação da exploração do imóvel ou sua alienação sem prévia e expressa autorização do BANCO DA AMAZONIA, ou outras irregularidades, a dívida poderá ser considerada vencida por antecipação de pleno direito, tornando-se exigível de imediato, a partir da primeira utilização e o(a) Emitente fica sujeito(a) à perda de todo e qualquer benefício financeiro, especialmente os relativos a encargos, que passarão a ser os de inadimplemento, independentemente de intelecção judicial ou extrajudicial.

Obriga-se o (a) Emitente a não alienar, sem prévio e expresso consentimento do Banco, os bens adquiridos ou realizados com o financiamento. Integra esta cédula, para os fins e efeitos jurídicos, o seguinte anexo: ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO.

**VACINAÇÃO OBRIGATORIA:** O(A) Emitente se obriga a apresentar ao Banco o comprovante de vacinação obrigatória, estabelecida pelos Órgãos de Defesa Animal, de acordo com a programação de cada Estado, no prazo máximo de 30 dias, após a sua realização e, se for o caso, o comprovante de vacinação contra Brucelose (fêmeas ainda não vacinadas, de idade entre 4 a 8 meses) e contra Carbúnculo Sintomático (machos e fêmeas na fase de desmame) e de outras doenças endêmicas.

PORTO VELHO (RO), 23 DEZ 2005

EMITENTE

*Sergio Santos Danloz II*  
SERGIU DAN IUS DANLOZA

CPF.: 107287242-00



EMBRACO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RONDONIA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA DEFESA E CIDADANIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAO E REGISTRO DA CIDADE FRANCISCO

REGISTRO DE IDENTIFICAO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

*Sergio Santos Barbosa*

*de*

FIM:

RUBR:

UNIAO EM TODOS OS TERRITORIOS NACIONAIS

REGISTRO CIVIL 000092916 DATA DE EMISSAO 17/08/2004

NOME SERGIO SANTOS BARBOSA

QUADRO DE IDENTIFICAO

CPF: 111.111.111

NACIONALIDADE BRASILEIRA

DATA DE NASCIMENTO 17/08/1954

ESTADO DE NASCIMENTO RONDONIA

ESTADO DE RESIDENCIA RONDONIA

CPF 111.111.111

Assinatura: *Sergio Santos*

MINISTERIO DA REVENHA SECRETARIA DE REVENHA FEDERAL

CPF

Cadastro de Pessoas Fisicas

Numero de Inscricao

Nome

SERGIO SANTOS BARBOSA

Nascimento

17/08/54

Cartão de identificação pessoal (transferível)


Deve ser apresentado, junto com o documento de identidade

Assinatura

BRASIL

ENCUENTRO

Fila: 6605  
Prod:




**Colônia de Pescadores  
de Rondônia**

**Carteira de Pescador Profissional**  
Número: 000003104

Nome: SERGIO SANTOS BARBOSA

Venc.: 17/04/2013      Emissão: 17/04/2012



*Sergio Santos Barbosa*

EMERGENCY

File: *6006*  
 Page: *1*



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP/PR

**CARTEIRA DE  
 PESCADOR(A) PROFISSIONAL**

NÚMERO DO REG.  
**446791**  
 VALIDADE  
**01/12/2008**

**MARINETE GAMA DA SILVA**



CATEGORIA <b>PESCA ARTESANAL</b>		
Nº DO RG <b>189853</b>	ORGÃO EMISSOR <b>SSP/RO</b>	DATA DE NASCIMENTO <b>20/11/1963</b>
Nº DO 1º REGISTRO REP	ORGÃO EMISSOR <b>SEAP</b>	DATA DO 1º REGISTRO

*Marinete Gama da Silva*

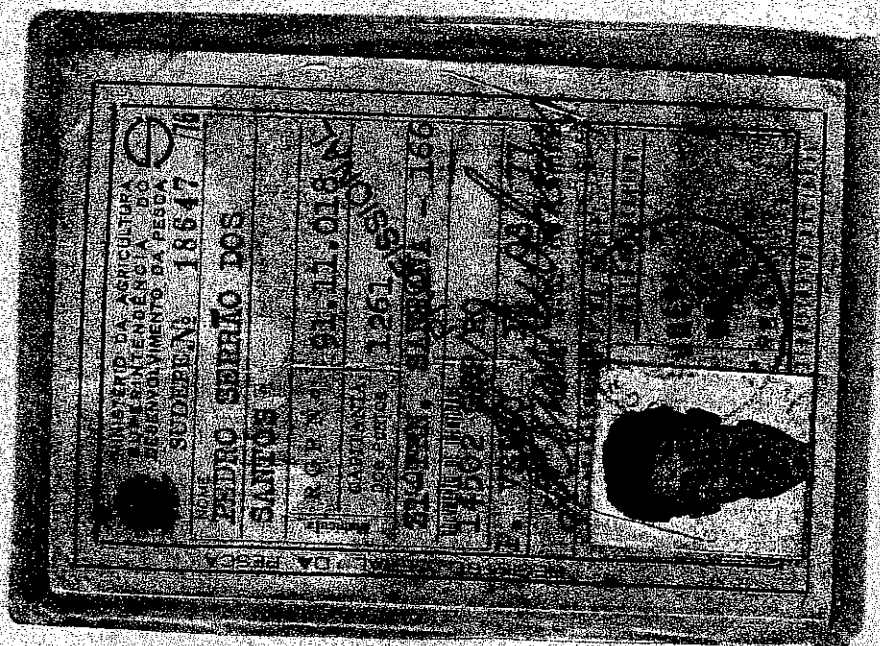
VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

EMERSON



6607

f



MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA

**CARTEIRA DE PESCADOR(A) PROFISSIONAL**

PEDRO SERRAO DOS SANTOS

115454

21/112012

**PESCA ARTESANAL**

14502	SSPRO	22/11/1948
04709195	SUREPE	14/03/1977

*Pedro Serrao*

EN BRANCO

Fica: 6608  
 Fone:  
 Rubrica: f

FRANCISCO FERREIRA LIMA		PRESIDENCIA DA REPUBLICA	
MARIA FRANCISCA VINHOTE COELHO		Ministério da Pesca, Aquicultura e Pesca - SEAP/PR	
ZULEY SANTANA		CARTERA DE PESCADORIA PROFISSIONAL	
123.05557.30.4	359.442.162.15	203702	
11/08/2006		05/11/2008	
		PESCA ARTESANAL	
040270	SSPRO	05/11/07	
08000345	SEAP	05/11/08	
		<i>Jose Claudio Coelho Lima</i>	

**Carvaja**  
 78001-151 - 1800-5511-6000  
 AUTENTICO POR SER FOTOCOPIA FIEL DO ORIGINAL  
**07 DEZ 2011**  
 Em [ ] de [ ] de [ ]  
 [ ] de [ ]

Carvaja  
 Controle Fiscalização  
 ATRIBUIÇÃO  
 -RO  
**A1A20360**

**Visto**  
 Anual  Bienal  
 Validade: **07/ABR/2011**  
**07/2009**  
 Data / Assinatura e Carimbo de Servidor de SEAP / PR

**Visto Bienal**  
 Validade: / /  
 Data / Assinatura e Carimbo de Servidor de SEAP / PR

0037450



11/11/11

LIBRANCO

ESPELHO DA UNIDADE FAMILIAR - IDENTIFICAÇÃO

**Código do Beneficiário:** R0015600000016      **Código do Candidato:** 991657780  
**Nome do Beneficiário:** JOSE CLAUDIO COELHO LIMA      **Data de Nascimento:** 1/1/1910  
**Sexo do Beneficiário:** Masculino  
**Projeto:** R00156000 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTO SEGURO  
**Filiação: Pai:**  
    **Mãe:** MARIA FRANCISCA VINHORTE COELHO  
**Nacionalidade:** Brasileira      **Naturalidade:**  
**Estado Civil:** Casado      **Documento:** Carteira de Identidade Nº: 610270      **Org. Emissor:** SSP/RO  
**CPF:** 359.442.182-15      **Processo Administrativo:** 54300.000774/2004-17      **Data do Processo:** 15/3/2004  
**Data da Homologação:** 11/3/2004

ESPELHO DA UNIDADE FAMILIAR - CÔNJUGE/COMPANHEIRO(A)

**Nome do Conjuge/Companheiro(a):** SANDRA REGINA DA SILVA MOURA  
**Data de Nascimento:** 4/11/1978      **Sexo:** Feminino  
**Filiação: Pai:**  
    **Mãe:** DESCONHECIDO  
**Nacionalidade:** Brasileira      **Naturalidade:**  
**Estado Civil:** Solteiro      **Documento:** Carteira de Identidade Nº: 784273      **Órgão Emissor:**  
**CPF:** 885.776.602-06      **Situação Conjugal:** Companheiro      **Atual:** Sim

ESPELHO DA UNIDADE FAMILIAR - CRÉDITOS

**Tipo:** Aquisição de Material de Construção      **Data:** 1/9/2005 11:01:37      **Valor:** 5.000,00      **Situação:** Crédito  
**Tipo:** Instalação Apoio Inicial      **Data:** 17/9/2004 17:26:15      **Valor:** 2.400,00      **Situação:** Crédito

ESPELHO DA UNIDADE FAMILIAR - LOTE

Não existe nenhum item cadastrado para este beneficiário

ESPELHO DA UNIDADE FAMILIAR - ASSENTAMENTO

**Situação:** Assentado      **Data da Situação:** 11/3/2004 18:24:39

ESPELHO DA UNIDADE FAMILIAR - OBSERVAÇÕES

Não existe observações para este beneficiário

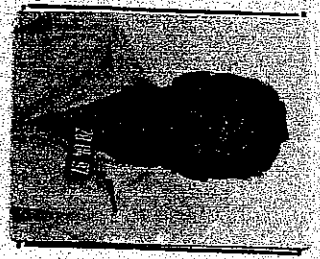
**Data de emissão:** 22/2/2010 Hora: 17:03:52

[Clique aqui para imprimir esta página](#)

*Carla AFONSO DA SILVA DAMASCENO  
WILIA BARBOSA*

EMERANCO

Fls.: 6004  
Proc.:  
Rubrica:



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES  
FEDERAÇÃO DAS COLÔNIAS DE PESCADORES DO BRASIL

COLÔNIA Z-1 TENENTE SANTANA — SPDEKPRÓPRIA

Município Porto Velho

Estado de Rondônia

PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL  
Categoria do Associado

Nome: MANOEL LEONARDO DE PAULA ARAUJO

Filiação: BERNARDINEO TAVARES DD ARAUJO

Mãe: EDUARDA PAULA DA S. IRYA

Nacionalidade: BRASILEIRO

Data Nascimento: 22-02-1943

Naturalidade: P. VELHO Estado CIVIL CASADO

Título de Eleitor N.º

Zona: Cidade: Estado: SSP/RO

Identidade N.º 134633

C.P.F. N.º 409.594.222-34 N.º Dependentes: 03

Grav de Alfabetização: PRIMARIO COMPLETO

Data de Registro na Colônia: 29-04-1988 N.º 0579

Possui Embarcação Própria: Quantas: 7

Nome da Embarcação: N.º de Registro na Capitania: No R.G.P. (IBAMA): 0547281-4

Aparelho de Pesca Utilizado: Tipo de Pescador: PROFISSIONAL ARTESANAL

Tempo de Atividade: DESDE DE 1993

Endereço: RUA PANAMA 2764 BAIRRO N.º P. VELHO

PORTO VELHO 29 de ABRIL de 19 88

Caldeia de Pescadores Z-1 Ten. Santana

Presidente da Colônia

Agente de Colônia

EM BRANCO



134.633

08-07-1968

MANOEL LEONARDO DE PAULA ARAÚJO

Bernardino Tavares de Araújo

Eduarda Paula da Silva

Porto Velho-RO

21.02.1943

Cert. Nasc. 23738/Fls. 90v/Lv. 86/Exp.

Porto Velho-RO, 04-12-1964.

Bel. Carlos [Signature]

LEI Nº 115 DE 29/05/63


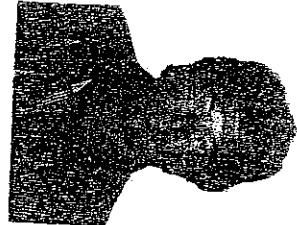
666

ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

01

Manoel Leonardo de Paula Araújo

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 115 DE 29/05/63

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

MANOEL LEONARDO DE PAULA ARAÚJO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 16/05/94

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

MANOEL LEONARDO DE PAULA ARAÚJO

Nº de inscrição

409594222-34

Data do Nascimento

21/02/43



EM BRANCO

6611



**Recibo.....R\$ 18.311,79**

Nós, **MANOEL LEONARDO DE PAULA ARAÚJO**, aposentado, portador da cédula de identidade nº 134.633 SSP/RO, CPF/MF sob nº 409.594.222-34, e **ANTONIA PEREIRA NASCIMENTO**, aposentada, portadora da cédula de identidade nº 76.268 SSP/RO, CPF/MF sob nº 204.402.002-53, ambos brasileiros, solteiros, maiores e capazes, conviventes entre si, residentes e domiciliados no PDS Porto Seguro, Lote 23, zona rural do Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, DECLARAMOS receber, neste ato, da empresa **SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**, concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 4777, 6º andar, sala 1, Edifício Villa Lobos, com Escritório na Rua Tabajara, 824, Olaria, na cidade de Porto Velho, Rondônia, inscrita no CNPJ sob nº 09.391.823/0001-60, a importância líquida de **R\$ 14.000,00** (Quatorze mil reais), representada pelo cheque administrativo nº. **012385-4**, emitido pelo Banco Bradesco, Agência 0153-8, referente a **PROPOSTA COMPLEMENTAR DE TERMO DE ACORDO Nº. 516/2009 - Disponibilização de Recursos para Construção de Poço - Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro**, aceita em 28/11/2011, no total de R\$ 18.311,79 (Dezoito mil, trezentos e onze reais e setenta e nove centavos), cuja diferença a menor de R\$ 4.311,79 (Quatro mil, trezentos e onze reais e setenta e nove centavos), corresponde ao imposto de Renda Retido na Fonte conforme legislação em vigor.

E assim, comprometendo-nos a utilizar os recursos para a destinação que nos foi concedida, por nossa conta e risco, isentando, desde já, a Santo Antonio Energia S/A. de quaisquer ônus, sejam eles presentes ou futuros, declaramo-nos pagos e satisfeitos, dando plena, geral e irrevogável quitação, nada tendo a reclamar, ~~no presente ou futuro, com~~ relação ao objeto da quitação.

Porto Velho (RO), de

Manoel Leonardo de Paula Araújo  
Manoel Leonardo de Paula Araújo

Antonia Pereira Nascimento  
Antonia Pereira Nascimento

Cartório 2º Ofício de Notas e Reg. Civil  
Arvaia

Cartório 2º Ofício de Notas e Reg. Civil  
Arvaia

TABELAMENTO CARBONIL - 2º. OFÍCIO DE NOTAS  
Rua São Pedro 11, 627, loja A - Caiari  
Fones: (67) 3224-3353  
PORTO VELHO - RO  
Reconheço a dita fe por SEMELHANÇA  
a(s) (firma) de:  
[assinatura] MANOEL LEONARDO DE PAULA...  
[assinatura] ANTONIA PEREIRA NASCIMENTO.  
Este instrumento da verdade.  
PORTO VELHO, 05 de dezembro de 2011.  
CIS PEREIRA JUNIOR DE SOUSA  
ESCRITURÁRIO MUNICÍPIO  
Custas R\$ 1,43 (Municipal) - Selo R\$ 0,59  
RDU R\$ 0,29 (Municipal)  
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

2º OFÍCIO  
Selo de Fiscalização  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
A1AS1229  
TABELAMENTO

EM BRANCO

Agencia.....: PORTO VELHO Data Pagamento : 10/03/2008  
 Contrato.....: 043-04-5333/7 - MANOEL LEONARDO DE PAULA ARAUJO  
 Despesa.....:

	PARCELA DE 15/02/2008	SALDO EM 10/03/2008
PRINCIPAL.....	2.070,79	6.445,79
CORRECAO.....(+)	0,00	0,00
JUROS.....(+)	35,03	203,87
SALDO PARCIAL.....(=)	2.105,82	6.649,66
REDUCAO PRINCIPAL..(-)	0,00	1.968,75
REDUCAO CORRECAO...(-)	0,00	0,00
REDUCAO JUROS.....(-)	0,00	0,00
MULTA.....(+)	0,00	0,00
<b>SALDO FINAL.....(=)</b>	<b>2.105,82</b>	<b>4.680,91</b>

66/2

Opcao de Pagamento (P/S)....:  Valor Pago..... :   
 Dispensa Multa (S/N).....:  Valor Pago Multa.....:   
 Tipo de Lancamento (I/S/N) :  Cta Deb. (Extra cx)....:   
 Confirme (S/N)

Agencia.....: PORTO VELHO Data Pagamento : 10/03/2008  
 Contrato.....: 043-05-2334/3 - MANOEL LEONARDO DE PAULA ARAUJO  
 Despesa.....:

	PARCELA DE 10/11/2008	SALDO EM 10/03/2008
PRINCIPAL.....	517,68	4.314,00
CORRECAO.....(+)	0,00	0,00
JUROS.....(+)	13,30	110,84
SALDO PARCIAL.....(=)	530,98	4.424,84
REDUCAO PRINCIPAL..(-)	238,13	1.984,44
REDUCAO CORRECAO...(-)	0,00	0,00
REDUCAO JUROS.....(-)	0,00	0,00
MULTA.....(+)	0,00	0,00
<b>SALDO FINAL.....(=)</b>	<b>292,85</b>	<b>2.440,40</b>

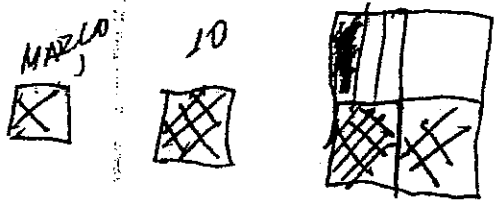
Opcao de Pagamento (P/S)....:  Valor Pago..... :   
 Dispensa Multa (S/N).....:  Valor Pago Multa.....:   
 Tipo de Lancamento (I/S/N) :  Cta Deb. (Extra cx)....:   
 Confirme (S/N)

407.  
 420  
 100  
 520,00

13.500  
 30

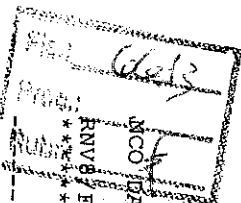
1.6...

5... 500



2.2...

EN BLANCO



MCO/BA AMAZONIA S.A.

RNVA/FIRR91

SISTEMA DE CONTROLE DE OPERACOES DE CREDITO

EXTRATO DOS MOVIMENTOS FINANCEIROS

EMISSAO : 18/10/06 11.51.27

PAG. 1

CTA : 043-4 - PORTO VEIHO  
 RATO : 05/2334-3 - MANOEL LEONARDO DE PAULA ARAUJO  
 RECO : BR 319 EST DO JATUBANA LT 23  
 EMISSAO : 30/11/2005 VALOR R\$ : 4.361,20 VALOR UREF : 18.171,66666  
 PARA METROS : 18,171,66666  
 F I N A N C I A S :  
 AREA DE CREDITO : RURAL  
 CPF/CGC : 409.594.222-34  
 C-CORRENTE : 0000.000-0  
 TELEFONE : 000 - 000-0000  
 PORTO : MINIPRODUTOR  
 MICRO

INACAO : 4.361,20 VALOR UREF : 18.171,66666  
 LIDADE : TAXA JUROS CORR. MONET. INADIME. TIPO DE BENEFICIO PERC. BENEF. CORR. FONTE PERC. BENEF. JUR  
 ATIVIDADE : MUNICIPAL  
 ALACOS P/INDUSTRIAL E BENEFICI STIMENTO AGRICULTURA 1,15 PORTO VEIHO  
 SOBRE CORRECAO 0,00 FNO 0,00

3 E R A C O E S P R E V I S O E S

DATA	VALOR EM R\$	VALOR EM UREF	SITUACAO	# PCL	DATA	CLASSIFICACAO	SITUACAO
30/11/2005	4.361,20	18.171,66666	PEN - PENDE	# 001	10/11/2008		PEN - PENDEN
				# 002	10/11/2009		PEN - PENDEN
				# 003	10/11/2010		PEN - PENDEN
				# 004	10/11/2011		PEN - PENDEN
				# 005	10/11/2012		PEN - PENDEN
				# 006	10/11/2013		PEN - PENDEN
				# 007	10/11/2014		PEN - PENDEN
				# 008	10/11/2015		PEN - PENDEN

E R A C O E S (PRINCIPAL/DESPESA) M O V I M E N T A C A O F I N A N C E I R A

DATA	VALOR EM R\$	VALOR EM UREF	# PCL	DATA	PRINCIPAL	CORR. MONET.	JUROS	MULTA
6/12/2005 P	2.074,00		#					
5/01/2006 P	2.240,00		#					

A V E N C E R S A L D O S E M 30/09/2006 V E N C I D O

IPAL :	4.314,00	0,00	0,00
SAS :	0,00	0,00	0,00
MONET :	37,48	0,00	0,00
AL :	4.351,48	0,00	0,00



MEMPHIS





## NOTA DE CRÉDITO RURAL

Nº FIR-M-430526490

Valor: R\$ 12.404,00

Aos 10 dias de DEZEMBRO de 2015 pagarei(emos) por esta NOTA DE CRÉDITO RURAL ao BANCO DA AMAZÔNIA S.A. ou a sua ordem, a quantia de doze mil, quatrocentos e quatro reais, em moeda corrente nacional, conforme FORMA DE PAGAMENTO abaixo, valor deferido para aplicação na forma do ORÇAMENTO anexo a esta CÉDULA.

## FORMA DE UTILIZAÇÃO DO INVESTIMENTO:

Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$
28/12/2005	12.404,00										

## FORMA DE UTILIZAÇÃO DO CUSTEIO:

## FORMA DE PAGAMENTO DO INVESTIMENTO:

Data	%s/Dev.	Data	%s/Dev.	Data	%s/Dev.	Data	%s/Dev.	Data	%s/Dev.
10/12/2009	14,00%	10/12/2010	16,00%	10/12/2011	20,00%	10/12/2012	25,00%	10/12/2013	33,00%
10/12/2015	100,00%							10/12/2014	50,00%

## FORMA DE PAGAMENTO DO CUSTEIO:

LOCAL DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado na praça de PORTO VELHO - RO.

ENCARGOS FINANCEIROS: Sobre os valores lançados na conta vinculada a este financiamento e sobre o saldo devedor daí decorrente, incidirão encargos financeiros iguais à taxa efetiva de juros de 1,15% a.a. (um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano), com base na taxa proporcional diária (ano de 360 dias). Os Encargos Financeiros serão calculados e incorporados mensalmente ao saldo devedor, no vencimento e na liquidação da dívida, exigíveis juntamente com as parcelas do principal, proporcionalmente aos valores nominais de cada uma delas, no vencimento e na liquidação da dívida.

REVISÃO NOS ENCARGOS FINANCEIROS - Os encargos financeiros ora previstos estão sujeitos a alterações periódicas, segundo decisões do Conselho Monetário Nacional. Ocorrendo redução dos Encargos Financeiros, o(a) Emitente será comunicado por escrito, dispensando-se a lavratura de aditivo.

BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA - Sobre o valor do principal (somente para os créditos de investimento) será concedido Bônus de Adimplência de 40% (quarenta por cento), o qual será elevado para 45% (quarenta e cinco por cento), quando o projeto contemplar remuneração de Assistência Técnica, no ato da liquidação, se paga até a data do respectivo vencimento, ou na liquidação da dívida.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA - Para remuneração da Assistência Técnica, incluída como item financiável, o(a) Emitente se obriga a pagar: a) elaboração do projeto técnico de crédito rural e remuneração do 1º semestre de assistência técnica (RA) de 2,09% (dois inteiros e nove centésimos por cento) do Valor do Projeto Técnico, pago de uma só vez, na mesma data da 1ª parcela de liberação do crédito; b) o restante da assistência técnica de 7% (sete por cento) do valor do projeto técnico, será pago em parcelas de igual valor, pelo período de 7 (sete) semestres, calculados e capitalizados em 30 de junho, 31 de dezembro, na liquidação antecipada da dívida ou, se for o caso, no final do tempo previsto para a prestação dos serviços técnicos. A remuneração se efetivará somente mediante a apresentação de relatórios técnicos ao BANCO DA AMAZÔNIA e à Unidade de Articulação Estadual do Programa.

INADIMPLEMENTO: Na falta de pagamento nos períodos acordados, quer do principal, quer dos acessórios, sobre o valor vencido, além da perda dos benefícios previstos na cláusula "BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA", incidirão: a) juros compensatórios (remuneratórios) estabelecidos nesta cédula; b) juros moratórios à taxa efetiva de 1% a.a. (um por cento ao ano). Caracteriza-se também a inadimplência o desvio na aplicação dos recursos, o abandono de área, cessação da exploração do imóvel ou sua alienação sem prévia e expressa autorização do BANCO DA AMAZÔNIA, ou outras irregularidades, a dívida poderá ser considerada vencida por antecipação de pleno direito, tornando-se exigível de imediato, a partir da primeira utilização e o(a) Emitente fica sujeito(a) à perda de todo e qualquer benefício financeiro, especialmente os relativos a encargos, que passarão a ser os de inadimplemento, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

gase o (a) Emitente a não alienar, sem prévio e expresso consentimento do Banco, os bens adquiridos ou realizados com o financiamento. Integra esta cédula, para os fins e efeitos jurídicos, o seguinte anexo: ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO.

VACINAÇÃO OBRIGATORIA: O(A) Emitente se obriga a apresentar ao Banco o comprovante de vacinação obrigatória, estabelecida pelos Órgãos de Defesa Animal, de acordo com a programação de cada Estado, no prazo máximo de 30 dias, após a sua realização e, se for o caso, o comprovante de vacinação contra Brucelose (fêmeas ainda não vacinadas, de idade entre 4 a 8 meses) e contra Carbúnculo Sintomático (machos e fêmeas na fase de desmame) e de outras doenças endêmicas.

PORTO VELHO (RO),

26 DEZ 2005

EMITENTE

CÔNSULTE OU COMANHEIRA DO EMITENTE

X Francisco Antônio Pereira  
FRANCISCO ANTONIO PEREIRA

CNPJ: 477800612-72



PIP: Francisco Antônio Pereira  
SILVANA SOUSA DA SILVA  
CPF: 909.403.672-91





EN BANCOS



ANEXO DA NOTA DE CRÉDITO RURAL Nº FIR-M-430526490, VALOR DE R\$  
EM FAVOR DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.  
AGÊNCIA: PORTO VELHO

12.404,00 , EMITIDA POR FRANCISCO ARISTEU FONSECA

ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO

A - ESTERILITO MAIS - 0.XLS

Base: 28/12/2005 PRONAF ANEXO: I

ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO	DATA DE LIBERAÇÃO	TOTAL	CRONOGRAMA DE LIBERAÇÕES						
						ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	ANO VI	
<b>I - INVERSÕES FIXAS</b>					3.360,00	3.360,00						
<b>1 - OUTROS FIXOS</b>												
- Casa de farinha	28,00	m²	120,00	28/12/2005	3.360,00	3.360,00						
<b>II - INVERSÕES SEMIFIXAS</b>					9.044,00	9.044,00						
<b>2 - OUTROS SEMIFIXOS</b>												
- Motor diesel 50	1,00	ud	4.600,00	28/12/2005	4.600,00	4.600,00						
- Kit equipamentos	1,00	ud	1.944,00	28/12/2005	1.944,00	1.944,00						
- Robo farinha	1,00	ud	2.500,00	28/12/2005	2.500,00	2.500,00						
<b>III - CUSTEIO ASSOCIADO</b>												
<b>IV - ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>												
Elaboração do Projeto e 1ª Parcela de A.Técnica												
2ª Parcela de Assistência Técnica (0,077)												
3ª Parcela de Assistência Técnica (0,077)												
4ª Parcela de Assistência Técnica (0,077)												
5ª Parcela de Assistência Técnica (0,077)												
6ª Parcela de Assistência Técnica (0,077)												
7ª Parcela de Assistência Técnica (0,077)												
8ª Parcela de Assistência Técnica (0,077)												
<b>T O T A L</b>					12.404,00	12.404,00						

VIA NÃO NEGOCIÁVEL

6615

Francisco Aristeu Fonseca  
EMITENTE: FRANCISCO ARISTEU FONSECA  
CPF: 477800612-72



PIP: Francisco Aristeu Fonseca  
CONSUGE e/ou COMPANHHEIRA DO EMITENTE  
CPF: 904.405.672-97



BANCO DA AMAZÔNIA S.A.  
CNPJ: 04.902.979/0001-44

Suzete Leizaola Rodrigues  
SUPERVISORA INT.  
MAY/05743-6



LIBRARY



Nome: Wolke  
 Prof: \_\_\_\_\_  
 Assin: [Signature]

PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
 Ministério da Pesca e Aquicultura

**CARTERA DE PISCADORIA PROFISIONAL**  
 RENE BRUNO DE MOURA RONSACA

Nº: 584708  
 Data: 02/01/14  
 Vigencia: 08/08/2018

PESCA ARTESANAL	
Nome	RENE BRUNO DE MOURA RONSACA
CPF	0291014
Estado	ESPA
Cidade	ESPA
Endereço	ESPA
Assinatura	[Signature]

EMERALGO

6617  
t

**PR**

**PRÉSIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP/PR

**CARTEIRA DE PESCADOR(A) PROFISSIONAL**

**ESTELITO GUVARA NOGUEIRA**

**PESCA ARTESANAL**

**201428**  
29/05/2011

<b>CPF</b> 28764	<b>CPF</b> 0181481	<b>SSP/RR</b> SUDERE	<b>Data de Nascimento</b> 26/5/1954	<b>Data de Emissão</b> 13/12/1998
---------------------	-----------------------	-------------------------	--	--------------------------------------

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

EL ERANCO



Fls.: 66/19  
 Proc.: \_\_\_\_\_

Aos 10 dias de DEZEMBRO de 2015 pagarei(emos) por esta NOTA DE CRÉDITO RURAL ao BANCO DA AMAZÔNIA S.A, ou a sua ordem, a quantia de quatorze mil, seiscentos e setenta e seis reais, em moeda corrente nacional, conforme FORMA DE PAGAMENTO abaixo, valor deferido para aplicação na forma do ORÇAMENTO anexo a esta CÉDULA.

**FORMA DE UTILIZAÇÃO DO INVESTIMENTO:**

Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$
28/12/2005	14.676,00										

**FORMA DE UTILIZAÇÃO DO CUSTEIO:**

**FORMA DE PAGAMENTO DO INVESTIMENTO:**

Data	% s/S.Dev.	Data	% s/S.Dev.	Data	% s/S.Dev.	Data	% s/S.Dev.	Data	% s/S.Dev.	Data	% s/S.Dev.
10/12/2009	14,00%	10/12/2010	16,00%	10/12/2011	20,00%	10/12/2012	25,00%	10/12/2013	33,00%	10/12/2014	50,00%
10/12/2015	100,00%										

**FORMA DE PAGAMENTO DO CUSTEIO:**

**LOCAL DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado na praça de PORTO VELHO - RO.**  
**ENCARGOS FINANCEIROS:** Sobre os valores lançados na conta vinculada a este financiamento e sobre o saldo devedor daí decorrente, incidirão encargos financeiros iguais à taxa efetiva de juros de 1,15% a.a. (um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano), com base na taxa proporcional diária (ano de 360 dias). Os Encargos Financeiros serão calculados e incorporados mensalmente ao saldo devedor, no vencimento e na liquidação da dívida, exigíveis juntamente com as parcelas do principal, proporcionalmente aos valores nominais de cada uma delas, no vencimento e na liquidação da dívida.

**REVISÃO NOS ENCARGOS FINANCEIROS -** Os encargos financeiros ora previstos estão sujeitos a alterações periódicas, segundo decisões do Conselho Monetário Nacional. Ocorrendo redução dos Encargos Financeiros, o(a) Emitente será comunicado por escrito, dispensando-se a lavratura de aditivo.

**BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA -** Sobre o valor do principal (somente para os créditos de investimento) será concedido Bônus de Adimplência de 40% (quarenta por cento), o qual será elevado para 45% (quarenta e cinco por cento), quando o projeto contemplar remuneração de Assistência Técnica, no ato da liquidação, se paga até a data do respectivo vencimento, ou na liquidação da dívida.

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA -** Para remuneração da Assistência Técnica, incluída como item financiável, o(a) Emitente se obriga a pagar: a) elaboração do projeto técnico de crédito rural e remuneração do 1º semestre de assistência técnica (RA) de 2,09% (dois inteiros e nove centésimos por cento) do Valor do Projeto Técnico, pago de uma só vez, na mesma data da 1ª parcela de liberação do crédito; b) o restante da assistência técnica de 7% (sete por cento) do valor do projeto técnico, será pago em parcelas de igual valor, no período de 7 (sete) semestres, calculados e capitalizados em 30 de junho, 31 de dezembro, na liquidação antecipada da dívida ou, se for o caso, no final do tempo previsto para a prestação dos serviços técnicos. A remuneração se efetivará somente mediante a apresentação de relatórios técnicos ao BANCO DA AMAZÔNIA e à Unidade de Articulação Estadual do Programa.

**INADIMPLENTO:** Na falta de pagamento, nos períodos acordados, quer do principal, quer dos acessórios, sobre o valor vencido, além da perda dos benefícios previstos na cláusula "BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA", incidirão: a) juros compensatórios (remuneratórios) estabelecidos nesta cédula; b) juros moratórios à taxa efetiva de 1% a.a. (um por cento ao ano). Caracteriza-se também a inadimplência o desvio na aplicação dos recursos, o abandono de área, cessação da exploração do imóvel ou sua alienação sem prévia e expressa autorização do BANCO DA AMAZÔNIA, ou outras irregularidades, a qual poderá ser considerada vencida por antecipação de pleno direito, tornando-se exigível de imediato, a partir da primeira utilização e o(a) Emitente fica sujeito(a) à perda de todo e qualquer benefício financeiro, especialmente os relativos a encargos, que passarão a ser os de inadimplemento, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

Obrigamos o (a) Emitente a não alienar, sem prévio e expresso consentimento do Banco, os bens adquiridos ou realizados com o financiamento. Integra esta cédula, para os fins e efeitos jurídicos, o seguinte anexo: ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO.

**VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA:** O(A) Emitente se obriga a apresentar ao Banco o comprovante de vacinação obrigatória, estabelecida pelos Órgãos de Defesa Animal, de acordo com a programação de cada Estado, no prazo máximo de 30 dias, após a sua realização e, se for o caso, o comprovante de vacinação contra Brucelose (fêmeas ainda não vacinadas, de idade entre 4 a 8 meses) e contra Carbúnculo Sintomático (machos e fêmeas na fase de desmame) e de outras doenças endêmicas.

PORTO VELHO (RO), 29 DEZ 2015

CONTUPE OU COM PANHEIRA DO EMITENTE

EMITENTE

*Estelito Guivara Nogueira*  
 ESTELITO GUIVARA NOGUEIRA  
 CPF.: 199891562-04



*Tereza Pantuja Prestes*  
 TEREZA PANTUJA PRESTES  
 CPF.: 479.331.272-15



EMERGENCY

ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNID	VALOR UNITÁRIO	DATA DE LIBERAÇÃO	TOTAL	CRONOGRAMA DE LIBERAÇÕES						
						ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	ANO VI	
<b>I - INVERSOES FIXAS</b>					7.520,00	7.520,00						
<b>1 OUTROS FIXOS</b>												
- Casa de farinha	28,00	m²	120,00	28/12/2005	3.360,00	3.360,00						
- Pociça	32,00	m²	130,00	28/12/2005	4.160,00	4.160,00						
<b>II - INVERSOES SEMIFIXAS</b>					7.156,00	7.156,00						
<b>2 OUTROS SEMIFIXOS</b>												
- Kit Casa de Fariinha	1,00	ud	4.446,00	28/12/2005	4.446,00	4.446,00						
- Suínos (matrizes e reprodutor)	3,00	cab	570,00	28/12/2005	1.710,00	1.710,00						
- Ração para suínos	1,00	t	1.000,00	28/12/2005	1.000,00	1.000,00						
<b>III - CUSTEIO ASSOCIADO</b>												
<b>IV - ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>												
Elaboração do Projeto e 1ª Parcela de A.Técnica												
2ª Parcela de Assistência Técnica (0,07/7)												
3ª Parcela de Assistência Técnica (0,07/7)												
4ª Parcela de Assistência Técnica (0,07/7)												
5ª Parcela de Assistência Técnica (0,07/7)												
6ª Parcela de Assistência Técnica (0,07/7)												
7ª Parcela de Assistência Técnica (0,07/7)												
8ª Parcela de Assistência Técnica (0,07/7)												
<b>TOTAL</b>					14.676,00	14.676,00						

VIA NÃO NEGOCIÁVEL

*Estelito Guimaraes Nogueira*  
 EMITENTE ESTERLITO GUIMARAES NOGUEIRA  
 CPF: 199891562-04

*Estelito Guimaraes Nogueira*  
 CONSUEVO COM PANNIRA DO EMITENTE  
 CPF: 479.331.272-15

ASSINATURA  
 BASA  
 CONFERE

ASSINATURA  
 BASA  
 CONFERE

*Suelen Cerqueira Rodrigues*  
 SUPERVISORA INT.  
 MAT/05743-6

EN BRANCO

0020

1

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP/PR**

**115359**

**16/05/2011**

**TEREZA PANTOJA PRESTES**

**CATEGORIA**  
**PESCA ARTESANAL**

<b>CPF DO TIT</b> 497306	<b>ORGÃO EMISSOR</b> SSPRO	<b>DATA DE NASCIMENTO</b> 16/5/1950
<b>Nº DO REGISTRO/ICP</b> 002790	<b>ORGÃO EMISSOR</b> SEAP	<b>DATA DO 1º REGISTRO</b> 28/02/2005

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**ABRIL/2011**

EN BLANCO



Santo Antônio

02001.023679/2013-53

12.12.13.

Proc:	6621
Proc.:	
Flubr.:	

Porto Velho, 11 de dezembro de 2013

À Senhora  
Gisela Damm Forattini  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
Diretoria de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
Renováveis - IBAMA  
Brasília - DF

Nº. Ref. Santo Antônio Energia/PVH: 0715/2013


Assunto: Relatórios consolidados de monitoramento de avifauna, herpetofauna e mastofauna

Senhora Diretora,

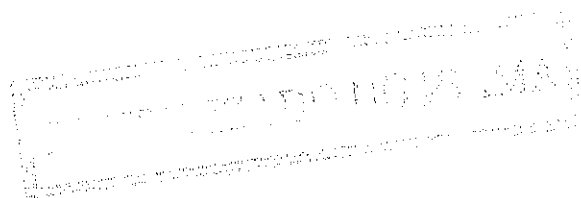
Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE, encaminha os relatórios consolidados de monitoramento dos seguintes grupos: avifauna terrestre e aquática, herpetofauna terrestre, crocodilianos, quelônios, cetáceos, mustelídeos, quirópteros, pequenos mamíferos não voadores e mamíferos de médio e grande porte. Estes relatórios consolidam as campanhas realizadas na Fase de Pré-enchimento do reservatório e as campanhas do primeiro ano da fase de Pós-enchimento. Os relatórios e os respectivos bancos de dados estão anexados em CD e as vias impressas serão encaminhadas posteriormente.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de estima e consideração e, mantém-se à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

 **Guilherme Abbad Silveira**  
Gerente de Sustentabilidade  
Santo Antônio Energia

**Guilherme Abbad Silveira**  
Gerente de Sustentabilidade



João Roberto David  
Chefe para elaboração de  
Processos



02001.023815/2013-13  
13/12/2013



DIGITALIZADO NO IBAMA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MMA-MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

ANEXO I

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PEDIDO DE VISTA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

01. Nº DO DOCUMENTO/PROCESSO: 02001.000508/2008-99		
A - IDENTIFICAÇÃO		
02. NOME DO INTERESSADO OU REPRESENTANTE LEGAL JANIELA ARAÚJO REIS		
03. CARTEIRA DE IDENTIDADE 1749015	04. ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF SSP/DF	05. CPF 803.394.501-00
06. EMPRESA GDF SUEZ ENERGY	07. CNPJ 01.370.013/0003-87	08. ENDEREÇO SHS QD. 6 ED. BRASIL 21-ET07
09. TELEFONE (DDD-NÚMERO) (61)30398360	10. FAX (DDD-NÚMERO) (61)30398367	11. ENDEREÇO ELETRÔNICO JANIELA.REIS@SUEZENERGY
B - AUTORIZAÇÃO PARA OBTER VISTAS (CASO NÃO SEJA O PRÓPRIO INTERESSADO) com BR		
12. NOME DO (A) AUTORIZADO (A) FRANCISCO INÁCIO DE OLIVEIRA		
13. CARTEIRA DE IDENTIDADE n 8107738	14. ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF SSP-MG	15. CPF 004731986-41
16. ENDEREÇO SHS QD. 6 CONJ. A BLOCO E ED. BRASIL 21 SALA 1707		
17. TELEFONE (DDD-NÚMERO) (61)30398360	18. FAX (DDD-NÚMERO) (61)30398367	19. ENDEREÇO ELETRÔNICO JANIELA.REIS@SUEZENERGY
C - TIPO DE SOLICITAÇÃO com BR		
20. ( ) VISTA DO DOCUMENTO/PROCESSO		
(x) CÓPIA EM CDROM	( ) CÓPIA IMPRESSA	( ) CÓPIA FOTOGRÁFICA
D - EXTENSÃO DA CÓPIA		
21. ( ) CÓPIA INTEGRAL	(x) CÓPIA PARCIAL - FOLHAS Nº 6.249 - A PARTIR	
22. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: DO VOLUME XXIII		

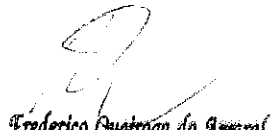
IMPORTANTE:

- \* Este formulário deverá ser entregue no Protocolo Geral do Ibama e após o seu cadastramento, será encaminhado à Unidade em que se encontrar o processo e/ou documento.
- \* No caso de documentos sigilosos, o interessado deverá apresentar instrumento de mandato que comprove a representação legal da empresa titular do processo/documento.
- \* Cópias com autenticação somente serão fornecidas em papel.
- \* Anexar Atos Administrativos correspondentes
- \* A cópia solicitada em papel somente será providenciada após o recebimento do comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União - (GRU). A solicitação de cópia em mídia CD deve vir acompanhada de dois cds para cada processo e/ou documento.

Brasília, 13/12/13  
Janiele Reis

De acordo. Pego que  
presidência a série solicitada.

16/12/13

  
**Frederico Queiroga da Amaral**  
Matrícula nº: 1.512.156  
Chefe  
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

02001.023858/2013-91  
16.12.13

Energia  
Sustentável  
do Brasil

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2013.

II/TS 1916-2013

6623

Dra. Gisela Damm Forattini  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

**Ref.:** Avaliação da Interferência da Elevação da Cota de Operação da UHE Santo Antônio nas Estruturas/Áreas da UHE Jirau

Prezada Dra. Gisela Forattini,

Como é de conhecimento de V.Sa., durante a vistoria realizada por este Instituto no Reassentamento Rural Coletivo (RRC) da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, em 27 de agosto de 2013, constatou-se, conforme trecho reproduzido da Nota Técnica (NT) nº 006436/2013 COHID/IBAMA (Relatório de Vistoria), que os reassentados rurais demonstraram grande preocupação em relação à afetação de seus lotes devido à elevação da cota de operação da UHE Santo Antônio para a El. 71,3 m.

*“O assentado do lote 09 apresentou questionamento sobre a elevação da cota do reservatório de Santo Antônio, demonstrando preocupação quanto a uma possível inundação de seu lote, além de outros, uma vez que existem equipes inferindo marcos topográficos na área que, de acordo com o morador, estariam realizando levantamentos para verificar a extensão do lago. Este fato está gerando ansiedade entre os moradores do Reassentamento Rural Coletivo de Jirau, pois não está sendo realizada nenhuma campanha para esclarecimento das dúvidas aos reassentados, que ainda sofrem a pressão psicológica de um processo de remanejamento populacional recente.” (grifos nossos)*

Desta forma, em 27 de setembro de 2013, este IBAMA enviou à SAE o Ofício nº 02001.011783/2013-03 COHID/IBAMA, solicitando que a referida empresa atuasse com ações de comunicação social no RRC, prestando os devidos esclarecimentos sobre os impactos a serem ocasionados, e informasse sobre a previsão de afetação de outras estruturas relacionadas à UHE Jirau.

Em outubro de 2013, a ESBR encaminhou à SAE, em resposta ao Ofício Santo Antônio Energia / PVH: 0533/2013, os arquivos digitais das estruturas da UHE Jirau, incluindo o RRC e as demais localizadas na poligonal do Canteiro de Obras, para subsidiar a avaliação dos impactos da elevação da cota de operação da UHE Santo Antônio para a El 71,3 m. Na ocasião, a ESBR solicitou o envio dos arquivos digitais das áreas referentes à nova cota de operação proposta no Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) deste empreendimento, incluindo a linha de inundação considerando os efeitos de remanso e a Área de Preservação Permanente (APP) associada.

Entretanto, até o momento a ESBR não recebeu qualquer retorno ou informação da SAE. O conhecimento destas áreas é extremamente necessário para analisarmos as

A analista Telma Moura e a  
analista Eduarda Wagner para avaliação  
das informações prestadas no âmbito  
do PT do PBCA de Santo Antônio.

Em 18/12/13

Leonora ~~Almeida~~ de Souza  
Analista Ambiental  
Matr 1.771.366  
COHID/CGENE/DILIC/PRAN

interferências sofridas em estruturas atuais ou futuras da ESBR e verificarmos, inclusive, a necessidade de aquisição de novas áreas pela SAE.

Tal resposta também não foi apresentada aos reassentados rurais, de acordo com o relatado pelos mesmos em reunião realizada com a ESBR no dia 02 de dezembro de 2013, conforme trecho da ata reproduzido abaixo, e em reunião ocorrida no Palácio do Planalto, em Brasília/DF, no dia 06 de dezembro de 2013, com a participação de representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério Público Federal e da ESBR, além dos reassentados (rural e urbano) e do Movimento dos Atingidos por Barragens.

*Outros Assuntos:*

*O Sr. Raimundo informou que a Santo Antonio Energia (SAE) está passando em 07 lotes do RRC informando que os mesmos encontram-se em área de risco.*

Sendo assim, tendo em vista a proximidade da reunião pública convocada por este Instituto para a discussão do PBCA, prevista para o próximo dia 18 de dezembro de 2013, solicitamos o envio das informações e da avaliação dos impactos nas estruturas da UHE Jirau, com urgência, de forma a possibilitar a análise prévia pela ESBR.

Colocamo-nos a disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.  
Isac Teixeira  
Diretor

Fis.:	6024
Proc.:	
Rubr.:	

At. 2. Mesmo no caso de PBCA  
Anexo 1 - Art. 11 - 11.1.1 - 11.1.1  
11.1.1.1 - 11.1.1.1

EM BRANCO



02001 023521/2013 - 83

11/12/2013

Fls:	6025
Proc:	
Publ:	f

Porto Velho, 09 de dezembro de 2013

Ao Senhor,  
Rafael Ishimoto Della Nina  
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições- COHID  
Diretoria de Licenciamento Ambiental do  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA  
Brasília-DF

Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0712/2013

Assunto: Relatório Consolidado, Análise, Revisão e Atualização do Protocolo Ambiental para Descarte do Material Sedimentar do Igapó Engenho Velho.

Processo nº 02001.000508/2008-99.

Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE comunica a alteração do monitoramento das atividades de Dragagem do Igapó Engenho Velho.

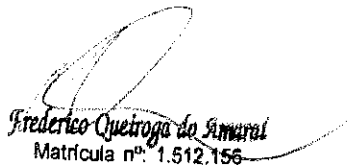
Como é de conhecimento desta Coordenação, até o momento foram realizados três anos de atividades de dragagem do igapó, restando cerca de 36% do volume original previsto a ser dragado.

Durante os estudos de alternativa para descarte do material sedimentar, foi identificada uma seção de solo com concentração superior de mercúrio. Essa seção foi mapeada e apresentada no documento “Estudo de Alternativas para Disposição do Material Sedimentar a ser Removido do Igapó e Avaliação de Impactos”, de outubro de 2010, elaborado pela Ecology Brasil e, protocolado junto ao IBAMA em 22 de outubro de 2010, por meio da correspondência SAE/PVH 1181/2010. Esse material, com volume de pouco maior que 900 m<sup>3</sup>, foi removido e sua disposição realizada em célula impermeabilizada, garantindo o controle contra dispersão deste elemento na natureza, conforme consta no “3º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação”, referente ao período de setembro de 2012 a fevereiro de 2013, protocolado por meio da correspondência SAE/PVH 0204/2013, e posteriormente reforçado no documento

21/12  
DIGITALIZADO NO IBAMA

A analista Leandra Souza,  
para análise das alterações  
metodológicas, em conjunto com  
Eduardo Wozner. Deixo que  
momento Ofício-COVID determinando  
que não haja alterações no  
monitoramento até o Ilkama realize  
a avaliação do E-pleto.

16/12/13

  
Frederico Queiroga de Amaral  
Matrícula nº. 1.512.156  
Chefe  
COVID/CGENE/DILIC/IBAMA



"Atendimento ao Parecer Técnico nº 6103/2013 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA – Análise do 3º Relatório Semestral de Acompanhamento dos Programas Ambientais da UHE Santo Antônio após a emissão da Licença de Operação nº 1044/2011", protocolado por meio da correspondência SAE/PVH 0647/2013.

Como já discutido anteriormente, os impactos previstos associados à dragagem do Igapó foram superestimados pela adoção de critérios rigorosos e conservadores e não foram detectados ao longo do monitoramento. As expectativas de possíveis impactos não se confirmaram a exemplo da pluma de dispersão prevista pela modelagem matemática realizada como parte do estudo. Os monitoramentos mensais nas estações de coleta não detectaram impactos associados à dragagem do Igapó Engenho Velho no que diz respeito às características física e química da água, na qualidade do sedimento e da comunidade bentônica do rio Madeira.

Mesmo no período de águas baixas onde a vazão do rio Madeira diminui a carga de sólidos oriunda da dragagem foi diluída de forma satisfatória. Vale ressaltar, que o rio Madeira é um rio de águas brancas e possui característica natural de transportar elevada carga de material em suspensão. Acrescenta-se ainda que as dragas não conseguiram performar como previsto, dragando um volume menor que o inicialmente predito, acarretando um lançamento mais lento, em menor volume e maior espaço de tempo favorecendo a dispersão do material.

Isso é ilustrado pela ausência de relação entre o volume dragado com a turbidez medida nas sondas de monitoramento em tempo real, localizadas a montante e a jusante do ponto de descarte. Os eventos de aumento de turbidez são devido às cargas naturais transportadas pelo rio durante o ciclo hidrológico.

A partir da formação do reservatório os parâmetros medidos variaram entre as estações de montante e de jusante o que claramente demonstra que este efeito está associado ao barramento, agora tanto da UHE de Santo Antônio, como também da UHE Jirau.

A estação JUS. 01, situada em região de intensa turbulência, logo após o vertedouro do reservatório, apresentou ausência de comunidade bentônica, conforme consta no relatório Monitoramento Limnológico para Avaliação do Descarte do Material Sedimentar a

R. 001

EMERSON

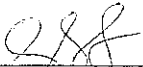
ser Removido do Igapó Engenho Velho/Relatório 7 (2656-00-MLM-RL-007-00). No entanto, este impacto não apresenta clara relação com os procedimentos de dragagem do Igapó Engenho Velho, uma vez que antes da abertura do vertedouro e já com o processo de dragagem em curso, esta comunidade manteve-se inalterada.

É possível que esse impacto esteja relacionado à turbulência promovida após a passagem da água pelos vertedouros, que dificulta o estabelecimento de comunidades bentônicas neste ponto de amostragem. Esse impacto é restrito a essa região, visto que na estação JUS.02, mais a jusante, os parâmetros da comunidade bentônica estiveram dentro de patamares comuns a essa comunidade, mesmo após o barramento.

Considerando que os resultados de qualidade da água e dos sedimentos obtidos a partir das análises mensais realizadas de janeiro de 2011 até o presente não apresentaram alterações expressivas que estivessem estritamente relacionadas aos procedimentos de descarte do material sedimentar, não se caracteriza a necessidade de continuidade de monitoramento com tal frequência. Assim, a partir de 2014, as coletas passarão a ser trimestrais, mantendo-se todos parâmetros, além do monitoramento em tempo real, com alerta de turbidez e relatórios semanais. As campanhas se darão nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, caracterizando os períodos de enchente, águas altas, vazante e águas baixas, respectivamente. Os resultados serão encaminhados juntamente com os relatórios semestrais de acompanhamento do PBA como anexos específicos, sendo um referente aos dados registrados ao longo do primeiro semestre de 2014 e o segundo, ao restante do período do ano.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade

*Guilherme Abbad Silveira*  
Gerente de Sustentabilidade  
Santo Antônio Energia

EMERSON

Processo: 014433-03.2012.8.22.0001

Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia;

Município de Porto Velho

Requerido: Santo Antônio Energia S.A.

*WAG*

IBAMA/SUPES - RO  
Documento - tipo:  
014433-03.2012.8.22.0001-13-05  
Recebido em: 16/12/13  
*Julio*

Ao Ilustríssimo Senhor

Paulo Baltazar Dinis

Superintendente do IBAMA/RO

NESTA




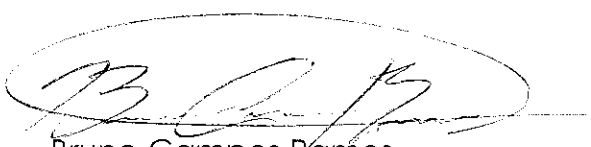
Momento em que o saudamos, os Peritos de Juízo nomeados, vem por meio deste documento, solicitar repostas aos questionamentos descritos abaixo, para que possa subsidiar o laudo pericial que auxiliará na decisão judicial sobre a lide em questão.

- Atto* I. O IBAMA entende que a Santo Antônio cumpriu a condicionante 2.12 e 2.18 da Licença Prévia nº 251/2007-IBAMA?
- Atto* II. O IBAMA entende que a Santo Antônio cumpriu a condicionante 2.23 da Licença Prévia nº 251/2007-IBAMA?
- Atto* III. O IBAMA entende que a Santo Antônio cumpriu a condicionante 2.26 da Licença Prévia nº 251/2007-IBAMA?
- Atto* IV. O IBAMA entende que a Santos Antônio cumpriu a condicionante 2.27, itens "e", "f" e "g", da Licença de Instalação nº 540/2008?
- V. O IBAMA entende que a Santo Antônio cumpriu a condicionante 2.30 da Licença de Instalação nº 540/2008?
- VI. o IBAMA entende que a Santo Antônio cumpriu a condicionante 2.31 da Licença de Instalação nº 540/2008?
- VII. o IBAMA entende que a Santo Antônio cumpriu a condicionante 2.32 da Licença de Instalação nº 540/2008?
- Atto* VIII. O IBAMA entende que a Santo Antônio cumpriu a condicionante 2.35 da licença de instalação nº 540/2008?

Certo de Vossa atenção, aproveito a oportunidade para renovar votos de estima, consideração e apreço.

16 de dezembro de 2013

  
Dr. Norton Roberto Caetano  
Engenheiro Civil - CREA 4407D-RO  
PERITO JUDICIAL

  
Bruno Campos Ramos  
Biólogo - CRBio 73141/06-D  
PERITO JUDICIAL

À Cópia

PL ELABORAÇÃO DA RESPOSTA  
E ENCAMINHAMENTO

PORTO VELHO, 13. R.15

*Emerson*

EMERSON LUIZ NUNES AGUIAR  
ANALISTA AMBIENTAL - Matrícula 169.868-4  
NÚCLEO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Para o CSENE

Para as providências  
cabíveis.

02/01/2014

*Paulo Grieger*  
Paulo Grieger  
Analista Ambiental  
Matrícula: 6788130  
DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Divisão Técnico Ambiental-RO  
Núcleo de Licenciamento Ambiental-Ro

628

\*

MEM. 000156/2014 NLA/RO/IBAMA

Porto Velho, 17 de janeiro de 2014

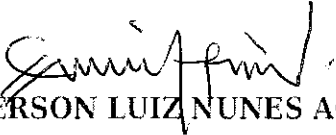
Ao Senhor Coordenador da COHID

**Assunto: Elaboração de resposta ao Ofício Nº 02/2014/MPE-RO/GT, de 13.01.2014, a respeito de danos ocasionados à Ponte Metálica da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Jaci Paraná devido a elevação da cota do reservatório da UHE Santo Antônio.**

Venho, por meio deste, encaminhar o ofício supracitado para que seja elaborada a resposta por essa Coordenação.

Informo ainda que foi solicitado um prazo de 15 (quinze) dias para a confecção da resposta pela DILIC, conforme a solicitação realizada pelo OF 02024.000059/2014-69 NLA/RO/IBAMA, de 17/01/2014.

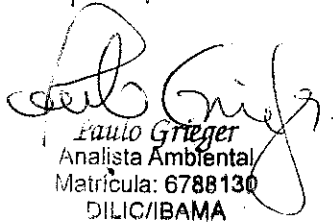
Atenciosamente,

  
EMERSON LUIZ NUNES AGUIAR  
Coordenador do NLA/RO/IBAMA

Para a CGENE

1. Para as providências que o caso requer;
2. atender ao prazo pois, foi solicitada a deliberação pelo NLA/RO/IBAMA

24/01/2014

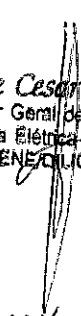
  
Paulo Grieger  
Analista Ambiental  
Matrícula: 6788130  
DILIC/IBAMA

4. COHID-2,

PARA PROVIDÊNCIAS DE

Resposta.

em 31.1.14

  
Henrique Cesar Lemos Jucá  
Coordenador Geral de Infraestrutura de  
Energia Elétrica - Substituto  
CGENE/DILIC/IBAMA


Conte em 3/2/2014. Souza.

A analista Leonora Milagre para  
minutar a resposta. 3/2/14  
Souza

Leonora Milagre de Souza  
Analista Ambiental  
Matr. 1771366  
CGENE/DILIC/IBAMA

Demanda atendida Minuta (DUC) elaborada.

Em 3/2/14

  
Leonora Milagre de Souza  
Analista Ambiental  
Matr. 1771366  
CGENE/DILIC/IBAMA





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
*em defesa da sociedade*

Grupo de Trabalho Operacional das Promotorias Cíveis  
e da Tutela Coletiva

Fls.:	0230
Proc.:	
Rubr.:	1

**Ofício nº 02/2014/MPE-RO/GT**

**Porto Velho, 13 de janeiro de 2014.**

Assunto: informações  
Procedimento: 2014001010000480


MMA/IBAMA/SUPES - RO
Documento - tipo: ...
Nº 02024.00085/20 14-97
Recebido em: 14/1/14

*Buscile*

**Senhor Superintendente,**

Pelo presente, encaminho a Vossa Senhoria cópia da denúncia em anexo, para conhecimento e esclarecimentos, informando-nos no **prazo de 10 (dez) dias** sobre adoção das medidas cabíveis.

Atenciosamente,

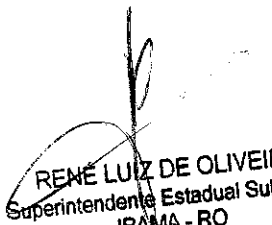
  
**ÁTILLA AUGUSTO DA SILVA SALLES**  
Promotor de Justiça  
Coordenador do Grupo de Trabalho - MPE

Ao Senhor  
**PAULO BALTAZAR DINIZ**  
Superintendente do IBAMA - RO  
Av. Lauro Sodré, n. 3.320 - CEP: 76.803-460  
NESTA

Vdo NLK,

para resposta.

16/01/14

  
RENÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Superintendente Estadual Substituto  
IBAMA - RO  
Portaria Nº 108 / 2013

6638  
4

**DENÚNCIA: A UHE Santo Antônio coloca em risco a ponte metálica da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM).**

Conforme amplamente divulgado na mídia (**Anexo 1**), a ponte metálica da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) sobre o rio Jaci-Paraná já tem sofrido os impactos decorrentes da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, sem que ao menos tenha ocorrido a elevação da cota de operação deste empreendimento para a El. 71,3 metros, como requerido pela Santo Antônio Energia S.A. (SAE) e aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O registro fotográfico apresentado ao final deste documento mostra que, em março de 2013, quando a vazão do rio Madeira estava inferior a 36.000 m<sup>3</sup>/s e o reservatório deste empreendimento já atingia a cota 73,9 m na régua situada em Jaci-Paraná, a base da ponte encontrava-se praticamente coberta.

Em fevereiro de 2012, representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizaram vistoria técnica no local, com o objetivo de averiguar o risco oferecido à estrutura metálica da referida ponte, em função do reservatório da UHE Santo Antônio.

Conforme conclusões apresentadas no Relatório de Vistoria elaborado pelo órgão ambiental (**Anexo 2**), o reservatório da UHE Santo Antônio já estava causando, na ocasião, danos ao patrimônio histórico da região, trazendo inclusive riscos à estrutura da ponte. A seguir são reproduzidos alguns trechos do relatório produzido pelo IBAMA, confirmando este fato.

*1. Este trabalho teve por objetivo averiguar o grau de risco oferecido à estrutura da ponte metálica sobre o rio Jaci-Paraná, acervo as Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – EFMM, ocasionado pela formação do reservatório da UHE Santo Antônio.*

*(...)*

*5. Em razão do nível de cheia o tabuleiro da ponte metálica se encontra em contato direto com as águas do rio provocando retenção de vegetação na parte submersa da estrutura.*

*(...)*

*7. Segundo técnico do IPHAN participante da vistoria, a SAE garantira que em nenhum momento a água do reservatório alcançaria a ponte, salvaguardando assim aquele patrimônio de danos irreparáveis. A apreensão do IPHAN se estende agora também às estruturas da antiga estação da estrada de ferro de Jaci-Paraná, visto que faltam poucos metros para ser atingida pela água.*

*(...)*

EMBRACO

6432  
A

12. Considerando, então, que o regime de cheia da bacia do Rio Madeira se estenderá até meados de abril, aumentando proporcionalmente o volume de água, é muito provável que a ponte venha a ficar submersa, impossibilitando assim a navegação, além de trazer malefícios à segurança da estrutura da ponte.

O Relatório Técnico de Fiscalização nº 09/2012 (Anexo 3), elaborado pelos técnicos do IPHAN após a realização da referida vistoria, apenas reforça a gravidade da situação observada, tendo sido recomendado inclusive o alteamento da ponte.

De acordo com as fotos acima, vê-se que a estrutura está correndo risco de destruição. A ação do tempo já deteriorou a estrutura, porém a água acelerará o processo de corrosão, ocasionada pela oxidação, servindo como um catalisador, nas áreas que ficarem suscetíveis às variações de nível.

(...)

Em virtude dos acontecimentos, é visível a gravidade da situação, pois a ponte e o próprio distrito, na proximidade do rio, estão ameaçados.

(...)

Sendo assim, deve ser providenciado o alteamento da ponte sobre o rio Jaci-Paraná, para garantir sua integridade, além da recuperação da mesma.

Em outubro de 2012, uma nova vistoria foi realizada na ponte da EFMM com o objetivo de analisar as "denúncias sobre os possíveis danos sofridos neste monumento histórico, visto que o represamento parcial do Rio Madeira afeta o regime de cheia e vazante do Rio Jaci-Paraná e tem provocado a inundação periódica do monumento supracitado, colocando em risco a sua integridade". Esta contou com a participação de representantes do IPHAN, da Secretaria de Estado dos Esportes, da Cultura e do Lazer (SECEL) e da SAE, além de especialista em pontes e estruturas do DER/RO.

Apesar da SAE insistir que "a ponte ferroviária, durante o período de cheias, poderá ter seu tabuleiro submerso, sem prejuízo à sua estrutura e/ou estabilidade", após a realização da vistoria, a SECEL emitiu o Ofício nº 41 – GAB/SECE (Anexo 4), datado de 05 de fevereiro de 2013, determinando o seu alteamento, conforme trecho reproduzido a seguir.

Diante destes fatos e considerações, a equipe técnica da Secretaria de Estado dos Esportes, da Cultura e do Lazer e do DER, recomenda:

- inspeção periódica de ano em ano para aferição do grau de deterioração do aço e da estrutura de concreto da referida ponte, estas devem ser entregues em formato de relatórios protocolados na SECEL;

EMERIGO

Fis.:	6633
Proc.:	
Rubr.:	§

- remoção dos dormentes e peças móveis da ponte que agora estão emersos, antes que fiquem submersos pela cheia do rio;
- acondicionamento em local adequado das peças retiradas para posterior musealização;
- limpeza do entorno da ponte para evitar a propagação de incêndio que possam atingi-la;
- retirada de materiais que o fluxo do rio depositou na estrutura da ponte, como galhos, sedimentos e etc.;
- acompanhamento semestral da integridade do conjunto daquele patrimônio histórico, o mesmo deve ser entregue em forma de relatório protocolado na SECEL;
- alteamento da ponte até uma altura que permita que ela não seja submersa sob nenhuma hipótese e recomposição de dormentes.

Em resposta a SAE afirmou que avaliaria as recomendações, entretanto nenhuma providência foi tomada até o presente momento. Esta empresa continua afirmando que considera o alteamento tecnicamente desnecessário, não levando em conta a questão do patrimônio histórico e seu significado simbólico como referência da memória do povo de Rondônia.

Isto contraria inclusive o próprio compromisso assumido anteriormente pela SAE perante o IBAMA, em março de 2012 (correspondência Santo Antônio Energia / PVH: 0181/2012), de adoção de medidas mitigadoras necessárias, resultantes da inspeção e avaliação técnica realizada:

*"Quanto às providências futuras para a referida estrutura, conforme acordado em ata, ficaram de ser realizadas no próximo período de seca, e em conjunto entre SAE, IPHAN e Governo de Rondônia, quando deverão ser adotadas pela SAE, medidas mitigatórias necessárias, resultantes da inspeção e respectiva avaliação técnica."*

Na Nota Técnica (NT) nº 5493/2013 (**Anexo 5**), de 24 de abril de 2013, encaminhada por meio do Ofício nº 02001.006815/2013-41 DILIC/IBAMA, o IBAMA inclusive destacou que a SAE deverá apresentar a manifestação do IPHAN quanto aos impactos na EFMM. Nenhuma manifestação foi apresentada até o momento.

EMERSON



REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto: 6634  
Data: #

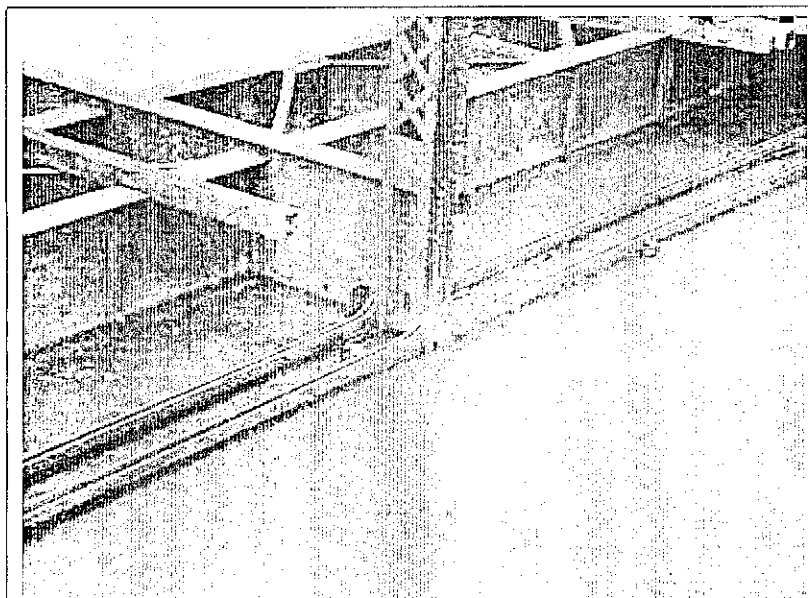


Foto 1 – Base na ponte ferroviária da EFMM, inundada pelo reservatório da UHE Santo Antônio, em março de 2013.



Foto 2 – Base na ponte ferroviária da EFMM, inundada pelo reservatório da UHE Santo Antônio, em março de 2013.

EMERGENCY



02001.024559/2013-43  
23.12.13

6 de 5  
f

Porto Velho, 17 de dezembro de 2013

À Senhora  
Gisela Damm Forattini  
Diretora de Licenciamento Ambiental  
Diretoria de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
Renováveis - IBAMA  
Brasília - DF

Nº. Ref. Santo Antônio Energia/PVH: 0725/2013

Assunto: Encaminha Plano de Trabalho do Programa de Conservação da Ictiofauna.

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE encaminha o *Plano de Trabalho do Programa de Conservação da Ictiofauna – Subprogramas de Ecologia e Biologia, Ictioplâncton, Monitoramento da Atividade Pesqueira e Inventário Taxonômico.*

O referido Plano foi apresentado à equipe de analistas do IBAMA durante o *Seminário de Acompanhamento dos Programas Ambientais das UHEs Santo Antônio e Jirau – Meio Biótico*, realizado em Brasília em novembro último. O documento encaminhado apresenta detalhamento do que foi apresentado, propostas de alterações no delineamento amostral do PBA da UHE Santo Antônio e suas justificativas.

A SAE aguarda manifestação deste Instituto tão logo quanto possível em vistas de dar continuidade às atividades do Programa de Conservação da Ictiofauna, cujas ações são contínuas.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de estima e consideração e, mantém-se à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Guilherme Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade  
Santo Antônio Energia

Guilhermé Abbad Silveira  
Gerente de Sustentabilidade

ENCAMINHADO PARA O IBAMA

Análise para Nota para  
conhecimento. O Plano referido  
nos foi encaminhado em anexo, o  
que pode ser informado a empresa  
via e-mail. 13.1.14

Frederico Queiroga do Amaral  
Matrícula nº: 1.512.156  
Chefe  
COHID/GENE/DILIC/BAMA

Respondido pelo despacho:

Nº 003750/2014 - 07.02.2014:

Ibs. Documento associado ao  
02001.001533/2014 - 38 de 27/01/2014.

Foi enviado com anexo criado.  
documento principal com o anexo  
plano de Trabalho do Programa de  
Atividade do. O documento inclui  
procedimentos, e as ações e estratégias, rela-  
placação, organização da atividade de  
projetos e mantidas técnicas.

10.02.14.

**ANEXO**

Grupo monitorado	Recomendações a partir dos dados do primeiro ano de monitoramento Pós-enchimento	Justificativa
Quelônios	Reavaliar a partir dos dados de mais duas capturas, cinco censos e o monitoramento de desovas de 2013	Os dados do primeiro ano de monitoramento são preliminares. A coleta de dados ao longo de mais um ano junto com as informações do monitoramento reprodutivo permitirá avaliar melhor os impactos do empreendimento e a necessidade ou não de implantação de uma praia artificial.
	Encerrar monitoramento a jusante	Atividade não contemplada na Fase de Pré-enchimento, não sendo possível a comparação entre fases. Os impactos sobre jacarés a jusante são principalmente pela proximidade com a cidade de Porto Velho e atividades garimpeiras e não por efeito do empreendimento.
	Encerrar monitoramento por radiotelemetria	Os resultados de mais de dois anos de monitoramento mostraram-se satisfatórios. No entanto, para amostragens futuras o delineamento amostral deve focar no levantamento noturno que permite obter maiores informações.
Crocodilianos	Realizar um levantamento na seca a cada 2 anos a partir de 2014 por 10 anos	Os dados de quase quatro anos de monitoramento permitiram realizar satisfatoriamente uma comparação entre os dois anos de monitoramento Pós-enchimento com os dois anos de monitoramento Pré-enchimento, sendo que as diferenças encontradas no número de crocodilianos entre as fases não foi significativa. A proposta tem como base que a resposta dos crocodilianos a efeitos do empreendimento poderá ser detectada a longo prazo.
	Reavaliar a condicionante 1.24 item "b" do Ofício 825/2011/DILIC/IBAMA (genética de crocodilianos)	O item "b" da condicionante tem dois componentes. O primeiro é sobre a realização de monitoramento a jusante da UHE Santo Antônio, informações que não poderiam ser comparadas com a fase de Pré-enchimento e não trariam respostas sobre impactos do empreendimento. O segundo componente da condicionante é sobre uma avaliação da

66236  
A

EL BRANCO

		<p>variabilidade genética das espécies de crocodilianos frente ao barramento e a interrupção do fluxo gênico entre as populações que ficaram isoladas. A partir dos resultados apresentados no seminário para botos, sabemos que a resposta a uma eventual variabilidade genética de crocodilianos frente ao barramento só poderá ser detectada depois de várias décadas. Contudo a SAE se compromete a obter amostras nas futuras campanhas a serem realizadas para que possam ser utilizadas em uma eventual análise futura. A SAE enviará ainda um parecer técnico específico sobre este item para complementar esta resposta. A SAE solicita que a condicionante seja considerada como "atendida" ou "não exigível para o momento".</p>
	<p>Adicionar um dia por campanha para monitorar o barreiro do Capitari</p>	<p>O dia adicional de amostragem permitirá conhecer, minimamente, os padrões diários e sazonais de utilização dos barreiros pelas espécies de psitacídeos.</p>
<p>Avifauna Aquática</p>	<p>Realizar mais duas campanhas previstas e reavaliar</p>	<p>Os resultados obtidos nessas duas campanhas previstas do segundo ano de monitoramento permitirão avaliar melhor os impactos do empreendimento neste grupo, principalmente nas espécies consideradas como potencialmente afetadas.</p>
<p>Mustelídeos</p>	<p>Realizar mais duas campanhas previstas e reavaliar</p>	<p>As duas amostragens previstas durante o segundo ano de monitoramento permitirão conhecer melhor a utilização do reservatório pelos mustelídeos para poder avaliar os impactos do empreendimento sobre este grupo</p>
<p>Cetáceos</p>	<p>Direcionar esforços de monitoramento a <i>Inia boliviensis</i> e apenas na área do reservatório</p>	<p>Entende-se que com os resultados do primeiro ano de monitoramento Pós-enchimento e as informações genéticas, o foco do monitoramento deve ser a população de <i>Inia boliviensis</i> que está dentro do reservatório da UHE Santo Antônio. A espécie <i>Sotalia fluviatilis</i>, por ter a sua distribuição a jusante da barragem não sofreu impactos do empreendimento e a SAE considera pertinente encerrar o monitoramento desta espécie.</p>
	<p>Retirar a metodologia de ponto fixo em toda a área do reservatório, exceto a jusante da UHE Jirau</p>	<p>Os ambientes utilizados para esta metodologia não se encontram mais disponíveis. É necessária autorização</p>

Fls.: 6637  
 Págs.:  
 Rubr.: f

EMBRACO



	<p>especifica da UHE Jirau para realizar a amostragem do ponto fixo a jusante deste empreendimento.</p> <p>Esta alteração permitirá maior visualização de indivíduos de <i>Inia boliviensis</i>.</p> <p>As duas amostragens previstas durante o segundo ano de monitoramento permitirão conhecer melhor a utilização do reservatório pelos boto para poder avaliar os impactos do empreendimento sobre este grupo.</p> <p>Os resultados obtidos nessas duas campanhas previstas do segundo ano de monitoramento permitirão avaliar melhor os impactos do empreendimento neste grupo, principalmente nas espécies consideradas como potencialmente afetadas.</p> <p>As análises realizadas para este grupo demonstraram que o empreendimento não afetou perceptivelmente as comunidades de lagartos.</p> <p>Os resultados obtidos para serpentes demonstraram que a composição de espécies não será afetada localmente. Adicionalmente, este grupo não é considerado um bom indicador de impactos.</p> <p>Para elaborar as análises comparativas com a Fase de Pré-enchimento, foi necessário realizar o descarte de dados obtidos na Fase Pós-enchimento, no terceiro dia de redes.</p> <p>Para elaborar as análises comparativas com a Fase de Pré-enchimento, foi necessário realizar o descarte de dados obtidos na Fase Pós-enchimento, no segundo dia de censo.</p> <p>Considera-se que o esforço trimestral era pertinente até a sexta campanha Pós-enchimento para poder igualar o esforço realizado na fase de Pré-enchimento para fins de comparação entre ambas as fases. A partir da 7ª campanha considerara-se suficiente que as amostragens sejam semestrais (cheia e seca) da mesma forma como é realizado com avifauna aquática.</p> <p>Estes ambientes são os mais sensíveis e propícios ao impacto do enchimento do reservatório, sendo os ambientes que mais</p>
	<p>Alterar a largura da banda de visualização de 50 m para 100 m da margem (200 m ao todo)</p>
	<p>Realizar mais duas campanhas previstas e reavaliar</p>
	<p>Anfíbios: realizar mais duas campanhas previstas e reavaliar</p>
Herpetofauna terrestre	<p>Lagartos: encerrar o monitoramento</p>
	<p>Serpentes: encerrar o monitoramento</p>
Avifauna terrestre	<p>Reduzir as repetições de redes de 3 dias para 2 dias</p>
	<p>Reduzir as repetições de censo de 2 dias para 1 dia</p>
	<p>Reduzir a frequência de campanhas de trimestral para semestral</p>
	<p>Focar as amostragens de redes nas parcelas 00, 500 e 1000 m e amostrar ambientes de várzeas</p>

6638

+

EMERGENCY

		respostas irão providenciar sobre resposta das espécies de aves terrestres a este impacto.
Morcegos	Realizar mais duas campanhas previstas e reavaliar	As duas amostragens previstas durante o segundo ano de monitoramento permitirão avaliar melhor os impactos do empreendimento sobre este grupo ao igualar o esforço utilizado na Fase de Pré-enchimento.
Pequenos mamíferos não voadores	Retirar do delineamento as amostragens com <i>pitfall</i>	As análises estatísticas específicas para cada módulo só puderam se realizadas com a metodologia de armadilhas <i>livetrap</i> (gaiolas e <i>shermans</i> ). Os dados de <i>pitfall</i> contribuem apenas para riqueza, porém a manutenção dos mesmos traz algumas dificuldades (roubos e estragos causados pela chuva). Considera-se que a metodologia <i>livetrap</i> nas campanhas restantes será suficiente para avaliar os impactos do empreendimento sobre este grupo.
	Realizar mais quatro campanhas previstas e reavaliar	As quatro amostragens previstas durante o segundo ano de monitoramento permitirão avaliar melhor os impactos do empreendimento sobre este grupo ao igualar o esforço utilizado na Fase de Pré-enchimento.
Mamíferos de médio e grande porte (armadilhas fotográficas)	Realizar duas campanhas semestrais (chuva e seca) em 2015 e reavaliar	Apesar de não haver diferença significativa entre as fases do empreendimento considerando os dados de armadilhas fotográficas, foi registrado uma maior riqueza e frequência de registros de mamíferos de médio e grande porte na Fase Pós-enchimento. As duas campanhas adicionais permitirão entender melhor se a estrutura da comunidade será alterada a longo prazo por causa do empreendimento.
	Encerrar as amostragens no Módulo Jaci Novo	Este módulo se mostrou diferente ao módulo de Morrinhos e as informações obtidas no mesmo não permitem comparações entre as fases.
Mamíferos de médio e grande porte (censo)	Realizar mais duas campanhas semestrais (chuva e seca) e reavaliar	Considera-se que com as informações de duas campanhas adicionais os dados terão maior robustez para as análises estatísticas e será possível avaliar melhor impactos do empreendimento na comunidade de Primatas.
	Focar na comunidade de Primatas	Na Fase Pós-enchimento houve redução na densidade de algumas espécies de primatas. Entende-se que o foco dessas

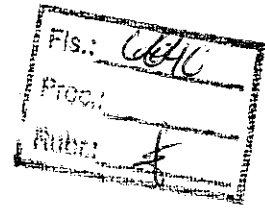
6039

ENCLOSURE



**Santo Antônio**  
AMBIENTAL

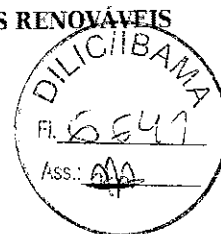
		duas campanhas adicionais seja este grupo específico.
	Encerrar as amostragens no Módulo Jaci Novo	Este módulo se mostrou diferente ao módulo de Morrinhos e as informações obtidas no mesmo não permitem comparações entre as fases.
Entomofauna	Reavaliar a partir dos dados da 13ª campanha (Janeiro 2014)	Depois de realizada a 13ª campanha haverá um esforço similar ao utilizado na Fase de Pré-enchimento e será melhor avaliado o impacto do empreendimento sobre os sete grupos de entomofauna monitorados.



EMERGENCY



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESP. ENC. VOL. 000292/2014 COHID/IBAMA

Brasília, 11 de março de 2014

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento de volume XXXIV do processo de nº 02001.000508/2008-99, Após encerramento tramite o processo Coordenação de Hidrelétricas.

Atenciosamente,

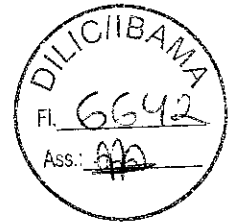
**EDUARDO WAGNER DA SILVA**  
Analista Ambiental da COHID/IBAMA







MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 11 dias do mês de março de 2014, procedemos ao encerramento deste volume nº XXXIV do processo de nº 02001.000508/2008-99, contendo 200 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº XXXV. Assim sendo subscrevo e assino.

*Maycon Roberto da S. Martins*  
**MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS**  
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

2000